

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
BACHARELADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

GABRIEL HENRIQUE FERREIRA GONÇALVES

IMPACTOS DO DECLÍNIO POPULACIONAL JAPONÊS NA POLÍTICA DE
DEFESA DO JAPÃO

UBERLÂNDIA
JANEIRO DE 2023

GABRIEL HENRIQUE FERREIRA GONÇALVES

Impactos do declínio populacional japonês na política de defesa do Japão

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) como requisito para a obtenção do Título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Sylvio Luiz Andreozzi

UBERLÂNDIA
JANEIRO DE 2023

GABRIEL HENRIQUE FERREIRA GONÇALVES

Impactos do declínio populacional japonês na política de defesa do Japão

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) como requisito para a obtenção do Título de Bacharel em Relações Internacionais

Orientador: Prof. Dr. Sylvio Luiz Andreozzi

Uberlândia, 27 de janeiro de 2023.

Prof. Dr. Sylvio Luiz Andreozzi – Orientador (IG-UFU)

Prof. Me. Erwin Pádua Xavier (IERI-UFU)

Prof. Dr. Vinícius Modolo Teixeira (UNEMAT)

AGRADECIMENTOS

Gostaria de deixar aqui meus agradecimentos a todos os que fizeram parte da minha jornada durante essa graduação, amigos, colegas de sala, pessoas que em algum momento tiveram um contato comigo, pois me incentivaram a ser uma pessoa melhor e também me acompanharam nos diversos trabalhos e experiências que tive durante esses anos. Principalmente, aos meus amigos mais próximos, João Lazaro e Ana Vitória, sem vocês eu não teria conseguido chegar tão longe, agradeço também ao Arthur e a Júlia, que me deram enorme suporte emocional e sou grato também a Hellen, que me auxiliou a concluir o processo de defesa. Um agradecimento também aos professores, que me ajudaram a me esforçar mais e buscar novos conhecimentos sobre o mundo. Em especial, gostaria de agradecer a minha falecida mãe Leda, que me apoiou durante toda a vida para que me dedicasse aos estudos, você fez com que eu tivesse forças para continuar e é graças a você que eu sou essa pessoa hoje, espero que você consiga ver a onde cheguei, de onde quer que você esteja. Agradeço à minha família pelo apoio e pelas orações, sou grato também ao meu pai por me apoiar a concluir esta etapa. Agradeço também a minha futura esposa Sara, por estar ao meu lado em todas as etapas deste trabalho, fazendo o possível para me ajudar. E agradeço ao meu orientador, Sylvio, pela orientação e pelas conversas que tivemos desde o início da construção da monografia, foi um caminho cheio de imprevistos, com pandemia, problemas familiares, mas continuamos juntos nessa caminhada em meio a todas as adversidades.

*“Nossa maior glória não está em nunca cair,
mas em nos levantar sempre que caímos.”*

(Confúcio)

RESUMO

Ao observar a curva demográfica da população japonesa, percebe-se que a população segue em um constante envelhecimento que, com o passar dos anos, levará a uma redução considerável em sua população, gerando impactos socioeconômicos e sobre a segurança do país. Segundo o Livro de Estatística Japonês (2022), 28.9% da população japonesa tem acima de 65 anos e, com uma taxa de fertilidade de 1,33 (filhos por mulher), o governo japonês projetou que a população total será reduzida em 30 milhões de habitantes até 2060. A partir desta projeção, analisa-se quais são os possíveis impactos do declínio populacional japonês ao que concerne a política de defesa nacional. Através do estudo do caso japonês e do método indutivo para entender o comportamento e as políticas do Japão. Principalmente por conta da tensão que o país vem enfrentando em relação às suas disputas territoriais não resolvidas, e também frente a constante modernização militar de seus vizinhos, estes sendo: China, Coreia do Norte, Coreia do Sul e Rússia. O governo japonês, que apresentou em seu livro de defesa que se sente ameaçado, busca alternativas para se defender de forma legítima, pois, desde o fim da Segunda Guerra Mundial, por conta de sua constituição e da imposição de um pacifismo na sociedade, encontra-se impedido de utilizar suas forças como meio de garantir e alcançar seus objetivos. Frente a um possível conflito direto com seus vizinhos, e também em razão dos conflitos em andamento, como a Guerra na Ucrânia e os movimentos chineses contra Taiwan, o Japão precisa de alternativas para conseguir manter a reprodução de sua sociedade e sua posição como potência, já que a China, Rússia e Coreia do Norte vêm demonstrando intenções de alterar o status quo na região asiática, o que pressiona ainda mais a população japonesa por conta de seu histórico mal resolvido com esses países. Através da análise dessas variáveis, com os mais novos desdobramentos tecnológicos, e com os novos meios em que se conduz a guerra, concluí-se que o Japão deve recorrer à tecnologia para suprir parte da sua redução populacional, utilizando dessa tecnologia para automatizar sua nação e, através dela, expandir suas capacidades com desenvolvimentos no setor militar, reduzindo ao máximo a necessidade de pessoas físicas, utilizando de inteligência artificial, veículos e armamentos, que podem ser conduzidos remotamente (à distância). E deve implementar políticas inclusivas para imigrantes, como meio de atender as necessidades básicas das pessoas mais dependentes, impulsionar a taxa de fertilidade japonesa (aumentando o número de nascimentos) e garantir segurança para que esses estrangeiros consigam contribuir mais ativamente na economia e na defesa do Japão.

Palavras-chave: Declínio populacional; envelhecimento; China; Forças de Autodefesa do Japão; tecnologia.

ABSTRACT

When observing the demographic curve of the Japanese population, it is clear that the population is constantly aging, which over the years will lead to a considerable reduction in its population, generating socioeconomic impacts and the security of the country. According to the Japanese Statistics book (2022), 28.9% of the Japanese population is over 65 years old and with a fertility rate of 1.33 (children per woman), the Japanese government has projected that the total population will be reduced by 30 million inhabitants until 2060. Based on this projection, we analyze what are the possible impacts of the Japanese population decline in terms of national defense policy. Through the study of the Japanese case and the inductive method to understand the behavior and policies of Japan. Mainly because of the tension that the country has been facing in relation to its unresolved territorial disputes, and also in the face of the constant military modernization of its neighbors, namely: China, North Korea, South Korea and Russia. The Japanese government, which presented in its defense book that it feels threatened, seeks alternatives to legitimately defend itself, due to its constitution and the imposition of pacifism in society since the end of the Second World War, it has found itself prevented from using his forces as a means of securing and obtaining his objectives. Facing a possible direct conflict with its neighbors and also due to ongoing conflicts, such as the War in Ukraine and the Chinese movements against Taiwan, Japan needs alternatives to manage to maintain the reproduction of its society and its position as a great power, since China, Russia and North Korea have been demonstrating intentions to change the status quo in the Asian region, which puts even more pressure on the Japanese population due to their unresolved history with these countries. Through the analysis of these variables, with the newest technological developments, and with the new means in which the war permeates, it is concluded that Japan must resort to technology to supply part of its population shortage, using this technology to automate its nation and through it, reinforce its security with developments in the military sector, reducing to the maximum the need for individuals, using artificial intelligence and vehicles/weapons, which can be driven remotely (at a distance). And it must implement inclusive policies for immigrants, as a means of restoring the basic needs of the most dependent people, boosting the Japanese fertility rate (increasing the number of babies) and guaranteeing security so that these foreigners can contribute more actively in the economy and in the defense of the country.

Keywords: Population decline; aging; China; Japan Self-Defense Forces; technology.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 — População mundial (1700-2000) e projeções populacionais.....	22
Figura 2 — Pirâmide etária da população japonesa (1955).....	26
Figura 3 — Pirâmide etária da população japonesa (2022).....	27
Figura 4 — Previsão da população total no Japão de 2021 a 2115.....	38
Figura 5 — Número de candidatos selecionados ao JSDF, ano fiscal de 2009-2014.....	40
Figura 6 — Mapa da expansão japonesa no final do século XIX e XX.....	57
Figura 7 — Mapa do alcance da população Ainu.....	92
Figura 8 — Mapa das Ilhas Curilas, divisão de territórios de 1875 a 1945.....	94
Figura 9 — Mapa das Ilhas Dokdo/Takeshima/Liancourt Rocks.....	104
Figura 10 — Mapa delimitando a linha Syngman Rhee.....	109
Figura 11 — Pesquisa de opinião pública Japão/Coreia do Sul.....	112
Figura 12 — Mapas das Ilhas Senkaku/Diaoyu distância de Okinawa.....	134
Figura 13 — Prospecção populacional das Nações Unidas (1990-2050).....	147
Figura 14 — Mapa do Estreito de Taiwan.....	150
Figura 15 — Mapa do Mar da China Oriental.....	151
Figura 16 — Prospecção populacional e taxa de fertilidade japonesa nos próximos anos.....	157

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 — Mudança na fertilidade e mortalidade no Japão pós-guerra, 1951-2021.....	25
---	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADIZ	Zona de Identificação de Defesa Aérea do Mar da China Oriental
AFRF	Forças Armadas da Federação Russa)
AOCHR	Conselho de Direitos Humanos de Okinawa
APCSS	Centro Ásia-Pacífico para Estudos de Segurança
APEC	Cooperação Econômica da Ásia e do Pacífico
ASDF	Força de Autodefesa Aérea
ASEAN	Associação de Nações do Sudeste Asiático
BADGE	Base Aérea de Defesa Aérea em Ambiente Terrestre
BBC	<i>British Broadcasting Corporation</i>
CAP	Patrulhas Aéreas de Combate
CFR	Conselho de Relações Exteriores
CIA	Agência Central de Inteligência
CIJ	Tribunal Internacional de Justiça
CNN	<i>Cable News Network</i>
CPA	Acordo de Paz Abrangente
CSNU	Conselho de Segurança das Nações Unidas
DARPA	Agência de Projetos de Pesquisa Avançada de Defesa
DOJ	Departamento de Justiça americano
DPJ	Partido Democrático do Japão
DPRK	República Democrática da Coreia
DST	Doenças Sexualmente Transmissíveis
DW	<i>Deutsche Welle</i>
ECAFE	Comissão Econômica para a Ásia e o Extremo Oriente
EPRS	Serviço de Estudos do Parlamento Europeu
EUA	Estados Unidos da América
FY	Ano Fiscal
GoJ	Governo japonês
GPS	Sistema de posicionamento global
GSDF	Força de Autodefesa Terrestre
G20	Grupo dos vinte
G8	Grupo dos oito
G7	Grupo dos sete

HALE	VANTs de alta altitude e longa duração
HAMIS	Ajuda Humanitária para Imigrantes Marginalizados
HCM	Armas Hipersônicas
HGV	Veículos de deslizamento hipersônico
IA	Inteligência Artificial
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICBM	Mísseis balísticos intercontinentais
IMF	Fundo Monetário Internacional
IoT	<i>Internet of Things</i>
ISA	Agência de Serviços de Imigração do Japão
ISR	Inteligência, Vigilância e Reconhecimento
IVF	Fertilização in vitro
JCIE	Comitê Conjunto de Exames Intercolégiais
JCP	Partido Comunista do Japão
JSDF	Força de Autodefesa do Japão
LAWS	Sistemas de Armas Autônomas Letais
LDP	Partido Liberal Democrata japonês
MCF	Fusão Civil-Militar
MOJ	Ministério da Justiça do Japão
MOD	Ministério da Defesa
MOFA	Ministério das Relações Exteriores do Japão
MSDF	Força de Autodefesa Marítima do Japão
MFO	Força Multinacional e Observadores
NTIA	Associação de Questões dos Territórios do Norte
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
ODA	Assistência Oficial ao Desenvolvimento
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PCC	Partido Comunista Chinês
PIB	Produto Interno Bruto
PKO	Operações de manutenção da paz das Nações Unidas
R-ARCSS	Resolução do Conflito no Sudão do Sul
ROK	República da Coreia

RSIS	Escola de Estudos Internacionais de S. Rajaratnam
SAM	Míssil superfície-ar
SCAP	Comandante Supremo das Forças Aliadas
SOTU	Discurso anual do Estado da União
SLBM	Míssil balístico lançado de submarino
SSBN	Submarinos de mísseis balísticos nucleares
SSM	Mísseis costeiros
TEL	<i>Transporter erector launcher</i>
TIC	Tecnologias de Informação e Comunicação
UNCLOS	Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar
UNMISS	Missão das Nações Unidas na República do Sudão do Sul
UNTAC	Autoridade Provisória das Nações Unidas no Camboja
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
USS	Navio dos Estados Unidos
UUV	Veículo subaquático não tripulado
VANT	Veículo não tripulado
VSNT	Veículo de superfície não tripulado
WMD	Armas de destruição em massa
WTC	<i>World Trade Center</i>
ZEE	Zona Econômica Exclusiva

SUMÁRIO

1	Introdução.....	15
2	A Mudança Demográfica.....	18
2.1	A demografia e sua relação com o exercício de poder.....	18
2.1.1	O cenário internacional e o equilíbrio de poder.....	20
2.2	O que significa o decréscimo populacional japonês.....	21
2.2.1	O impacto nos setores econômicos e sociais, a distribuição etária japonesa.....	28
2.2.2	As especificidades do envelhecimento e a taxa de dependência.....	32
2.3	O decréscimo populacional e a defesa.....	37
3	A Defesa do Japão.....	44
3.1	O cenário internacional e a defesa.....	44
3.2	Recorte histórico.....	55
3.2.1	Japão pós-Segunda Guerra Mundial, a ocupação estadunidense.....	59
3.2.2	Implicações do 9º artigo da constituição japonesa 1947.....	62
3.3	As Forças de Autodefesa do Japão.....	65
3.3.1	Cooperação das Forças de Autodefesa do Japão durante e após a Guerra Fria...	68
3.4	Relação com os Estados Unidos.....	77
3.4.1	Operações de coalizão antiterrorismo.....	86
3.5	Japão-Rússia e as Ilhas Curilas.....	91
3.6	Japão-Coreia do Sul e as Ilhas Takeshima/Dokdo.....	103
3.6.1	Mulheres de Conforto na Coreia do Sul e suas consequências.....	115
3.7	Japão-República Popular Democrática da Coreia.....	118
3.8	Japão China.....	127
3.8.1	A disputa territorial, as Ilhas Senkaku/Diaoyu.....	132
4	O Caso Japonês.....	146
4.1	A transição demográfica e prospecção futura japonesa.....	146
5	Conclusão.....	156
6	Referências.....	164

INTRODUÇÃO

Sabe-se que há um crescimento populacional constante no mundo e a Ásia concentra cerca de 4,56 bilhões de habitantes, num crescimento populacional de quase 60%, se comparado a 1980 (DATAWORLDBANK, 2017). Conforme as nações melhoram as condições de vida, têm ampliado a expectativa de vida das pessoas, levando ao envelhecimento e, conseqüentemente, com o passar dos anos, um decréscimo populacional, conseqüência de um alto índice de envelhecimento e uma baixa taxa de fertilidade. Do ponto de vista econômico e geopolítico, alguns países do continente asiático vêm demonstrando um rápido crescimento nacional, e tem incluindo, na sua agenda, investimentos em questões relacionadas à segurança e defesa de sua sociedade, como o desenvolvimento no setor militar, e também manifestaram interesse em expandir sua área de influência, através de conflitos, exercícios militares e no âmbito econômico (DEFENSE WHITE PAPER, 2022).

Ao se observar o Japão, pode-se evidenciar duas características: o crescente envelhecimento da população japonesa e o aumento das tensões nas disputas territoriais japonesas com seus países vizinhos, sendo esses China, Coreia do Sul e Rússia. Segundo o *Statistical Handbook of Japan* (2022), cerca de 28,9% dos 125,5 milhões de japoneses possui acima de 65 anos, classificando a sociedade como “hiper-envelhecida”. Em contrapartida, percebe-se que há uma crescente redução da taxa de fertilidade japonesa (como em alguns outros países do globo), resultando em uma redução sistemática da população a cada ano.

O governo japonês relata, em seu Livro de Defesa (2022), como os países vizinhos têm expandido seu orçamento nos desenvolvimentos militares, utilizando de recursos tecnológicos para dificultar e obter vantagens nos novos meios em que se conduz a guerra, incluindo armamentos que não precisam ser conduzidos por pessoas físicas, assim reduzindo o custo em vidas necessárias caso um conflito se inicie. A expectativa é de que a população japonesa, que já vem apresentando um declínio populacional, deva perder 30 milhões de habitantes até 2060, assim reduzindo em quase um terço sua população, gerando certa insegurança para a população, em razão dos atuais movimentos militares na região asiática (STATISTICAL HANDBOOK OF JP, 2022; DEFENSE WHITE PAPER, 2022).

Esse tema é relevante para as relações internacionais, pois o envelhecimento e a redução populacional afetam diversos países, gerando, assim, diferentes impactos para cada um deles, conseqüentemente alterando aspectos da economia nacional e de defesa, impactando direta ou

indiretamente a comunidade internacional. Tomando aqui o caso japonês em específico, pois é uma potência econômica que enfrenta um processo de declínio populacional e que apresenta uma preocupação com a sobrevivência de sua sociedade por conta das modernizações militares de seus vizinhos. O Japão é um grande ator na cooperação e solução de conflitos, através de missões das Nações Unidas, e teme pelo desequilíbrio de poder que pode ser gerado pela competição bélica de seus vizinhos. Esse tema aponta para um dos problemas na relação entre crescimento populacional, a segurança e defesa nacional, que deve se refletir no estabelecimento de políticas populacionais que considerem os efeitos na economia, no bem-estar social e na segurança das nações.

Países como a China, Rússia e Coreia do Norte, com base em suas próprias afirmações, apresentaram discordância com a ordem internacional existente, assim retomando estratégias utilizadas no século XX, como: a tentativa russa de invadir o território ucraniano; as contínuas tentativas chinesas de alterar o status quo nos Mares do Leste, do Sul da China e em busca de integrar Taiwan; e os constantes testes militares norte-coreanos sobre o território japonês, que também tem aumentado a tensão na península coreana. Todos esses países utilizam de suas capacidades bélicas, nucleares e tecnológicas para estabelecer dominância na região (CFR, 2022; NIKKEI ASIA, 2022).

O que o governo japonês teme é que, com o decorrer desse fortalecimento militar, os países que contestam territórios com o Japão, tenham interesse em retomar ou disputar as Ilhas Senkaku as quais o Japão considera como território nacional e também, caso um conflito ocorra na região asiática (seja na península coreana, ou em uma invasão chinesa a Taiwan), o Japão tenha de tomar parte no conflito por conta de sua proximidade e de seu histórico mal resolvido com estes países, o que seria problemático para a nação japonesa, devido ao seu espírito pacifista sedimentado na população após a Segunda Guerra Mundial, e também por conta das limitações que a sua constituição impõe sobre o uso de meios militares como direito soberano da nação, impedindo-a de utilizar da força como meio de resolução de disputas internacionais. O Japão também contesta as Ilhas Dokdo (sul-coreana) e as Ilhas Curilas (sob domínio russo), pois alega ter administrado esses territórios no passado e tem acompanhado uma militarização na região russa, que tem pressionado o governo japonês (DEFENSE WHITE PAPER, 2022).

Sendo assim, quais são os possíveis impactos resultantes do declínio populacional e do envelhecimento japonês ao que concerne à política de defesa do Japão?

O objetivo dessa pesquisa é estudar os impactos do declínio populacional japonês, observando suas políticas adotadas após a virada do século XXI, pois o envelhecimento da sociedade resultará em uma redução populacional significativa até 2060 e nos anos

subsequentes (STATISTICAL HANDBOOK OF JAPAN, 2022). Busca-se analisar como o Japão lida com suas questões territoriais e sua transição demográfica e projetar quais situações que a população japonesa pode confrontar. Esse decréscimo populacional, junto ao envelhecimento constante da sociedade, já afeta os setores socioeconômicos e deve impactar, também, as políticas de defesa do Japão frente seus conflitos territoriais não resolvidos.

Para a análise desse caso será utilizado o método qualitativo de pesquisa, fazendo um estudo do caso japonês, observando os fatos e variáveis na história e então interpretando essas informações, para prospectar o futuro japonês. A partir de uma revisão bibliográfica das teorias neorrealistas busca-se entender como o declínio populacional gera uma insegurança aos japoneses, pois frente a um possível conflito, reduz sua capacidade de se defender.

Utiliza-se o método indutivo para se investigar as políticas e comportamentos do Japão frente às tensões enfrentadas, será feita uma análise quantitativa, comparando os esforços militares da China, Rússia e Coreia do Norte, além de uma análise qualitativa para retratar a questão da redução demográfica no Japão, seguido de um recorte histórico e análise de particularidades (evolução dos índices de fertilidade, dados militares e relatórios japoneses). Tal análise incluirá de fontes majoritariamente secundárias, com a leitura de diversas bibliografias, desde artigos relacionados ao assunto, revistas, jornais, etc. Já na análise documental objetiva-se a análise de relatórios de defesa do governo japonês (buscando quais medidas estão sendo previstas, ou aplicadas), registros históricos, entre outros.

O capítulo um, A Mudança Demográfica, busca acentuar e explicar quais as sensibilidades que provêm do envelhecimento da população, incluindo o impacto na organização etária da sociedade, nos setores econômicos e militares. O capítulo dois, A Defesa do Japão, descreve o histórico militar japonês, os efeitos da constituição implementada durante a ocupação estadunidense sobre a política de defesa do Japão, a participação das Forças de Autodefesa do Japão na resolução de conflitos internacionais e as disputas do Japão com seus vizinhos, apresentando as relações durante o passado sombrio entre eles. Já o capítulo três, O Caso Japonês, consiste na sondagem das possibilidades futuras que o Japão deve enfrentar, reforçando a questão populacional e os possíveis conflitos que devem compelir o país a uma modernização militar, em busca da proteção dos objetivos e da sobrevivência dos japoneses.

A MUDANÇA DEMOGRÁFICA

2.1 - A demografia e sua relação com o exercício de poder

Para que se entenda quais as consequências de uma redução populacional para uma nação ou Estado contemporâneos, é necessário compreender qual a importância da demografia dentro da geopolítica. A demografia é, em seu sentido literal, um instrumento de poder que se constituiu a partir do século XVIII, sob a denominação de “Política aritmética”, que é a aplicação dos cálculos aritméticos aos assuntos ou aos usos da política. Uma contabilização relacionada aos lucros públicos, ao número de habitantes, à extensão e ao valor das terras, às taxas, às artes, ao comércio, às manufaturas, a tudo aquilo que diz respeito à potência, à força, às riquezas de qualquer nação ou república. É a contabilidade dos homens e das coisas (RATZEL, 1980).

Friedrich Ratzel (1980), há mais de um século, descreve qual a importância da população dentro desses conceitos; o autor entende a população como um dos recursos primordiais e que, sem dúvidas, é um elemento atuante não só na questão nacional, como também internacional, até porque os atores internacionais, enquanto organizações internacionais, são compostas por pessoas. Ele escreve também que, mesmo em vista de um decréscimo populacional, deve-se manter seu território, no qual se concentram seus recursos, mas caso perca parte dele, a nação estará sem dúvida no princípio de sua decadência futura. Para Ratzel, o Estado deve proteger seu território contra violações externas que poderiam reduzi-lo, e frente aqueles países que alcançaram o apogeu do desenvolvimento político, possuir todos os meios que servem para aumentar a potência do Estado, assim assegurando a proteção de sua população (RATZEL, 1980).

Claude Raffestin, em seu livro “Por uma Geografia do Poder” (1993), critica parte do pensamento de Ratzel, pois entende seus conceitos como muito abrangentes e que já não condizem necessariamente com a atualidade. Segundo Raffestin, para Ratzel, tudo se desenvolve como se o Estado fosse o único núcleo de poder, mas Raffestin, em seu livro, diz que é necessário dissipar a frequente confusão entre Estado e poder. Raffestin faz uma diferenciação sobre o Poder com letra maiúscula e o poder. O Poder é mais fácil de definir porque se manifesta por intermédio dos aparelhos complexos que encerram o território, controlam a população e dominam os recursos. É o poder visível, maciço e identificável. O “poder” é a parte intrínseca de toda relação; de certa forma, ele está em todo lugar, não que englobe tudo, mas vem de todos os lugares, logo, seria inútil tentar buscar a originalidade, um

centro único de soberania de onde se irradiaram formas derivadas e descendentes deste poder, pois ele é o alicerce móvel das relações de força, se manifesta por ocasião da relação, está contido em todo processo de troca ou de comunicação. O poder nasce muito cedo, junto com a história que contribuiu para fazê-lo; achar que o Poder é o Estado significa mascarar o poder com uma minúscula importância (RATZEL, 1980; RAFFESTIN, 1933).

Raffestin discorre sobre os “trunfos de poder”, que são, para ele, na geografia política, uma divisão em três fatores: a população, o território e os recursos. Ele coloca a população em primeiro lugar, pois entende que ela está na origem de todo o poder, é nela que residem as capacidades virtuais de transformação (ela constitui o elemento dinâmico de onde procede a ação), ou seja, é o meio pelo qual uma nação tem capacidades de exercer sua potencialidade e assim realizar seus interesses. O território não é menos indispensável, uma vez que é o “cenário” do poder e o lugar de todas as relações, mas sem a população, ele se resume a apenas uma potencialidade, um dado estático a organizar e a se integrar numa estratégia. Os recursos, enfim, determinam os horizontes possíveis da ação e também condicionam o alcance da ação (RAFFESTIN, 1933).

A população, em sua totalidade, é uma coleção de seres humanos, portanto, ela é finita e também pode ser enumerada (contabilizada); esse ponto é importante, pois se pode ser enumerada, pode-se ter uma visão mais precisa dela. É por meio da imagem e do número que o Estado ou qualquer tipo de organização procura aumentar sua informação sobre um grupo e, por consequência, seu domínio sobre ele. Se a população é vista como um trunfo, ela é, de fato, um elemento atuante também nas Relações Internacionais. Como o poder se origina da população e é através dela que é exercido na prática, é natural que um Estado queira fazê-la crescer ou se deslocar para atingir este ou aquele objetivo (sua reprodução e/ou desenvolvimento). Durante a história, no intuito de modificar o estoque ou mudar a sua distribuição, diversos meios foram utilizados, desde a coerção pura e simples até a incitação moral e também a dissuasão. A imagem da população não é apenas algo quantitativo, ela é também qualitativa, como diz Raffestin, deve se considerar um conjunto de propriedades econômicas, políticas, sociais, culturais, de tal maneira que os recursos sejam qualificados e, assim, a organização descobre a homogeneidade ou a heterogeneidade da população (RAFFESTIN, 1933).

A demografia é o fator que provavelmente representa o principal desafio à revitalização nacional do Japão e às tentativas de superar o legado de sua década perdida, durante a estagnação econômica japonesa, após o rompimento da bolha financeira e imobiliária do Japão entre 1991 a 2001. A queda da população ameaça minar não apenas o sucesso da Abenomics,

iniciativas econômicas feitas no mandato do ex-primeiro-ministro Shinzo Abe (que em seu governo divulgou um pacote abrangente de políticas para reviver a economia japonesa de duas décadas de deflação, mantendo a disciplina fiscal), mas também o futuro das reformas das políticas de defesa. Isso aprofundará os riscos de segurança e poderá resultar na marginalização do Japão na Ásia-Pacífico. Conforme o Instituto Nacional de Pesquisa de População e Previdência Social, em 2040, o Japão poderá perder um milhão de pessoas por ano e esses números podem aumentar. Até o final do século, a população do Japão poderia cair para apenas setenta milhões – o equivalente ao que era no início de 1900 (FUNABASHI, 2015).

2.1.1 - O cenário internacional e o equilíbrio de poder

Para entender o sistema internacional, toma-se como pressuposto alguns conceitos tais como o "equilíbrio de poder", de Hans Morgenthau, que, em seu livro "A Política Entre as Nações", traz o entendimento sobre o que seria esse equilíbrio. Quando a aspiração de poder de uma nação tenta alterar ou manter seu status quo, há então uma nova configuração internacional, chamada de equilíbrio de poder. A concepção desse equilíbrio vem da estabilidade em um sistema composto de uma variedade de forças autônomas, ou seja, dos Estados; sempre que há uma alteração nesse equilíbrio, a tendência é que aqueles elementos componentes do sistema busquem restabelecer esse equilíbrio. É importante entender esse conceito para acompanhar a ascensão chinesa no atual cenário, e também como ela gera efeitos sobre aqueles que estão incluídos na sua área de influência. Até porque a China, quando abordada sobre questões marítimas, em que seus interesses conflitam com os de terceiros, age crescentemente de forma assertiva, incluindo atos perigosos que podem causar acidentes indesejados. Além disso, a China demonstra suas afirmações unilaterais sem fazer nenhuma concessão, avançando constantemente em suas modernizações militares (JAPAN WHITEBOOK, 2020; MORGENTHAU, 2003).

Para Morgenthau, existem dois pressupostos-base referentes às formas de equilíbrio: primeiro, os elementos a serem equilibrados são necessários para a sociedade ou têm direito a existir; segundo, sem um estado de equilíbrio entre eles, um dos elementos ganhará ascendência sobre os demais, desrespeitará seus interesses e direitos e, por fim, acaba por destruí-los. O objetivo real envolve manter a estabilidade e a preservação dos elementos do sistema; o equilíbrio tem por função evitar que esse elemento em ascensão conquiste a supremacia sobre os demais (MORGENTHAU, 2003).

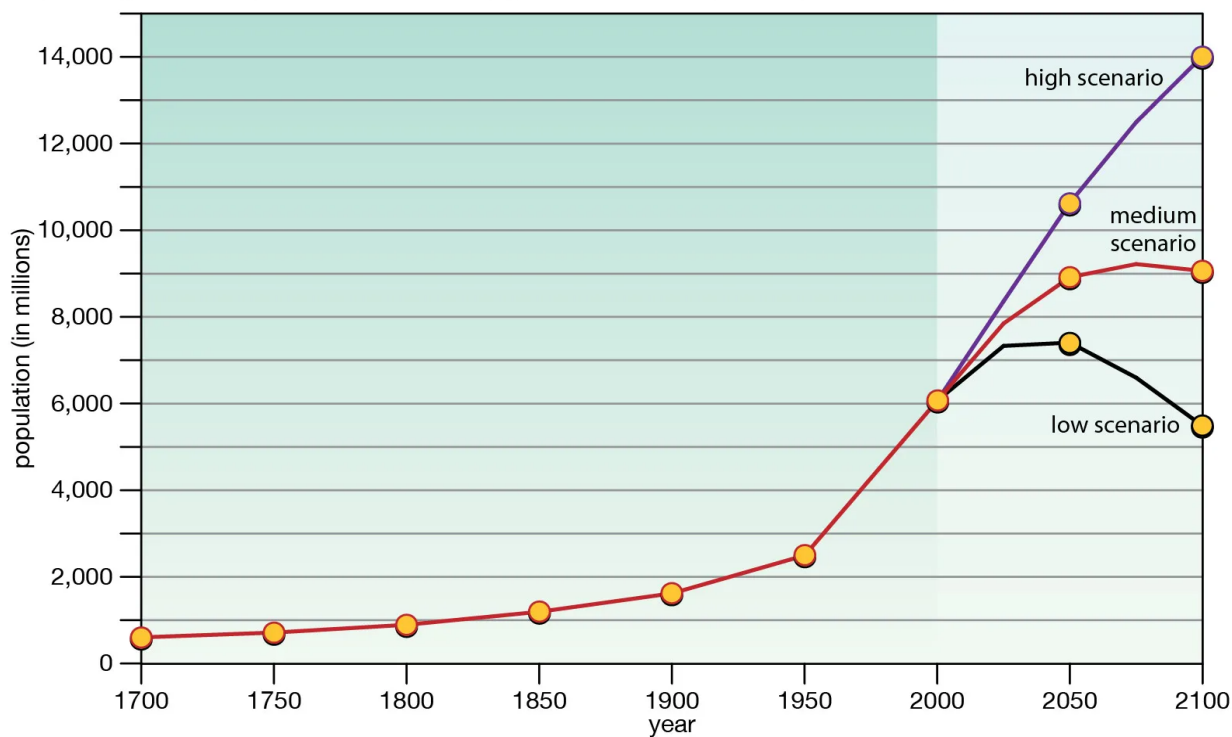
Morgenthau (2003) descreve como há dois fatores na base da sociedade internacional: a multiplicidade e o antagonismo de seus elementos. E argumenta que as aspirações de poder das nações podem entrar em conflito entre si e de outras duas formas, sendo que esse conflito pode ocorrer em qualquer momento particular da história. Quando se aborda essa questão do equilíbrio de poder, deve-se também falar sobre a capacidade de barganha de cada elemento constituinte do sistema; a barganha é a capacidade de defender seus interesses frente a um objeto ou objetivo específico, e está incluída nas negociações diplomáticas e também na busca pelo equilíbrio. Segundo o autor, são os armamentos os principais instrumentos de que se vale uma nação para, usando o poderio à sua disposição, manter e restabelecer o equilíbrio de poder. O Japão, frente às pressões enfrentadas, continua buscando sua escalada militar e tecnológica para manter sua soberania e também adquirir os meios para garantir a reprodução de sua sociedade (MORGENTHAU, 2003).

2.2 - O que significa o decréscimo populacional japonês

Muitos países buscam, através de diferentes medidas, garantir um bem-estar social e que sua nação aproveite todos aqueles recursos disponíveis em vida, para que, assim, consigam dar continuidade à reprodução de sua sociedade de forma próspera, segura e saudável, dentro de suas fronteiras e sob proteção e auxílio do Estado. Tendo como foco a questão demográfica, entende-se que há um período jamais visto na história, em que os países seguem em crescimento e movimento demográfico elevado após o fim da Segunda Guerra Mundial.

Figura 1

World population (1700–2000) and population projections (2000–2100)



Source: United Nations Department of Economic and Social Affairs/Population Division 2004

© 2012 Encyclopædia Britannica, Inc.

FONTE: ENCLYCLOPAEDIA (2012)

A Organização Mundial da Saúde (OMS, 2020) mostra, em um de seus indicadores (*The Global Health Observatory*), como a expectativa de vida média mundial aumentou mais de 6 anos entre 2000 (66,8 anos) a 2019 (73,4 anos); isso se deve, principalmente, ao declínio da mortalidade, a redução dos conflitos diretos e também o desenvolvimento nos meios de saúde (HITACHI-UTokyo, 2020).

No quesito ter uma vida longa e saudável, pode-se dizer que o Japão tornou esse objetivo realizado, pois alcançou uma das maiores, se não, a maior média de expectativa de vida do mundo. Esse é o resultado de diversas medidas, tais como seus sistemas de saúde e assistência médica, incluindo um sistema universal de seguro de saúde pública e também um sistema cada vez mais automatizado e respaldado por uma tecnologia médica avançada. O sistema japonês garante que sua população permaneça saudável desde sua infância até a velhice e que possa gozar do trabalho e das atividades de lazer; com isso, cresce ainda mais o desejo de viver uma vida mais longa (CABINET OFFICE OF JAPAN, 2017).

A expectativa média de vida do Japão vem crescendo desde 1961, com a implementação do sistema universal de seguro de saúde pública; porém, em 1970, a proporção de idosos com 65 anos ou mais no conjunto da população ultrapassou os 7% (taxa de envelhecimento); com

isso, já estava sendo considerada uma sociedade envelhecida. Nos 24 anos seguintes, esse envelhecimento continuou a crescer em níveis nunca vistos antes; em 1994, essa taxa já havia dobrado, alcançando 14% da população. Em primeiro de agosto de 2016, a taxa chegou a 27,2% e está projetada para atingir 39,9% da população até 2060, classificando a sociedade como “hiper” envelhecida. Por conta dessa singularidade, o Japão possui um feriado nacional, oficializado pelo governo em 1966, chamado “Respeito pelo Dia do Idoso” (*Keirō no Hi*), para expressar apreço e gratidão aos idosos, pela contribuição à sociedade e celebrar também a longevidade e vitalidade dessas pessoas. Segundo Florian Coulmas, em seu livro “Declínio populacional e envelhecimento no Japão – as consequências sociais” (2007), o termo *kōreika shakai* (sociedade em envelhecimento) foi frequentemente usado de meados da década de 1980, até o início da década de 1990, quando foi substituído por *kōrei shakai* (sociedade envelhecida). Os termos *chōkōreika shakai* e *chōkōrei shakai* (sociedade hiper-envelhecida) começaram a aparecer no final da década de 1990. Esses termos técnicos, assim, encontraram seu caminho no discurso público, sugerindo que os japoneses começaram a pensar em si mesmos como uma sociedade envelhecida e até hiper envelhecida (CABINET OFFICE OF JAPAN, 2017; KEIRO NO HI, 2006; COULMAS, 2007).

Fazendo uma breve comparação sobre a quantidade de pessoas com 65 anos ou mais, observa-se que alguns países haviam ultrapassado os 10% durante o século XX. Em 1950, essa porcentagem já era de 11,4% na França e 10,2% na Suécia, seguido pela Alemanha (1955), Itália (1965) e, em 1970, os EUA também ultrapassam essa marca. No Japão, a porcentagem de pessoas com 65 anos ou mais ultrapassou 10% apenas em 1985, no entanto, em 2015 essa porcentagem (população acima dos 65 ou mais) já apresentava um cenário completamente diferente. Dados do *Statistical Handbook of Japan (2021)*, mostram que, em 2015, a porcentagem da população com 65 anos ou mais no Japão era de 26,6%, superando os EUA (14,6%), França (18,9%), Suécia (19,6%), Alemanha (21,2%) e Itália (21,9%), indicando que o envelhecimento da sociedade no Japão está progredindo muito rapidamente em comparação com os Estados Unidos e aos países europeus (STATISTICS BUREAU OF JAPAN, 2021).

O jornal “*The Japan Times*”, publicado no Japão, relatou, em setembro de 2021, o recorde alcançado pela população japonesa, o número de idosos com 65 anos ou mais alcançou a marca de 36,4 milhões, um aumento em aproximadamente 220 mil em comparação ao mesmo período no ano anterior, como indicou o Ministério de Assuntos Internos japonês. A quantidade de homens acima de 65 anos soma cerca de 15,83 milhões, aproximadamente 26% do total da população masculina, já em relação às mulheres, 20,57 milhões de idosas, aproximadamente 32% da população feminina. A participação desses idosos na população total do país se elevou

para 29,1%, considerado recorde entre 201 países e regiões ao redor do globo. Esse envelhecimento exacerbado tem diversos impactos no funcionamento da economia, tal como na divisão do trabalho, atividades remuneradas e também na segurança do país (THE JAPAN TIMES, 2021; EPRS, 2020).

Em 2020, o número de idosos com emprego atingiu a marca de 9,06 milhões, crescendo pelo 17º ano consecutivo, o número de idosos com empregos não regulares totalizou 3,9 milhões (76,5% da força de trabalho total dos mais idosos, excluindo executivos e autônomos), um aumento de 140% em comparação a 2012 (1,63 milhão). Uma pesquisa conduzida pelo Parlamento Europeu mostra como o Japão vem envelhecendo rapidamente; a idade média japonesa é de 48 anos - 17 anos acima da média global - sendo que 28,7% da população tem 65 anos ou mais (1 a cada 4 pessoas) e o país é detentor de outro recorde, possui 80 mil centenários. É esperado que em 2036 essas pessoas que possuem 65 anos ou mais representem um terço da população (THE JAPAN TIMES, 2021; EPRS, 2020).

Porém, com o envelhecimento vem também um drástico impacto demográfico, conhecido também como “encolhimento” populacional; em outras palavras, o decréscimo da população. O declínio populacional geralmente é o resultado de três fatores principais, sendo eles:

(1) que há menos nascimentos de crianças (a taxa de fertilidade japonesa é 1.38 por mulher, de acordo com o Data World Bank 2020);

(2) a partir do momento em que as pessoas se distanciam das aldeias e das pequenas comunidades, os empregos, escolas, lojas e outras instalações começam a desaparecer (as famílias com crianças se mudam para cidades maiores em busca de melhores oportunidades);

(3) conforme a população se torna cada vez mais idosa e segue em busca de aposentadorias/repouso frente às atividades remuneradas, os jovens e mais instruídos se mudam para cidades maiores em busca de diferentes oportunidades (GOVERNMENT OF THE NETHERLANDS, 2011).

Desde 2011, a população japonesa também vem diminuindo: isso apresenta um caso raro de uma das maiores potências cuja população geral está se tornando menor em tempos de prosperidade e paz. Esse efeito de encolhimento deve-se também a outra característica, que é a redução da taxa de fertilidade dos últimos anos, tal como apresenta a tabela abaixo (EPRS, 2020).

Tabela 1. Mudança na fertilidade e mortalidade no Japão pós-guerra, 1951-2021

Ano	Taxa de fertilidade total	Número de nascimento (milhões)	Expectativa de vida ao nascer - Homens	Expectativa de vida ao nascer - Mulheres
1951	3.26	2.14	60.8	64.9
1961	1.96	1.59	66.0	70.8
1971	2.16	2.00	70.2	75.6
1981	1.74	1.53	73.8	79.1
1991	1.53	1.22	76.1	82.1
2001	1.33	1.17	78.1	84.9
2011	1.39	-	79.4	85.9
2021	1.36	-	81.4	87.4

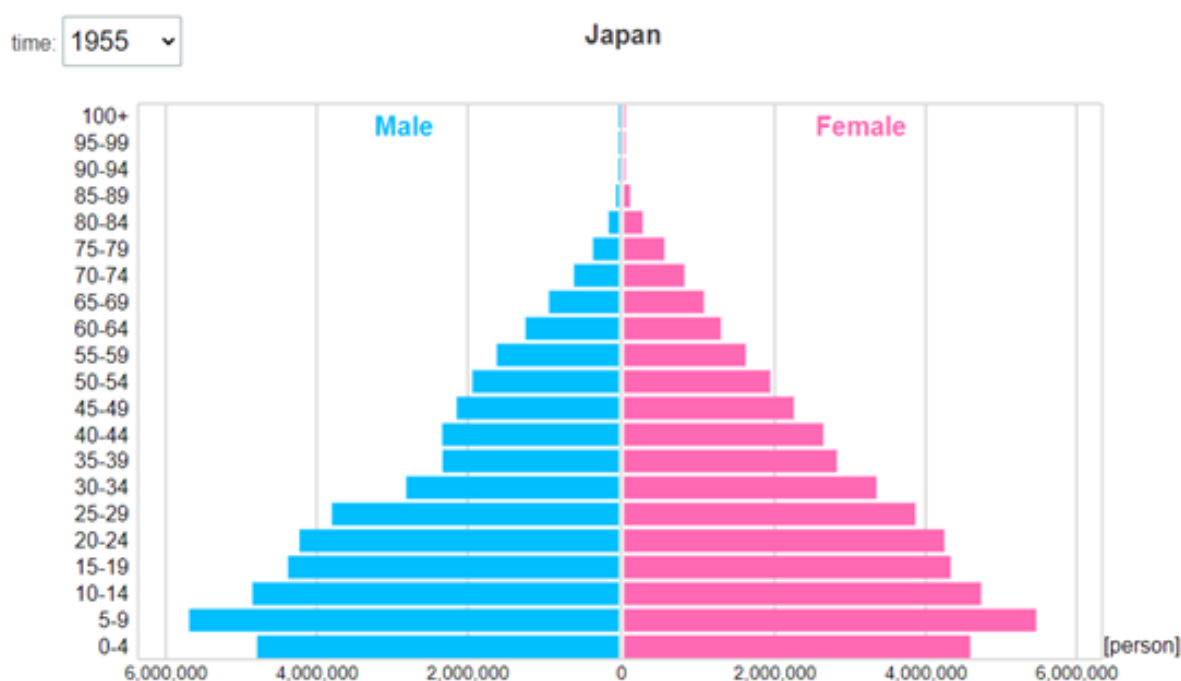
FONTE: OGAWA (2007)

Graças à mortalidade infantil extremamente baixa do Japão, uma taxa de fertilidade de 2,08 seria o suficiente para manter a população em um nível estável. E como a mortalidade também diminuiu, as baixas taxas de natalidade não se traduziram imediatamente no encolhimento da população, mas como a fertilidade tem sido baixa há décadas, a próxima geração de mulheres grávidas é afetada e o declínio geral é inevitável (COULMAS, 2007).

Ao se observar os movimentos demográficos da população japonesa, compreende-se melhor os impactos deste decréscimo populacional. Após o fim da Segunda Guerra Mundial, houve uma “explosão demográfica” (um aumento súbito nos nascimentos) no Japão, tal como em diversos outros países, o chamado *baby boom*, no qual a curva etária passa a ter em sua maioria, pessoas abaixo dos 20 anos. Porém, no caso japonês, em contraste com os países ocidentais, o *baby boom* no pós-guerra foi extremamente curto, durando apenas três anos, entre 1947 a 1949. Posteriormente, foram feitas algumas projeções populacionais (em meados da década de 1970), essas projeções assumiam um crescimento contínuo, embora em desaceleração, esperava-se que a população total do Japão se estabilizasse por volta do ano de 2020, em 140 milhões (14,2 milhões de habitantes a mais do que o alcançado). Uma surpresa para o governo japonês foi que, em 1990, a taxa de fertilidade chegou a 1,57 (filhos por mulher), conhecido como “*The 1.57 Shock*”, e ficou abaixo dos 1,58 registrados em 1966, o ano do “Cavalo de Fogo”, no zodíaco chinês. Este foi um ano distinto, pois a crença é que as meninas nascidas no ano do Cavalo de Fogo trazem destruição para seus maridos, logo, muitos casais adiaram a reprodução (EPRS, 2020; COULMAS, 2007).

Tal como pode ser observado na figura 2, dez anos após a Segunda Guerra Mundial, a distribuição etária japonesa se encontrava em crescimento:

Figura 2

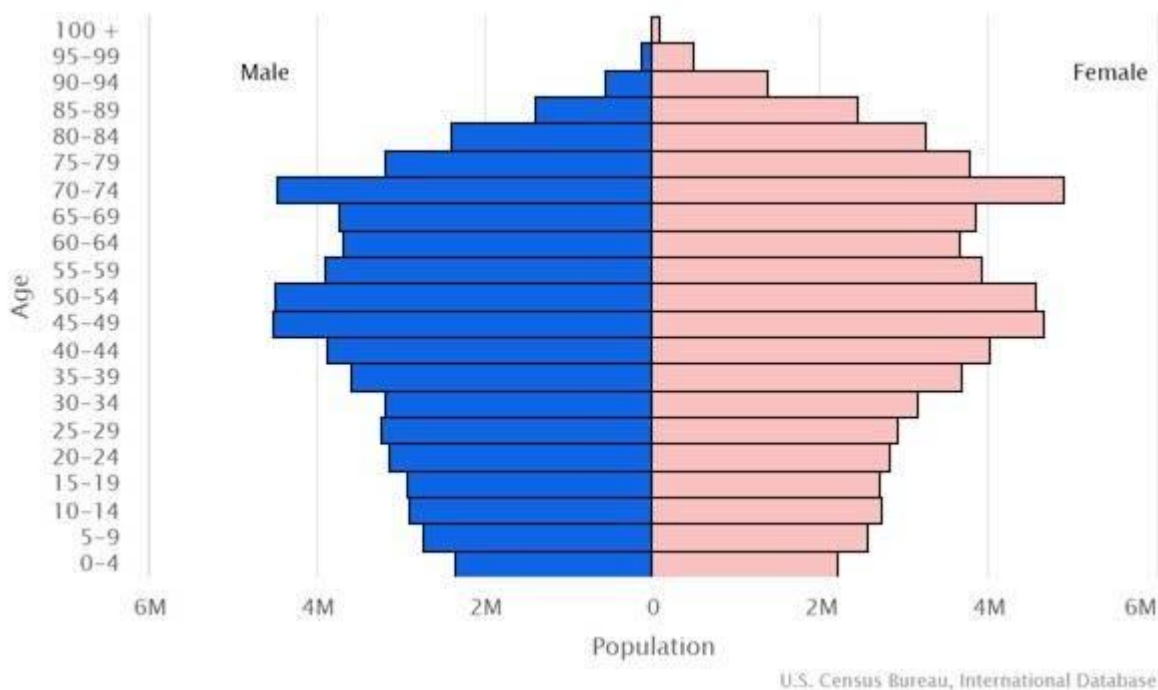


FONTE: STATISTICS DASHBOARD, JAPAN (2022)

Este gráfico, mais conhecido por “pirâmide demográfica” ou etária, é uma maneira de se visualizar como as populações são compostas, diferenciando grupos divididos por idade e sexo. Possui esse nome, pois quando uma população está em crescimento (há mais nascimentos do que pessoas morrendo), o gráfico apresentará a forma de um triângulo tal como uma pirâmide (NATIONAL GEOGRAPHIC, 2022; POPULATION EDUCATION, 2016).

Mas ao olhar o caso japonês em comparação a 2021, observa-se uma concentração de pessoas na faixa dos 40 aos 70 anos, classificando a sociedade em um modelo de pirâmide constritiva, usada para descrever populações idosas e em declínio. Essas pirâmides constritivas muitas vezes podem se parecer com colmeias e normalmente têm uma forma invertida, com o gráfico afunilando na parte inferior. O que se pode esperar desse tipo de distribuição etária é que a maioria das pessoas estão concentradas em adultos e idosos, mas que apresentam uma prospecção futura alarmante, pois há poucos nascimentos, mais pessoas se aposentando e se tornando mais dependentes (NATIONAL GEOGRAPHIC, 2022; POPULATION EDUCATION, 2016).

Figura 3



FONTE: CIA FACTBOOK, JAPAN (2022)

2.2.1 O impacto nos setores econômicos e sociais, a distribuição etária japonesa

O impacto já está sendo documentado pela governança japonesa em seu Manual de Estatística (*Statistical Handbook, 2021*), elaborado anualmente para fornecer uma visão clara e coerente do Japão atual por meio de estatísticas. O Japão possui um sistema de ganhos médios (ganhos em dinheiro programados), ou seja, os ganhos aumentam de acordo com a idade, aumentando assim gradativamente, até os 40-50; depois dessa idade, sofrem uma redução. Ao revisar os salários, cerca de metade de todas as empresas enfatizam o "desempenho corporativo", mas, no contexto de agravamento da escassez de mão de obra, uma porcentagem crescente de empresas nos últimos anos tem dado maior ênfase à "garantia e retenção de sua força de trabalho" (STATISTICS BUREAU OF JAPAN, 2021).

Após a população do Japão com 15 anos ou mais atingir o pico de 111,17 milhões de pessoas em 2011, ela permaneceu estável desde 2012, porém, sofreu uma leve redução em 2020 atingindo 110,80 milhões de pessoas. Nos anos 2000, essa população ativa (pessoas com 15 anos ou mais, empregados e desempregados) apresentavam uma tendência decrescente devido ao envelhecimento da população; em 2020, o número foi de 68,68 milhões, uma diminuição de 0,3% em relação ao ano anterior. A taxa de participação na força de trabalho foi de 62% em 2020 (menos 0,1 ponto percentual em relação ao ano anterior). Observada por gênero, a taxa foi de 71,4% para homens (inalterada) e 53,2% para mulheres (menos 0,1 ponto percentual). Destes, não estão na força de trabalho (pessoas mais velhas, recém-nascidos, etc.) aproximadamente 40 milhões, sendo homens 15,270 milhões e mulheres 26,770 milhões (STATISTICS BUREAU OF JAPAN, 2021).

Um obstáculo que vem dificultando a relação entre os japoneses é a desigualdade de gênero, que permanece alta no Japão. Em 2006, o Gabinete Oficial do Japão produziu um documento “Passos para a igualdade de gênero no Japão”, no qual se relata essa questão. A participação das mulheres nos processos de tomada de decisão política do Japão permanece baixa, e a porcentagem de mulheres na força de trabalho cai durante o casamento primário e o período de procriação/criação dos 30 anos. As oportunidades para que as mulheres exerçam suas habilidades e contribuam plenamente para a sociedade são insuficientes. Simultaneamente, para responder às rápidas mudanças que ocorrem na situação socioeconômica do Japão, como a tendência da baixa fertilidade, o envelhecimento da população e o amadurecimento das atividades econômicas domésticas, tornou-se uma questão de urgência alcançar uma sociedade com igualdade de gênero, na qual homens e mulheres respeitem os direitos humanos um do outro e compartilhem responsabilidades, e na qual todo cidadão possa exercer plenamente sua

individualidade e suas habilidades, independentemente do gênero. Porém, estatísticas recentes ainda explicitam essa desigualdade; por isso a maioria das mulheres mais velhas configuram aqueles empregados em serviços “não regulares” (STATISTICS BUREAU OF JAPAN, 2021; CABINET OFFICE OF JAPAN, 2006).

A distribuição etária japonesa no setor trabalhista segue da seguinte forma: Em 2020, o setor primário (mineração, silvicultura, agricultura e pesca) representou 3,2% do total de pessoas empregadas; o setor secundário (manufatura, como a produção de automóveis e aço), 23,5%; e o setor terciário (prestação de serviços), 73,3%. No longo prazo, a porcentagem de pessoas empregadas no setor primário e no setor secundário vem caindo continuamente, enquanto a porcentagem de pessoas empregadas no setor terciário tem aumentado continuamente. Dentro do setor terciário, o número daqueles que possuem ocupações tal como médicos, cuidados de saúde e bem-estar tem aumentado, sendo que a porcentagem de emprego feminino foi a maior em médicos, cuidados de saúde e bem-estar, seguido por acomodações, serviços de alimentação e bebida e "serviços relacionados à vida, pessoais e de diversão" (STATISTICS BUREAU OF JAPAN, 2021).

No quesito emprego, o número de trabalhadores administrativos e gerenciais vem diminuindo nos últimos anos. Utilizando de base os dados de 2020, o número foi de 1,28 milhão, o mesmo do ano anterior. Por outro lado, os prestadores de serviços, como os que prestam assistência domiciliar, apresentam um crescimento nos últimos anos devido à tendência de uma economia orientada a serviços, ao envelhecimento da população e às melhorias nos serviços de assistência social. Há também uma tendência crescente no número de "trabalhadores profissionais e de engenharia". O número era de 12,14 milhões neste ano, o que representava aproximadamente 18,2% do total de pessoas empregadas. Dos 56,20 milhões de funcionários, 20,90 milhões eram regulares. A taxa de funcionários não regulares entre todos os colaboradores do sexo masculino foi de 22,2%, enquanto a proporção correspondente para o sexo feminino foi de 54,4%, ressaltando a grande diferença entre os sexos. No que diz respeito à porcentagem de funcionários não regulares (no total de funcionários regulares e não regulares por gênero e faixa etária) para o sexo masculino, a porcentagem de jovens com idades entre os 15 e os 24 anos e idosos com 65 anos compreendem a maioria. Entre as mulheres, funcionárias não regulares representavam mais de 50% em todas as faixas etárias, à exceção das mulheres de 25 a 34 anos e de 35 a 44 anos (STATISTICS BUREAU OF JAPAN, 2021).

Pode-se observar a mudança no setor trabalhista, econômico e social japonês com base nesses dados. Em 1970, o setor primário representava cerca de 19,3% da população empregada, o setor secundário 34,1% e o setor terciário 46,6%. Em 2015, as participações correspondentes

desses três setores foram alteradas, a indústria primária emprega 4%, a secundária 25% e a terciária 71%. Quanto ao Produto Interno Bruto (PIB) japonês por tipo de atividade econômica, o setor primário representava 5,9% de participação, 43,1% o secundário e 50,9% o terciário, isso no ano de 1970. Já no ano de 2015, o setor primário consistia apenas 1% do PIB, o secundário 25,9% e o terciário 73,1%. A Classificação Industrial Padrão do Japão relata que, em 2021, a categoria que possui o maior número de estabelecimentos foi o comércio atacadista e varejista, totalizando 1,4 milhão, seguido por acomodações, serviços de alimentação e bebidas e, por fim, construção. No que concerne ao número de pessoas empregadas, os estabelecimentos de comércio atacadista e varejista ocupam o primeiro lugar, com cerca de 11,8 milhões de pessoas, seguido pelo setor industrial, e então ocupações como médicos, assistentes, etc (STATISTICS BUREAU OF JAPAN, 2021).

O Japão possui o menor índice de autossuficiência alimentar entre os principais países industrializados (*Statistical Handbook, 2021*); ele é, portanto, o principal importador líquido de produtos agrícolas do mundo. Porém, é importante ressaltar que, mesmo sendo considerada uma sociedade hiper-envelhecida, muitos idosos agora colhem os frutos de uma vida ocupada, desfrutando de anos de aposentadoria relativamente despreocupados, com boa saúde e sem preocupações econômicas. Embora em muitos casos individuais haja dificuldades, a atual geração de pensionistas é globalmente abastada; segundo o *Nation Master*, em termos de expectativa de vida ao nascer, o Japão está em sexto lugar, com 81,15 anos (sendo que os outros 5 são “mini-estados”, tais como Andorra, Cingapura). Outros grandes países industrializados nessa lista, como Alemanha (34), Reino Unido (38) e EUA (46) são encontrados com essa expectativa muito abaixo. O Japão também é um dos países mais ricos do mundo em termos de paridade de poder de compra (COULMAS, 2007; STATISTICS BUREAU OF JAPAN, 2021).

No setor econômico, entretanto, o Japão vem enfrentando diversas dificuldades fiscais. O governo japonês relata, em seu Manual, que a proporção da dívida do governo geral em relação ao PIB do Japão (no contexto fiscal) é particularmente alta, mesmo em comparação com outros grandes países industrializados. Em 2018, os gastos com benefícios previdenciários e auxílios financeiros àqueles contribuintes que não possuem mais condições de trabalhar, totalizaram cerca de 121,5 trilhões de ienes (US \$903 bilhões), um aumento de 1,1% em relação ao ano fiscal anterior. Consiste, esse valor, em cerca de 961.200 ienes (US \$7,4 mil) por pessoa. A proporção dos gastos com benefícios da previdência social do Japão em relação à renda nacional registrou 30,1%. Os benefícios para idosos representaram 66,5% do total de gastos com benefícios previdenciários. De acordo com o *Statistical Handbook*, as pensões representaram 45,5% do total de gastos com esses benefícios, enquanto os cuidados médicos

representaram 32,7% e o bem-estar social e outros, 21,8% (STATISTICS BUREAU OF JAPAN, 2021).

A previsão é que estes gastos com benefícios previdenciários continuem crescendo. Por conta desse aumento nas despesas com benefícios previdenciários, o valor das contribuições e impostos para o seguro social também aumentou, chegando a 132,6 trilhões de ienes (US \$1 tri) no ano fiscal de 2018. Este foi financiado por 72,6 trilhões de ienes (US\$ 549 bilhões) de contribuições para o seguro social, 50,4 trilhões de ienes (US\$ 381 bilhões) de impostos e 9,6 trilhões de ienes (US\$ 76 bilhões) de outras fontes. O governo está fazendo abordagens para uma reforma drástica do sistema tributário, incluindo o aumento do imposto sobre o consumo, como o primeiro passo para garantir simultaneamente um financiamento estável para a seguridade social e alcançar finanças públicas sólidas. Assim, a taxa de imposto de consumo foi aumentada de 8 para 10% em 1º de outubro de 2019, devido à necessidade de transição do sistema de previdência social do Japão, que está atualmente focado em benefícios para idosos, para um tipo de “todas as gerações” utilizável por qualquer pessoa, desde crianças e jovens até os idosos (STATISTICS BUREAU OF JAPAN, 2021).

Já em 2021, as principais despesas do orçamento geral inicial da conta incluem previdência social (33,6%), serviço da dívida nacional (22,3%), subsídios fiscais de alocação local, etc. (15,0%), obras públicas (5,7%), educação e ciência (5,1%) e defesa nacional (5,0%). Uma divisão por função desses gastos mostrou que os gastos com previdência social representaram a maior parcela (34,7%), seguidos por títulos públicos (20,0%), educação (11,9%), administração geral (11,8%) e, em seguida, terras, preservação e desenvolvimento (10,8%). A conta-corrente japonesa, em 2020, totalizou 17,5 trilhões de ienes (US\$ 131 bilhões), e seu superávit encolheu pelo terceiro ano consecutivo, ou seja, o país mais “comprou” do que vendeu, sofrendo uma diminuição na receita do governo. Desagregando a conta-corrente, bens e serviços subiram 0,2 trilhão de ienes em relação ao ano anterior para -0,7 trilhão de ienes, registrando déficit pelo segundo ano consecutivo. A renda primária totalizou 20,8 trilhões de ienes, o que representou uma redução de 3,5% em seu superávit em relação ao ano anterior (STATISTICS BUREAU OF JAPAN, 2021).

Em um relatório de abril de 2015, o Fundo Monetário Internacional revelou a urgência da necessidade de corrigir os desequilíbrios fiscais, que atingiram níveis insustentáveis. O relatório alerta que o nível de endividamento do Japão pode chegar a 250% de seu produto interno bruto até o final desta década. O pesado fardo de um orçamento nacional de seguridade social crescente é uma das principais fontes dessa dívida (STATISTICS BUREAU OF JAPAN, 2021).

2.2.2 As especificidades do envelhecimento e a taxa de dependência

Para lidar com a questão do envelhecimento japonês, é necessário acentuar as sensibilidades e dificuldades ao lidar com essas pessoas. Em 2000, o governo japonês lançou um sistema de seguro de cuidados de longa duração. Quando esse sistema foi estabelecido, havia cerca de 2,18 milhões de pessoas certificadas como necessitando de cuidados ou de apoio; até abril de 2019, este número triplicou, alcançando a marca de 6,59 milhões e o sistema de seguro de cuidados de longo prazo tornou-se ancorado na sociedade. O Japão também possui abordagens destinadas a melhorar os serviços para a promoção do "Sistema de Atenção Integrada Baseada na Comunidade" (sistema em que cuidados médicos, cuidados de enfermagem, cuidados preventivos e apoio à subsistência são fornecidos integralmente nas regiões onde se está acostumado a viver), bem como a realização de uma sociedade local e inclusiva. O número de usuários mensais de serviços de seguro de cuidados de longa duração totalizou, em média, 5,54 milhões por mês no ano fiscal de 2018, e aumentou cerca de 3 vezes em 18 anos em comparação com os cerca de 1,84 milhão de usuários no ano fiscal de 2000, quando o sistema foi iniciado (STATISTICS BUREAU OF JAPAN, 2021).

Além disso, o valor dos custos de cuidados de enfermagem no ano fiscal de 2018 (incluindo subsídios para serviços de cuidados de longa duração de alto custo, para cuidados médicos e serviços de cuidados de longa duração de alto custo e para serviços de cuidados de longa duração a uma pessoa internada uma instalação especificada) totalizou 10,4 trilhões de ienes. Em termos de prestação de cuidados de saúde, o Japão tinha 324 mil médicos envolvidos em cuidados médicos, ou 256,8 médicos por 100.000 habitantes em 2018. Embora o número de médicos que prestam cuidados de saúde esteja aumentando em todo o país, sua distribuição desigual tornou-se um problema devido à falta de médicos especializados em determinadas áreas da medicina e a falta de médicos atuantes em certas regiões do país (STATISTICS BUREAU OF JAPAN, 2021).

Em 2018, os gastos nacionais com assistência médica totalizaram 43,4 trilhões de ienes (US\$ 328 bilhões) ou 10,73% da renda nacional do Japão. O custo dos cuidados médicos por pessoa foi em média de 343.200 (US\$ 2.600) ienes no ano fiscal de 2018. Os custos médicos para tratar os idosos em estágio avançado no ano fiscal de 2017 foram de 16,0 trilhões de ienes (US\$ 121 bilhões), ou 37,2% dos gastos nacionais com assistência médica, e representavam 4% da renda nacional. O custo per capita dos cuidados médicos para os idosos em estágio avançado

foi em média de 944.561 ienes (US\$ 7.146) no ano. A porcentagem dos gastos com assistência médica nacional contabilizada pelos custos de assistência médica para idosos em estágio avançado diminuiu quando à idade das pessoas elegíveis para receber assistência médica para idosos em estágio avançado, sendo aumentada de maneira faseada ao longo de 5 anos, de 70 anos para 75 anos, em outubro de 2002. Porém, nos últimos anos, houve uma ligeira tendência de alta (STATISTICS BUREAU OF JAPAN, 2021).

Um cálculo usado para contabilizar o número de indivíduos que provavelmente serão economicamente "dependentes" do apoio de outros é a chamada taxa de dependência. À medida que os níveis de fecundidade diminuem, a razão de dependência inicialmente cai porque a proporção de jovens diminui, enquanto a proporção da população em idade ativa aumenta. À medida que os níveis de fecundidade continuam a diminuir, as médias de dependência acabam por aumentar porque a proporção da população em idade ativa começa a diminuir e a proporção de pessoas idosas continua a aumentar. A taxa de dependência total é a média combinada da população jovem (0-14 anos) e da população idosa (65 anos ou mais) por 100 pessoas em idade ativa (15-64 anos). No Japão, conforme o *Factbook* da CIA (Agência Central de Inteligência dos Estados Unidos), a taxa total de dependência é 71%, sendo esses 20% referentes aos mais jovens e 51% aos idosos, uma alta taxa de dependência total indica que a população em idade ativa e a economia em geral enfrentam uma carga maior para apoiar e fornecer serviços sociais para jovens e idosos, que muitas vezes são economicamente dependentes (STATISTICS BUREAU OF JAPAN, 2021; CIA FACTBOOK JAPAN, 2022).

Uma iniciativa para lidar com os principais problemas sociais do Japão é a chamada “*Society 5.0*”, lançada em 22 de janeiro de 2016 através do 5º Plano Básico de Ciência e Tecnologia (Cabinet Office 2016a) pelo governo do Japão. Este plano propõe a ideia de uma sociedade 5.0, uma visão futurística de uma nação pautada pela inovação científica e tecnológica. A intenção por trás dessa ideia se descreve em uma iniciativa que une o espaço físico (mundo real) e o ciberespaço (virtual), aproveitando ao máximo as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), assim propondo uma forma ideal de sociedade futura: uma 'sociedade superinteligente' que trará riqueza e prosperidade ao povo. O Laboratório de Hitachi-UTokyo, em seu livro “*Society 5.0*”, publicado em 2020, descreve como funciona e quais os desafios para alcançar esse objetivo (CABINET OFFICE OF JAPAN, 2016; HITACHI-UTokyo, 2020).

De uma forma geral, na Sociedade 5.0, os dados são coletados do “mundo real” e são processados por computadores; ela os incorpora através dos dados e informações, depois simula alternativas e soluções no ciberespaço, de forma que os resultados possam ser aplicados no

mundo real. Esses dados ajudarão os planejadores urbanos a entender com mais precisão as interações entre os diferentes serviços, em outras palavras, a Inteligência Artificial (IA) pode identificar conexões que um ser humano ignoraria. Com essa IA, compreende-se como diferentes serviços em uma determinada área interagem no curto prazo e como um determinado serviço moldaria outros serviços em um período mais longo. Além disso, “insights” derivados da IA sobre a dinâmica entre serviços, podem gerar novos serviços, e através dessa iniciativa o Japão pode desencadear também soluções em problemas semelhantes enfrentados por outros países. Não só serviços podem ser vinculados ao ciberespaço, mas a sociedade como um todo. Utilizando dados de uma cidade inteira e também um método específico, após a análise ter sido feita pela IA, suas soluções e métodos podem ser aplicados em diferentes tipos de sociedades. Os resultados dessa análise em uma segunda cidade podem, de fato, ser limitados em sua forma bruta, mas o próprio método analítico é aplicável a ambas as cidades (HITACHI-UTokyo, 2020).

Um exemplo, fornecendo dados sobre o trânsito dentro da cidade, através do ciberespaço, a IA começará a aprender os resultados que se pode esperar de um determinado padrão de controle de tráfego. Dessa forma, a IA derivará progressivamente leis gerais sobre a melhor forma de controlar o tráfego. Com o tempo, ela aprenderá como o transporte é afetado por fatores como eventos públicos e condições climáticas e entenderá as respostas ideais a esses fenômenos. Assim, no futuro, essa inteligência converterá dados em conhecimento (leis empíricas gerais) por meio de um processo automatizado e, em seguida, usará esse conhecimento para controlar automaticamente o tráfego. Em vez de os sinais de trânsito serem controlados por um software feito pelo homem, eles serão controlados por algoritmos ótimos gerados por IA. Um tema que não é abordado no livro “Society 5.0”, porém, e que é de extrema relevância para o governo japonês, seria como essa sociedade superinteligente poderia lidar com um conflito. Em vista do crescente fortalecimento militar dos países vizinhos ao Japão, uma IA poderia simular no ciberespaço meios para evitar ou talvez desencadear um conflito direto, mas isso depende também dos interesses daqueles tomadores de decisão. Os autores citam em seu livro que, para o sucesso da aplicação e funcionamento desse modelo de sociedade, que o governo japonês depende do quão bem eles trabalharão com os países ocidentais, a China e a comunidade internacional em geral (HITACHI-UTokyo, 2020).

No caso da Sociedade 5.0, um dos principais desafios diz respeito a como equilibrar de maneira ideal as necessidades da sociedade com as necessidades do indivíduo (fora a aplicação do ciberespaço no mundo real). Os atores envolvidos na política e na tecnologia devem se coordenar para que todos entendam como cada proposta de política ou desenvolvimento

tecnológico se encaixa e contribui para a Sociedade 5.0. Caso contrário, esses atores buscarão suas próprias tecnologias ou políticas particulares de forma descoordenada, sem entender como elas se encaixam no quadro maior da Sociedade 5.0 (HITACHI-UTokyo, 2020).

Primordialmente, a Society 5.0 vem para equilibrar e futuramente solucionar os desafios encontrados pelo Japão. Observando o caso japonês, presencia-se que as comunidades rurais estão diminuindo, e muitas declinarão e/ou ficarão abandonadas e desoladas. E, por outro lado, a população está cada vez mais concentrada nas grandes cidades, levando ao congestionamento do tráfego e a um risco, pois estão à mercê caso enfrentem algum tipo de desastre natural ou um conflito direto. Os empregos nos grandes centros populacionais estão cada vez mais com falta de pessoal no setor de serviços. Apesar da escassez de mão de obra, os salários não são altos e um número crescente de jovens está em empregos não regulares, reduzindo ainda mais a taxa de natalidade. À medida que a força de trabalho diminui, o mesmo acontece com a receita tributária. No entanto, os gastos do governo continuarão a aumentar devido à necessidade de manter a infraestrutura japonesa. Ao falar sobre essa infraestrutura, o problema não é apenas o declínio absoluto da população; outro problema é a chamada “esparsidade de consumidores” – uma população de consumidores que se distribui esparsamente por uma grande área (há um declínio na densidade populacional). Quanto maior a taxa de dispersão do consumidor, maiores são os custos relacionados à infraestrutura por consumidor, ou seja, o consumidor precisa gastar tempo e dinheiro para adquirir aqueles serviços essenciais ou precisam se deslocar grandes distâncias para isso. Quando esses custos não podem ser suportados, a qualidade dos serviços diminui (HITACHI-UTokyo, 2020; STATISTICS BUREAU OF JAPAN, 2021).

Então, conforme a população japonesa vai envelhecendo, há menos mão de obra disponível. Com menos população a trabalhar, o crescimento econômico estagna e os governos nacional e locais recebem menos receitas fiscais. Com os governos nacional e locais com saúde fiscal precária, os cidadãos devem aceitar um bem-estar social de qualidade inferior ou arcar com um fardo mais pesado para manter o bem-estar social em seu nível atual. Menos receita tributária também priva o governo dos recursos financeiros necessários para lidar com a desigualdade social ou ajudar os membros vulneráveis da sociedade, resultando em desigualdade intergeracional enraizada. Essa situação aumenta a insegurança social e priva as pessoas marginalizadas de oportunidades pelas quais poderiam usar seus talentos. Consequentemente, o Japão perderá sua competitividade e sua produtividade diminuirá ainda mais (HITACHI-UTokyo, 2020; STATISTICS BUREAU OF JAPAN, 2021).

No que concerne às pessoas em uma idade mais avançada, há também consequências advindas com o tempo. No Japão, são muitos os idosos que sofrem com isolamento ou que são

“esquecidos” por suas famílias, seja por conta de negligência, abuso de cuidadores familiares mais pobres ou que estejam muito ocupados para lidar com essas pessoas. Há um número crescente de idosos que vivem sozinhos, e muitos idosos cuidam de outros idosos, o que se tornou uma grande questão social. Enquanto a maior causa das mortes dos japoneses (velhos) é o câncer (neoplasia maligna), o número de suicídios em 2020 foi de 20.222, sendo que esta foi a principal causa de morte de pessoas entre 10 e 39 anos. Um número impressionante de governos locais em áreas rurais não sabe como lidar com a diminuição da população. Muitos desses governos locais estabeleceram políticas destinadas a manter ou aumentar a população residente e não residente (turistas, visitantes, peregrinos) através da implantação dos recursos turísticos da área e do ambiente natural abundante. No entanto, dado o declínio de longo prazo na população geral do Japão, os governos locais estão brigando por um bolo cada vez menor (HITACHI-UTokyo, 2020; STATISTICS BUREAU OF JAPAN, 2021).

Referente à taxa de dependência, as principais causas são doenças e acidentes que acabam acontecendo nos lares dessas pessoas; a partir de 2013, as três maiores causas de dependência de cuidados foram: as doenças cardiovasculares (derrame e doença cardíaca) que explicam 25% dos casos; a deficiência motora (fraturas, distúrbios articulares), que explica 21% dos casos; o comprometimento cognitivo, que explica 16% dos casos e, por fim, os acidentes, que ou enfraquecem, ou desabilitam algumas dessas pessoas. Doenças cardiovasculares e deficiências cognitivas são doenças do estilo de vida, enquanto fraturas e distúrbios articulares são o resultado de degeneração muscular, osteoporose e deficiências no ambiente de vida. Notavelmente, acidentes imprevistos são a sexta maior causa de morte no Japão e 75% dessas mortes ocorrem em casa, cerca de 15 mil ao ano, como resultado de queda ou afogamento no banho (HITACHI-UTokyo, 2020; STATISTICS BUREAU OF JAPAN, 2021).

Assim como primeiro passo para apoiar habitats assistivos, em que os habitantes possam viver em paz, há de se desenvolver um protótipo de um sistema de monitoramento de idosos baseado em uma IA que poderá detectar acidentes ou o aparecimento de condições de risco de vida e, em seguida, responder adequadamente (como alertando os serviços de emergência). Então, os cuidados médicos são necessários para lidar com essas particularidades, mesmo que IAs ou diferentes tecnologias surjam para repor a mão de obra necessária, dificilmente essas máquinas possuem empatia e a delicadeza que essas pessoas precisam. Os idosos geralmente sofrem também com outras “perdas”, em geral, sofrem uma redução na capacidade auditiva, visual, no equilíbrio e também na sua força física, fora os outros efeitos biológicos com o envelhecimento. Por exemplo, as tropas terrestres dos EUA carregam uma média de 12 quilos de equipamentos de proteção individual (armadura e capacete). Outros

equipamentos que também são utilizados, tal como uma mochila do exército (*army rucksack*), pesa em torno de 20 quilos e, em média, um rifle completamente carregado e com escopo definido pesará em torno de 3 quilos, isso tirando recuo sofrido após um disparo. Em uma urgência, se o Japão precisar convocar a população (seja em um desastre natural ou um conflito armado), essas pessoas não estão em capacidade física para ir ao combate, nem podem ser submetidas a situações perigosas (HITACHI-UTokyo, 2020; STATISTICS BUREAU OF JAPAN, 2021).

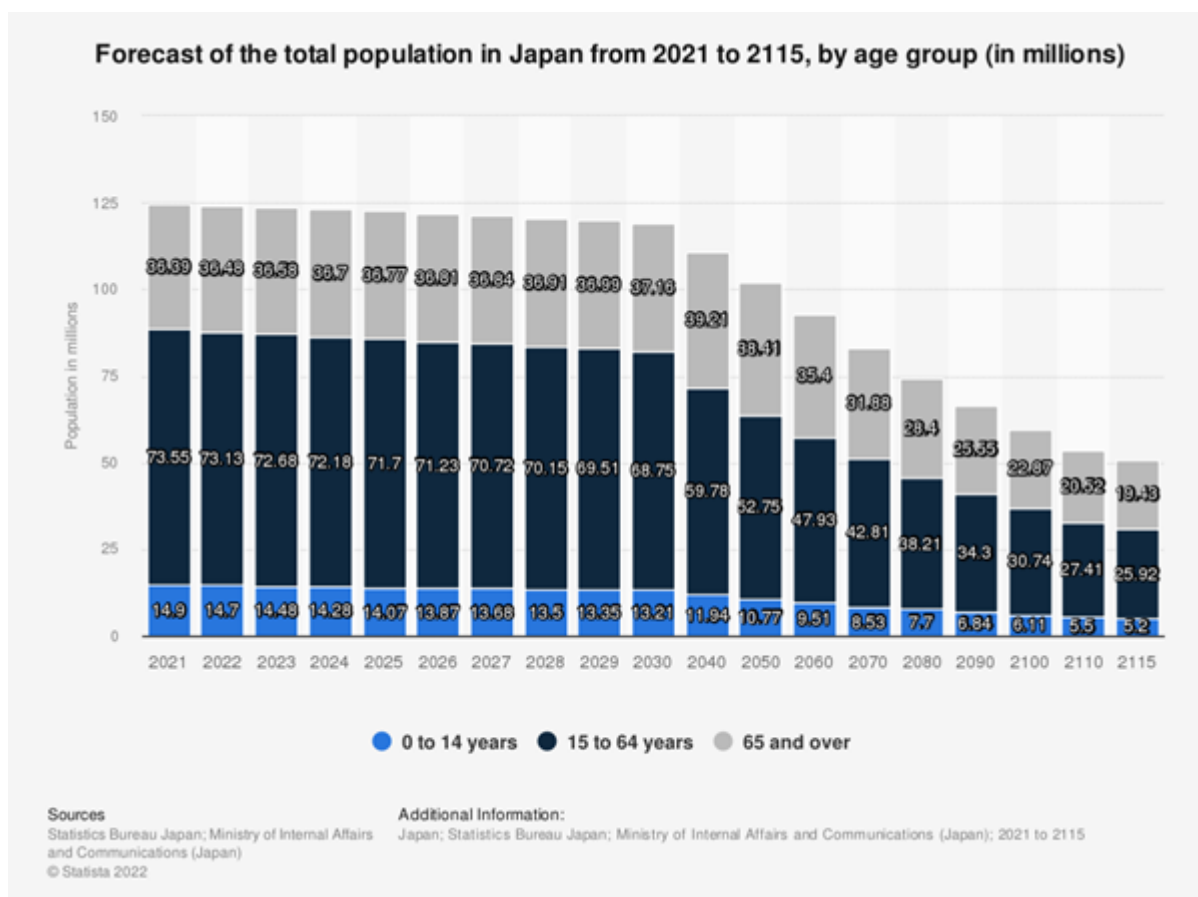
2.3 O decréscimo populacional e a defesa

Esse declínio populacional já demonstra seus primeiros sinais, pois, quando se trata do crescimento japonês, a taxa média anual do crescimento da população aparece em níveis negativos (-0,233) entre 2015-2020. Segundo o IBGE, a taxa do declínio e o número real pelo qual a população japonesa diminuiu em 1º de outubro de 2021 foram os maiores desde 1950. A população japonesa alcançou os 125,5 milhões de habitantes, sofrendo uma queda de 644.000 em relação ao ano anterior (2020) e é o 11º ano consecutivo de queda. O mesmo ocorreu em 2021, mais redução em 618.000, alcançando, agora, a marca de 122,78 milhões de habitantes. A proporção de menores de 15 anos atingiu 11,8%, enquanto a da população ativa, definida como a faixa etária entre 15 e 64 anos, ficou em 59,4%. Ambos os índices foram recordes. Se compararmos os habitantes estrangeiros residentes no Japão, que totalizam cerca de 2,722 milhões em 2022, há uma diminuição em 25.000 em relação a 2021 (THE ASAHI SHIMBUN, 2022; IBGE, 2020; THE WORLD POPULATION REVIEW, 2022).

O Japão possui diversas cidades que enfrentam os impactos desse declínio populacional. Dentre elas podemos citar, por exemplo, o caso da cidade de Yuzawa (Distrito de Akita) onde cresceu o Ex-Primeiro Ministro Yoshihide Suga, a 480 quilômetros de Tóquio. Nela, ao meio-dia de um dia quente, em que diversas pessoas transitavam nos centros comerciais, presenciava-se uma mudança nesse ambiente; mais da metade das lojas em uma galeria comercial no centro da cidade estão fechadas e as calçadas estão vazias, exceto pelos raros transeuntes idosos. O governo de Yuzawa vem enfrentando um de seus principais desafios: metade dos moradores desta área tem mais de 60 anos (de um total de 41,6 mil habitantes), pressionando o governo da cidade, dependente do apoio de Tóquio, a considerar uma fusão com outras cidades da província de Akita. Os japoneses têm interesses nessas questões, pois sabem que todos estão envolvidos de uma forma ou de outra. As escolas primárias, que antes educavam os mais novos, foram

transformadas em centro comunitários para idosos, também é normal encontrar alguém que esteja sobrecarregado com seus afazeres, preocupado com os custos médicos crescentes, aposentadoria estagnada, ou casais que hesitam em ter outro (ou seu primeiro filho), pois acham as taxas de matrícula proibitivamente caras (ASAHI SHIMBUN,2020; COULMAS, 2007).

Figura 4



FONTE: STATISTA (2022)

Caso o Japão não consiga lidar com a questão demográfica, o envelhecimento e a baixa fertilidade, é possível que sua população, que em 2021 era de 125 milhões, enfrente um decréscimo em até 60%, alcançando a marca 50 milhões de habitantes em 2115. Mesmo que seja um cenário muito distante, muitos japoneses acham essa previsão inquietante; 66% dos entrevistados em uma pesquisa feita pelo *Mainichi Shimbun* se sentem desconfortáveis com o fato de que o envelhecimento social continua e a população está começando a diminuir, e uma pesquisa do *Nihon Keizai Shimbun* descobriu que 77% consideram o declínio populacional uma “perspectiva sombria” (STATISTICS BUREAU OF JAPAN, 2021; COULMAS, 2007).

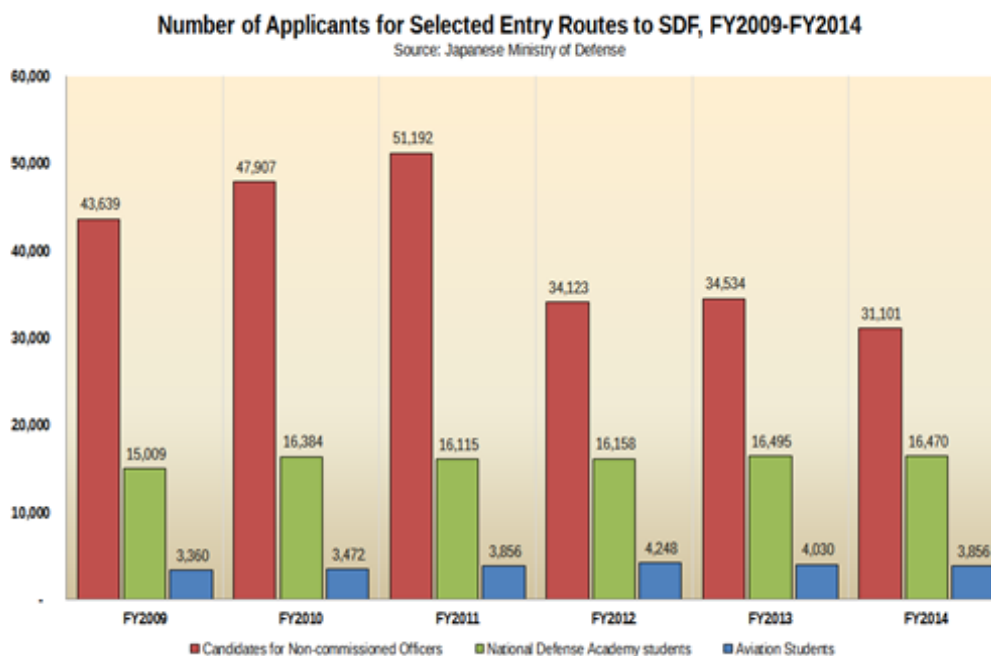
Em relação à segurança nacional, seguindo o “Programa de Defesa de Médio Prazo (FY2019 - FY2023)”, o Japão aumentou seus orçamentos de defesa nesta década de 2010-2020, algo bem diferente das políticas adotadas desde o pós-Segunda Guerra Mundial. O Gabinete do Japão aprovou, para 2021, um orçamento recorde de 5,34 trilhões de ienes, cerca de 51,7 bilhões de dólares. É o primeiro orçamento de defesa sob o novo Primeiro-Ministro Yoshihide Suga, cujo governo deu continuidade aos reforços defensivos iniciados pelo antigo Primeiro-Ministro Shinzo Abe que, em seu mandato, viu o Japão ampliar seu papel militar internacional. O Primeiro-Ministro Yoshihide Suga busca, com esse orçamento, investir em novas tecnologias (como mísseis de cruzeiro, caças furtivos). Já as Forças de Autodefesa do Japão, juntamente ao Ministério da Defesa (MOD), busca lidar com essa questão do envelhecimento e da baixa taxa de natalidade (aumentando a idade de aposentadoria), seus planos buscam aumentar a idade máxima em relação a novos recrutas, pois há a previsão de que o número de japoneses entre 18 a 26 anos (faixa etária dos recrutas) caia para menos de 8 milhões, ante 11 milhões em 2018 e 17 milhões em 1994. Então, desde 1º de outubro de 2018, a idade máxima de alistamento passou de 26 anos para 32, tentando assim, garantir um número estável de soldados ingressantes. As forças armadas também estão tentando atrair mais mulheres para suas fileiras para compensar a escassez de recrutas do sexo masculino e pretendem aumentar a porcentagem de mulheres de 6% para 9% da força militar até 2030 (MINISTRY OF DEFENSE JAPAN, 2018-2019; MIYAZAKI, 2018; DW, 2020; THEDIPLOMAT, 2019; CHAN, 2021).

Uma consequência desse envelhecimento e da baixa taxa de nascimentos está diretamente conectada às Forças de Autodefesa do Japão. O Japão, que busca cada vez mais alcançar um modelo de nação totalmente automatizado, tal como o plano *Society 5.0*, está enfrentando dificuldades no recrutamento militar. Todas as três áreas (unidades terrestres, marítimas e aéreas) das Forças de Autodefesa do Japão (do inglês JSDF) estão sendo duramente atingidas. Por seis anos consecutivos, até o ano fiscal de 2019, nenhum desses ramos conseguiu alcançar suas metas fixas de recrutamento, tornando cada vez mais difícil para o Japão enfrentar os desafios do século XXI, principalmente frente às diversas disputas territoriais não resolvidas e também percebendo que um conflito não está tão distante, tanto ao presenciar o conflito na Ucrânia (2022) com seu vizinho (Rússia), como também pelos diversos lançamentos de mísseis balísticos da República Popular Democrática da Coreia e a tensão entre a China e os EUA por conta de Taiwan (BBC, 2022). Entretanto, a introdução generalizada de sistemas não tripulados, autônomos, IAs, exigem ainda mais especialidade técnica para serem operados, com isso, uma parcela maior do pessoal também precisará de habilidades e conhecimentos especializados para trabalhar com esse tipo de tecnologia. Recrutar tais habilidades da faixa etária qualificada cada

vez menor será um desafio, especialmente ao competir com oportunidades do setor privado (THEDIPLOMAT, 2018; MIYAZAKI, 2018).

Para as JSDF, está se tornando cada vez mais comum que as mesas de recrutamento militar estejam vazias e as audiências desinteressadas, pois os problemas demográficos e a economia robusta do Japão criaram o que alguns especialistas da defesa chamam de “crise silenciosa” para o recrutamento militar.

Figura 5



FONTE: MOD, JAPAN (2015)

Em vista de uma taxa de natalidade baixa, o número de japoneses entre 18 a 26 anos - o núcleo do recrutamento - encolheu para 11 milhões de 17 milhões em 1994 e esse grupo deve encolher para 7,8 milhões nos próximos 30 anos. Isso impossibilitou às JSDF de atingir as cotas de recrutamento desde 2014; os militares conseguiram recrutar apenas 77% dos 9.734 alistados de nível mais baixo que haviam procurado. O ex-vice Ministro Parlamentar da Defesa, Akihisa Nagashima, alertou sobre essas dificuldades, dizendo que, caso o Japão não consiga substituir um número considerável de pessoas por robôs nos próximos 20 anos, será difícil manter o nível atual de capacidade de guerra e que “A situação (de segurança) do Japão não será mais pacífica”. Isso porque a crise de pessoal pode forçar os militares do Japão a fazer escolhas difíceis sobre suas futuras missões, enquanto, ao mesmo tempo, tenta conter a expansão marítima da China e lidar com a volatilidade na península coreana. Mesmo que o Japão tenha

capacidade financeira para investir no setor de defesa, ele não possui, em números reais o suficiente para atender sua necessidade militar (MIYAZAKI, 2018).

No ano de 2018 até março, o Japão fez um orçamento suficiente para cerca de 247 mil funcionários das JSDF; porém, os militares conseguiram empregar apenas 226 mil. Como o recrutamento é considerado inconstitucional, ou seja, o alistamento deve ser voluntário, os militares estão tentando recrutar mais mulheres e também aumentaram a idade máxima para novos recrutas (32 anos). Por exemplo, em relação à defesa antimísseis japonesa, é esperado que os navios desempenhem um papel fundamental, porém, cada um requer cerca de 300 tripulantes para ser operado, razão pela qual a Força de Autodefesa Marítima não está disposta a adicionar mais embarcações à sua frota. É por esse motivo que o grupo parlamentar solicitou aumentos de pessoal e de orçamento. Segundo o Instituto Internacional de Pesquisa para a Paz, de Estocolmo, com base no ano fiscal de 2021, os gastos com defesa do Japão atingiram um recorde de 5,34 trilhões de ienes (51,7 bilhões de dólares). Mas é um número modesto em comparação com seu aliado, os Estados Unidos, estimados em US\$ 778 bilhões em 2020, e a China em US\$ 252 bilhões. As forças terrestres, marítimas e aéreas do Japão têm um total de 220.000 membros; em comparação, a China tem 2,04 milhões de soldados, a República Democrática da Coreia cerca de 1,28 milhão e a Coreia do Sul cerca de 625.000. O Japão precisa se defender com menos tropas do que qualquer um de seus vizinhos, embora seja fortemente aliado dos EUA e possa contar com seus 1,3 milhão de militares (NIKKEI, 2020; MIYAZAKI, 2018).

Para aumentar seus números reais, em 2017 foi divulgada a Iniciativa de Empoderamento de Pessoal Feminino, que visa dobrar a porcentagem de mulheres nas JSDF de 6,1%, em 2016, para pelo menos 9% até 2030. Mas esse número em relação aos outros países é relativamente baixo; isso se compara com cerca de 15% nos Estados Unidos e 10% na Grã-Bretanha. Entretanto, os alunos interessados nas JSDF são, em sua maioria, do sexo masculino; os homens representam mais de 80% dos candidatos às JSDF para muitos tipos de empregos. Mesmo que as mulheres japonesas tenham uma gama maior de empregos militares do que antes, elas ainda são frequentemente designadas para funções não combatentes, tal como diz Sabine Fruhstick, uma professora da Universidade da Califórnia (Santa Bárbara), pois, em sua fala, ela mostra como as mulheres tendem a receber posições tradicionalmente codificadas como femininas, lhes fornecendo qualquer função que não exija o uso de armas. Geralmente, aqueles que buscam entrar nas Forças de Autodefesa são incentivados a se alistar por terem familiares, ou professores que foram ex-membros (NIKKEI, 2020; MIYAZAKI, 2018).

Uma pesquisa mostra que, aproximadamente, 90% do público japonês possui uma visão positiva em relação às JSDF, principalmente por conta de suas operações militares em socorro de desastres, mas isso não significa necessariamente que eles querem servir, disseram recrutadores e especialistas. Ao abordar os japoneses mais jovens, entre a idade de alistamento (18-20) ou mais novos, não está em seus planos servir o exército e seguir nesta carreira, pois possuem outros planos, já que a indústria japonesa demanda uma especialidade técnica. Então, cada vez mais graduandos do ensino médio estão seguindo para a universidade. Hiroki Hashimoto, um jovem de 24 anos que frequentou uma escola técnica do exército e a Academia de Defesa Nacional, em sua fala retrata de uma forma mais dura a questão do alistamento, dizendo que a maioria das pessoas que ingressam nas JSDF, ou que frequentam esse tipo de ensino, o fazem porque não possuem condições financeiras. Outro aspecto da cultura japonesa que dificulta o recrutamento se deve ao apego no pós-guerra aos ideais pacifistas, pois, mesmo que as JSDF estejam mais firmemente estabelecidas na sociedade, o Japão ainda possui traumas referente à quantidade de mortos durante a Segunda Guerra Mundial (NIKKEI, 2020; MIYAZAKI, 2018).

O Livro Branco (*Whitebook, 2021*) japonês, documento oficial do governo, faz um relatório anual sobre as medidas tomadas em relação à defesa e o desenvolvimento da nação; ele apresenta, em seu texto, algumas das dificuldades e alternativas tomadas pelas Forças de Autodefesa Japonesas, para conseguir utilizar ainda mais a “mão-de-obra” idosa. Assim, o Ministério da Defesa, juntamente às JSDF, aumentou gradativamente a idade de aposentadoria de cada posto e está promovendo a expansão da rematrícula e a utilização das habilidades das aposentadas JSDF. A autora Sheila Smith, bolsista sênior nos estudos sobre o Conselho de Relações Exteriores (CFR) e expert em política japonesa e externa, descreve em suas obras “*Japan Rearmed: The Politics of Military Power*”, “*Intimate Rivals: Japanese Domestic Politics and a Rising China*”, como a questão de defesa é algo que já vem sendo levantada pelo governo japonês, que se vê cada vez mais encurralado em vista do cenário internacional frente ao constante fortalecimento militar. Ela descreve, em seus estudos, a necessidade da escalada militar japonesa, pois cada vez mais se vê pressionado por conta da ascensão da China e acredita que a maior “variável” que está evitando um conflito sino-japonês é a aliança entre Japão e Estados Unidos, como afirma a autora para a *Japan Society*, em Nova Iorque durante a apresentação de seu livro *Japan Rearmed*. Em seus livros, mostra como as tensões territoriais estão cada vez mais gerando um desconforto para a defesa de Tóquio, pois seus vizinhos possuem despesas militares duas vezes maiores do que o Japão e que há necessidade de revisão do artigo 9º da constituição japonesa, em que “o povo japonês renuncia para sempre à guerra

como um direito soberano da nação e à ameaça ou uso da força como meio de resolver disputas internacionais”, conceito que vem sendo revisado cada vez mais pelo governo japonês. É uma questão de tempo para que os problemas enfrentados pelo Japão, resultem em algo ainda mais preocupante (SMITH, 2015-2019).

A DEFESA DO JAPÃO

3.1 O cenário internacional e a defesa

No início do século XX, após a Primeira Guerra Mundial, surge, dentro do campo das teorias de relações internacionais, o chamado “realismo clássico”. Esses estudos dominaram o campo das relações internacionais desde o final da década de 1940, quando Hans Morgenthau publicou o livro “A Política Entre as Nações” (1948), assim atraindo uma grande atenção dos acadêmicos até o início dos anos 1970. O realismo, vertente que deu origem ao neorealismo, possui algumas diferenças que devem ser sinalizadas. A teoria se baseia na simples suposição de que os Estados são liderados por seres humanos com uma “vontade de poder” embutida neles desde o nascimento, ou seja, os Estados têm um apetite insaciável pelo poder, ou nos termos de Morgenthau, o chamado “desejo ilimitado de poder”, o que significa que eles constantemente procuram oportunidades para tomar a ofensiva e dominar outros Estados. Ele tem como foco o padrão empírico, e é considerado extremamente pessimista, enfatizando os padrões recorrentes da política de poder, manifestados por conflitos, rivalidades e guerras recorrentes (MEARSHEIMER, 2001; PASHAKHANLOU, 2009).

A teoria realista clássica tem quatro pontos em que se difere do neorealismo: (1) o realista clássico localiza as raízes do conflito internacional e da guerra em uma natureza humana imperfeita, enquanto os neorealistas sustentam que suas causas profundas são encontradas no sistema internacional anárquico; (2) o Estado é superior ao sistema no realismo clássico, em contraste com o neorealismo, permitindo mais espaço para a agência na primeira abordagem; (3) os realistas clássicos diferenciam entre poderes de status quo e poderes revisionistas, enquanto o neorealismo considera os Estados como atores unitários; (4) por fim, para o autor, os neorealistas tentam construir uma abordagem mais rigorosa e científica para o estudo da política internacional, fortemente influenciada pela revolução behaviorista dos anos 1960, enquanto o realismo clássico concentra suas análises a avaliações mais abrangentes das relações internacionais (PASHAKHANLOU, 2009).

Os realistas clássicos reconhecem a anarquia internacional, e que isso faz com que os países se preocupem com o equilíbrio de poder, no entanto, essa restrição é tratada como uma causa secundária sobre o comportamento dos Estados. No realismo clássico, a principal força motriz na política internacional é a vontade de poder inerente aos Estados do sistema, o que os leva a lutar pelo acúmulo máximo de poder, e não necessariamente a sobrevivência e manutenção do equilíbrio de poder. Waltz também critica a obra de Morgenthau, indicando que

sua teoria possui uma abordagem reducionista, e que não é possível avaliar a natureza humana; na verdade, os Estados possuem consciência e a maioria de seus atos são políticos. A questão internacional e o comportamento dos Estados estão relacionados à estrutura do sistema internacional e não à natureza dos seres humanos (MEARSHEIMER 2001; WALTZ, 1978).

Então, neste trabalho, para compreender o caso japonês, como se dão as relações entre os atores envolvidos e como suas interações geram impactos para a política de defesa japonesa frente ao declínio populacional, usam-se os conceitos neorrealistas, partindo principalmente do realismo defensivo de Kenneth Waltz (1979) em contraposição ao realismo ofensivo de John Mearsheimer (2001). Logo, partiremos do neorrealismo, pois a teoria aborda, de forma mais científica, a atuação dos atores no cenário internacional, é focado na sobrevivência dos Estados e também possui uma abordagem mais sistêmica, buscando aqui, analisar o todo para explicar comportamentos específicos das partes. Trata-se de um estudo de caso sobre o Japão, partindo então, da captação de dados, organização e agrupamento dessas informações e, por fim, fazendo uma análise e interpretação desses dados, assim definindo expectativas sobre o resultado e o comportamento dos atores. Em específico, como o Japão lida com sua redução populacional em relação as pressões externas que tem enfrentado. (WALTZ, 1978).

O governo japonês relata, em seu Livro Branco de Defesa (2022), quais são as principais preocupações que afligem o país e quais seus objetivos para lidar com a questão populacional e com as ações de seus vizinhos. No documento, o Ministro da Defesa japonês, Kishi Nobuo, descreve como a comunidade internacional está enfrentando sua maior provação desde a Segunda Guerra Mundial, apresentando que não é exagero dizer que o mundo enfrenta uma crise no século XXI. Nobuo usa de exemplo a agressão no conflito Rússia-Ucrânia, classificando isso como uma tentativa unilateral russa de mudar o status quo pela força, e que isso não deve ser tolerado, pois abala os princípios fundamentais da ordem internacional que sustentam a paz e a prosperidade da comunidade internacional (MINISTRY OF DEFENSE JAPAN, 2022).

Esse desafio à ordem internacional não é apenas uma preocupação da Europa, mas conforme a competição estratégica entre as nações se torna mais aparente, ao que concerne uma mudança no equilíbrio de poder global, a ordem existente está sendo posta a sérios desafios, principalmente na região do Indo-Pacífico que, conforme o Ministro da Defesa, está no centro dessa competição. O documento também aborda casos particulares, como o da China e a Coreia do Norte, dizendo que a China continua suas tentativas de mudar unilateralmente o status quo por coerção no Mar da China Oriental e no Mar da China Meridional (territórios próximos ao sul do Japão), já a Coreia do Norte tem realizado lançamentos de mísseis balísticos

periodicamente, aumentando, assim, unilateralmente suas provocações à comunidade internacional (MINISTRY OF DEFENSE JAPAN, 2022).

A partir da teoria neorrealista, nos termos de Mearsheimer, três características combinam para fazer com que os Estados temam uns aos outros, essas são: (i) a ausência de uma autoridade central que esteja acima dos Estados e possa protegê-los uns dos outros; (ii) o fato que os Estados sempre possuem alguma capacidade militar ofensiva; (iii) e que os Estados nunca podem ter certeza sobre as intenções de outros estados. Tanto Mearsheimer quanto Waltz concordam que, por conta deste cenário anárquico, os Estados devem agir em prol de sua própria sobrevivência (autoajuda), e vão utilizar de todos os meios possíveis para atingir esse objetivo (MEARSHEIMER 2001).

Mearsheimer descreve em seu livro “A Tragédia da Política das Grandes Potências (2001)”, que a atuação dos Estados é ofensiva, enfatizando que as grandes potências buscam maximizar sua participação no poder mundial; seu objetivo final é obter uma posição de poder dominante sobre os outros (se tornar um Estado hegemônico global), pois esse é o melhor meio de garantir sua sobrevivência, já que a força garante a segurança, e a maior força é a melhor garantia dessa segurança. Por conta disso, os Estados que buscam alterar seu status quo estão fadados a entrar em conflito, pois cada um compete por vantagem sobre os outros. Sua teoria se concentra nas grandes potências, porque são elas que geram o maior impacto na dinâmica do sistema internacional. Para o autor, não existe status quo no sistema internacional, exceto para as hegemonias regionais, que querem manter sua posição dominante sobre seus rivais, tal como China, Rússia e os Estados Unidos. Inclusive, em seu livro, já descrevia sobre o potencial chinês, afirmando que “se a China se tornar uma potência econômica, quase certamente traduzirá seu poderio econômico em poderio militar e tentará dominar o nordeste da Ásia” (MEARSHEIMER, 2001, p. 3), algo que se provou realidade se considerar seu constante fortalecimento militar e também em concordância com o livro branco japonês (MEARSHEIMER 2001).

Waltz e Mearsheimer falam sobre a estrutura do sistema internacional com a qual todos os Estados devem lidar e que isso, diferentemente do realismo clássico, advém não da natureza humana, mas principalmente da própria estrutura do sistema. A diferença entre os autores, é que na teoria de Mearsheimer, os países possuem uma ambição ofensiva, o que não se aplica ao caso japonês. O realismo defensivo, também entendido como “realismo estrutural”, começou a ser discutido no final da década de 1970, com o surgimento da Teoria da Política Internacional, de Kenneth Waltz. Waltz não assume que os grandes poderes são inerentemente agressivos, ao invés disso, ele enfatiza que os Estados buscam apenas sua sobrevivência e, acima de tudo,

garantir sua segurança. Para Waltz, a estrutura do sistema internacional obriga as grandes potências a prestar muita atenção ao equilíbrio de poder, em particular, por conta do sistema internacional ser anárquico; os Estados competem entre si pelo poder, porque é através dele que uma nação garante sua sobrevivência. Os Estados são soberanos, mas isso não significa que eles podem fazer o que quiserem; porém, são eles que decidem como vão lidar com seus problemas internos e externos, inclusive se devem ou não buscar ajuda de outros e, ao fazê-lo, limitar sua liberdade ao assumir compromissos com eles (WALTZ, 1979).

A teoria do equilíbrio de poder, para Waltz, é uma teoria sobre os resultados produzidos pelas ações descoordenadas dos Estados. Eles são atores unitários que, no mínimo, buscam sua própria preservação e, no máximo, buscam a dominação universal. Esses atores geralmente utilizam de dois meios para obter seus interesses: esforços internos (movimentos para aumentar a capacidade econômica, aumentar a força militar, desenvolver estratégias inteligentes) e esforços externos (movimentos para fortalecer e ampliar a própria aliança ou enfraquecer e encolher uma aliança oposta). Os Estados não necessariamente buscam um estado de equilíbrio de poder entre eles, porém esse é o resultado da junção das políticas dos países (querendo ou não esse fim). Outro erro seria pensar que os países buscam o equilíbrio, ou seja, uma paridade ou igualdade na capacidade bélica, devido à competição existente entre eles, os países não conseguem se igualar (WALTZ, 1979).

Waltz também vai apresentar sobre a questão do balanceamento e do *bandwagoning*. O balanceamento acontece, quando os países optam por se alinhar a outros com o objetivo de manter sua posição no sistema e não serem excluídos, ou seja, o Japão, em busca de sua sobrevivência, optou por continuar com sua política pacifista, se alinhando aos EUA a fim de exercer sua própria soberania, adequando sua política nacional e externa, para manter essa posição, pois o governo japonês entende que os estadunidenses exercem uma força defensiva/dissuasora suficiente para constrangir os adversários de atacar. Já o *bandwagoning*, que em português seria algo próximo a “entrar na onda”, consiste naqueles países que se alinham ao possível vencedor, ou frente ao equilíbrio de poder, aquele que tem maior capacidade de se sobressair em um sistema bipolar ou multipolar. Por exemplo, segundo Waltz, durante a Guerra Fria, a Rússia e os EUA dependiam militarmente principalmente de si mesmas; eles se equilibravam por meios "internos" ao invés de "externos", contando com suas próprias capacidades e não com as capacidades de aliados (WALTZ, 1979). Logo, o balanceamento interno é mais confiável e preciso do que o balanceamento externo; pois os Estados têm menos probabilidade de julgar mal suas forças relativas, do que julgar mal a força e a confiabilidade das coalizões opostas (WALTZ, 1979).

Nos termos de Mearsheimer, as grandes potências são caracterizadas principalmente por sua capacidade militar; podemos entender, então, que na atualidade o único que se classifica como hegemonia regional são os Estados Unidos, pois é ele que possui o maior exército e a maior influência econômica na comunidade internacional. Para o autor, o que difere o realismo ofensivo do defensivo é a questão de quanto poder os Estados necessitam; para os realistas defensivos, a estrutura internacional oferece aos Estados pouco incentivo para buscar incrementos adicionais de poder, o que os leva a manter o foco no equilíbrio de poder existente, o objetivo seria apenas preservar o poder ao invés de aumentá-lo. Os realistas ofensivos, por outro lado, acreditam que os poderes do status quo são raramente encontrados na política mundial, porque o sistema internacional cria incentivos poderosos para os Estados buscarem oportunidades de ganhar poder às custas dos rivais e tirar vantagem dessas situações quando os benefícios superam os custos (MEARSHEIMER, 2001). Entretanto, para Waltz, a alternativa para lidar com a competição existente, seria o cancelamento, no qual a vitória de uma coalizão sobre outra, deixa os membros mais fracos da coalizão vencedora à mercê dos mais fortes. Segundo Waltz, se os estados desejassem maximizar o poder, eles se juntariam ao lado mais forte, assim não existiriam equilíbrios se formando, mas uma hegemonia mundial forjada. Isso não acontece porque o balanceamento é o comportamento induzido pelo sistema e não o *bandwagoning* (WALTZ, 1979).

O projeto japonês busca garantir sua sobrevivência, não na busca de se tornar uma hegemonia, até porque possui um vínculo muito grande aos EUA e é limitado apenas à autodefesa por conta de sua constituição, o Japão, na verdade, tem buscado se defender de um possível conflito com seus vizinhos, e também amenizar o impacto de seu declínio populacional. Assim, o governo declara, em seu livro branco, que, como forma de se defender de tais mudanças na ordem internacional, o Japão deve reunir seu conhecimento e tecnologia e colocar todos seus esforços coletivos no fortalecimento de suas capacidades de defesa nacional. O governo japonês está atualmente elaborando uma nova Estratégia de Segurança Nacional, sob a ordem do Primeiro-Ministro Fumio Kishida, a fim de impedir preventivamente as mudanças no status quo pela força, e também estar totalmente preparado para a guerra moderna, que inclui a guerra de informação e cibernética (Guerra Híbrida), presenciada durante a agressão da Rússia contra a Ucrânia (MEARSHEIMER 2001; MINISTRY OF DEFENSE JAPAN, 2022).

Em relação à defesa, a partir dos conceitos desenvolvidos por Carl von Clausewitz, general militar e estrategista prussiano, que através de seu livro *Da Guerra*, escrito entre 1816 a 1830, forneceu uma grande contribuição para o entendimento do aspecto militar e da guerra.

Conceitos que aqui serão adaptados aos mais recentes desenvolvimentos, tanto no setor militar (com a tecnologia), e também em seus aspectos teóricos (como a Guerra Híbrida), pois a época de Clausewitz ainda existiam muitas limitações ao que concerne à guerra, em que a batalha acontecia em territórios físicos e com as populações (exércitos) fazendo parte ativa no combate. Portanto, após dois séculos de desenvolvimento no setor militar, estratégico, com o surgimento de Inteligência Artificial e do acesso remoto, ou seja, o indivíduo não precisa estar presente no ambiente, o aspecto da guerra no século XXI está cada vez mais diferente em relação a dois séculos atrás (CLAUSEWITZ, 2010).

Partindo do conceito de guerra, Clausewitz a define a partir de três princípios: primeiro, impor a nossa vontade ao nosso inimigo; segundo, empregar os meios de maior força disponíveis para atingir o primeiro objetivo; por fim, torná-lo impotente, incapaz de resistir. Para Clausewitz o propósito da guerra é majoritariamente político, ou seja, a guerra é um meio pelo qual os Estados conseguem atingir seus objetivos. A guerra, é uma alternativa dos Estados quando a diplomacia não satisfaz o interesse ou não leva a conclusão de um objetivo, e depende principalmente dos objetivos do agressor, ou daquele país que inclui em sua política, o reforço militar. Isso não significa que todos os países que possuem um exército pretendem entrar em uma batalha, mas é a política do Estado que coloca sentido as forças militares, depende da natureza dos governantes o interesse ou não de entrar em guerra (CLAUSEWITZ, 2010).

Ao se observar o caso japonês, o governo japonês apresenta em seu Livro Branco de Defesa, uma preocupação frente aos países nos quais possui uma disputa territorial, como a Rússia e a China e também apresenta uma tensão crescente em relação ao fortalecimento nuclear e os testes balísticos da Coreia do Norte, nos quais, descreve em seu documento, como sendo uma ameaça à população japonesa. Suas políticas se diferem nacionalmente, mas estes países tem um ponto em comum, o constante reforço e desenvolvimento no setor militar. Desde o fim da Segunda Guerra Mundial, o Japão tem buscado desenvolver meios de se defender legitimamente, pois é sua única alternativa frente as imposições da sua constituição de 1945, no qual: “O povo japonês renuncia para sempre à guerra como um direito soberano da nação e à ameaça ou uso da força como meio de resolver disputas internacionais” (CABINET OFFICE OF JAPAN, 1946). Ou seja, o Japão não pode possuir nenhuma força com potencial de guerra, mas essa limitação não se aplica aos seus vizinhos com os quais vem disputando, por meios diplomáticos, a resolução de seus conflitos. Por outro lado, todos esses outros países possuem diversas forças potenciais de guerra e inclusive a Rússia está em guerra com a Ucrânia desde fevereiro de 2022 (MINISTRY OF DEFENSE JAPAN, 2022).

Para Clausewitz, a defesa é a forma de combater mais vigorosa na guerra, sua definição seria “aparar um golpe”, sendo que seu traço característico é aguardar por esse golpe. Mas em seu sentido literal, uma defesa pura seria completamente contrária a ideia de guerra, pois somente um lado estaria travando o conflito. Na guerra, portanto, a defesa é relativa ao ataque, um país deve aguardar a invasão de um estrangeiro dentro do seu teatro de operações, para poder contra-atacar, que significa devolver os golpes inimigos para que essa investida não resulte em uma destruição unilateral. Por exemplo, está vinculado ao artigo nono da constituição japonesa somente a autodefesa, caso a China ou a Rússia venham entrar em conflito no território japonês (físico ou marítimo), não faz sentido que o Japão se defenda sem infligir danos ao inimigo, ou que tente frear o seu avanço de formas pacíficas. A defesa é a forma mais vigorosa justamente por ter de aguardar o avanço inimigo, para que, num determinado momento, o defensor possa atacar de volta, assim evitando sua própria destruição (CLAUSEWITZ, 2010).

O problema japonês, está relacionado a sua questão populacional. O Japão está enfrentando um alto envelhecimento de sua sociedade e que, em alguns anos, enfrentará uma redução populacional considerável, de aproximadamente 30 milhões de habitantes pelos próximos 30 anos, e também devido ao alto índice de pessoas mais velhas, um terço da população restante estaria próximo dos 65 anos, o que desqualifica essas pessoas a entrarem em um combate físico.

Clausewitz, apresenta em seu livro, no Capítulo 8 do Livro 3, como nos tempos passados, a superioridade numérica era o elemento mais comum associado a vitória. Essas vantagens podem ser de dois para um, ou três para um, que já impõem uma grande preocupação ao lado que possui um exército menor. O Japão tinha em 1945 um exército com aproximadamente 6 milhões de homens armados, hoje esse número está próximo dos 250 mil militares em ativa, com 55 mil na reserva. Em comparação: a China possui 2 milhões de militares em atividade, com 510 mil na reserva; a Rússia possui 850 mil militares em atividade (sendo que esse número pode alcançar 1 milhão por conta do conflito em andamento), com 250 mil na reserva; a Coreia do Norte possui 1,2 milhões de militares na ativa com 600 mil na reserva. A vantagem numérica destes países em relação ao Japão é inquietante ao governo japonês, mesmo que o Japão possua cerca de 50 milhões de homens “disponíveis”, a condição física deles é muito diferente em relação aos outros países, dentro destes números, 10 milhões não estão em idade para se alistar (entre 0 a 18 anos) e os outros 30 milhões (25 a 64 anos) estão acima dos 30 anos, ou seja, em poucos anos com o envelhecimento, não possuirão condições de entrar em um combate físico (CLAUSEWITZ, 2010; GLOBAL FIRE POWER, 2022).

É interessante ressaltar a importância da vitória, pois o resultado de uma grande batalha exerce um efeito psicológico maior sobre o perdedor, isto dá origem a uma perda adicional de força material, que repercute na perda do moral, assim agravando a situação daquele que perdeu o conflito. Toda essa questão de perda moral e o efeito psicológico geram efeitos na sociedade e na confiança da população em relação aos seus governantes, o que pode levar a outras crises internas (CLAUSEWITZ, 2010).

Outro fator determinante na vitória para Clausewitz, seria referente a capacidade ofensiva. O autor trata principalmente dos métodos antigos em que se guerreava, abordando a infantaria, cavalaria e artilharia. Entretanto, após diversas guerras acontecerem, novos desenvolvimentos no setor militar fizeram da cavalaria e da artilharia antiga algo obsoleto, as guerras do século XX introduziram os submarinos, aviões e navios de guerra entre diversos novos armamentos que deram outro sentido a guerra, principalmente com a introdução de bombas nucleares, que podem dar uma conclusão quase que imediata ao conflito. Tratando especificamente do século XXI, um novo conceito entra em vigor, a Guerra Híbrida. Um artigo publicado por Arsalan Bilal no site da OTAN, fala sobre o funcionamento desta guerra, ele começa informando que o conceito não é necessariamente novo, mas que ganhou importância e relevância significativa nos últimos anos, principalmente por conta da invasão da Crimeia pela Rússia em 2014. Agora é possível os Estados empregarem atores não estatais e usar da tecnologia da informação para subjugar seus adversários durante ou na ausência de um conflito armado direto. Porém, conforme Arsalan e também o governo japonês, a linha entre guerra e tempo de paz se tornou obscura, pois é difícil identificar o que é ou não um ato de guerra, ou quando ela tem o seu início (NATO, 2022; CLAUSEWITZ, 2010; BILAL, 2021; MINISTRY OF DEFENSE JAPAN, 2022).

A Guerra Híbrida é de forma simplificada, uma interação ou fusão de instrumentos de poder convencionais, não convencionais e ferramentas de subversão, utilizando-as de forma sincronizada a fim de explorar as vulnerabilidades de um estado e atingir o objetivo do agressor. Na ausência do conflito direto, a guerra híbrida para o agressor é mais barata, mais fácil de ser operada e menos arriscada do que as operações cinéticas (que demandam forças físicas), com essas novas ferramentas, é muito mais viável espalhar desinformações e colaborar com atores não estatais para produzir um caos no território de outro país. Há menos riscos para o agressor, e para Arsalan é possível que uma guerra ocorra sem um conflito direto, o que seria o melhor cenário, já que esse tipo de agressão poderia subjugar o inimigo, mas sem perdas de vidas. Esses ataques híbridos podem ser marcados por muita imprecisão, mas isso também é um benefício desde modo de guerra, pois o país atacado não consegue discernir ao certo quem é o ator ou

atores que estão participando desse ataque, o ator híbrido dificulta para o estado-alvo desenvolver políticas e respostas estratégicas (BILAL, 2021; MINISTRY OF DEFENSE JAPAN, 2022).

Sobre a capacidade ofensiva das nações, estão sendo desenvolvidas novas tecnologias em todas as áreas da guerra. Para Clausewitz, contabilizar as forças inimigas, o território ao qual se daria o combate, onde ficam os acampamentos, por qual caminho vem essas forças, e o receio sobre a tomada de decisão, são todos fatores muito importantes, porém eram imprecisos aos comandantes de guerra. Nos tempos modernos, os satélites, drones, conseguem mapear facilmente a maioria, senão, todas essas informações com dados precisos, e de certa forma, tirando o quesito surpresa. O governo japonês aponta em seu livro de defesa sobre os mais recentes desenvolvimentos tecnológicos e como isso mudou a sociedade, o estilo de vida das pessoas e a segurança. Primeiro ressaltando os novos “domínios” em que se permeia a guerra, como sendo o espaço sideral, ciberespaço e o espectro eletromagnético, e o que chamamos de “Gray Zone” (Zona cinzenta) ou que pode ser entendido também como guerra híbrida, pois essa Gray Zone também inclui ameaças híbridas, poder agudo, guerra política, influência maligna, guerra irregular e dissuasão moderna (CLAUSEWITZ, 2010; MINISTRY OF DEFENSE JAPAN, 2022).

O governo japonês já entende a necessidade de concentrar suas forças para implementar esses desenvolvimentos, pois afirma que essas aplicações vão melhorar a precisão e a velocidade da tomada de decisão, já que o processamento dessas informações era limitado pela capacidade humana e dos computadores convencionais. Ele afirma também que o foco na grande capacidade e comunicação segura com base nessas novas tecnologias contribuirá muito para a automação e economia de mão de obra, reforçando que será uma grande necessidade na defesa futura. O Japão sabe que a alternativa japonesa para lidar com sua questão populacional, vai depender de seus avanços tecnológicos no setor militar e econômico, o Japão terá de compensar a condição física e psicológica de seus soldados (e seus números) por tecnologias de ponta, tal como a Inteligência Artificial. Em seu livro, relata como são diversos os exemplos em que os países já não se limitam aos meios puramente militares para causar caos em outros países, ele fala sobre os ataques cibernéticos direcionados às comunicações ou infraestruturas críticas, ou também os ataques com drones equipados com IA. O governo japonês usa de exemplo o chamado “*Deepfake*”, no qual a tecnologia IA é usada para fazer vídeos falsos, o uso do *Deepfake* em momentos específicos (como no período eleitoral) pode ter grande influência por conta da disseminação de desinformação, e alerta que essa influência no campo da segurança é uma preocupação crescente (MINISTRY OF DEFENSE JAPAN, 2022).

A IA, conforme o governo japonês, vem exercendo grande impacto no campo militar, incluindo a aplicação dos veículos não tripulados (VANTs) e a operação no ciberespaço, como, por exemplo, o projeto “Agência de Projetos de Pesquisa Avançada de Defesa (DARPA)” estadunidense. Tanto a China como os EUA têm colocado esse tipo de tecnologia no topo de sua lista de desenvolvimento, incluindo simulações de combates militares. Os veículos não tripulados têm sido desenvolvidos por diversos países, o livro japonês relata que a DARPA revelou vários desses veículos, como pequenas aeronaves não tripuladas para coleta de informações, vigilância e reconhecimento (ISR), capazes de lançamento aéreo, recuperação, reutilização e voo em enxame, e veículos não tripulados para detecção de submarinos. Buscando cada vez mais o desenvolvimento de sistemas aéreos automatizados, que podem ser operados a centenas (ou milhares) de quilômetros de distância, tal como o *Skyborg*, projeto estadunidense que completou com sucesso seu segundo teste de voo em junho de 2021. O governo japonês apresenta que, em maio de 2018, a *China Electronics Technology Group Corporation* realizou com sucesso um voo de enxame com 200 veículos não tripulados equipados com IA e, em setembro de 2020, uma empresa estatal chinesa de munição compartilhou publicamente o status do teste de enxame de VANTs. Supõe-se que as operações militares, incluindo tais voos de enxame, serão difíceis de combater com sistemas convencionais de defesa aérea. O que o governo japonês teme é a possibilidade desses VANTs se tornarem Sistemas de Armas Autônomas Letais (*LAWS*), no qual um enxame desses poderiam causar uma catástrofe a uma nação, sem que o agressor tenha nenhum custo em vidas (MINISTRY OF DEFENSE JAPAN, 2022).

O livro branco, descreve também sobre as tecnologias militares de ponta, primeiro tratando sobre as Armas Hipersônicas (HCMs) e os veículos de deslizamento hipersônico (HGVs). Os EUA, China e Rússia tem desenvolvido esses tipos de armas, inclusive, antes do encontro entre a China e os EUA no G20 (2022), Xi Jinping apresentou seu míssil hipersônico “matador de porta-aviões” e um drone de ataque com capacidade intercontinental (FOLHA DE SÃO PAULO, 2022). Sugere-se que as armas hipersônicas voariam em órbitas mais baixas do que os HGVs, podem ser lançados de mísseis balísticos convencionais e também em velocidade hipersônica superando a *Mach 5* (cerca de 6.175 km/h), e que, após entrada na atmosfera, a alta manobrabilidade os torna difíceis de atingir e acertar alvos, bem como Mísseis Hipersônicos de Cruzeiro detectados e interceptados. Há também as armas de energia de alta potência, como canhões eletromagnéticos, armas a laser e micro-ondas de alta potência, que vem sendo desenvolvidas como um meio de combater várias ameaças aéreas, pois ao contrário dos mísseis, os projéteis desses equipamentos não possuem sistemas de propulsão, são menores, mais

baratos e podem ser armazenados em um espaço menor, o que supostamente possibilita que canhões eletromagnéticos combatam com eficiência ataques de mísseis massivos, caso estejam disponíveis para interceptar mísseis (MINISTRY OF DEFENSE JAPAN, 2022; FOLHA DE SÃO PAULO, 2022).

Incluído no documento japonês, estão as tecnologias relacionadas a comunicação e informação, a tecnologia quântica e a tecnologia de comunicação e informação de próxima geração (5G). Cada nação tem pesquisado vários aspectos da comunicação quântica, como comunicação de criptografia quântica que não pode ser decodificada por terceiros. A China desenvolveu essa comunicação de rede quântica mais longa do mundo, estendendo-se por cerca de 3.000 km e conectando Pequim a Xangai. O ex-subsecretário de Defesa para Pesquisa e Engenharia dos EUA, Sr. Griffin, afirmou em março de 2020 que espera com otimismo aos países, que não apliquem essa tecnologia quântica à defesa, pois os sensores quânticos melhoram as informações de navegação e o radar quântico pode ser capaz de neutralizar a vantagem de aeronaves furtivas utilizando características quânticas, o que seria um grande trunfo na guerra. Sobre o 5G, conforme o livro de defesa japonês, em maio de 2020, os EUA anunciaram a Estratégia 5G do Departamento de Defesa, que indica abordagens de política de defesa de sua estratégia nacional. A estratégia do departamento, indicou o 5G como uma tecnologia estratégica extremamente importante, e os países com conhecimento em tecnologia de ponta, desenvolvida por meio dele, obterão vantagens econômicas e militares. E inclui também aspectos da tecnologia *Blockchain* utilizada nas criptomoedas, que pode ser aplicada também no setor militar (MINISTRY OF DEFENSE JAPAN, 2022).

Para Clausewitz, o que limita o emprego da força total entre os Estados são seus recursos, sendo: as forças combatentes propriamente ditas; o país, com suas características físicas; a sua população; e os seus aliados. O país, através de suas características, e a sua população, são mais que simplesmente a fonte de recursos de todas as forças armadas propriamente ditas. Ele é por si só um elemento essencial entre os fatores em ação na guerra. É a partir do caráter do inimigo, das suas instituições, da situação dos seus interesses e da sua situação geral, que, utilizando as leis da probabilidade, faz uma avaliação de qual será o provável rumo do seu oponente e age de acordo com ele. Então depende da atuação dos vizinhos japoneses o interesse ou não de iniciar um conflito, seja por meios convencionais, ou agora, através dessas novas tecnologias. Está cada vez mais complexo separar os atos de guerras, de outras ações que já envolvem algum tipo de ataque, o Japão depende muito do apoio estadunidense, porém deve começar a implementar todo seu arsenal possível, pois num futuro não tão distante, sem essas tecnologias de ponta, ele poderá ficar vulnerável e não terá mão de

obra suficiente para defender os seus interesses, o que implicará diretamente suas políticas de defesa e a proteção de sua nação (CLAUSEWITZ, 2010).

3.2 - Recorte Histórico

Para compreender a questão da defesa japonesa, é importante rever alguns capítulos de sua história, desde os mais recentes reformadores da era Meiji (1868-1912) até o pós-Segunda Guerra Mundial. Primeiramente devido ao legado deixado ao Japão e no pós-guerra devido ao impacto da influência estadunidense por conta da implementação de uma política pacifista no país.

A *Encyclopedia Britannica*, escrita pelos editores da enciclopédia e revisado por Michael Ray (2021), relata que ao final do século XIX, haviam no Japão os chamados líderes/reformadores Meiji (1868-1912). Esses líderes estavam aplicando reformas internas na estrutura japonesa, e através dessas reformas, acompanharam cada vez mais o desenvolvimento japonês. Eles buscavam alcançar um poder semelhante ao ocidente, que o Japão fosse reconhecido pelos seus feitos e também expandir seus territórios. Os reformadores Meiji perceberam que a força ocidental se derivou do constitucionalismo, que produzia: a unidade nacional, a industrialização e também proezas militares, que garantiram a segurança da nação. Com as reformas internas concluídas, o governo japonês se propôs a alcançar a igualdade com as potências ocidentais. O ocidente era visto como uma fonte de conhecimento, possuir esse conhecimento era essencial se o Japão desejasse revisar os tratados desiguais que lhe haviam sido impostos. Quando as potências ocidentais decidiram não aprovar uma declaração de igualdade racial durante a Conferência de Versalhes em 1919, os japoneses tomaram essa decisão como um desprezo direto, depois disso, o Japão reforçou ainda mais a ideia de se tornar uma potência mundial (BRITANNICA, 2022; FACTSANDDETAILS, 2016).

Então, em busca de expandir seus territórios, os japoneses entraram em guerra com a China para decidir quem controlaria a península coreana, conhecida como a Guerra Sino-Japonesa (1894-85). O Japão derrotou a China, que estava enfraquecida por décadas de ocupação estrangeira. Após sua derrota, a China foi forçada a assinar uma série de tratados com o Japão que lhe deram a ilha de Formosa (atual Taiwan), as Ilhas dos Pescadores, Port Arthur (cidade na Austrália) e a península de Liaotung no sul da Manchúria. Pouco tempo depois, em 1904-1905, o Japão derrotou a Rússia na Guerra Russo-Japonesa, mostrando ao mundo que o Japão havia se tornado uma das maiores potências mundiais e que a Rússia czarista estava em

seu declínio. Ao derrotar a Rússia, o Japão havia nocauteado seu único rival naval no leste do Pacífico (FACTSANDDETAILS, 2016).

O Japão também assumiu as concessões da Rússia na China e anexou metade das ilhas Sakhalin (Sacalinas), que mais tarde foi usada como via para entrar na Manchúria e na Coreia. Com o fim do Período Meiji, o Japão parecia estar a caminho de estabelecer um governo parlamentar, porém após a Guerra Sino-Japonesa, um partido nacionalista foi criado e outros partidos políticos foram forçados a se desfazer. A Dieta (parlamento) tornou-se um órgão de identificação para o partido nacionalista. E após uma série de escândalos políticos na década de 1920, a população foi perdendo cada vez mais a confiança no governo, isso abriu o caminho para que os militares tomassem o poder. A ascensão do militarismo japonês foi atribuída a diversos fatores que incluem: às dificuldades causadas pela depressão mundial com a crise de 1929; aos sentimentos anti-japoneses na China; aos numerosos escândalos no Japão; falhas na constituição Meiji que abriram o caminho para a ascensão desses militares ao poder; entre outros fatores. Então, até a escalada da Segunda Guerra Mundial, o Japão havia ocupado diversos territórios e foi expandindo sua área de influência até 1942, tal como pode ser visto na figura 6: (FACTSANDDETAILS, 2016)

Figura 6



FONTE: BRITANNICA (2022)

Após o fim da Segunda Guerra Mundial, o Japão estava devastado. Bombas atômicas lançadas pelos Estados Unidos destruíram grande parte das cidades de Hiroshima e Nagasaki em 6 e 9 de agosto de 1945. Ao final da guerra, quase 3 milhões de japoneses morreram no conflito e muitos outros estavam feridos ou doentes (SULLIVAN, 2008). Todas as grandes cidades (com exceção de Kyoto, antiga capital japonesa), as indústrias e as redes de transporte foram severamente danificadas, a inflação se manteve crescente e uma grave escassez de alimentos se manteve por vários anos. Com o fim do conflito, o governo japonês tentou obter

como única condição para sua rendição, a preservação do seu modelo de instituição imperial, os Aliados concordaram em respeitar a vontade do povo japonês e o imperador se rendeu (BRITANNICA, 2022).

Para evitar os efeitos punitivos do Tratado de Versalhes (1919), o Japão não teria a obrigação de pagar às nações que invadiu, nem estaria vinculado a quaisquer obrigações financeiras que limitassem sua própria recuperação econômica. Incluído no novo tratado de paz, no entanto, estava uma disposição para a devolução de todo o território conquistado pelo Japão em guerras anteriores. As aquisições coloniais do Japão, Taiwan (Formosa) e Coreia, se tornaram nações independentes. As ilhas do Pacífico adquiridas através da guerra e da expansão se tornaram independentes ou caíram sob o mandato da ONU. A União Soviética já havia reivindicado os Territórios do Norte (Ilhas Curilas), embora seus diplomatas estivessem ausentes de São Francisco (tratado de paz entre os aliados e o Japão), e até hoje essa disputa territorial entre Moscou e Tóquio impede o fim formal do conflito (SMITH, 2019). E ao sul, as ilhas Ryukyu e Bonin permaneceram ocupadas pelos Estados Unidos até o início dos anos 1970. A Sheila Smith (2019), especialista em política japonesa e externa, relata em seu texto “*Japan Rearmed*”, como alguns assuntos durante as negociações de São Francisco ficaram sem resolução, por conta disso, o Japão ainda no século XXI tem sérias disputas territoriais com seus vizinhos (SMITH, 2019).

Segundo os autores da *Encyclopedia*, investigadores do pós-guerra concluíram que nem as bombas atômicas, nem a entrada soviética na guerra foram fundamentais para a decisão de se render, embora tenham provavelmente ajudado a adiantar a data. Entretanto, um bloqueio submarino das ilhas japonesas, foi o que trouxe a derrota econômica ao impedir a exploração das novas colônias do Japão, afundando a tonelagem mercante e convencendo os líderes japoneses da desesperança da guerra. O bombardeio trouxe a consciência da derrota para o povo, então, a guerra do Pacífico chegou ao fim dia 14 de agosto de 1945 (15 de agosto no Japão). A rendição formal foi assinada em 2 de setembro na Baía de Tóquio a bordo do navio de guerra USS Missouri. Após esse ato de rendição, cerca de 500 oficiais militares e nacionalistas que se sentiram desonrados, cometeram suicídio, os outros foram executados por cometerem crimes de guerra. Dentre esses, o Imperador da época, Showa (Michinomiya Hirohito), não foi declarado como criminoso de guerra (BRITANNICA, 2022).

3.2.1 - Japão pós-Segunda Guerra Mundial, a ocupação estadunidense:

Após a rendição japonesa, entre 1945 e 1952, o Japão esteve sob ocupação militar chefiada pelo general americano Douglas MacArthur, que era Comandante Supremo das Forças Aliadas (SCAP). O general, a Comissão do Extremo Oriente, o Conselho Aliado em Tóquio (EUA, URSS, a China e os países da Commonwealth), e mais um conjunto de organizações, discutiam sobre o que deveria ser feito do Japão. Porém, conforme os estadunidenses permaneciam em território japonês, cada vez mais essa ocupação se apresentava ser assunto inteiramente americano (BRITANNICA, 2022).

Após o general MacArthur conseguir conquistar a confiança dos japoneses derrotados, ele instalou um grande quartel-general em Tóquio para realizar a política de ocupação. Ele teve o apoio de equipes locais do “governo militar”, e o Japão, diferentemente da Alemanha, não foi governado diretamente por tropas estrangeiras. Ao invés disso, o SCAP contava com o governo japonês e seus órgãos, principalmente a burocracia, para cumprir suas diretrizes. Os princípios que regiam a governança proposta ao Japão foram descritos na Declaração de Potsdam (termos da rendição japonesa) em julho de 1945, e elucidados nas declarações de política do governo estadunidense, assim sendo redigidas e encaminhadas a MacArthur em agosto de 1945 (SMITH, 2019; BRITANNICA, 2022).

Essa ocupação, tal como a Restauração Meiji oitenta anos antes, representou um período de rápida mudança social e institucional que teve como base o empréstimo e incorporação de modelos estrangeiros. Tinha um objetivo simples e direto: a desmilitarização; a democratização do Japão; e o estabelecimento de uma economia que pudesse sustentar adequadamente uma nação pacífica e democrática. A desmilitarização, para que o Japão não pudesse mais se tornar um perigo para a paz e a democratização, para desenvolver um sistema político sob o qual os direitos individuais fossem garantidos e protegidos (BRITANNICA, 2022).

Durante essa ocupação, já nos primeiros meses, o SCAP agiu para remover os principais apoios do estado militarista: as forças armadas foram desmobilizadas; milhões de soldados e civis japoneses no exterior foram repatriados; o império foi dissolvido; o Estado xintoísta (prática religiosa japonesa de cunho milenar) foi desoficializado; as organizações nacionalistas foram abolidas; e as indústrias de armamento do Japão foram desmanteladas. Diversas instituições também sofreram mudanças, o Ministério do Interior que possuía poderes sobre a polícia e o governo local foram abolidos, a força policial foi descentralizada e seu amplo poder revogado. A amplitude dos poderes do Ministério da Educação sobre a educação foi reduzida e os cursos obrigatórios sobre ética (*shūshin*) foram eliminados. Todos os indivíduos

proeminentes em organizações e políticas de guerra, incluindo oficiais comissionados das forças armadas e todos os altos executivos das principais empresas industriais, foram destituídos de seus cargos. Um tribunal internacional foi estabelecido para conduzir julgamentos de crimes de guerra, e sete homens, incluindo o primeiro-ministro Tojo, foram condenados e enforcados, outros 16 foram condenados à prisão perpétua (BRITANNICA, 2022).

A SCAP estava ciente que, para democracia política ser exercida no Japão, era necessário não apenas um enfraquecimento da estrutura de valores do “estado familiar” hierárquico, que restringia o indivíduo, mas também uma libertação do povo japonês das forças econômicas que reforçavam tal estado. Assim, durante a ocupação, a SCAP também visou a dissolução das grandes casas financeiras do Japão, chamadas zaibatsu (conglomerados industriais e/ou financeiros, integrados verticalmente durante o Império do Japão), pois eram vistos originalmente como os principais criadores de guerra. Entretanto, essa ideia não foi mantida, das 1.200 empresas marcadas para investigação, menos de 30 foram desmembradas. No entanto, as principais unidades dos impérios zaibatsu foram dissolvidas e seus títulos foram disponibilizados para a compra pública. Em 1950, ocorreram grandes mudanças no mundo industrial, embora muito diferentes das inicialmente propostas, já os grandes bancos não foram desmembrados e provaram ser os centros de uma certa reconsolidação nos anos após o fim da ocupação (BRITANNICA, 2022).

Nestes anos de ocupação, mesmo que o Japão tenha mudado em diversos aspectos, ele conseguiu se capitalizar sobre os benefícios econômicos, principalmente durante a Guerra da Coreia (1950-1953), a cooperação Japão-Estados Unidos, forneceu bases para a reconstrução nacional e para o relacionamento essencial entre eles no pós-guerra. Em 1951, Yoshida Shigeru (1946-1947), que fazia parte do primeiro gabinete do Japão e aplicava as reformas do SCAP, alcançou o que considerava sua maior realização, a restauração da soberania nacional ao levar o Japão à conferência de paz de São Francisco. Durante essa conferência, Yoshida, o negociador americano John Foster Dulles e representantes de 47 nações, elaboraram os detalhes finais do Tratado de Paz. O tratado foi formalmente assinado em 8 de setembro de 1951, e a ocupação do Japão terminou em 28 de abril de 1952 (SMITH, 2019; BRITANNICA, 2022).

A reforma mais importante realizada pela ocupação foi o estabelecimento de uma nova constituição (BRITANNICA, 2022). Em 1945, o SCAP deixou claro aos líderes do governo japonês que a revisão da constituição Meiji deveria receber sua maior prioridade. Quando os esforços japoneses para escrever um novo documento se mostraram inadequados na visão americana, a seção governamental de MacArthur preparou seu próprio rascunho e o apresentou

ao governo japonês como base para futuras deliberações. Aprovado pelo imperador, este documento foi apresentado à primeira Dieta do pós-guerra em abril de 1946, foi formalmente promulgado em 3 de novembro e entrou em vigor no dia 3 de maio de 1947 (BRITANNICA, 2022).

Essa nova constituição tinha como foco a transição do poder, do antigo império para a população, a soberania do país agora estava sob o controle do povo. Essa constituição colocava em questão mudanças diretas no funcionamento do país, era uma declaração de direitos em 31 artigos, sendo que o 9º artigo, renunciava para sempre “à guerra como um direito soberano da nação”, ou seja, as forças terrestres, marítimas e aéreas nunca poderiam ser mantidas e o Japão não poderia utilizar destes nem para a defesa da nação (SMITH, 2019). O imperador não era mais “sagrado” ou “inviolável”, passou a ser descrito como o “símbolo do Estado e da unidade do povo”. O documento exigia uma Dieta bicameral, com o poder concentrado na Câmara dos Deputados, cujos membros agora seriam eleitos por homens e mulheres, assim introduzindo também o sufrágio universal no Japão (1947). A antiga nobreza foi dissolvida e a Câmara dos Pares foi substituída por uma Câmara dos Conselheiros, já o Conselho Privado foi abolido. O primeiro-ministro deveria ser escolhido pela Dieta entre seus membros, e um judiciário independente foi estabelecido com o direito de revisão judicial. Após uma revisão desse 9º artigo, os líderes japoneses reinterpretaram a constituição de 1947 para permitir a autodefesa, um princípio consistente com o direito internacional e com a Carta das Nações Unidas (1945). Essa premissa do direito de autodefesa foi codificada na lei que estabeleceu a missão e os princípios organizadores das forças armadas japonesas do pós-guerra, as Forças de Autodefesa do Japão (JSDF) em 1954 (BRITANNICA, 2022).

Após a fundação das JSDF, no entanto, a linguagem do nono artigo continuou a definir o debate do Japão sobre a política militar. Erradicado do vocabulário da política militar, estavam os termos guerra e militar, não seriam mais usados os “*senryoku*” (potencial de guerra), “*senkan*” (navios de guerra) e “*guntai*” (forças militares). Desde o início, os líderes japoneses incorporaram o termo autodefesa em tudo o que era militar, incorporando semanticamente a intenção de autodefesa em todas as deliberações políticas. Assim, desde sua concepção, as forças armadas do Japão no pós-guerra eram as JSDF, e sua missão: autodefesa exclusiva. Mais tarde, essa linguagem seria aplicada ao armamento adquirido. Um destróier seria chamado de “*goeikan*” (navio de escolta defensiva) e muito mais tarde, na década de 1980, a reflexividade dessa cobertura semântica foi confirmada quando, em deliberações da Dieta, o governo japonês

descreveu um porta-aviões (*Harrier Jump Jet*) com uma cabine de comando para helicópteros, como um porta-aviões “defensivo” (SMITH,2019).

3.2.2 - Implicações do 9º artigo da constituição japonesa 1947

Após a Segunda Guerra, a Guerra Fria estava endurecendo as relações entre as grandes potências e havia também uma competição profundamente militarizada entre os Estados Unidos e as potências comunistas, com ênfase no desenvolvimento de armamento nuclear. O Japão, por outro lado, ainda discutia sobre a constituição japonesa e quais as restrições/aplicações dessas políticas na prática (SMITH, 2019).

O nono artigo da constituição do Japão declara em seus parágrafos um e dois: “O povo japonês renuncia para sempre à guerra como um direito soberano da nação e à ameaça ou uso da força como meio de resolver disputas internacionais. (...); e “Para cumprir o objetivo do parágrafo anterior, forças terrestres, marítimas e aéreas, bem como outras forças de guerra potencial (*senryoku*), nunca serão mantidos.” (CABINET OFFICE OF JAPAN, 1946).

Desta forma, os militares não seriam mais um instrumento de poder a ser usado para afirmar os interesses do Japão no exterior. Isso trouxe à nação japonesa, a ideia de que quaisquer forças militares adquiridas pelo Japão seriam inconstitucionais. Após a reinterpretação do artigo, o governo decidiu que a autodefesa era aceitável, porém não foram estabelecidos os limites do que seriam forças defensivas e o que constituiria as *senryoku* (forças de guerra potencial), o que deixaria o Japão vulnerável em meio àquele período de escalada militar.

No início dos anos 1970, houve uma segunda tentativa de esclarecer o significado do Artigo Nono para as forças armadas do Japão. Durante a Guerra do Vietnã (1955-1975), um processo judicial pressionou o governo japonês a esclarecer, que de forma alguma iria permitir que as Forças de Autodefesa japonesas entrassem em qualquer conflito ao lado das forças americanas. Em 1972, o governo anunciou que o nono artigo proibia o que chamou de direito de legítima defesa coletiva, os militares do Japão não podiam lutar com outros países, ou em nome de outras nações. Mas mesmo com as limitações do exército japonês, Washington (EUA) ainda queria ver Tóquio assumir um papel militar maior na região, especialmente após a Guerra do Vietnã (SMITH, 2019).

Além do nono artigo, a constituição do Japão também reformulou as relações civis-militares. O Artigo Sessenta e Seis proíbe expressamente que oficiais uniformizados governem o país, uma preocupação nos primeiros anos após a Segunda Guerra Mundial, pois eram os

militares (uniformizados) que tomavam decisões sob a Constituição Meiji durante o pré-guerra. Seguindo a constituição de 1947, os legisladores do Japão guardaram cuidadosamente sua discricção sobre o uso da força e foram particularmente sensíveis ao planejamento militar da aliança. Mesmo quando os líderes civis ficavam mais à vontade com a ideia de que as JSDF poderiam ser implantadas no exterior, havia também um sentimento de ansiedade, por conta do medo de que as JSDF pudessem se envolver em uma guerra (SMITH, 2019).

Em 1991, o Japão enviou um caça-minas para o Golfo Pérsico, porém esse movimento foi visto no Japão como uma violação do 9º artigo, e mesmo depois de um longo e cuidadoso debate, muitos também viram o envio das JSDF para uma Operações de Manutenção da Paz (PKO) no Camboja como uma ação contraditória a constituição do pós-guerra. No entanto, a Lei PKO que a Dieta aprovou não permitiu que as JSDF usassem a força sob a bandeira da ONU e, ao invés disso, definiu um papel para as JSDF no processo de construção da paz que impediria o uso da força. As forças armadas do Japão, em outras palavras, tornaram-se um instrumento de diplomacia e uma demonstração da contribuição do Japão para a paz global (SMITH, 2019).

Após anos terem passado desde a implementação do artigo, diversos desdobramentos e discussões são pautadas sobre essa constituição. Após o ataque terrorista às duas torres nos Estados Unidos no dia 11 de setembro de 2001, o ex-primeiro ministro, Junichiro Koizumi, argumentou sobre como os japoneses deveriam se concentrar menos na interpretação das limitações do nono artigo sobre os militares e mais sobre a responsabilidade japonesa como membro da comunidade internacional. Enviar as Forças de Autodefesa japonesas para contribuir com os esforços internacionais em busca de garantir a segurança global, não era apenas do interesse do Japão, mas também estava alinhado com o espírito do preâmbulo da constituição. O povo japonês buscava pela paz, mas parecia relutante em agir em apoio a ela. Para Koizumi, empregar a força militar para enfrentar o terrorismo em busca da paz, é responsabilidade da comunidade internacional, e para realizar essa paz, seria necessário também a atuação das forças japonesas (SMITH, 2019).

Com a crescente pressão da República Democrática da Coreia e da China, foram levantadas novas questões sobre a capacidade do Japão de se defender e sobre a eficácia da cooperação militar com os Estados Unidos, ainda mais em vista da atuação da Rússia na Europa durante o conflito com a Ucrânia (2022). Outro movimento que levou um novo foco ao nono artigo, foi a decisão tomada na década de 1990 de permitir que as JSDF se desdobrassem em coalizão com outras forças militares no exterior, principalmente após acompanhar a atuação das JSDF nas Operações de Manutenção da Paz da ONU (SMITH, 2019).

A constituição japonesa ainda levanta debates, os líderes políticos do Japão estão mais uma vez “revisitando” sua interpretação dessa constituição, no que se refere ao uso da força militar. O artigo publicado por Ángel Bermúdez, na *British Broadcasting Corporation* (BBC) em julho de 2022 retrata essa questão, após o ex-primeiro ministro Shinzo Abe ser assassinado durante sua campanha eleitoral ainda em julho, Fumio Kishida venceu as eleições e já anunciou a necessidade da revisão do nono artigo da constituição japonesa. Em seu discurso, ele reforça que “é necessário aprofundar o debate sobre as medidas necessárias para fortalecer drasticamente a defesa do país em meio a um clima difícil de segurança.” (BBC, 2022). As implicações desse artigo criaram uma grande polaridade entre os civis japoneses, a direita tem buscado reformar este documento e a esquerda mais pacifista teme que o militarismo japonês retorne com as alterações da constituição. Segundo o artigo de Bermúdez, os críticos dessa reforma têm o receio de que o partido governante (Partido Liberal Democrata), ao qual pertencia Abe e que agora é liderado por Fumio Kishida, elimine as restrições às forças militares previstas no nono artigo, porém tal como apresenta Sheila Smith em “*Japan Rearmed*”, o partido não busca eliminar o artigo e sim acrescentar uma frase para dar legitimidade às JSDF (BBC, 2022; SMITH, 2019).

Várias instituições vêm sendo criadas para lidar com a legitimidade da atuação das forças japonesas, primeiro o Ministério da Defesa (2007), posteriormente durante o mandato de Abe foi criado o Conselho de Segurança Nacional (2013), em 2014, o governo Abe promoveu uma reinterpretação da norma constitucional que fala sobre a defesa do país. Em 2015, uma nova lei foi criada com base nessa reinterpretação, garantindo assim a possibilidade das JSDF de usar força em missões de apoio a outros países (caso fosse necessário para a segurança do Japão). Da mesma forma que o Japão teme o reforço militar de seus vizinhos, conforme ele investe em armamento bélico e desenvolvimento de tecnologias, essas mudanças são observadas e trazem para a China, Coreia do Sul e para a República Democrática da Coreia, um sentimento "nostálgico" de um Japão imperial (SMITH, 2019).

O governo japonês parece enfrentar uma dificuldade sobre uma reforma/revisão da constituição, o legado de Abe pode ter influência sobre as futuras políticas de defesa japonesas, mas para realizar esse objetivo, é necessário ter uma maioria de dois terços nas duas casas do Congresso japonês, além da ratificação das mudanças por meio de um referendo nacional e a coalizão governista, terá também que conquistar o apoio de partidos menores na Câmara Alta (SMITH, 2019). Adquirir o consenso sobre a necessidade e a importância sobre essas mudanças na constituição pode ser trabalhoso, principalmente por conta do trauma da população japonesa com a Segunda Guerra Mundial e com o “pacifismo” imposto após o fim da mesma. A

população japonesa teme por seu país em vista dos conflitos e das agressões próximas às suas fronteiras, mas depende unicamente da proteção estadunidense e da diplomacia, que apenas evita que o Japão entre em um conflito, mas não garante que ele tenha formas de se defender caso seja preciso.

3.3 As Forças de Autodefesa do Japão

Durante o período de ocupação, frente ao começo do que seria a Guerra Fria, via-se um reforço militar constante que em alguns anos polarizaram o mundo, a competição dos capitalistas contra comunistas, encabeçada pelos Estados Unidos e URSS. Em São Francisco (1951), o primeiro ministro Shigueru Yoshida começava a reconstruir uma força capaz de defender o país, como possuía diversas outras prioridades naquele momento (pois o país ainda estava se reconstruindo), levou tempo para se concentrar em como projetar as novas forças armadas do Japão. Esse tratado de paz reconhecia o “direito de autodefesa individual e coletiva” do Japão, exercido por meio do Tratado de Segurança Estados Unidos-Japão (1951), no qual as forças dos EUA permaneceriam no Japão até que os japoneses garantissem sua própria defesa (SMITH, 2019).

Em vista deste cenário, durante a ocupação japonesa a pedido das autoridades estadunidenses, o primeiro ministro Shigueru Yoshida ordenou às pressas a criação de um “exército”, a chamada Reserva Nacional de Polícia (*Kokka Keisatsu Yobitai*) em julho de 1950, para garantir a paz no Japão e evitar a influência do comunismo no Leste Asiático. Foi mobilizada, uma força marítima para auxiliar os Estados Unidos a livrar as águas coreanas de minas em 1950, a chamada Força de Segurança Costeira (precursora da Força de Autodefesa Marítima do Japão). Enquanto as forças armadas japonesas estavam sendo reformadas, gradualmente o rearmamento foi surgindo, principalmente quando a Guerra da Coreia (1950-1953) eclodiu, pois o Japão, que estava sob a tutela das tropas americanas, teve de assumir uma maior responsabilidade pela segurança doméstica, já que os americanos saíram às pressas para lutar na península coreana. Em 1952 o Japão recuperou sua independência, e em outubro do mesmo ano, foi criada a Força Nacional de Segurança (*Hoan-tai*), absorvendo a Reserva Nacional (BRITANNICA, 2022; SMITH, 2019).

O gabinete de Shigueru Yoshida sabia que existia uma “linha tênue” entre garantir a defesa do Japão e manter o espírito de contenção incorporado no primeiro parágrafo do nono artigo. Como as autoridades de ocupação americanas não redigiram a constituição japonesa

sozinhas (pois foram feitas consultas com autoridades japonesas, como Ashida Hitoshi do Partido Liberal), Shigueru Yoshida precisava criar uma base legal para as novas forças armadas do Japão e a Dieta teria que aprová-la. Porém, duas questões haviam de ser abordadas: os novos militares do pós-guerra tinham de ser subordinados ao poder civil; e era necessário um novo cenário institucional para supervisionar os assuntos militares. Os militares japoneses do pós-guerra tinham que estar firmemente sob o controle do primeiro-ministro democraticamente eleito e de seu gabinete, e um novo quadro de funcionários nomeados seria designado para definir e implementar a política de defesa (SMITH, 2019).

Shigueru Yoshida formou uma parceria com o Partido Progressista, liderado por Shigemitsu Mamoru, que discutiu ativamente a necessidade das defesas do Japão. Em setembro de 1953, Shigueru Yoshida e Shigemitsu Mamoru anunciaram seu acordo, eles reconheceram que com as mudanças em curso na região e “o crescente espírito de independência” no Japão, estava na hora de criar um plano de longo prazo para a defesa nacional, transformando a Força Nacional de Segurança em uma força de autodefesa (*Jieitai*). Em 1954 foi criado o exército japonês do pós-guerra chamado de Força de Autodefesa do Japão (JSDF), ele recebeu uma missão exclusivamente defensiva e como a Agência de Defesa possuía um orçamento muito pequeno, tais forças não conseguiriam e nem poderiam se munir de armamento (SMITH, 2019).

Para estabelecer quais as ações desse exército, um comitê de membros tanto do partido Liberal como o Progressista foi formado, isso se tornou a base da nova legislação elaborada pelo governo que iria delimitar as políticas da Agência de Defesa e das JSDF. O primeiro-ministro receberia o direito de comando e um conselho civil de defesa nacional seria estabelecido, uma nova força aérea também seria criada, separando o poder aéreo do exército e da marinha, e era necessário estabelecer regras de engajamento para responder às violações do espaço aéreo japonês. Os novos serviços militares do Japão (terrestres, marítimos e aéreos) teriam um conselho de estado-maior conjunto. Uma força de reserva também seria necessária. O comitê também abordou talvez o aspecto mais difícil da nova lei: como mobilizar esses novos militares e usar a força durante uma emergência nacional (SMITH, 2019).

Assim, a JSDF foi armada lentamente, com sucessivos planos de aquisição visando capacidades que lhe permitiriam assumir missões de defesa realizadas pelas forças dos EUA. Os orçamentos eram escassos na década de 1950, mas cresceram à medida que a economia do Japão decolou na década de 1960. A Força de Autodefesa Terrestre (GSDF) consumiu a maioria do orçamento, principalmente em custos de pessoal. Porém, a nova Força de Autodefesa Marítima do Japão (MSDF) precisava de navios, e a Força de Autodefesa Aérea (ASDF) precisava de aeronaves modernas e caras compradas dos Estados Unidos. No final do Terceiro

Plano de Reforço da Defesa em 1972, o rearmamento foi considerado completo. Assim, às três forças do Japão estavam equipadas com armamento moderno, mas o Japão ainda precisava articular uma estratégia nacional para suas forças armadas que garantiria a capacidade das JSDF de defender o país (SMITH, 2019).

Para formular a estratégia nacional dessas forças armadas, emergiu de uma conversa interna entre os planejadores civis e militares na Agência de Defesa, o Programa de Defesa Nacional de 1976, que foi a primeira grande declaração das metas de postura da força das JSDF. Com base no conceito de postura de defesa padrão desenvolvido por Kubo Takuya (sênior que fazia parte da Agência de Defesa), este esboço apresentou a base sobre a qual a JSDF poderia atuar, caso o ambiente de segurança piorasse. Os investimentos em pesquisa e desenvolvimento continuariam para que o JSDF do Japão não ficasse atrás da curva tecnológica, mas não haveria mais expansão no tamanho e escala dos três serviços militares do Japão (SMITH, 2019).

Chegando ao fim da Guerra Fria, as Forças de Autodefesa do Japão eram uma força formidável, apesar da posição não nuclear do país. Sua marinha era inigualável na Ásia-Pacífico, com considerável capacidade de guerra antissubmarino e capacidade de varredura de minas, e era totalmente integrada às operações do Pacífico Ocidental da Marinha dos EUA (SMITH, 2019). A MSDF reivindicou a responsabilidade pelas rotas marítimas ao sul do Japão até mil milhas náuticas e realizou a coleta de informações no Mar da China Oriental e no Pacífico Ocidental. Ao norte, as ASDF do Japão, estavam equipadas com as mais modernas aeronaves de combate e com o sistema BADGE (*Base Air Defense Ground Environment*), elas conduziram operações de defesa aérea das ilhas do sul de Okinawa, lar da Décima Oitava Ala da Força Aérea dos EUA.

O GSDF ficou responsável por todo o arquipélago, de Okinawa a Hokkaido. Como eram geralmente mobilizados para missões de socorro em desastres, as forças terrestres do Japão permaneceram focadas nas defesas territoriais, portanto, tiveram o menor contato com os militares dos EUA. O GSDF era o maior dos três serviços do Japão (em termos de pessoal e orçamento) e ao final da Guerra Fria, quando a interoperabilidade entre as forças dos EUA e do Japão se tornou o objetivo, até o GSDF procurou contribuir para a estratégia do Pacífico Ocidental dos EUA, atualizando suas defesas antimísseis costeiras no norte para conter as forças estratégicas soviéticas baseadas em Vladivostok e Petropavlovsk (SMITH, 2019).

As JSDFs do Japão emergiram como uma das forças armadas tecnologicamente mais avançadas (e letais) da Ásia (SMITH, 2019). Essas forças armadas do Japão estavam sendo cada vez mais projetadas para complementar as capacidades das forças dos EUA no Pacífico. À medida que as JSDF se tornavam mais capazes de defender o Japão, a Agência de Defesa

começou a considerar maneiras pelas quais elas poderiam complementar e apoiar as capacidades ofensivas regionais dos EUA. Uma discussão formal dos papéis e missões que cada militar desempenhou para a defesa do Japão abriu o caminho para exercícios entre os militares dos EUA e do Japão. Ao final da Guerra Fria, os interesses globais do Japão começaram a moldar o pensamento da aliança sobre como as JSDFs poderiam desempenhar um papel maior além do território japonês.

3.3.1 Cooperação das Forças de Autodefesa do Japão durante e após a Guerra Fria

As JSDFs operaram ao lado dos militares dos EUA no Japão, construindo redes de relacionamentos pessoais com gerações de militares estadunidenses. Os legisladores norte-americanos exigiam uma maior divisão dos encargos financeiros durante a década de 1980, então a contribuição militar do Japão para a estratégia dos EUA na Ásia nos anos finais da Guerra Fria também foi significativa. As bases no Japão sempre foram importantes para os militares estadunidenses, pois destróieres e submarinos dos americanos patrulhavam as águas do sudoeste perto de Taiwan e das Filipinas a partir de suas bases em Kyushu e Okinawa, e os Estados Unidos mantinham algumas de suas estações de escuta de inteligências mais sofisticadas em solo japonês (SMITH, 2019).

Com uma parcela significativa da Sétima Frota da Marinha dos EUA, incluindo seu único porta-aviões baseado no exterior, em Yokosuka e Sasebo, essas bases eram de extrema importância para a marinha no Pacífico. Redes de sistemas de vigilância sonora para detectar os submarinos nucleares da URSS também foram instaladas ao longo das encostas do mar do extenso arquipélago do Japão. A Força Aérea dos EUA operava a partir de bases no norte e no sul, mantendo uma força de ataque capaz de atingir a Península Coreana e o continente asiático. As operações de reconhecimento e vigilância realizadas a partir de bases japonesas foram indispensáveis para a estratégia dos EUA (SMITH, 2019).

Diversos eventos durante a Guerra Fria ampliaram a cooperação EUA-Japão, dois episódios notáveis revelaram a profundidade dessa aliança. Primeiro quando um piloto soviético chamado Viktor Belenko desertou com uma aeronave altamente secreta (MiG-25), pousando em Hakodate, um pequeno aeroporto local na ilha de Hokkaido ao norte do Japão. Moscou (capital russa) demandou imediatamente a devolução desse caça, porém o governo japonês desmantelou a aeronave peça por peça, compartilhando dados com os Estados Unidos, Belenko foi então para os Estados Unidos, onde se tornou conselheiro do governo dos EUA. O

segundo episódio foi mais trágico, pois em setembro de 1983 a União Soviética abateu por engano um jato civil da Korean Airlines, matando todas as 269 pessoas a bordo. Essa tragédia revelou o quão tensas eram as tensões militares da Guerra Fria no norte do Japão (HISTORY, 2020; SMITH, 2019).

A atuação da JSDF também forneceu ativos críticos (mesmo que não oficialmente) às forças armadas dos EUA, a atuação marítima foi um grande exemplo disso. Após uma conversa em 1981 entre o ex primeiro-ministro Suzuki Zenko e o presidente Ronald Reagan, foi apresentado como os interesses marítimos japoneses exigiam uma presença estendida em até mil milhas náuticas. Essa missão de proteção de rotas marítimas da MSDF suplementou cada vez mais as operações regionais da Marinha dos EUA. À medida que as JSDF se tornavam mais capazes de proteger o Japão, os militares dos EUA tinham maior latitude e concentravam suas capacidades ofensivas em toda a região a partir de bases no Japão e em outros lugares. Porém, poucos imaginavam o Japão como um alvo direto de agressão ou invasão, não havia previsão para a JSDF se envolver em combate. A dissuasão por meio da aliança EUA-Japão parecia funcionar muito bem, e a postura de defesa padrão para as JSDF delineada no Programa de Defesa Nacional de 1976, além de ser uma postura pacífica, foi projetada para manter um exército capaz de aumentar suas capacidades, mas somente caso uma guerra em toda a região fosse acontecer (HISTORY, 2020; SMITH, 2019).

Assim, enquanto as JSDFs treinavam e estudavam com as forças dos EUA no Japão, pouca atenção foi dada para se preparar e para lutar de fato. Quando o chefe das JSDF, presidente do Conselho de Estado-Maior Conjunto, general Kurisu Hiroomi, argumentou em julho de 1978, que os civis japoneses poderiam querer pensar em como convocar seus militares em caso de necessidade, ele foi rapidamente demitido. Faltava atenção política frente a difícil tarefa de elaborar os procedimentos legais a respeito da mobilização dos militares na defesa do Japão. Várias crises aconteceram até que os líderes políticos do Japão compreendessem que, a capacidade de seu país de gerenciar ameaças em larga escala à segurança pública exigia um mandato legal muito mais detalhado para uma resposta militar. Os civis do Japão precisariam saber como implantar suas forças armadas e permitir uma extensão significativa para fazer seu trabalho. As forças militares estadunidenses e japonesas tinham de considerar como cooperariam em caso de um conflito direto (SMITH, 2019).

Do norte ao sul, as bases japonesas continuaram a oferecer aos Estados Unidos uma localização privilegiada para suas operações militares na Ásia-Pacífico e além. As forças armadas do Japão tornaram-se cada vez mais fortes, mas nas décadas que se seguiram à Guerra Fria, os Estados Unidos começaram a exigir ainda mais clareza sobre como as JSDF poderiam

ser implantadas em uma crise. Múltiplas crises surgiram na década de 1990 para os formuladores de políticas japonesas, revelando sua falta de atenção à mobilização militar e a maneira pela qual os esforços políticos para conter as JSDF de fato dificultaram a condução das operações de defesa, especialmente a cooperação operacional com as forças dos EUA, pois precisavam fornecer a segurança do Japão (SMITH, 2019).

As Forças de Autodefesa japonesas participaram de diversas operações com a ONU e também com as tropas estadunidenses durante essa cooperação, participando de coalizões para lidar com fontes globais de instabilidade. A Guerra do Golfo em 1991 teve um grande impacto no prestígio internacional japonês, enquanto outras nações estavam se reunindo para ajudar a defender o Kuwait contra a invasão do Iraque, o Japão, que havia se tornado a segunda maior economia do mundo, não queria envolvimento com nenhum tipo de conflito (por conta do espírito pacifista adquirido no pós-segunda guerra) e não poderia também por conta das restrições do nono artigo. Em dezembro de 1990, o embaixador dos EUA no Japão, Michael Armacost, pediu ao primeiro-ministro Kaifu que solicitasse a participação japonesa em uma resposta da coalizão à invasão do Kuwait pelo Iraque, Armacost apontava que a não participação do Japão seria um desafio à ordem internacional e aos próprios interesses japoneses. Não só a ONU orientava uma ação coletiva, mas Washington também demonstrava que Tóquio deveria assumir mais responsabilidade (e risco) na manutenção da segurança global, o Japão precisava reconsiderar sua posição sobre a adequação de usar as capacidades militares do Japão no pós-guerra (SMITH, 2019).

O gabinete de Kaifu (1989) optou por não enviar as JSDF ao Golfo inicialmente, ao invés disso, forneceu apoio financeiro ao Conselho de Cooperação dos Estados Árabes do Golfo. De acordo com um artigo publicado na *Reuters* (2015) pela Linda Sieg, o Japão contribuiu com 13 bilhões de dólares para ajudar a financiar a operação militar. Porém, essa contribuição monetária não foi o suficiente para época e a mídia global classificou a atuação japonesa como um “poder de talão de cheques” (SMITH, 2019). Por conta da ausência do Japão nessa coalizão, o governo do Kuwait teve dificuldade em reconhecer a contribuição do Japão quando foi agradecer aos membros pelo seu auxílio, a participação dessa coalizão havia se tornado uma responsabilidade diplomática na era pós-guerra fria, como diz Smith em sua obra “*Japan Rearmed*”, a potencialidade econômica por si só não iria garantir os interesses japoneses no exterior.

O Japão era um grande importador de energia do Oriente Médio, cerca de 90% do petróleo japonês era comprado do Oriente Médio (REUTERS, 2015). Logo, o governo japonês possuía fortes interesses na região, a ausência na coalizão atraiu críticas especialmente dos

Estados Unidos, pois como funcionaria essa cooperação EUA-Japão, se o Japão não enviaria tropas ao lado de seu parceiro. Essa decisão de não enviar militares à Guerra do Golfo foi similar à atuação da Alemanha no conflito. Assim como o Japão, a Alemanha havia se recusado a enviar seus militares para a força de coalizão da Guerra do Golfo, mas no dia 6 de março de 1991, o chanceler Helmut Kohl anunciou que enviaria navios alemães para fora da Europa pela primeira vez desde o fim da Segunda Guerra Mundial, o chanceler entendia ser necessário encarar suas responsabilidades como nação perante a estabilidade econômica do mundo, então, a Alemanha enviou um caça-minas que ajudariam a limpar o Golfo Pérsico para fins humanitários (SMITH, 2019).

Entretanto, mesmo com a maioria dos japoneses se opondo ao envio de seus militares ao Golfo, o membro da Câmara dos Representantes do Japão, Ozawa Ichiro, enviou um emissário a Washington para discutir como o Japão poderia contribuir. Funada Hajime, membro da Câmara Baixa e chefe do Comitê de Relações Exteriores do LDP, defendeu fortemente o envio de caça-minas e, apoiado por burocratas do MOFA (Ministério das Relações Exteriores) e da Agência de Defesa, levou o caso ao primeiro-ministro japonês. Em meados de abril, Kaifu ordenou que o MSDF se preparasse para o despacho de caça-minas no Golfo Pérsico. Então, depois que a Operação Tempestade no Deserto feita pelos Estados Unidos terminou e um cessar-fogo foi concluído, uma pequena frota de seis navios da MSDF partiu para o Golfo.

Como naquele momento a força militar japonesa ainda não possuía equipamentos modernos, como câmeras subaquáticas e/ou outros equipamentos de alta tecnologia, muitas das minas tiveram que ser identificadas por mergulhadores (SMITH, 2019). Havia japoneses que viviam e trabalhavam no Golfo, com a decisão do governo japonês de enviar um contingente militar para se juntar a força multilateral, muitos desses japoneses (principalmente aqueles que trabalhavam na indústria do petróleo) ficaram gratos por ver a marinha de seu país auxiliando a restaurar o transporte pacífico na região. A missão em si, foi considerada bem sucedida pelas MSDF, embora tenham sido as últimas a chegar.

Enquanto isso, havia também uma discussão sobre a atuação das JSDFs nas Operações de Manutenção da Paz das Nações Unidas, em 1989 o MOFA japonês estava se preparando para apresentar à Dieta uma nova lei que permitiria às JSDFs participar dessas operações. Os primeiros japoneses a participar de uma PKO da ONU foram 27 observadores eleitorais enviados à Namíbia em 1989. O MOFA viu uma oportunidade potencial para um papel maior do Japão na manutenção da paz, e eles continuariam a desempenhar um papel significativo no processo de paz no Camboja. A nova autoridade da ONU no Camboja seria chefiada por um oficial japonês, Akashi Yasushi, até então subsecretário-geral da ONU. Esse debate sobre a

legislação de manutenção de paz foi bastante conturbado dentro do parlamento japonês e acabou por atrasar a participação do Japão na UNTAC (SMITH, 2019; MOFA, 2015).

O motivo desse atraso se deve primeiramente ao partido que estava no poder, o LDP, que não estava seguro sobre o envio dessas forças armadas ao exterior e como iriam atuar, o LDP tentou “empurrar” essa legislação através de um comitê especial anulando qualquer oposição. No entanto, o partido acabou ficando sem tempo no relógio legislativo, e a legislação sobre as PKOs foi transferida para a Dieta (1992). O secretário-geral, Ichikawa Yuichi, apresentou uma emenda que limitava o papel das JSDFs, elas só poderiam atuar em atividades não-combatentes. Diante desse obstáculo, o LDP foi dividido, mas acabou cedendo ao que ficou conhecido como “congelamento das forças de manutenção da paz”. Entretanto, novamente na Câmara Alta, a oposição política ao envio dessas forças retardou ainda mais a tomada de decisão japonesa, em meados de 1992 a legislação chegou a Câmara Alta japonesa, onde a maioria dos partidos da oposição tinham maior influência, alguns membros do pequeno Partido Socialista do Japão tentaram abandonar esse processo, porém no dia 9 de junho de 1992 a Câmara aprovou a legislação. Pouco antes de o projeto ser devidamente aprovado, em 15 de junho, com uma votação de 329 (a favor) e 17 (contra) (123ª Sessão Plenária da Baixa Câmara), esses membros do Partido Socialista renunciaram de seus cargos como uma forma de protesto. No entanto, com a aprovação do projeto, os militares japoneses se juntaram à missão de paz da ONU no Camboja (MOFA, 2015).

Sob essa nova legislação, a participação das Forças de Autodefesa japonesas em PKOs da ONU foi severamente restringida, o MOFA japonês definiu um esboço sobre cooperações via JSDF, atuando a partir de cinco princípios: (1) o acordo sobre um cessar-fogo deve ter sido alcançado entre as partes do conflito armado; (2) o consentimento para uma PKO da ONU deve ser obtido entre os países anfitriões e de todas as partes no conflito, e o consentimento especificamente para a participação japonesa nessa operação também deve ser obtido; (3) as operações de manutenção da paz devem manter estrita imparcialidade, não favorecendo nenhuma das partes do conflito armado; (4) se algum dos requisitos acima deixar de ser atendido, o governo do Japão poderá retirar seu contingente militar (JSDF); e (5) o uso de armas pelas forças japonesas deve ser limitado ao mínimo necessário para proteger a vida do pessoal das JSDFs (MOFA, 2015).

Esse foi o caminho para garantir que a manutenção da paz da ONU fosse reconhecida legítima conforme o Artigo Nono da Constituição, e refletiu um compromisso político duramente conquistado. O consenso que surgiu em 1992 sobre o uso das JSDF no exterior baseava-se em princípios que limitavam suas funções não-combatentes, restringiam seu uso de

armas à autodefesa individual e garantiam que o governo japonês seria capaz de trazer militares para casa, caso as condições no terreno piorassem (SMITH, 2019).

Após ter definido todos os termos, a primeira missão de paz das JSDF à UNTAC incluiu mais de seiscentos engenheiros da GSDF e setenta e cinco policiais japoneses (SMITH, 2019). As forças japonesas foram designadas a: observar o cessar-fogo; monitorar a eleição; fazer o policiamento civil (sendo que esses policiais também treinaram recrutas da polícia do Camboja); e atividades de reconstrução da área de retaguarda (incluindo estradas e pontes destruídas na guerra civil). Os funcionários do GSDF que estavam no Camboja em 14 de outubro de 1992, liderados pelo tenente-coronel Watanabe Takashi, partiram seis meses depois, em 10 de abril de 1993. Um segundo grupo, liderado pelo tenente-coronel Ishioroshi Yoshio, chegou para substituí-los em 8 de abril, trabalhando por mais meio ano até sua partida em 26 de setembro do mesmo ano. As forças do GSDF estavam localizadas na província de Takeo e tiveram que construir suas próprias moradias, além de reparar estradas. Alguns dos GSDF foram enviados a Kampot para concluir a reconstrução de uma rodovia nacional e, a partir de junho, o GSDF trabalhou na construção de uma instalação de contêineres no porto de Sihanoukville. Conforme ordenado pela UNTAC, as forças japonesas também assumiram projetos de construção adicionais, incluindo a construção de fontes muito necessárias de água, petróleo, alimentos e suprimentos médicos, além de moradias (SMITH, 2019).

Durante essa operação, o Japão também enviou suas MSDF, dois navios de transporte e um navio de abastecimento visitaram o Camboja para levar suprimentos às unidades GSDF. A força aérea japonesa (ASDF), forneceu seis aeronaves de transporte C-130 que serviram para o transporte de veículos e outros equipamentos. De outubro de 1992, a setembro de 1993, a ASDF voou semanalmente para a capital do Camboja (Phnom Penh) levando também suprimentos a Manila e Okinawa, num total de quarenta e seis viagens. Durante essa operação, morreram dois japoneses, Takada Haruyuki da Agência Nacional de Política e Nakata Atsuhito, um voluntário da ONU. Mesmo que eles não fossem membros das JSDF, suas mortes foram devidamente relatadas no relatório do governo sobre a missão da UNTAC. O Ministério das Relações Exteriores sabia que essa era uma oportunidade para a operação das forças japonesas, e após essa experiência, argumentou que essa seria a base para expandir a participação japonesa em PKOs, que esse seria um avanço para o Japão em seu apoio às Nações Unidas e queria que esse tipo de papel internacional para as forças japonesas aumentasse (MOFA, 2015).

Após essa operação, o governo japonês encontrou oportunidades para a participação das JSDF na manutenção da paz da ONU, os militares japoneses participaram de um total de dezesseis das vinte e seis missões, incluindo missões além do continente asiático. Em maio de

1993, o GSDF participou de uma operação em Moçambique para auxiliar na estabilidade interna. Posteriormente, em 1996, essas forças foram enviadas para transportar as Forças de Observação de Desengajamento da ONU nas Colinas de Golã, a presença dessas tropas durou até janeiro de 2013. A JSDF também serviu em Timor-Leste durante a administração transitória da ONU, segundo a especialista em política externa japonesa Sheila Smith, cerca de milhares de engenheiros acompanharam essa administração entre maio de 2002, a junho 2004. Entre 2010 a 2012, foram enviados oficiais das JSDF em um grande contingente de mais de dois mil funcionários, que fizeram parte da Missão de Estabilização da ONU no Haiti (SMITH, 2019; MOFA, 2012).

Outra contribuição das JSDFs é referente à UNMISS (Missão das Nações Unidas na República do Sudão do Sul), um ambiente considerado mais hostil por conta das forças envolvidas no conflito, e que por conta disso, mais uma vez foram levantadas questões sobre a participação dessas tropas na manutenção da paz. Um comunicado de imprensa (*press release*) do MOFA japonês, relata em sua “Revisão do Plano de Implementação das Atribuições de Cooperação Internacional para a Paz no Sudão do Sul” (2022), que o Japão tem enviado tropas desde 2011 para o Sudão e que continua a enviar oficiais de logística, de inteligência, engenheiros e também tem feito operações aéreas. O Sudão do Sul conquistou sua independência em julho de 2011, após uma longa guerra civil entre o norte e o sul do Sudão, através da implementação do Acordo de Paz Abrangente (CPA). No Sudão do Sul, o Acordo Revitalizado sobre a Resolução do Conflito no Sudão do Sul (R-ARCSS) foi assinado em setembro de 2018 e, conforme o R-ARCSS, o estabelecimento do Governo de Transição de Unidade Nacional do Sudão do Sul foi declarado no dia 22 de fevereiro de 2020. A operação, que se iniciou em janeiro de 2012, a maio de 2017, foi prolongada até 15 de março de 2021 (MOFA, JP 2021). E, por conta disso, o Governo do Japão, seguindo o Artigo 7 (i) e (iii) da Lei Internacional da Corporação para a Paz, revisou o plano e também estendeu sua participação até 31 de maio de 2021 (MOFA, 2021).

As forças japonesas também participam da Operação Coordenada Internacionalmente para Paz e Segurança, através da “Atribuição de Cooperação Internacional para a Paz na Península do Sinai”. Segundo o MOFA japonês, com base no “Tratado de Paz entre o Estado de Israel e a República Árabe do Egito” (1979) e seu “Protocolo” (1981), a Força Multinacional e Observadores (MFO) foi estabelecida em 1982 como uma alternativa às forças e observadores da ONU previstos no Tratado de Paz de 1979. Assim, facilitando o diálogo e a construção de confiança entre o Egito e Israel, para manter a paz e estabilidade no Oriente Médio, então, desde 1988, o Japão tem prestado assistência financeira a MFO, que expressou apreço pela

contribuição do Japão e que também vai do interesse japonês na região. Nesse contexto, o MFO solicitou que o Japão enviasse oficiais do estado-maior para sua sede. Em resposta, o Japão decidiu enviar dois oficiais como parte de seus esforços contínuos para promover ainda mais a paz e a estabilidade da região. O envio desses oficiais ao MFO marca a primeira participação do Japão em uma operação de paz internacional que não está sob o controle da ONU (essa participação à parte da ONU só é possibilitada por conta das emendas de 2015 à Lei de Cooperação Internacional para a Paz) (MOFA, 2022).

Mesmo com desvantagens políticas, a JSDF se tornou parte integrante da política da ONU no Japão, ao lado de diplomatas, equipes médicas e trabalhadores humanitários da Agência de Cooperação Internacional do Japão. Os militares japoneses têm demonstrado sua capacidade de trabalhar com populações civis no exterior, principalmente na reconstrução pós-conflito ou na “construção da paz”. A Lei PKO aprovada em 1992, foi alterada em 1998 e novamente em 2001 para facilitar o envio das JSDF para missões da ONU, porém restrições às forças armadas do Japão continuam a dificultar o papel dessas tropas nos esforços de manutenção da paz. O ex-Ministro das Relações Exteriores, Komura Masahiko, defensor da participação japonesa na manutenção da paz, discursou no dia 24 de janeiro de 2008 em um simpósio de líderes internacionais, apontando que o Japão ainda ocupa o octogésimo segundo lugar entre as nações no fornecimento de pessoal para operações da ONU (MOFA, 2008). Ele observou que o Japão ainda não pode realizar certos tipos de atividades na construção da paz, tal como o monitoramento de cessar-fogo. Komura também apontou as limitações na tomada de decisões do Japão sobre a participação nas forças de paz da ONU, observando que o governo deve aprovar leis de medidas especiais, uma a uma, antes de enviar as JSDF para o exterior. Komura queria uma nova lei para os militares do Japão, uma “lei geral” que se aplicasse às PKOs da ONU, bem como às operações de defesa do Japão. Uma diretiva para as JSDF que cobriria as operações incluídas na Lei PKO, bem como a missão tradicional de autodefesa estipulada na lei JSDF existente (MOFA, 2008; SMITH, 2019).

Entretanto, essa lei para consolidar as novas obrigações internacionais das JSDF ainda não foi reformulada, algumas revisões foram feitas à medida que novas missões revelavam a necessidade de esclarecer como a JSDF poderiam atuar. Desempenhar um papel maior em PKOs, foi a forma na qual o Japão demonstrou suas capacidades (militares) e também foi uma tentativa de reforçar para que o Japão se torne um membro permanente no Conselho de Segurança da ONU. O MOFA tem como foco a revisão das leis para ampliar e refinar a participação das JSDFs nesse tipo de operação. A medida que a experiência das tropas japonesas crescia e as JSDF assumiam novas missões, várias melhorias foram sugeridas pelo governo

japonês, tal como levantar o congelamento da participação das JSDF em missões onde o conflito estava em andamento, o que teria permitido que as JSDF participassem de missões da ONU na Iugoslávia e na Somália. Outra ideia era aumentar o número de funcionários das JSDF que poderiam participar de missões PKO do limite original em dois mil. Isso permitiria que o Japão participasse de várias missões simultaneamente (SMITH, 2019; MOFA, 2022)

Após a revisão da Lei das PKOs em 1998, a nova lei permitiu o uso de armas para autodefesa com base nas ordens dos comandantes das unidades, permitiu também que as JSDFs conduzissem o monitoramento eleitoral a pedido de organizações internacionais que não fossem as Nações Unidas e aderiu às JSDFs, a capacidade de fornecer materiais para fins humanitários mesmo quando não havia acordo de cessar-fogo. Em 2002, o ex-primeiro ministro Koizumi ordenou uma revisão das experiências de PKO do Japão, visando expandir a futura cooperação internacional de paz, para assim fortalecer a capacidade japonesa de ajudar a trazer a paz (*heiwa no teichaku*) e construir a governança (*kuni-dzukuri*) para aquelas sociedades dilaceradas pelo conflito. Como um dos dezesseis especialistas que deliberaram sobre o futuro do engajamento internacional do Japão, o general Nishimoto Tetsuya representou a perspectiva das JSDFs sobre como implementar a ambição de Koizumi. Entretanto, a participação do Japão na manutenção da paz tem sido primordialmente defendida por diplomatas e não por generais (SMITH, 2019).

As GSDF e ASDF do Japão, ao lado dos oficiais civis, representaram o Japão nas operações da ONU e o fizeram em ambientes cada vez mais perigosos, mesmo com as restrições atribuídas às JSDFs. Já as MSDFs japonesas, tem concentrado amplamente em missões cooperativas com os Estados Unidos, participando de coalizões militares lideradas pelos americanos frente ao terrorismo e a pirataria, atuando de forma mais “confortável” conforme sua experiência cresce em cooperações internacionais. Assim, o Japão tem buscado desenvolver cada vez mais a sua participação na solução de conflitos internacionais, porém devido às limitações de sua constituição e ao sentimento pacifista dos japoneses, as JSDFs permanecem como uma forma primordialmente defensiva. Ainda não se sabe ao certo o que poderia acontecer caso um conflito eclodisse no Japão, se eles dependeriam do apoio estadunidense, ou se respeitariam a vigência da constituição e apenas iriam se defender após terem o seu território invadido.

3.4 - Relação com os Estados Unidos

Para entender melhor a relação japonesa com os Estados Unidos é importante ressaltar um evento que mudou a relação do Japão com o Ocidente. Aproximadamente em 1830, o esquadrão do Extremo Oriente da Marinha americana fez o envio de várias missões de sua base regional em Guangzhou (Cantão) na China, mas que foram barradas pelos japoneses, que não permitiram seu desembarque e não possuíam autoridade do governo estadunidense para forçar essa ação. Duas décadas depois, em 1851, o presidente Millard Fillmore autorizou uma expedição naval formal ao Japão para devolver marinheiros japoneses naufragados e solicitar que os americanos presos no Japão fossem devolvidos aos Estados Unidos. Ele enviou o comodoro John Aulick para realizar essas tarefas, mas antes de Aulick deixar Guangzhou para o Japão, ele foi dispensado de seu cargo e substituído pelo oficial vitalício da marinha Matthew Perry (OFFICE OF THE HISTORIAN, 2022).

No dia 8 de julho de 1853, o americano Matthew Perry, intitulado comodoro (título honorífico do alto escalão da marinha), liderou seus quatro navios ao porto da Baía de Tóquio em busca de restabelecer, pela primeira vez em mais de 200 anos, o comércio e o diálogo entre o Japão e o mundo ocidental. O comodoro não foi o primeiro ocidental a visitar as ilhas, pois comerciantes portugueses, espanhóis e holandeses já mantinham comércio com o Japão durante os séculos XVI e XVII, porém a tentativa europeia de converter os japoneses ao catolicismo e a práticas desleais no comércio, fizeram com que o Japão expulsasse a maioria desses estrangeiros em 1639, limitando o acesso comercial através de “cartas especiais” para os navios chineses e holandeses. Antes da visita do comodoro, muitos americanos acreditavam que tinham uma responsabilidade de modernizar e civilizar os chineses e japoneses, esses missionários possuíam a crença de que seria mais fácil introduzir o cristianismo protestante no Japão por conta da rejeição japonesa ao catolicismo, e outros americanos argumentaram a possibilidade de forçar a interação entre os países, pois interagir e negociar com o mundo era uma necessidade que acabaria por beneficiar ambas as nações (OFFICE OF THE HISTORIAN, 2022).

Matthew Perry navegou inicialmente para as ilhas Ryukyus e Bonin, a sudoeste e sudeste das principais ilhas japonesas, exigindo o auxílio e reivindicando território para os EUA, então, quando ele chegou ao norte na baía de Edo (Tóquio), ele entregou uma carta do presidente americano endereçada ao imperador japonês. Ao fazer esse ato, os Estados Unidos demonstraram seu desconhecimento sobre o governo e a sociedade japonesa, já que o imperador japonês na época, era pouco mais que uma “figura de proa”, uma personalidade importante que

demonstrava o orgulho japonês, porém a verdadeira liderança do Japão estava nas mãos do Xogunato Tokugawa (OFFICE OF THE HISTORIAN, 2022).

A forma com que as forças americanas viam de convencer os japoneses a aceitar o comércio ocidental, era mostrar a disposição de usar seu poder de fogo avançado, Perry também trouxe uma variedade de presentes para o imperador japonês, incluindo um modelo funcional de uma locomotiva a vapor, um telescópio, um telégrafo e uma variedade de vinhos e licores do Ocidente, todos destinados a impressionar os japoneses sobre a superioridade da cultura ocidental. O objetivo de Perry era concluir um acordo com o governo japonês para a proteção de americanos naufragados ou encalhados e abrir um ou mais portos para suprimento e reabastecimento de suas forças, ao exibir sua audácia e prontidão para usar a força, a abordagem de Perry nas águas proibidas ao redor de Tóquio convenceu as autoridades japonesas a aceitar a carta. Pouco tempo depois, Perry voltou ao Japão com um esquadrão ainda maior para receber a resposta dos japoneses, que relutantemente, concordaram com suas exigências e os dois lados assinaram o Tratado de Kanagawa em 31 de março de 1854 (OFFICE OF THE HISTORIAN, 2022).

Esse acordo estabelecia que o Japão iria proteger os marinheiros encalhados e abriria dois portos (Shimoda e Hakodate) para reabastecimento e abastecimento de navios americanos. O Japão também forneceu aos EUA o direito de nomear cônsules (um oficial para representar diplomaticamente os interesses americanos) para morar nessas cidades portuárias, um privilégio não concedido anteriormente a nações estrangeiras. Townsend Harris foi o primeiro cônsul dos EUA atribuído a um porto japonês (1856), ele era um comerciante de Nova York que lidava com importações chinesas, e distintivamente do comodoro Perry, Harris não trouxe uma escolta naval como forma de barganha, Harris levou muito mais tempo para convencer os japoneses a assinar um tratado mais amplo. O acordo de Perry, não era um tratado comercial e não garantia o direito de comércio com o Japão. Ainda assim, além de prever navios americanos em dificuldades em águas japonesas, continha uma cláusula de nação mais favorecida, de modo que todas as futuras concessões que o Japão concedesse a outras potências estrangeiras também seriam concedidas aos Estados Unidos. Como resultado, o tratado de Perry forneceu uma abertura que permitiria futuros contatos americanos e comércio com o Japão (OFFICE OF THE HISTORIAN, 2022).

Após a derrota chinesa na chamada Guerra do Ópio (1839-42) ou também conhecida como Guerra Anglo-Chinesa, a China foi forçada a abrir seus portos comerciais para com o ocidente, oficialmente em 1842. As autoridades japonesas, percebendo o movimento militar britânico que forçou a abertura dos portos chineses, decidiram então abrir os seus portos em

1858, com receio de que o mesmo poderia acontecer com eles. Pouco tempo depois, os Estados Unidos e o Japão assinaram seu primeiro tratado comercial “verdadeiro”, ou também chamado de Tratado de Harris (1858). Seguindo o exemplo estadunidense, os europeus restabeleceram o comércio com o Japão, e em 1860, o Japão enviou sua primeira missão ao ocidente sob o contexto da ratificação do Tratado de Harris (OFFICE OF THE HISTORIAN, 2022).

Os Estados Unidos tinham suas razões para estabelecer o contato com a nação japonesa, pois com a abertura dos portos chineses ao comércio regular e a anexação da Califórnia, foi criado um porto americano no Pacífico, isso garantiu um fluxo constante de tráfego marítimo entre a América do Norte e a Ásia. Neste momento, os comerciantes americanos haviam substituído os navios a vela por navios a vapor, logo, eles precisavam garantir estações de carvão, onde pudessem estacionar e comprar provisões e combustível enquanto faziam o percurso entre os EUA e a China. A posição geográfica do arquipélago japonês daria grande vantagem aos americanos, e os rumores de que o Japão detinha grandes depósitos de carvão, ampliou o interesse estadunidense de estabelecer comércio e diálogos diplomáticos com o Japão. Outra razão para essa aproximação, foi por conta da expansão da indústria baleeira para o Pacífico Norte no século XVIII, pois nos anos que antecederam a missão de Perry, vários marinheiros americanos naufragaram e ficaram presos nas costas japonesas, e haviam histórias de maus-tratos oriundos dos japoneses para com esses americanos. Portanto, quando Perry conseguiu fazer o acordo com o Japão e garantir a abertura dos portos e proteção dos naufragados, muitos o consideraram como o pioneiro na abertura do Japão ao ocidente (OFFICE OF THE HISTORIAN, 2022).

Após o fim da Segunda Guerra Mundial, durante a ocupação estadunidense, para fortalecer a relação EUA-Japão foi assinado um tratado de segurança bilateral, esse pacto foi concluído ao lado do tratado de paz em 1951, este era o início de uma cooperação que se manteria até o século seguinte (XXI). Os Estados Unidos e o Japão tornaram-se aliados na emergente competição global entre os blocos liberais e comunistas. O acordo de segurança era direto, as forças dos EUA permaneceriam em solo japonês após a independência até que as próprias forças do Japão pudessem ser organizadas para defender o país. Na época, 210.235 militares dos EUA permaneceram em solo japonês; 185.705 estavam nas principais ilhas japonesas e mais 24.530 em Okinawa (SMITH, 2019). O contexto desse pacto era a guerra na Península Coreana. Em outubro de 1950, as forças chinesas entraram na guerra e empurraram as forças dos EUA para trás, levantando a possibilidade de uma tomada comunista de toda a península. A Guerra das Coreias acabaria em um empate negociado e, em julho de 1953, generais da China, Coreia do Norte e Estados Unidos assinaram o acordo de armistício que

acalmou a ação militar, mas se tornou a base de um estado de guerra contínuo na península (SMITH, 2019).

Após a desocupação estadunidense no Japão em 1952, a prioridade da agenda japonesa era reconstruir sua economia e restaurar os laços diplomáticos com seus vizinhos na Ásia, muitos dos quais invadiu e ocupou durante a Segunda Guerra Mundial. Mas a relação com os Estados Unidos no pós-Segunda Guerra foi crucial para delimitar os interesses e o desenvolvimento econômico do Japão. O aliado do Japão parecia persistente em sua demanda por forças armadas cada vez mais fortes durante a Guerra Fria, e essa aliança era do interesse estratégico estadunidense para reforçar sua presença no Leste da Ásia. Conforme a economia japonesa se recuperava, os japoneses gradualmente iam aumentando sua influência no Sudeste Asiático, logo, tornou-se necessário mais uma vez assegurar àqueles vizinhos que o Japão havia abandonado a busca pelo poder militar e não retornaria às suas ambições imperiais. Então a melhor forma que encontraram de manter o espírito pacifista adquirido com a nova constituição japonesa, era manter as JSDFs em casa (SMITH, 2019).

Em 1957, o governo do Japão tomou a iniciativa sobre a necessidade de uma revisão no acordo de 1951, resultado da crescente pressão política dentro do Japão sobre o governo japonês na aliança com os Estados Unidos. Essa revisão aconteceu com base em seis pontos principais: (1) Os EUA teriam permissão para usar as bases do território japonês sem consultar o governo japonês para ações em outras partes do Extremo Oriente que possam envolver o Japão em uma guerra, independentemente dos interesses e desejos do Japão; (2) os EUA poderiam trazer para o Japão quaisquer armamentos que quisessem, independentemente dos desejos dos japoneses em relação ao seu próprio território; (3) os EUA poderiam intervir em distúrbios internos de grande escala no Japão incompatíveis com o status soberano do Japão; (4) reforçar o não compromisso dos Estados Unidos de defender o Japão em caso de ataque, pois o tratado informava que os EUA poderiam defender o Japão, mas se fosse de sua escolha; (5) previa o veto dos Estados Unidos sobre qualquer acordo para a entrada das forças de uma terceira potência no Japão; (6) não havia nenhuma disposição para a rescisão do tratado, exceto por consentimento mútuo. Sendo que, conforme o Comandante, a revisão mais importante estava contida na Ata Acordada pelo Primeiro Ministro Kishi e pelo Secretário de Estado Herter, em Washington no dia 19 de janeiro de 1960, ela estabelecia que, exceto na defesa do Japão, qualquer atuação ou grandes mudanças referentes ao uso das forças armadas estadunidenses dentro do território japonês deveria ser consultada pelo Governo do Japão (SMITH, 2019).

Em 1960, esse tratado bilateral foi revisado, concedendo aos EUA o direito de estabelecer bases no arquipélago japonês em troca do compromisso de defender o Japão em

caso de um ataque, essas bases forneceram aos militares estadunidenses um ponto de apoio permanente na Ásia. Anos depois, os Estados Unidos provocaram protestos no Japão ao usar as bases como apoio nas operações de combate durante a Guerra do Vietnã. De acordo com Patrícia Steinhoff (1999), no Boletim do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Tóquio, “Social Science Japan”, a autora relata sobre como essa aliança gerou discussões dentro do Japão, diversos estudantes participaram ativamente em duas ondas de protesto social na década de 1960. Conhecidos como Anpo (1960-1970), eles fizeram oposição ao Tratado de Segurança Conjunta Japão-EUA, porém com o fracasso desses protestos de 1960 em impedir a ratificação do tratado revisado, esses estudantes da Nova Esquerda foram se mobilizando assim gerando a Anpo de 1970. Os protestos de 1970 foram muito mais extensos, complexos e violentos do que os de 1960 e atingiram profundamente as universidades japonesas, mas receberam muito menos atenção acadêmica (STEINHOFF, 1999). Durante esse período, os membros estudantis do Partido Comunista do Japão (JCP) criaram um sistema pós-guerra de associações de auto-governo estudantil, inicialmente controlando sua federação nacional, porém em 1958 a maioria dos principais líderes da federação deixou o JCP para formar seu próprio partido independente da Nova Esquerda e afiliado à organização estudantil. Juntamente com outro grupo independente e parte da organização estudantil patrocinada pelo Partido Socialista do Japão, eles formaram a Nova Esquerda Japonesa em 1960. Em 1968, mais de 6.000 estudantes foram presos por atividades de protesto (BOLETIM, 1999).

Um trabalho de pesquisa realizado pelo Comandante James M. Elster, da Escola de Guerra Naval da Marinha dos EUA, publicado em 1970 pela Imprensa do Colégio de Guerra Naval dos EUA, faz uma análise de como as relações entre o Japão-EUA foram se deteriorando com o passar dos anos e se o motivo para isso seria o conflito no Vietnã. O Comandante relata como três fatores são responsáveis pela ascendência japonesa no pós-guerra: a indústria do povo japonês; a decisão do governo japonês de evitar o rearmamento rápido; e as pesadas transfusões econômicas dos Estados Unidos. O governo do Japão monitorava com muito cuidado a situação estratégica geral no Leste Asiático, até por conta dos seus interesses em fortalecer as relações com seus vizinhos. Quanto mais ativos os Estados Unidos se tornavam em sua política de contenção em relação à China comunista, mais o Japão se preocupava com seu papel relativamente passivo no tratado de segurança de 1951 (ELSTER, 1970).

O maior impacto estratégico nas relações EUA-Japão deste período foi resultado do desenvolvimento gradual das hostilidades entre Pequim e Moscou, do surgimento em 1964 da China comunista como uma ameaça aos interesses dos EUA-Japão no Sudeste Asiático, e ao envolvimento prolongado das Forças Armadas dos EUA no Vietnã (ELSTER, 1970).

Conforme se escalava o conflito, com a ascensão comunista na Ásia, a atuação soviética e agora da China comunista, crescia cada vez mais a influência comunista nas proximidades do território japonês. Entre 1960 e 1964, quando o cenário da crise mudou, as duas potências comunistas impuseram ao governo dos EUA escolhas difíceis e muitas vezes controversas a respeito da prioridade (obrigações) e dos interesses de segurança americanos. A cada dia que passava no conflito do Vietnã, aumentava ainda mais a insatisfação dos civis japoneses com os estadunidenses no Japão.

Entre 1960 e 1967, o volume total do comércio entre os Estados Unidos e o Japão aumentou de US\$ 2 bilhões de dólares, para US\$ 6 bilhões, com os Estados Unidos respondendo por 30% do comércio internacional do Japão em 1968. O Japão possuiu um crescimento acelerado após a Segunda Guerra Mundial, porém durante este período percebeu uma desaceleração de seu crescimento. Conforme os EUA começavam a corrigir os desequilíbrios monetários e fiscais causados pelo financiamento da Guerra do Vietnã, mais receosos ficavam os japoneses, principalmente referente ao setor econômico por conta do desacordo entre os empresários japoneses e americanos, e também o perigo das restrições americanas às importações japonesas. O governo japonês tinha medo de como o protecionismo estadunidense poderia afetar a relação entre eles e também como isso poderia afetar toda a região asiática, tal como relata o Comandante James Elster (1970, pág 27): “Os japoneses, dependentes do comércio para sobreviver, tendo seu mercado de exportação mais importante e sua fonte mais vital de matérias-primas nos Estados Unidos, temem profundamente que os EUA estejam se movendo rapidamente em direção ao protecionismo.”.

O comércio japonês, em 1968, dependia muito também do Sudeste Asiático, região de maior importância para a economia japonesa e que também respondia por 30% desse comércio. Para manter esse padrão de comércio, os japoneses defenderam, ao lado de muitos americanos, um sistema multilateral de desenvolvimento que enfatizava a acumulação de capital, o desenvolvimento de tecnologia e a melhoria da capacidade de gestão. O custo de tal programa para um período de 5 anos (1965-1970) foi estimado pelo Instituto Japonês para Assuntos Econômicos Asiáticos em cerca de US\$ 5.890 milhões de dólares. Devido à importância dessa região e em vista dos interesses japoneses, o Japão atribuiu ao compromisso estadunidense em 1965, não à decisão de combater o comunismo no Vietnã do Sul, mas à sua promessa de desenvolvimento econômico em toda região. Tal como era previsto no discurso do presidente Johnson na Johns Hopkins (1965), em que pedia ao Congresso um investimento americano de bilhões de dólares nesse esforço (de criar um sistema multilateral), e também incluir outros países como a União Soviética (ELSTER, 1970).

Essa promessa foi aprovada pelo Congresso em 1966, cerca de US\$140 milhões foram destinados ao recém-emergente Banco Asiático de Desenvolvimento, o Japão contribuiu com um adicional de US\$100 milhões quando o banco foi estabelecido em dezembro de 1966, sob presidência do Sr. Takeshi Watanabe. Entretanto, após dois anos, a situação política nos EUA se deteriorou a ponto que o Senado dos EUA se recusou a aprovar uma nova contribuição de US\$200 milhões ao banco, e posteriormente outra rejeição de US\$300 milhões ao Banco Interamericano de Desenvolvimento. Em meados de 1968, então, parecia aos japoneses que os Estados Unidos estavam se preparando para retirar não apenas suas tropas, mas também seus dólares do Sudeste Asiático (ELSTER, 1970).

Sob todo esse contexto, o Japão ia buscando alternativas para estabelecer relações com seus vizinhos, a ameaça de que os estadunidenses poderiam retirar seu apoio fez com que o Japão revisasse suas relações comerciais, inclusive com a China. Em 1967, o Primeiro Ministro da época, Eisaku Sato, estabeleceu os Três Princípios Não Nucleares (sem posse, produção ou introdução) a fim de aliviar as preocupações sobre as armas nucleares nas bases dos EUA no Japão, desde então, o Japão conta com o “guarda-chuva” nuclear dos estadunidenses para deter potenciais agressores. À medida que as barreiras para normalizar as relações com a República da Coreia (1965) e, finalmente, com a China (1972) diminuíram, novamente Tóquio confiou em instrumentos não militares para persuadir os países submetidos à agressão de guerra do Japão Imperial, da intenção pacífica do Japão pós-guerra recém-reformado (SMITH, 2019).

Todavia, o Japão se rearmou, e a crescente capacidade das JSDFs sugeria que os japoneses não haviam abandonado completamente sua busca pelo poder militar. Repetidamente, os líderes japoneses reiteraram sua intenção de usar essa capacidade apenas para fins de autodefesa. Ainda assim, os Estados Unidos pediram um esforço coletivo do poder militar europeu, japonês e americano para enfrentar os exércitos da União Soviética e seus aliados. Washington considerou sua aliança com Tóquio como parte de um equilíbrio global contra o “bloco comunista”. Durante a Guerra Fria, para muitos estadunidenses era importante o poder material, principalmente no que concerne ao poder militar. Desta forma, o ritmo e a escala do rearmamento japonês tornaram-se um ponto persistente de discussão entre Tóquio e Washington (SMITH, 2019; ELSTER, 1970).

Washington queria que o Japão investisse mais em poder militar para o bem coletivo, sendo que Tóquio queria limitar suas forças armadas estritamente para autodefesa. Para os vizinhos japoneses, a aliança EUA-Japão começou a ser vista como a verdadeira barreira para o retorno do Japão à agressão. As mudanças no pensamento japonês sobre suas forças armadas, no entanto, não corresponderam exatamente às transições políticas dos EUA neste período.

Parecia que o planejamento militar japonês não estava subordinado às mudanças fora do país e, ao invés disso, era impulsionado na sua maioria pelas políticas em Tóquio (ELSTER, 1970).

Em Tóquio, o Governo Japonês era em sua maioria políticos conservadores do LDP (1955-93), contra progressistas dos Partidos Comunistas e Socialistas do Japão. Os conservadores diferiam muito em suas opiniões sobre o propósito e o tamanho de suas forças armadas do pós-guerra. As ações do LDP sobre a utilização dos militares intrigavam os formuladores de política dos EUA, que em suas repetidas discussões reforçavam a necessidade da atuação militar das JSDF. No entanto, o desejo de construir uma maior autossuficiência militar permaneceu uma tendência do pensamento conservador sobre a segurança japonesa (SMITH, 2019).

Sheila Smith (2019), retrata em sua obra “*Japan Rearmed*”, como essa autossuficiência significava uma força militar maior e uma dependência primária dessa capacidade militar para as defesas do Japão. Ela apresenta como esse apelo para reduzir a dependência do Japão em relação aos Estados Unidos por meio de um maior poder militar nunca dominou o debate, mas apareceu em grande parte em resposta às mudanças nas implantações militares dos EUA no Japão.

A primeira retirada das forças dos EUA ocorreu na década de 1950 com o conflito na península coreana, e as JSDF foram gradualmente assumindo suas missões para defender o Japão. Em cada momento em que os EUA retiravam seus militares, isso impactava de forma diferente cada um dos serviços do Japão. A Força Aérea dos EUA foi a última a transferir o comando às JSDF do Japão e não foi até a década de 1960 que o ASDF assumiu total responsabilidade pelas defesas aéreas do Japão. A Marinha dos EUA nunca partiu e, em vez disso, decidiu colocar o único porta-aviões dos EUA no exterior em Yokosuka. O exército dos EUA variava sua atuação de acordo com o cenário internacional (SMITH, 2019).

Após o conflito no Vietnã, no entanto, os fuzileiros navais dos EUA permaneceram no Japão como forças terrestres expedicionárias até 1972, em Okinawa, que permaneceu sob o controle dos Estados Unidos. O governo japonês, portanto, tinha duas forças armadas nacionais em seu solo, a emergente JSDF e o poder militar emprestado dos Estados Unidos, para deter a agressão na Guerra Fria. Os argumentos que moldaram a política militar japonesa na Guerra Fria continuaram nas décadas seguintes à sua conclusão. Mas à medida que surgiram novas missões para as JSDFs no exterior, surgiram novos e mais letais desafios às próprias defesas do Japão, novas ideias sobre o Artigo Nono se firmaram e a proteção militar dos EUA agora tinha um preço maior. De fato, a difícil situação de manter a proteção dos EUA se tornou mais intensa à medida que o ambiente de segurança do Japão piorava (SMITH, 2019).

Diversos incidentes envolvendo forças dos EUA e cidadãos japoneses foram críticas da opinião pública sobre a aliança, um caso altamente divulgado de violência contra uma mulher japonesa por um guarda do exército dos EUA atraiu uma raiva particular (SMITH, 2019). Um documento oficial da prefeitura de Okinawa reporta os problemas enfrentados por mulheres durante a ocupação americana nesta região a partir de 1945, de acordo com o Conselho de Direitos Humanos de Okinawa (do inglês AOCHR), o número total de crimes cometidos por militares dos EUA até setembro de 2020 contabilizou 6.052, dos quais 581 foram crimes hediondos, como assassinato, roubo, estupro e incêndio criminoso, dos quais 129 foram casos de estupro incluindo mulheres indígenas e crianças (AOCHR, 2022). Sendo que esse número contabiliza as prisões feitas, porém acredita-se que o número real de incidentes seja muito maior. Mesmo após a devolução de Okinawa ao Japão, ainda existem incidentes de violência sexual cometidos por militares dos EUA em Ryukyu/Okinawa, que abriga a maior base militar do Extremo Oriente. Devido ao Acordo de Status das Forças Japão-EUA, o Japão não possui jurisdição primária sobre casos envolvendo militares dos EUA em funções oficiais, e mesmo nos casos em que um incidente ocorreu fora das funções oficiais, a Polícia da Província de Okinawa não pode levar o suspeito sob custódia antes da acusação, portanto, não pode conduzir a investigação completa (THE INTERCEPT, 2021).

Em 2021, Akino Miyagi, uma pesquisadora de borboletas e ativista ambiental, estava fazendo uma limpeza em uma antiga área de treinamento perto da entrada da base dos EUA em Okinawa, por conta da abundância de resíduos militares que ela considera uma ameaça ambiental muito séria, então ela solicitou aos militares que coletassem esses resíduos, porém o pedido foi negado e ela foi acusada de obstrução de negócios e violação da Lei de Gerenciamento de Resíduos e Limpeza Pública por esse ato. Ela também foi acusada de violação da Lei de Trânsito Rodoviário por impedir que dois veículos militares dos EUA entrassem na área de treinamento. Akino Miyagi foi indiciada em casa em dezembro de 2021 após uma invasão americana (AOCHR, 2022).

Inicialmente a posição japonesa como aliado dos estadunidenses gerou muitos debates dentro do Japão, porém era bem recebida pelos planejadores de defesa que buscavam reconstruir as forças armadas, a aliança forneceu uma nova força (JSDF) com auxílio militar americano. Com o tempo, a aliança da Guerra Fria com os Estados Unidos protegeu os líderes japoneses de muitas das questões mais difíceis sobre o uso da força. As JSDF do Japão não enfrentariam nenhum combate, nem os líderes civis do Japão teriam que se preocupar com uma série de ameaças diretas à segurança de sua nação. Assim, os líderes civis e uniformizados

buscaram discretamente reconstruir seu relacionamento e projetar um processo de planejamento militar que restringisse o poder dos militares (SMITH, 2019).

Durante grande parte da Guerra Fria, os líderes do Japão confiaram quase exclusivamente nos Estados Unidos para moldar o equilíbrio militar regional enquanto buscavam a recuperação econômica. Então o Japão foi acumulando sua influência econômica em toda a Ásia, e à medida que o produto interno bruto (PIB) do Japão aumentava, crescia também os acordos bilaterais robustos para comércio e investimento. A assistência oficial ao desenvolvimento para a China superou em muito a concedida às outras nações da Ásia e subscreveu a visão de Deng Xiaoping de transformar a economia chinesa (SMITH, 2019). No entanto, na visão de Sheila, o Japão obteve poucos benefícios estratégicos por seu investimento inicial na transformação da China.

O Japão dependia dos Estados Unidos para deter a agressão, porém a presença de forças americanas em solo japonês aparentava o suficiente para garantir a segurança do Japão na competição militar global entre a antiga União Soviética e os Estados Unidos. Os líderes japoneses foram se adaptando lentamente a sua necessidade de poder militar e evitaram a discussão pública de dissuasão (ameaça) no quesito nuclear (por conta dos estadunidenses). Para Washington, as crescentes capacidades militares do Japão foram uma adição bem-vinda ao esforço liderado pelos EUA para conter a União Soviética e, na década de 1980, a Força de Autodefesa do Japão (JSDF) demonstrou ser bastante capaz de contribuir para a estratégia dos EUA para conter as forças navais soviéticas no Pacífico Ocidental. O valor da cooperação japonesa no norte do Japão com a coleta de inteligência dos EUA era crucial para os americanos (SMITH, 2019).

3.4.1 - Operações de coalizão antiterrorismo

Os atentados pela Al-Qaeda às torres gêmeas do World Trade Center (WTC), na ilha de Manhattan, em Nova York, no dia 11 de setembro de 2001, produziram uma nova Resolução do Conselho de Segurança da ONU. Essa resolução pedia uma resposta coletiva ao ataque terrorista, o ex-primeiro-ministro Koizumi e seu gabinete prontamente redigiram uma legislação para permitir que as JSDFs apoiassem a coalizão antiterrorista liderada pelos EUA no Afeganistão. Em um discurso à 13ª Dieta, poucas semanas após os ataques terroristas, o ex-primeiro-ministro argumentou que o Japão deveria participar de uma ação coletiva contra o

terrorismo com base em “leis de moralidade política”, ele chamou a atenção para o parágrafo 3 do preâmbulo da constituição japonesa, que indica que:

“Acreditamos que nenhuma nação é responsável apenas por si mesma, mas que as leis da moralidade política são universais; e que a obediência a tais leis cabe a todas as nações que sustentam sua própria soberania e justificam seu relacionamento soberano com outras nações.” (parágrafo 3, Constituição do Japão 1947)

Essa foi a base para que Koizumi considerasse a responsabilidade do Japão de contribuir para a paz e estabilidade internacionais, em seu discurso reforçou, “Nós, o povo japonês, prometemos nossa honra nacional para realizar esses altos ideais e propósitos com todos os nossos recursos.” (PROGRESSIVE ALLIANCE, 2022). Diferente da atuação japonesa na Guerra do Golfo, que acabou por gerar uma visão negativa internacionalmente aos japoneses, desta vez, o Japão não estava se questionando se iriam ou não participar nessa coalizão, mas sim como suas forças poderiam atuar ao lado dos EUA. Os órgãos responsáveis pela política externa e de segurança estavam preparados para uma rápida resposta japonesa, incluindo o partido de oposição no poder (DPJ), que também apoiou uma forte resposta militar aos ataques terroristas aos estadunidenses. Foi permitido às ASDF do Japão auxiliar com os refugiados que resultariam de uma ofensiva estadunidense contra o Iraque. O consenso dentro do governo e entre os partidos políticos recém-realinhados no Japão, sobre desempenhar um papel na resposta internacional aos ataques terroristas, e sobre a legitimidade de usar o JSDF em tal resposta de coalizão, foi muito mais preciso se comparado a desordem que caracterizou os japoneses durante tomada de decisão após a Guerra Fria (SMITH, 2019).

A Força Marítima de Autodefesa do Japão novamente desempenhou um papel de destaque na coalizão militar internacional organizada pelos EUA após o atentado, a Lei de Medidas Especiais para Prevenir o Terrorismo no Mar, que foi aprovada em 2 de novembro de 2001 pela Dieta japonesa, permitiu que o Japão participasse de operações de reabastecimento por um ano, com a possibilidade desse tempo ser ampliado. O artigo quatro desta lei determinava que o gabinete japonês seria obrigado a aprovar um plano básico de implementação e que o diretor-geral da Agência de Defesa determinaria os requisitos da missão, sendo que tanto o plano como os parâmetros da missão seriam revistos a cada seis meses (SMITH, 2019).

Então, após ser aprovada, a missão de reabastecimento japonês envolveu quatorze navios e cerca de 2.400 funcionários da MSDF, incluindo missões combinadas previstas na Lei Antiterrorismo inicial e na nova Lei de Medidas Especiais Marítimas, as forças marítimas japonesas participaram dessas missões durante oito anos, reabastecendo inicialmente apenas navios estadunidenses, porém gradualmente com as mudanças na lei, cerca de 76% dos navios

reabastecidos eram de outros países, mais precisamente Paquistão e França, e com menos frequência, o Reino Unido, Alemanha, Canadá, Nova Zelândia e Dinamarca (SMITH,2019).

Porém, a invasão do Iraque pelos Estados Unidos testou muito mais a tolerância política do Japão, como retrata Sheila Smith. Segundo a autora, a discussão na ONU (2001) sobre as armas iraquianas de destruição em massa deixou claro que Washington estava preparando uma ação militar contra o Iraque. O Japão continuou a defender fortemente a diplomacia, pedindo aos EUA que continuassem comprometidos em um esforço multilateral e visando obter uma resolução da ONU contra o Iraque. Até porque não poderia haver nenhum papel de combate japonês direto, então, o primeiro-ministro Koizumi voltou a reforçar o preâmbulo da constituição japonesa para defender a prestação de assistência humanitária ao Iraque após a queda do governo de Saddam Hussein. Em maio de 2003, durante uma cúpula com o presidente George W. Bush, Koizumi apresentou o interesse japonês de fazer uma contribuição para a reconstrução do Iraque, ele que já havia ordenado o envio de aviões C-130 das ASDF no resgate daqueles que fugiam da guerra, estava limitado por conta da legislação vigente, e novamente houve um debate sobre o escopo da atuação das JSDF em um ambiente de coalizão internacional (SMITH, 2019).

No dia 22 de maio de 2003, a Resolução 1483 das Nações Unidas, solicitou aos Estados-membros “auxiliar o povo do Iraque em seus esforços para reformar suas instituições e reconstruir seu país, e contribuir para as condições de estabilidade e segurança no Iraque” (ONU, 2003). Após aprovada, foram requisitados transporte e suprimentos aos militares de coalizão, com o apoio para estabilizar as comunidades locais, que precisavam de ajuda para restaurar a maioria de suas necessidades sociais básicas, incluindo medicina e educação, bem como reconstruir estradas, portos e outras infraestruturas vitais. Então, sob o gabinete de Koizumi, o Japão apresentou um plano para auxiliar nessa reconstrução, porém essa missão não era uma PKO da ONU, e as condições não atendiam aos princípios estabelecidos sob a Lei PKO. Novamente no dia 13 de junho de 2003, o governo japonês apresentou à Dieta uma nova legislação, a “A Lei sobre Medidas Especiais de Assistência Humanitária e de Reconstrução no Iraque” (que vigorou até 2009). A aprovação dessa legislação foi consideravelmente rápida se comparada às outras, sendo aprovada no mês seguinte, no dia 26 de julho (MINISTRY OF DEFENSE JAPAN, 2012)

Após aprovada, outro obstáculo seria como as Forças de Autodefesa Terrestres iriam atuar no Iraque, pois as forças japonesas só poderiam atuar em um ambiente seguro. Um evento que reforçou a dificuldade e o perigo dessa missão ocorreu no dia 29 de novembro de 2003, no qual dois diplomatas japoneses (Oku Katsuhiko da Embaixada do Japão no Reino Unido e o

Terceiro Secretário Inoue Masamori da Embaixada do Japão no Iraque) foram enviados para participar de uma conferência sobre assistência à reconstrução do Iraque, porém foram assassinados durante uma travessia no norte do Iraque (GABINET OF JAPAN, 2003).

Somente em janeiro de 2004, durante uma missão de apuração de fatos no Iraque, foi identificado um local seguro para as JSDF operarem, uma região no sul da província de Muthanna que estava sob controle militar britânico. O comandante dessa missão inicial, o Coronel Sato Masahisa da GSDF (atual Membro da Câmara dos Conselheiros do Japão), havia servido em duas missões PKO anteriores, primeiro como membro do grupo MOFA enviado ao Camboja e depois como comandante de unidade nas Colinas de Golã. A missão no Iraque teve uma cobertura ao vivo, e isso acabou beneficiando as forças japonesas, pela primeira vez os japoneses observaram os oficiais das JSDF em campo, enquanto navegavam pelas complexidades culturais e políticas do Iraque pós-Hussein ao lado de uma série de outras forças armadas mundiais (SMITH, 2019).

Apesar de alguns japoneses apresentarem uma visão positiva sobre Sato, o comandante relatou algumas dificuldades e desconexões políticas enquanto se preparava para sua missão. Primeiro que sua unidade possuía cerca de 35 militares, sendo considerada pequena demais para o transporte militar, os aviões civis japoneses estavam relutantes em permitir voos conjuntos e também o uso de seus uniformes militares, devido à sensibilidade antiguerra dos funcionários do Aeroporto de Narita (Japão). Com o apoio dos britânicos e dos holandeses, as forças japonesas entraram discretamente no Iraque para entender o que estava acontecendo. Os holandeses instruíram o GSDF na província de Muthanna, e posteriormente com a entrada das forças australianas, as JSDF assumiram sua missão em Samawah sob a proteção dos australianos e britânicos (SMITH, 2019; MOFA, 2006).

Um relatório especial de 2004 da CNN, fala sobre a “luta” que foi essa missão. As GSDF seriam as primeiras tropas terrestres a serem enviadas ao Iraque e deveriam preparar a região para receber cerca de mil soldados, apoio aéreo e naval no mês de fevereiro. O envio dessas forças ao Iraque foi uma mudança histórica na política externa japonesa e gerou discussões dentro do Japão, os críticos alegavam que o envio seria contra a constituição do país e que, em algum momento, eles poderiam ser atraídos para o conflito. Tal como o relatório relata, esse seria o empreendimento militar mais controverso e arriscado desde a Segunda Guerra Mundial para o Japão, nenhum soldado japonês havia disparado um tiro em combate ou morreu por conta de uma missão no exterior desde a Segunda Guerra, fora que, com a entrada das tropas japonesas, novas ameaças terroristas apareceram. Reportagens da mídia mostravam que o grupo

Al Qaeda havia alertado o Japão que atacaria o coração de Tóquio assim que as tropas japonesas chegassem ao Iraque (CNN, 2004).

A Força de Assistência à Reconstrução do Iraque deveria servir no Iraque por dois anos e meio (SMITH, 2019). Cerca de seiscentos funcionários do GSDF foram designados para a missão, com quinhentos compondo a força principal e com revezamento a cada três meses. Os funcionários restantes dariam suporte e também eram revezados a cada seis meses, sendo que o comando dessas unidades era dividido entre o comandante e o chefe do Estado-Maior. Como essa missão diferia de uma PKO da ONU, as forças japonesas encontraram dificuldade durante o suporte ao Iraque, mesmo que as JSDFs tivessem adquirido experiência, não haviam enfrentado nenhuma situação semelhante. O MOFA japonês em seu relatório de defesa do ano fiscal de 2005, descreve parte da contribuição japonesa durante essa missão e declara a importância do Oriente Médio para o Japão, em seu texto afirma que: “Trata-se de uma questão de interesse direto ao interesse nacional do Japão, que depende do Oriente Médio para quase 90% de seus recursos petrolíferos.”. Este documento relata que as forças japonesas (GSDF) foram reenviadas ao Iraque em 2006, no lugar daqueles que já estavam atuando. O Japão, durante a Conferência de Madri (2003) através da Assistência Oficial ao Desenvolvimento (ODA), prometeu fornecer US\$ 1,5 bilhões em doações para necessidades imediatas (reconstrução das bases de subsistência, geração de energia, educação, saúde, segurança, entre outros), para o médio prazo, se comprometeu a fornecer até 3,5 bilhões de dólares, direcionados ao desenvolvimento da infraestrutura em áreas como eletricidade e transporte, sendo que US\$200 milhões foram para a província Muthanna (MOFA, 2005).

Durante a missão, em abril de 2004, três japoneses que faziam parte dos trabalhadores humanitários foram feitos reféns e televisionados pela Al Jazeera como prisioneiros do Esquadrão Mujahideen. Com isso, o governo japonês proibiu os civis de viajar ao Iraque, o que complicou o esforço de reconstrução de Samawah. O grupo demandava a retirada imediata das forças japonesas, caso não o fizessem, iriam começar a matar os reféns (Noriaki Imai 18; Soichiro Koriyama, 32; e Nahoko Tokato, 34), dentro de suas demandas, pedia também que Tóquio se desculpassem a população iraquiana e que o vice-ministro das Relações Exteriores deveria visitar Falluja, uma cidade a oeste de Bagdá, para presenciar “os massacres e valas comuns cometidos pelas forças americanas” (AL JAZEERA, 2004). Os reféns foram finalmente libertos, mas nenhum outro trabalhador humanitário foi autorizado a viajar para um Iraque cada vez mais instável (SMITH, 2019).

Então, as JSDF forneceram não apenas assistência humanitária, mas auxiliaram no estabelecimento de serviços básicos, se envolveram na construção de grandes instalações

públicas, usinas de energia de grande escala, na reconstrução do Hospital Geral de Samawah, bem como em sistemas de irrigação. Durante a missão, as JSDF precisavam também garantir sua própria segurança, pois foguetes e outras armas foram disparados e chegaram a atingir o quartel japonês. Por conta disso, o GSDF tomou medidas para reforçar seus prédios e trouxe helicópteros de vigilância não tripulados para patrulhas e alertar caso fosse necessário. Foi construído também uma “mini-Samawah” no Japão, as novas instalações de treinamento imitavam as condições de Samawah no Iraque e retratavam como seria a experiência durante a missão para quando os militares fossem despachados no Iraque. Porém, devido às suas limitações de atuação, as JSDF estavam sempre sob proteção de militares de outras nações e constantemente precisavam revisar o que estava sendo feito, para garantir que suas forças não fossem vistas como inconstitucionais (SMITH, 2019).

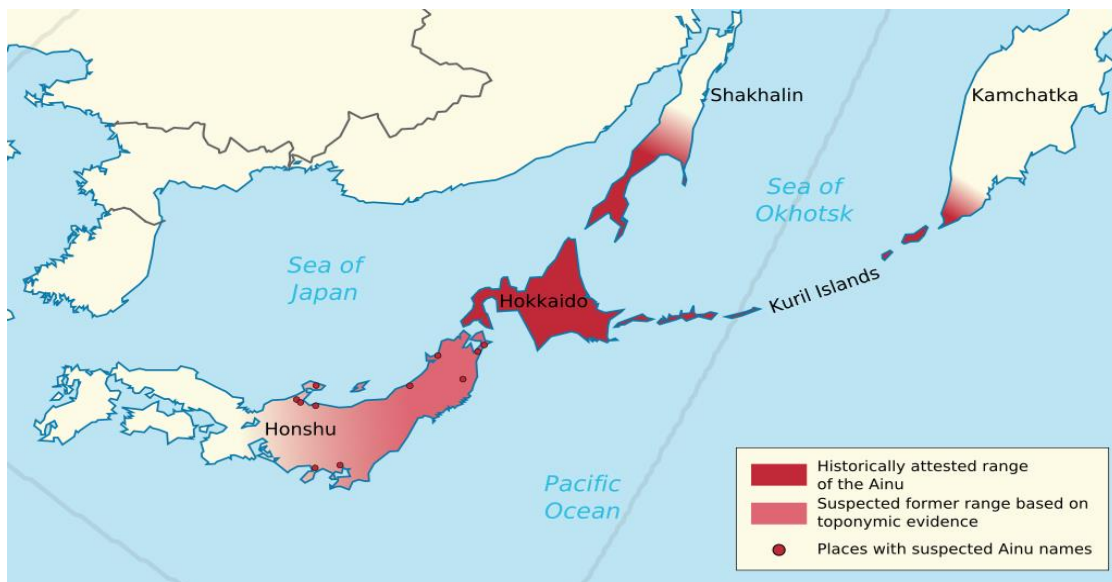
Após a missão, em 2006, quando as forças retornaram ao Japão, o GSDF revisou sua missão iraquiana para futuras reformas políticas. Aproximadamente cinco mil e quinhentos membros do GSDF serviram no Iraque sem perda de seu pessoal, que foi bastante relevante, ainda mais por conta da atuação inédita neste tipo de missão. Entretanto, novamente a atuação das forças militares foi alvo de críticas no governo japonês, o primeiro comandante das GSDF da época, Koichiro Bansho, abordou em algumas falas como a atuação japonesa seria semelhante a um “burro de carga”, pois enquanto outros militares lutavam no conflito, as GSDF evitavam ao máximo qualquer tipo de violência, permanecendo sempre sobre proteção de outros militares, e que, sem as JSDF, a missão não poderia ser concluída. Comentário que gerou críticas da oposição posteriormente (SMITH, 2019).

Em 2007, uma pesquisa produzida por funcionários da Reuters, relatou como mais de dois terços da população japonesa eram contra a guerra no Iraque, sendo que, sessenta e nove por cento dos entrevistados disseram que queriam que as tropas fossem retiradas, enquanto 75 por cento disseram que a guerra foi um erro (REUTERS, 2007). Sheila Smith (2019), reforça, em sua obra, que não faltaram críticas no exterior, pois enviar um exército para o Iraque onde os perigos aumentavam, sem a capacidade adequada de se defender, parecia, como diz a autora, um ato “tolo”. A limitação aos comandantes das JSDF para não usar seu armamento, poderia não só colocar em risco suas unidades, mas também colocar um fardo nas forças armadas de outras nações que trabalharam ao lado das JSDF para fornecer sua proteção.

3.5 - Japão-Rússia e as Ilhas Curilas

Para entender o conflito entre a Rússia e o Japão, é necessário voltar aos tempos antes da Segunda Guerra Mundial, inclusive antes mesmo da Guerra Russo-Japonesa em 1904. As Ilhas Curilas, foram originalmente colonizadas pelo povo Ainu, indígenas considerados os primeiros habitantes de Hokkaido, ao norte do Japão. Acredita-se que a cultura Ainu foi estabelecida por volta do século XII/XIII, viviam principalmente da pesca, caça e a coleta de plantas, e também comercializavam com pessoas de outras áreas. Porém, conforme a “Fundação para a Cultura Ainu” (*The Foundation for Ainu Culture*) relata em suas pesquisas, os primeiros materiais históricos a mencionar os Ainu datam por volta do século XV. Essas ilhas passaram por várias expedições durante a história, que incluíram exploradores holandeses, japoneses e russos. Outros documentos oficiais do Ministério das Relações Exteriores japonês, datam 1644, no qual durante o período Edo, o Japão teria descoberto as “Quatro Ilhas do Norte”, o governo da época com seu “Mapa do Japão do Período Shoho”, já incluía os nomes de ilhas como “Kunashiri” e “Etoroho (Etorofu)”. O principado de Matsumae havia definido as Quatro Ilhas do Norte como parte de seu domínio desde o início do século XVII e gradualmente estabeleceu controle sobre elas (MOFA, 2014). No entanto, a Rússia czarista incorporou as ilhas ao seu império em 1786, e somente no século XIX caiu sob o domínio efetivo do Japão através do Tratado de Shimoda (1855) (BRITANNICA, 2022; ASIAN TERRITORIAL, 2022).

Figura 7



FONTE: COMMONS WIKIMEDIA (2011)

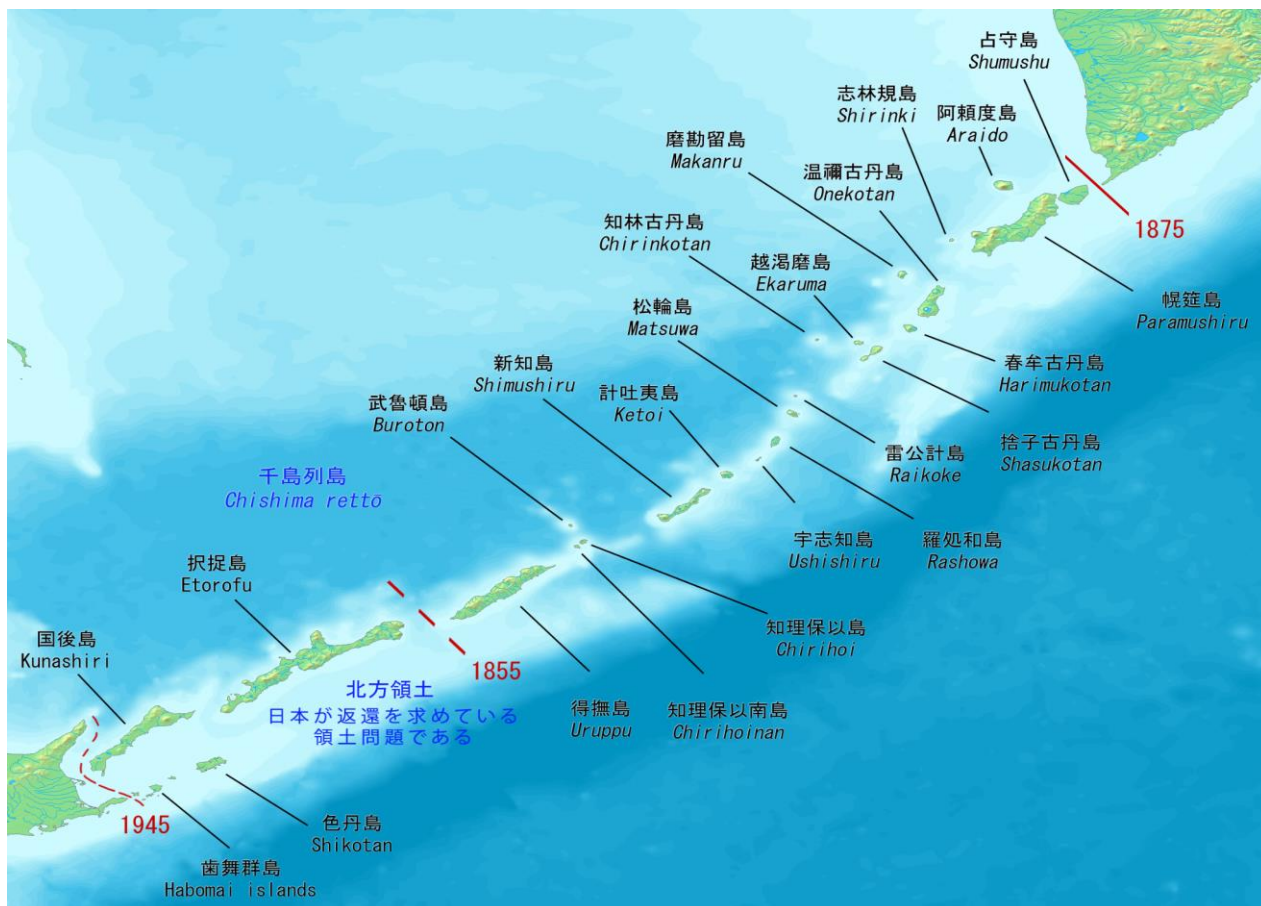
As Ilhas Curilas (do japonês Chishima-retto, e do russo Kurilskiye Ostrova) fazem parte de um arquipélago próximo da província de Sakhalin (do português Sacalina), no extremo leste da Rússia, se estende por cerca de 1.200 km, partindo do extremo sul da Península de Kamchatka na Rússia até o nordeste da ilha de Hokkaido no Japão e separam o Mar de Okhotsk do Oceano Pacífico. Esse arquipélago é composto por cerca de 56 ilhas que cobrem 6.000 milhas quadradas (15.600 quilômetros quadrados), fazem parte de um cinturão de instabilidade geológica que circunda o Pacífico e contém pelo menos 100 vulcões, dos quais 35 estão ativos, também possui muitas fontes termais, esta área em si, presencia muitos terremotos e maremotos por conta de sua instabilidade. Descrito por Michael Ray, editor da *Encyclopedia Britannica*, a única ocupação significativa neste território seria à pesca (principalmente de caranguejo) e o cultivo de vegetais (nas ilhas ao sul), sendo que os principais centros são as cidades de Kurilsk em Iturup (do japonês Etorofu), a maior ilha, e Severo-Kurilsk em Paramushir (BRITANNICA, 2022).

Segundo a enciclopédia online (2014) publicada pela Biblioteca Presidencial Boris Yeltsin, criada por Vladimir Putin e aberta em maio de 2009, a fim de estabelecer relações comerciais entre o Japão e a Rússia, no dia 7 de fevereiro de 1855 na cidade de Shimoda no Japão, foi assinado o primeiro tratado diplomático Rússia-Japão chamado de Tratado de Shimoda, que entrou em vigor no dia 7 de dezembro de 1856. Esse tratado estabelecia dentro de seus 9 artigos, diversas medidas para garantir uma “paz constante e amizade sincera” entre as nações, garantia também a segurança pessoal e inviolabilidade patrimonial no território do Estado estrangeiro, a abertura de três portos japoneses (Hakodate, Nagasaki e Shimoda) aos navios russos, um volume limitado de comércio e supervisionado pelas autoridades japonesas, entre outros privilégios. Esse tratado basicamente estabelecia a fronteira entre a Rússia e o Japão, fazendo uma divisão do arquipélago e de Sakhalin entre eles (BIBLIOTECA, 2014).

O tratado, representado na parte russa pelo ajudante geral Euphimy Vasilévich Putiatin, partia do pressuposto de que as Ilhas Curilas do Sul pertenciam historicamente à Rússia, porém devido à situação internacional desfavorável provocada pela Guerra da Crimeia (1853-56), as ilhas de Iturup, Kunashir, Shikotan e um grupo de ilhas Khabomai (Habomai) foram designadas para o Japão. Sakhalin então, foi anunciada como uma zona desmilitarizada e indivisa atendendo aos interesses da Rússia, que continuou a colonizar efetivamente a ilha, pois o Japão neste momento não possuía uma frota marítima suficiente para estabelecer seus interesses. Por outro lado, de acordo com o site oficial do Ministério das Relações Exteriores japonês, após a conclusão do Tratado, foi delimitada a fronteira entre as ilhas de Etorofu e Uruppu, sendo que os territórios do norte, constituídos pelas quatro ilhas acordadas (Etorofu, Shikotan, Habomai e

Kunashiri), já faziam parte inerente do território do Japão, que nunca havia sido ocupado por países estrangeiros, logo, o Japão começou a povoar esse território, trazendo cada vez mais tensões sobre o domínio dessas ilhas (BIBLIOTECA, 2014).

Figura 8



FONTE: COMMONS WIKIMEDIA (2011)

Então, em São Petersburgo no ano de 1875, Alexander Mikhailovich Gorchakov do lado russo e Enomoto Takeaki do lado japonês assinaram o tratado de troca de territórios, chamado Tratado de São Petersburgo. Este novo tratado mudava as deliberações estabelecidas em Shimoda, no qual Sakhalin era propriedade conjunta entre os dois países, assim sob esse novo tratado, o Império Russo obteve completa soberania da ilha de Sakhalin em troca das 18 Ilhas Curilas. Isso gerou bastante discussão em ambas nações, primeiro na Rússia, que alegava o descobrimento das ilhas e que por conta disso deveria possuir o domínio sobre todo o território, e no Japão levantaram críticas sobre a importância política e econômica sobre as ilhas obtidas. Após a guerra Russo-Japonesa em 1905, foi assinado o chamado Tratado de Paz de Portsmouth que daria fim ao conflito. Esse tratado estabelecia diversas concessões: (1) no comércio, dando

permissões a ferrovias (como a sul-manchuriana); (2) a Coreia foi reconhecida como zona de influência japonesa (com a condição de que o Japão não infringisse sua soberania); (3) foi estipulado que dois países não colocariam obstáculos à navegação nos estreitos de La Perouse e Tatar; (4) também concedeu ao Japão a parte sul de Sakhalin e o Japão passou a assumir o controle total sobre as Ilhas Curilas de 1875 a 1945 (ASIAN TERRITORIAL, 2022).

Com a ascensão do império japonês neste período, após a invasão de vários territórios pelos japoneses, incluindo a ocupação da Manchúria em setembro de 1931, a Rússia considerou esse ato como uma violação do tratado de paz de Portsmouth. Posteriormente, pouco antes da Segunda Guerra Mundial, em julho de 1938 houve um ataque japonês a tropas soviéticas na região de Vladivostok no litoral da Rússia, tal episódio ficou conhecido a Batalha do Lago Khasan e deu início a uma série de conflitos entre 1938-39, com cerca de 17 mil mortes pelos japoneses (derrotados) e outros 10 mil mortos do lado soviético. Somente em 1941, as hostilidades foram postas de lado com o Pacto nipônico-soviético de não-agressão, que iria ter duração de 5 anos (ASIAN TERRITORIAL, 2022; BRITANNICA, 2022).

Com a Segunda Guerra Mundial chegando ao fim em 1945, após a derrota dos japoneses, a União Soviética declarou guerra ao Japão em 9 de agosto de 1945 (no mesmo dia do lançamento da bomba em Nagasaki), ignorando o Pacto de Neutralidade Japonês-Soviético que ainda estava em vigor, e iniciou a invasão das Ilhas Curilas em 18 de agosto após a Conferência de Potsdam. Após invadir as ilhas, a URSS ocupou todos os Territórios do Norte, incorporando-os unilateralmente à União Soviética e também desfazendo o tratado de Portsmouth estabelecido anteriormente. No Tratado de Paz de São Francisco de 1951, o Japão renunciou a todos os direitos, títulos e reivindicações às Ilhas Curilas, mas as Quatro Ilhas do Norte (Territórios do Norte) nunca foram incluídas entre as Ilhas Curilas. Além disso, a União Soviética se recusou a assinar o Tratado de Paz de São Francisco. O Japão ainda tentou argumentar que os Acordos de Yalta (em que o presidente estadunidense Franklin D. Roosevelt, o primeiro-ministro britânico Winston Churchill e o primeiro-ministro soviético Joseph Stalin tomavam decisões sobre o futuro progresso da guerra e do mundo pós-guerra) eram contrários aos movimentos soviéticos, tanto por conta da Carta do Atlântico (1941), à qual a União Soviética prometeu fidelidade, quanto da Declaração do Cairo (1943), que enfatizava a concordância da URSS à Carta do Atlântico. Os Territórios do Norte não fizeram parte daqueles obtidos durante a era imperial japonesa e nem durante as guerras (ASIAN TERRITORIAL, 2022).

Então, conforme convencionado pelos termos da Declaração de Potsdam de julho de 1945, a soberania do Japão foi limitada às quatro ilhas principais (Honshu, Hokkaido, Kyushu

e Shikoku), bem como ilhas menores a serem determinadas pelos aliados (ASIAN TERRITORIAL, 2022). Os soviéticos incorporaram as Ilhas Curilas em fevereiro de 1946, com o fim da guerra, ainda existiam cerca de 3.124 famílias compostas por 17.291 cidadãos japoneses nos Territórios do Norte, com a entrada dos soviéticos, metade deles foram imediatamente forçados a fugir de suas casas, e nos três anos seguintes, deportaram forçadamente todos os residentes de língua japonesa das ilhas para Hokkaido em 1948 (MOFA, 2014).

O Ministério das Relações Exteriores japonês, em março de 2014, publicou online um “panfleto” para esclarecer os fatos básicos e a posição do governo japonês frente a questão dos Territórios do Norte, o panfleto busca contribuir para uma conclusão de um tratado de paz por meio da resolução desta questão territorial e também para estabelecer apropriadamente uma parceria na região Asia-Pacífico entre o Japão e a Rússia. Neste documento, o MOFA a japonês data todos os desdobramentos sobre as ilhas disputadas e traz alguns apontamentos importantes. De acordo com o MOFA em um *Aide-Memoire* (conjunto de notas para reaver memórias) do departamento dos EUA, datado de 7 de setembro de 1956, afirmava-se:

“Os Estados Unidos chegaram à conclusão, após exame cuidadoso dos fatos históricos, de que as ilhas de Etorofu e Kunashiri (juntamente com as ilhas Habomai e Shikotan que fazem parte de Hokkaido) sempre fizeram parte do Japão propriamente dito e devem ser reconhecidos em justiça como sob a soberania japonesa” (MOFA, 2014 pg 4)

Deixando claro a soberania japonesa daquele território, além disso, o Japão entendia que a União Soviética, não sendo signatária do Tratado de Paz de São Francisco, não estava em “condições” de interpretar o tratado, pois não fazia parte dele. Como a União Soviética se recusou a assinar o Tratado de Paz de São Francisco, o Japão empreendeu separadamente as negociações do tratado de paz. Então, em 1956, o Japão e a URSS, através de uma declaração conjunta, concordaram sobre o fim do estado de guerra e em estabelecer um relacionamento diplomático. No livro “Disputas Territoriais e Marítimas Asiáticas: uma introdução crítica” publicado e editado por Moises de Souza, Gregory Coutaz e Dean Karalekas em 2022, os autores afirmam que esse acordo de paz, foi fortemente influenciado por considerações ideológicas e pelos próprios interesses geopolíticos estadunidenses. Conforme os autores discorrem em seu texto, no início das conversações realizadas em Londres em junho de 1955, o Japão pediu uma solução de duas ilhas, o retorno de Habomai e Shikotan, uma proposta que foi inicialmente rejeitada pelos soviéticos. Porém, conforme as negociações avançavam, a

URSS concordou com a demanda japonesa com a condição de que Tóquio mantivesse as ilhas desmilitarizadas e promettesse que sua aliança de segurança com os Estados Unidos não teria como alvo um terceiro estado. Entretanto, a própria delegação estadunidense se opôs a essas condições, principalmente referente ao acesso naval ao Mar do Japão, o que conseqüentemente paralisou as negociações. Embora os dois lados tenham restabelecido as relações diplomáticas em 1956, o desacordo territorial permaneceu (ASIAN TERRITORIAL, 2022; MOFA, 2014).

A Declaração Conjunta Japão-Soviética é um tratado juridicamente vinculativo ratificado pelas legislaturas do Japão e da União Soviética (MOFA, 2014). Com base nessas negociações, o Japão argumentava que, com um documento juridicamente vinculativo, o tratado estabelecia a soberania do Japão sobre as ilhas, porém a URSS revogou suas obrigações relativas à transferência das ilhas após o Japão revisar seu tratado de segurança com os Estados Unidos em 1960. E até a década de 1970, os soviéticos rejeitaram a existência de uma disputa e as negociações do tratado de paz foram paralisadas (TASS, 2019).

Somente em 1991, quando o presidente Gorbachev (primeiro líder soviético a visitar o Japão) após um total de seis negociações com o primeiro-ministro Toshiki Kaifu do Japão, concordou com a necessidade de um "comunicado conjunto" nipo-soviético (MOFA, 2014). O Comunicado confirmava as negociações relativas a um tratado de paz entre os países, que deveria incluir a questão da demarcação territorial, e levantava considerações de ambos os lados sobre a atribuição das ilhas de Habomai, Shikotan, Kunashiri e Etorofu (Territórios do Norte). De acordo com o panfleto japonês, esta foi a primeira vez que ficou claro por escrito que as ilhas também foram o foco da disputa territorial que formou a base das questões relacionadas à guerra entre o Japão e a União Soviética, e após a dissolução da União Soviética (1991), em 1993, a Federação Russa reconheceu a disputa sobre as Ilhas Curilas com a "Declaração de Tóquio sobre as relações Rússia-Japão". Porém, as negociações foram cada vez mais sendo prolongadas, durante uma Reunião de Cúpula em Kawana no Japão (1998), ambos líderes japoneses como russos concordaram que o tratado de paz: "deveria conter uma resolução para a questão da atribuição das Quatro Ilhas com base no parágrafo 2 da Declaração de Tóquio, e também incorporar os princípios que regem amizade e cooperação Japão-Rússia à medida que avançam para o século XXI.", na chamada Proposta de Kawana (MOFA,2014).

Ainda em 1998, o primeiro-ministro japonês da época, Keizo Obuchi, fez uma visita oficial à Rússia, a primeira em 25 anos. Os líderes, então, assinaram a "Declaração de Moscou sobre o Estabelecimento de uma Parceria Criativa entre o Japão e a Federação Russa", a alternativa russa à Proposta de Kawana, porém mesmo após esse encontro, às posições dos dois países não se alinharam e eles não conseguiram concluir um tratado de paz até o ano 2000,

conforme estabelecido no Acordo de Krasnoyarsk. Esse Acordo de Krasnoyarsk, havia estabelecido em 1997, entre o primeiro-ministro japonês, Ryutaro Hashimoto e o Presidente russo Yeltsin, que, durante uma Cúpula em Krasnoyarsk, os líderes concordaram em “fazer todos os esforços para concluir o tratado de paz até o ano 2000, tendo como base a Declaração de Tóquio” (MOFA, 2014).

Nesta visita, o então presidente russo Yeltsin fez uma proposta para tentar solucionar a questão das Ilhas Curilas, ele sugeriu a criação de condições para estabelecer “atividades econômicas conjuntas e outras atividades” ao sul das Ilhas Curilas, e que um acordo separado fosse assinado sobre o problema territorial assim que um tratado de paz fosse concluído. No entanto, nenhum consenso foi alcançado entre as nações. Com a virada do século, no dia 5 de setembro de 2000, o presidente russo Vladimir Putin e o então primeiro-ministro japonês Yoshiro Mori, assinaram uma declaração conjunta em Tóquio para expressar seu compromisso em resolver a questão da propriedade das ilhas de Etorofu, Kunashir, Shikotan e Habomai com base em todos os acordos existentes, incluindo as declarações de Tóquio e Moscou. Novamente em 2001, o primeiro Yoshiro Mori visitou a Rússia e teve uma conversa com o presidente Vladimir Putin durante a Reunião de Cúpula de Irkutsk na Rússia (TESS, 2020).

A Embaixada japonesa no Brasil, publicou em seu site um pequeno histórico sobre o desdobramento dessas negociações, de acordo com sua publicação, durante a reunião em Irkutsk, Yoshiro Mori e o Presidente Vladimir Putin definiram a “Declaração Comum Nipo-Soviética de 1956” como o ponto inicial do processo de negociação para se concluir um tratado de paz e reconhecerem sua validade legal por escrito pela primeira vez desde 1960. Ambos os países também reafirmaram o reconhecimento que, sob os termos da Declaração de Tóquio, um tratado de paz seria concluído assim que fosse resolvida a questão de direito envolvendo as quatro ilhas (Declaração de Irkutsk). Sendo que, dois anos depois, durante uma visita do ex-primeiro ministro Junichiro Koizumi à Rússia, outra declaração conjunta foi assinada, reforçando todos os esforços, negociações e declarações referentes à resolução dessa disputa. Essa nova declaração foi chamada de “Plano de Ação Japão-Rússia”, e novamente em 2005 o Presidente Putin visitou o Japão para conversar com o primeiro ministro sobre as Ilhas Curilas, mas sem nenhuma conclusão (MOFA, 2003).

De acordo com o MOFA japonês, o Plano de Ação Japão-Rússia (2003) tem como foco 6 pilares: (1) um aprofundamento do diálogo político; (2) negociações sobre o Tratado de Paz, com a finalidade de superar o passado; (3) cooperação no campo internacional; (4) cooperação comercial e econômica, com ênfase na confiança e benefícios mútuos; (5) desenvolvimento no

campo da defesa; e (6) avanços no intercâmbio cultural e interpessoal, para aprofundar a “amizade e cooperação” entre os dois (MOFA, 2003).

Outros encontros aconteceram e entre os líderes japoneses e russos, seja na Cúpula Japão-Rússia durante o encontro entre os líderes de economia da Cooperação Econômica da Ásia e do Pacífico (APEC) em novembro de 2006, posteriormente durante o Encontro do Grupo G8 em Heiligendamm, Alemanha, em junho de 2007, e durante o encontro dos líderes de economia da APEC, em Sidney, Austrália, em setembro de 2007. Mas de fato, referente às disputas territoriais e o tratado de paz (que envolve a questão territorial), nada foi concluído (MOFA, 2003).

Em 2013, durante uma visita do ex-primeiro ministro Shinzo Abe a Rússia, Abe e o presidente Vladimir Putin em uma conversa, apontaram novamente sobre as questões não resolvidas, ambos líderes compartilharam o reconhecimento de que a ausência de um tratado de paz entre o Japão e a Rússia 67 anos após o fim da Segunda Guerra Mundial é um estado de coisas antinatural, e Abe enfatizou que a tomada de decisão dele e do presidente Putin seria vital para resolver esta difícil questão. Neste momento, duas rodadas de consultas sobre o tratado de paz foram realizadas, tanto em Moscou quanto em Tóquio, em agosto de 2013 e janeiro de 2014. Entretanto, após a invasão russa a Crimeia (Ucrânia) e com sua anexação deste território, o governo japonês desaprovou esse ato e suspendeu as consultas em maio de 2014, sendo que esse foi apenas uma parte do conflito Russo-Ucraniano, que em fevereiro de 2022 acabaria resultando em uma das maiores guerras após a Segunda Guerra Mundial na Europa. Anos depois, em maio de 2016 outro diálogo aconteceu entre o primeiro ministro e o presidente russo, somente em dezembro de 2016 os dois líderes anunciaram sua prontidão para iniciar atividades econômicas conjuntas nas ilhas disputadas e no ano seguinte (2017) um conselho para atividades econômicas conjuntas nas Ilhas Curilas do Sul foi criado no Japão (MOFA, 2014).

Mesmo após diversos diálogos, tratados e promessas, não houve realmente nenhum progresso a respeito das Ilhas Curilas, em setembro de 2018 no Fórum Econômico do Leste o presidente russo Vladimir Putin apresentou uma iniciativa para assinar um tratado de paz com o Japão sem quaisquer condições preliminares até o final do ano, mas que não aconteceu, como diz a revista TASS publicada pela Agência de Notícias Russa em 2019. Poucos meses depois, em novembro de 2018, durante uma reunião em Cingapura, Putin e Abe concordaram em intensificar as negociações do tratado de paz, a revista japonesa Asahi disse na época que Abe tinha prometido aos russos que, caso entregasse alguma das ilhas de volta aos japoneses, o governo japonês não iria implantar nenhuma base americana nelas (TESS, 2019). No mês

seguinte, os dois líderes concordaram mais uma vez em intensificar as negociações de paz durante a cúpula do G20 em Buenos Aires, a primeira rodada de consultas entre os diplomatas representantes dos dois países foi realizada dia 14 de janeiro de 2019 e através dessa consulta, outra vez foi acordado em analisar novos projetos e atividades econômicas nas Ilhas Curilas. Mas o principal desfecho aconteceu após o ministro das Relações Exteriores da Rússia, Sergey Lavrov, anunciar após as negociações, que Moscou não iria mais discutir sua soberania sobre as Ilhas Curilas do Sul (Habomai, Shikotan, Kunashiri e Etorofu) e apontou que as reivindicações territoriais do Japão contrariam as responsabilidades do país sob a Carta das Nações Unidas, que diz que o resultado da Segunda Guerra Mundial não está sujeito a revisão (MOFA, 2014; TASS, 2019).

Desde então, o Japão tenta obter seus territórios de forma diplomática com a Rússia, que, por outro lado, vem cada vez mais dificultando o acesso japonês às ilhas. O MOFA japonês, em seu arquivo sobre a questão territorial japonesa, apresenta que cerca de 18 mil russos residem nas quatro ilhas ao norte disputadas pelos japoneses. O próprio governo japonês solicitou a sua população para não adentrar esses territórios e entende que a Rússia os ocupa ilegalmente. De acordo com o MOFA, somente é permitido a visita dos japoneses em quatro cenários: primeiro, em visitas a sepulturas, no qual cerca de 4.851 pessoas (ex-moradores e seus familiares) foram as ilhas entre 1964 até o final de 2020; segundo, em um programa de intercâmbio, em que acontecem visitas entre os cidadãos japoneses e os residentes dos Territórios do Norte, com a finalidade de promover o entendimento mútuo e na tentativa de solucionar a questão territorial, um total de 24.488 participaram dessas visitas entre 1992 à 2020; terceiro, desde setembro de 1999, ex-residentes da ilha e seus familiares tiveram permissão para visitar suas antigas residências nesses territórios, um total de 5.231 pessoas participaram até o final de 2020; e por fim, em casos de assistência humanitária (MOFA, 2014).

A revista *The Moscow Times*, publicou em 2019 uma pesquisa efetuada com os habitantes dos Territórios do Norte e cerca de 96% dos residentes das Curilas disseram que se opõem à cessão das ilhas ao Japão. Serafettin Yilmaz em sua contribuição para o livro “Disputas Territoriais e Marítimas Asiáticas: uma introdução crítica”, retrata a importância dessas ilhas e porquê elas são tão disputadas, de acordo com o autor, os Territórios do Norte são significantes tanto economicamente quanto geopoliticamente. Em termos de recursos, acredita-se que as quatro ilhas sejam ricas em minerais, elas também são cercadas por ricas áreas de pesca no qual um terço da quantidade de peixes capturados nos mares do Extremo Oriente é capturado. Sua localização geográfica é fundamental tendo em vista a abertura da costa do Ártico russo como uma rota marítima alternativa para o comércio do leste asiático, especialmente o da China

através do Mar do Japão e do Mar de Okhotsk. As Ilhas Curilas são de importância estratégica para a cooperação energética entre a China e a Rússia na região do ártico (ASIAN TERRITORIAL, 2022).

Geopoliticamente, as Ilhas Curilas também têm uma importância na questão militar, pois servem como um posto avançado com projeção para o Oceano Pacífico Norte. Yilmaz relata que os militares russos, se opõem a qualquer tipo de transferência das Curilas do Sul (Territórios do Norte japonês), por conta de serem fundamentais para evitar que os submarinos americanos passem pelas retas ao redor da ilha, e também servem para proteger a costa do Extremo Oriente contra potenciais ameaças dos Estados Unidos, China e Japão. Para se ter uma noção da proximidade dessas ilhas de Hokkaido, a “Associação de Assuntos dos Territórios do Norte” que trata sobre a questão da disputa territorial especificamente das Quatro Ilhas ao Norte, mostra que: o arquipélago Habomai (cerca de 95 km²), está a 3,7 km do Cabo Nosappu, que fica na Península Nemuro no ponto mais oriental de Hokkaido; as Ilhas Shikotan (251 km²) está 22 km ao nordeste das Ilhas Habomai; Kunashiri fica a 16 km da costa e ao nordeste de Hokkaido, sendo a segunda maior ilha (1.490 km²), esta ilha vulcânica, possui fontes termais e diversos pontos turísticos, ao final da Segunda Guerra, foi o lar de aproximadamente 7.400 japoneses; e a maior ilha, Etorofu (3,168 km²) está mais próxima da ilha Kunashiri, em aproximadamente 200 km (NTIA, 2022).

A Associação tem participado de diversas ações em protesto a ocupação russa no território japonês, dentro dessas ações, começou a estabelecer conselhos de prefeitura para o chamado Movimento Irredentista, na década de 70 partindo de Hokkaido, depois na prefeitura de Miyagi e na prefeitura de Aomori. Desta forma, busca desde 1977 a devolução dos Territórios do Norte, incluindo a construção de uma estátua simbólica para o retorno das ilhas, chamada de “Ponte para as Quatro Ilhas” e fica no Parque Bokyo no Misaki no Cabo Nosappu em Nemuro. E também como continuação de sua campanha, designou o dia 7 de fevereiro como o “Dia dos Territórios do Norte” com a aprovação do gabinete japonês em 1981. Desde então, o “Rally Nacional pelo Retorno dos Territórios do Norte” é realizado no dia 7 de fevereiro de cada ano, que consiste em várias atividades de conscientização realizadas em fevereiro, chamado pela associação de Mês da Reversão dos Territórios do Norte (NTIA, 2022).

O governo japonês, desde 1945, tem buscado recuperar esses territórios e tem acompanhado minuciosamente os movimentos militares russos na região, como indica o Livro Branco de Defesa Japonês de 2021 (MOFA, 2022). O Livro ressalta que a Rússia vem avançando no desenvolvimento de instalações militares nos Territórios do Norte, e nos últimos anos vem implantando equipamentos de última geração e também tem feito exercícios militares

constantes. Em novembro de 2016, a Rússia anunciou que implantou mísseis costeiros (SSM) nas ilhas Etorofu e Kunashiri. O aeroporto civil construído em 2014 na ilha de Etorofu e o aeródromo militar de Tennei, foi aberto para uso militar e civil conjunto, com três aviões de combate Su-35 em 2018. Sendo que, a implantação mais recente do tanque de combate “T-72B3” como equipamento das Forças Terrestres russas, foi confirmada também em 2018, enquanto o mais recente veículo de reconhecimento não tripulado de médio alcance “Orlan-10” tem sido usado e observado desde 2015 nos exercícios militares russos. Além disso, em dezembro de 2020, a mídia relacionada ao Ministério da Defesa da Rússia informou a inserção do míssil “S-300V4” (SAM) que possui o alcance máximo de disparo de 400 km nas ilhas Etorofu e Kunashiri. Exercícios anti-desembarque foram realizados nessas duas ilhas em setembro de 2020 e em fevereiro de 2021, com uma participação total de 1500 militares e aproximadamente 300 equipamentos/máquinas do Distrito Militar Oriental (distrito sob a jurisdição russa).

O governo japonês demonstra sua preocupação referente a esses territórios, pois conforme descreve em seu livro de defesa, a Rússia continua a estacionar suas AFRF (Forças Armadas da Federação Russa) nos Territórios do Norte. Descritos como territórios inerentes do Japão, o governo japonês tem acompanhado um aumento dessas forças durante a ocupação do território. Alguns apontam que tais desenvolvimentos refletem a maior conscientização do povo russo sobre a integridade territorial devido à crise ucraniana, bem como a crescente importância militar dos Territórios do Norte adjacentes ao Mar de Okhotsk, uma área de operação de SSBN (Submarinos de mísseis balísticos nucleares). E afirma que: “Deve ser dada mais atenção aos movimentos militares russos no Extremo Oriente, incluindo os Territórios do Norte.” (DEFENSE WHITE PAPER, 2022; MOFA, 2022).

Em 2022, frente a Guerra Russo-Ucraniana, muito está sendo discutido sobre qual será o desfecho desse conflito, e após diversas nações começarem a impor sanções para “frear” a ambição dos russos, o Japão também mostrou seu desacordo através de sanções. A revista *Reuters*, em uma reportagem editada por Michael Perry e Christian Schmollinger, publicada em março 2022, apresenta que o Japão impôs sanções a 76 indivíduos, 7 bancos e 12 outros órgãos na Rússia, incluindo autoridades de defesa e sua estatal Rosoboronexport (exportadora de armas). Por conta disso, a Rússia se retirou das negociações do tratado de paz com o Japão e congelou seus projetos econômicos conjuntos relacionados às disputadas ilhas Curilas, como indica o Ministério das Relações Exteriores russo, citando que não há como continuar essas negociações sob as atuais condições, pois entende que o Japão tomou “posições abertamente hostis” e está tentando “prejudicar os interesses de nosso país” (REUTERS, 2022).

Por conta da constituição japonesa de 1945, o artigo nono impede que o Japão utilize de suas forças militares para concluir seus interesses territoriais e somente poderia atuar em caso de autodefesa, porém caso as forças russas tenham real intenção de invadir o território japonês, partindo das ilhas Curilas, ou dos Territórios do Norte, em cerca de minutos, diversos militares russos podem adentrar Hokkaido. De acordo com o Data World Bank (2022), a Federação Russa em 2019 possuía cerca de 1,5 milhões de pessoas compondo sua força armada, isso são quase 12 vezes a quantidade de pessoal das forças armadas japonesas (261.000), sendo que em alguns anos, milhões de japoneses serão afetados pelo envelhecimento e dentro de algumas décadas, o povo japonês enfrentará um declínio populacional significativo (DATA WORLD BANK, 2022).

3.6 - Japão-Coreia do Sul e as Ilhas Takeshima/Dokdo

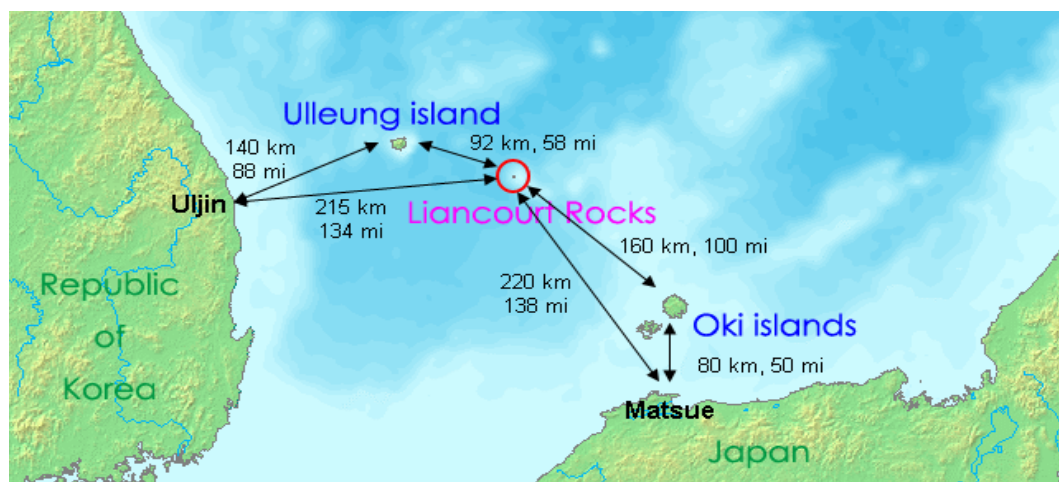
Os japoneses e coreanos possuem relações datadas desde o século I ao III depois de Cristo, como indica o artigo de Mark Cartwright (2016), publicado na *World History Encyclopedia*. O autor apresenta que os primeiros laços registrados entre eles, aconteceram nas proximidades da ilha de Kyushu (ao sul do Japão), do qual os coreanos chamavam de Wae e ocorreram no período chamado de “Proto-Três Reinos”. Como os territórios da península ainda não eram estados centralizados, os chineses ocupavam o norte da Coreia, e a partir do século IV d.C, a Coreia passou a ser dominada pelos três reinos de Baekje (Paekche), Goguryeo (Koguryo) e Silla, com uma quarta entidade, menos centralizada, a confederação Gaya (Kaya). Destes, as relações eram particularmente estreitas entre Gaya e o Japão. Segundo o artigo de Mark, muito foi debatido sobre qual região teve mais influência sobre a outra durante a história da Coreia e do Japão (WORLD HISTORY, 2016).

De acordo com autor, Gaya entre outros territórios no sul da península, seriam colônias japonesas e estabeleceram bastante contato ao longo da história, com relatos apresentando grande influência cultural entre eles. Acredita-se que os monges de Baekje podem ter espalhado a escrita chinesa para o Japão em 405 d.C e o budismo em 538 d.C, e Gaya teria sido um grande exportador de ferro ao Japão. Durante esse contato, a influência inclui também o cultivo de arroz, a cerâmica com rodas, sistemas de classificação social, códigos de lei e governo, textos clássicos do Confucionismo, a língua altaica do nordeste da Ásia, entre outros (WORLD HISTORY, 2016).

As relações entre a península coreana e o Japão alternaram entre parcerias comerciais amigáveis e hostilidades diretas durante a história. Após a guerra Sino-Japonesa (1894-95) no solo coreano, o Japão estendeu seu domínio por meio de uma série de tratados e ações na região, e também negociou com a Rússia, em busca de uma maior presença na Coreia, estabelecendo alianças com a Grã-Bretanha e os Estados Unidos, para garantir seu consentimento em uma eventual incorporação da Coreia, e forçando a Coreia a assinar o Protocolo Coreano-Japonês em 1904 (que abriu o caminho para o envio de tropas japonesas no país). Posteriormente, um segundo e terceiro acordo coreano-japones (novembro de 1905 e 1907, respectivamente) acabaram com a soberania coreana e fizeram dela um protetorado japonês em 1905, sendo que em 1910 o Japão formalmente anexou a Coreia ao seu território. O que incluiu as chamadas Ilhas Dokdo, do japonês Takeshima e também “Liancourt Rocks”, termo francês, considerado neutro e usado por observadores do conflito (ASIAN TERRITORIAL, 2022).

As Ilhas Takeshima/Dokdo, são controladas pela Coreia do Sul (ROK) desde 1945, consistem em duas ilhas principais, conhecidas pelo lado coreano como Seodo (Ilha Oeste) e Dongdo (Ilha Leste), e possuem cerca de 89 ilhotas/rochedos, cobrindo uma área de aproximadamente 187.000 m². As ilhas ficam localizadas no Mar do Japão e estão a cerca de 87 km a sudeste da ilha coreana mais próxima (Ulleungdo), e a 157 km da ilha japonesa Oki. Do ponto de vista coreano, o Ministério das Relações Exteriores da República da Coreia, relata que desde o século XIV já haviam documentos que incluíam as Dokdo, inclusive por conta da proximidade da ilha à Coreia. O MOFA coreano, em um documento oficial sobre as ilhas, reforça essa questão dando ênfase que esse território é indiscutivelmente propriedade coreana e em seu panfleto sobre Dokdo, apresenta seu argumento mostrando que, “embora existam inúmeras ilhas adjacentes ao redor de Ulleungdo, Dokdo é a única visível a olho nu de Ulleungdo em um dia claro” (MOFA, 2014).

Figura 9



FONTE: DOKDO-TAKESHIMA (2007)

De acordo com o documento, a dinastia Joseon (coreana) em 1454, registrou na chamada “Seção Geográfica dos Anais do Reinado do Rei Sejong” que Ulleungdo (Mureung) e Dokdo (Usan) seriam duas ilhas que fazem parte do Uljin-hyeon de Joseon (prefeitura de Uljin). O Ministério também relata que as duas ilhas foram territórios de Usan-guk (Estado de Usan), conquistado por Silla (antigo reino da Coreia) no início do século VI (512 d.C), indicando que o controle efetivo da Coreia sobre Dokdo remonta ao período Silla. Mas para o governo japonês, Takeshima é território japonês e os registros históricos japoneses compreendem que os coreanos fizeram registros da Ilha Utsuryo e Usan e não Takeshima. De acordo com o MOFA japonês, nesse registro de Joseon, também chamado de "O Mapa das Oito Províncias da Coreia", a Ilha Usan foi retratada no mapa aparentemente como sendo um par de ilhas, do mesmo tamanho da Ilha Utsuryo e estava situada entre a península coreana. Então, para os japoneses o que se pensava ser a Ilha Usan não existe e não poderia ser Takeshima, que está localizada a leste da Ilha Utsuryo (MOFA, 2014).

Como indica o Ministério das Relações Exteriores do Japão, Takeshima é: "indubitavelmente uma parte inerente do território do Japão, à luz dos fatos históricos e com base no direito internacional.". Então, há muitos anos o Japão vem disputando esse território com os coreanos, Serafettin Yilmaz (2022) discorre em seu trecho do livro “Disputas Territoriais e Marítimas Asiáticas: uma introdução crítica” sobre essa questão, o autor apresenta que a disputa coreana e japonesa sobre Dokdo teve início há mais de 300 anos. Desde 1600, os países já disputavam sobre os direitos de pesca nas costas de diversas ilhas, incluindo Dokdo, o que levou ao início das negociações sobre esses territórios. Porém as disputas foram se intensificando após a Restauração Meiji e a abertura da Coreia ao Japão na década de 1870. Com o expansionismo japonês e com a conclusão dos conflitos Sino-Japonês e Russo-Japonês (entre outros que competiam pela dominação da Coreia), foi assinado então o Tratado de Shimonoseki (1895), encerrando o conflito japonês com os chineses e garantindo o reconhecimento da Coreia como um estado independente da dinastia Qing. E também ao fim do conflito com a Rússia, o acordo de paz garantiu ao Japão, que a Rússia estaria ciente de seus interesses na região (ASIAN TERRITORIAL, 2022).

Na parte japonesa, os documentos históricos sobre Dokdo/Takeshima são relativamente recentes, o MOFA japonês apresenta os primeiros registros sobre as ilhas datando em 1700. O registro do MOFA, mostra que os comerciantes japoneses receberam uma autorização pelo governo japonês para irem a ilha Utsuryo e usarem Takeshima como ponto de referência para

os navios, bem com uma área para caçar leões-marinhos e outros recursos marítimos, para o governo japonês, o Japão já tinha sua soberania estabelecida sobre a ilha desde meados do século XVII. O panfleto de Takeshima, publicado em março de 2014 pelo Ministério das Relações Exteriores japonês, apresenta os argumentos do governo japonês sobre a disputa territorial. Este panfleto mostra que no início dos anos 1900, os moradores das ilhas da província de Shimane (Japão) estavam com problemas para fazer seus negócios de caça de leões-marinhos, então o governo japonês incorporou Takeshima através do princípio *terra nullius* (terra de ninguém) à província de Shimane em janeiro de 1905, seguindo uma decisão do gabinete ministerial. Yilmaz relata que, apesar de acontecerem protestos coreanos, como a Coreia havia se tornado um protetorado do Japão nessa época, os oficiais coreanos não deram “tanta importância” (ASIAN TERRITORIAL, 2022).

Com o fim do conflito mundial e o Tratado de Paz de São Francisco (1951), ficou estabelecido que: "O Japão, ao reconhecer a independência da Coreia (1948), renuncia a todos os direitos, títulos e reivindicações sobre a Coreia, incluindo as ilhas de Quelpart, Port Hamilton e Dagelet". Documento que foi elaborado pelos EUA e pelo Reino Unido, não incluiu Dokdo/Takeshima como território coreano. Após tomar conhecimento desse documento, o embaixador coreano nos EUA, You Chan Yang, enviou uma carta para o secretário estadunidense Dean G. Acheson solicitando uma alteração da carta, em sua demanda pedia para alterar alguns termos e acrescentar as ilhas Dokdo e Parangdo. Em outras palavras, a República da Coreia solicitou que Takeshima fosse adicionado à lista das áreas às quais o Japão deveria renunciar. Em agosto do mesmo ano, os Estados Unidos responderam ao embaixador Yang, por meio de uma carta do secretário de Estado adjunto dos EUA para Assuntos do Extremo Oriente, Dean Rusk, negando as alegações da República da Coreia. O domínio de Takeshima era importante para os japoneses, não apenas como uma região pesqueira, mas também como base naval durante as principais batalhas marítimas da Guerra Russo-Japonesa (MOFA, 2014).

O professor Ralf Emmers, publicou em novembro de 2010 para a Escola de Estudos Internacionais de S. Rajaratnam (RSIS) na Cingapura, um artigo apresentando que este conflito está relacionado principalmente ao nacionalismo e os recursos naturais próximos às ilhas. Em sua pesquisa fala como apesar de décadas de relações relativamente pacíficas e da crescente interdependência econômica entre o Japão e a República da Coreia, os dois países não conseguiram estabelecer fortes laços diplomáticos por conta do passado turbulento entre eles. A ilha, que em sua maioria é considerada inabitável, possui alguns pescadores e forças estacionadas da Guarda Costeira coreana, essas tropas coreanas fazem patrulhas ao redor das

ilhas para reforçar o controle sobre elas e dissuadir os navios japoneses de se aproximarem. (EMMERS, 2010).

Para o autor, a disputa desses territórios permaneceu principalmente no nível diplomático, ou seja, com raro envolvimento direto. Ele cita que aconteceram algumas “escaramuças” (combates de menor importância), envolvendo troca de tiros entre os países, e que a década de 1950 foi o período mais fisicamente conflituoso da disputa, com o estabelecimento do controle efetivo da ilha pela Coreia. Entretanto, a violência entre o Japão e a Coreia tem sido relativamente mínima nas décadas seguintes. De acordo com o autor, ele levanta que o controle físico coreano sobre as ilhas Dokdo/Takeshima não tem um sentido legal, pois existem outras ilhas e áreas marítimas vizinhas que continuaram a ser contestadas (Emmers, 2010). Porém, essa questão territorial se mostra um obstáculo no aprofundamento dos laços diplomáticos, apesar de um alto nível de interdependência econômica e de ambos serem aliados dos EUA. Emmers coloca como o foco da disputa o nacionalismo e o acesso a recursos, na parte coreana o nacionalismo, vinculado à política de identidade e memória, constitui a principal força por trás de sua posição em relação à disputa. Já na parte japonesa, como a Coreia controla as ilhas e sua zona econômica exclusiva (ZEE) se sobrepõe à do Japão nesta região, os japoneses tem um maior interesse nos recursos potenciais próximos a Takeshima. Além da pesca abundante, no fundo do mar ao redor das ilhas Dokdo/Takeshima, especificamente a Bacia de Tsushima, Yamato Rise e Trough, possuem riqueza de gás natural e outros minerais, portanto, a propriedade sobre as rochas disputadas permitiria ao Japão reivindicar jurisdição sobre essas áreas marítimas e assim usufruir de seus recursos (EMMERS, 2010).

Como o conceito de território está geralmente associado ao Estado, às fronteiras nacionais e ao nacionalismo, fronteiras e demarcações físicas são de vital importância na concepção do que significa ter um Estado e como ele pode exercer suas formas de poder (EMMERS, 2010). Logo, o território pode fornecer riquezas materiais, bases para possíveis conflitos (interesse geopolítico), entre outros. Assim, o autor reforça como são diversos os motivos pelo qual uma nação pode se interessar pelo controle de territórios (EMMERS, 2010).

Um fator que pode ter contribuído para o agravamento dessa disputa, como diz Yilmaz, seria o fato de que os Tratados de Paz assinados não especificavam claramente em seu texto o status/controlado das Ilhas Dokdo. Esse foi o resultado da geopolítica emergente da Guerra Fria, pois em 1945 a Península Coreana já estava dividida em duas zonas de influência, com o norte e o sul ocupados por tropas da URSS e dos EUA, respectivamente, e por conta disso, os americanos não queriam que as ilhas caíssem nas mãos dos comunistas caso a influência do

norte da Coreia prevalecesse. Outro ponto importante a ser abordado é a chamada Linha de MacArthur. Durante a ocupação do comodoro Douglas MacArthur no Japão, foram delimitadas áreas de soberania e acesso para pesca que incluíam territórios marítimos próximos a Takeshima/Dokdo. Mas essa diretiva estabelecia em seu item (3) que “embarcações japonesas ou seu pessoal não se aproximarão mais do que 12 (doze) milhas de Takeshima nem terão contato com a referida ilha”, algo que beneficiou a indústria de pesca coreana (EMMERS, 2010). No entanto, após o Tratado de São Francisco entrar em vigor, a demarcação de MacArthur foi desfeita, então em 1952 a Coreia do Sul impôs uma nova delimitação, o que gerou diversas manifestações no Japão (MOFA, 2014).

Em janeiro de 1952, o presidente coreano Syngman Rhee, emitiu uma declaração sobre a soberania marítima, na qual estabeleceu a “Linha Syngman Rhee”, abrangendo a ilha de Takeshima e uma grande área de água com jurisdição pesqueira. O Japão respondeu a essa declaração reforçando que “o estabelecimento desta linha, foi um ato unilateral em violação do direito internacional” (MOFA, 2014). A imposição dessa nova linha dificultou o acesso aos pescadores japoneses, o governo coreano então passou a monitorar essa região e posteriormente apreendeu alguns navios de pesca japoneses que cruzavam essa linha e confiscou suas capturas e barcos.

Segundo o MOFA japonês, após o Tratado de Paz de São Francisco entrar em vigor e em resposta ao desejo dos americanos de continuar usando a ilha como área de treinamento, o Comitê Conjunto Japão-EUA, estabelecido como órgão consultivo para a implementação do Acordo Administrativo Japão-EUA, designou Takeshima como um campo de bombardeio para as Forças dos EUA estacionadas no Japão. Porém, como os residentes continuaram suas atividades rotineiras (pesca, colheita), os EUA deixaram de utilizar a ilha como campo de bombardeio em março de 1953. O MOFA relata, que em 1954 a Guarda Costeira coreana despachou um batalhão permanente para Takeshima, o que foi confirmando poucos meses depois quando um navio da Agência de Segurança Marítima japonesa foi alvejado próximo à ilha. Mark Selden, coordenador da revista de acesso aberto *The Asia-Pacific Journal: Japan Focus*, apresenta que cerca de 328 barcos de pesca japoneses foram capturados por terem passado a linha Rhee, 44 japoneses foram mortos ou feridos e 3.929 foram detidos, os barcos de patrulha da Guarda Costeira do Japão foram alvejados 15 vezes e 16 barcos foram atacados (SELDEN, 2011).

Figura 10



FONTE: MOFA JAPAN (2014)

Então, em busca de tentar solucionar essa questão pacificamente, o MOFA japonês propôs a República da Coreia em setembro de 1954, uma nota verbal sobre a soberania de Takeshima/Dokdo encaminhando a questão ao Tribunal Internacional de Justiça (CIJ), porém que foi rejeitada pelo governo coreano. Poucos anos depois, entre conversações ministeriais em março de 1962, o então Ministro das Relações Exteriores japonês, Zentaro Kosaka, fez uma nova proposta a Choi Duk Shin (Ministro das Relações Exteriores da Coreia), para encaminhar a disputa para a CIJ, mas esta proposta novamente não foi aceita pela República da Coreia. O MOFA coreano entende que essa proposta em questão não passa de uma tentativa de falsa alegação japonesa, pois a Coreia possui os direitos territoriais *ad initio* (desde o início) e não vê razão para buscar a verificação de seus direitos perante qualquer tribunal internacional de justiça (MOFA, 2014; MOFA KOREA, 2014).

Em 1965, o Japão e a República da Coreia assinaram o Tratado de Relações Básicas, como parte deste acordo foi estabelecido uma zona de regulação conjunta, permitindo que pescadores dos dois países operassem na região. Mas a normalização diplomática, no entanto, não impediu conflitos nas décadas que se seguiram, em 1970, as relações bilaterais se deterioraram com o estabelecimento das Zonas Econômicas Exclusivas (ZEEs) por ambos os

países com reivindicações sobrepondo as regiões um do outro. Após esse ocorrido e com o fim da Guerra Fria, houve uma normalização da política no Leste Asiático, permitindo que os dois países participassem de regimes de segurança regional emergentes.

Como descrito por Yilmaz, em 1996, a Coreia do Sul e o Japão assinaram a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (UNCLOS), que abriu caminho para que os dois lados determinassem suas ZEEs e concordassem com reivindicações sobrepostas. Mais tarde, com a crise financeira asiática em 1996, ambos países participaram de marcos regionais, como a Iniciativa Chiang Mai e a ASEAN+3, em 1998 eles assinaram um novo acordo de pesca para substituir o acordo de 1965, criando zonas intermediárias nas quais os navios de pesca poderiam entrar. Porém, mesmo que ambos tenham concordado e “normalizado” suas relações, a onda de regionalismo no Leste Asiático não levou a nenhuma mudança significativa de atitude em relação a questões relacionadas à soberania (ASIAN TERRITORIAL, 2022).

Quando a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (UNCLOS) entrou em vigor em 1994, foi estabelecido o direito de reclamar a extensão das águas territoriais em até 12 milhas (19,31 km) marítimas da costa, e as ZEEs até 200 milhas (321,87 km) da linha de base das águas territoriais. Isso trouxe ainda mais atenção às ilhotas disputadas, já que ambos países incluíram Dokdo/Takeshima dentro de seu território marítimo.

Desde então, uma série de desenvolvimentos trouxeram a questão territorial de volta à discussão. Em uma Reunião de Cúpula entre o Japão e a República da Coreia em 2001, o então presidente Kim Dae-jung da Coreia, alegou que os livros didáticos japoneses apresentam fatos controversos, pois o Japão “parece” encobrir a história violenta da nação e entende que o Japão precisa se responsabilizar por tais atos (MOFA, 2014). Outra questão que sempre levanta tensões, foram as repetidas visitas do ex-primeiro-ministro japonês Junichiro Koizumi, ao santuário de guerra de Yasukuni em 2001 e 2006, do qual coreanos entendem que essas visitas demonstram que os japoneses não estariam arrependidos com as atrocidades do passado. Em dezembro de 2007, o Instituto de Pesquisa Geográfica do Japão, produziu um mapa de satélite de alta precisão que incluía as curvas de nível de Dokdo, usando dados obtidos do *Advanced Land Observing Satellite Daichi* e satélites comerciais dos Estados Unidos. Então, no ano seguinte, o Ministério das Relações Exteriores do Japão publicou um panfleto de 14 páginas - Dez problemas em torno de Takeshima (Dokdo) - em seu site oficial, o documento faz apontamentos sobre as razões pelas quais as ilhas seriam territórios japoneses.

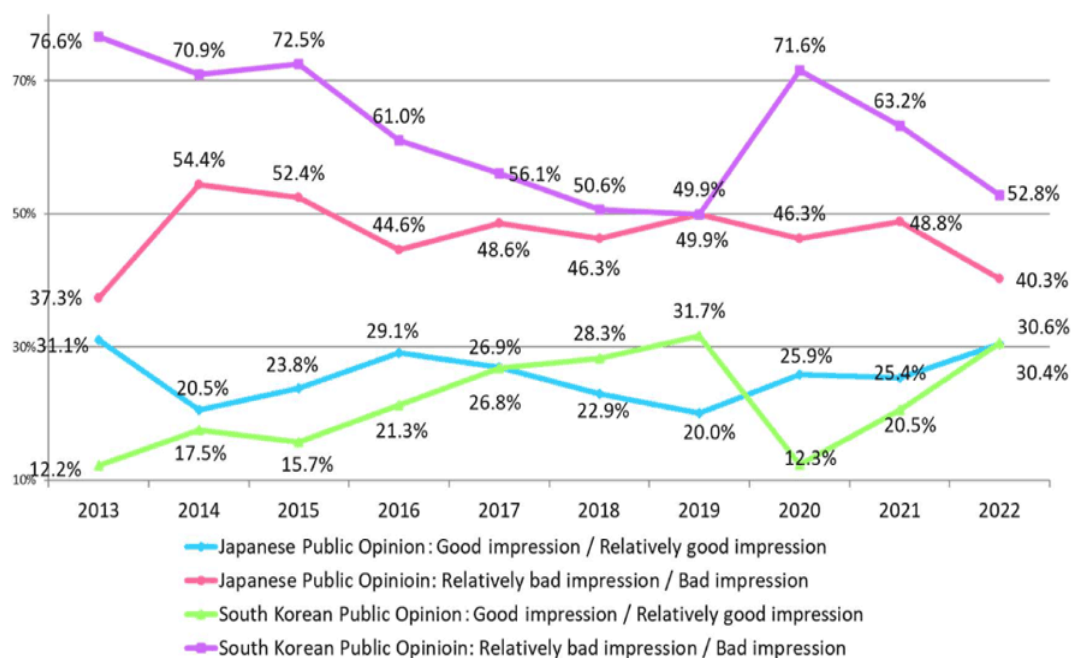
Além disso, o Ministério da Educação japonês, incluiu Dokdo ao território do país em suas diretrizes sobre o currículo educacional para o ensino fundamental e para ensino médio, em 2014, fazendo revisões em 2017 e novamente em 2019. Ação que foi denunciada pelo

governo coreano, que em um comunicado, o Ministério das Relações Exteriores coreano solicitou ao Japão que retirasse a medida, enfatizando que as ilhotas do Mar do Leste pertencem à Coreia do Sul. (KOREA HERALD, 2019). O porta-voz do Ministério menciona em seu discurso, que o Japão terá que:

"Reconhecer que esses livros didáticos trarão um impacto negativo no desenvolvimento orientado para o futuro das relações entre as duas nações, ao enfiar uma noção territorial errada baseada na falsa percepção da história até mesmo nos alunos do ensino fundamental". (Kim In-chul, 2019)

Além disso, o governo japonês emite anualmente seu “Livro Branco de Defesa” e o “Livro Azul do Ministério das Relações Exteriores”, reivindicando Dokdo como território inerente do país. Em 2018, o MOFA japonês publicou uma nota sobre um evento que alertou o Ministério da Defesa do Japão. Em dezembro de 2018, uma aeronave de patrulha de asa fixa (P-1) pertencente à Ala Aérea 4 da MSDF, que realizava coleta de inteligência, alerta e vigilância, foi surpreendida por um radar de controle de fogo (*fire-control radar*) de um destróier da Marinha da República da Coreia na costa da Península de Noto. Algo que assustou o governo japonês, pois esses radares de controle de fogo são direcionados ao seu alvo imediatamente antes do disparo, e o ministério entende que apontá-lo para aeronaves estrangeiras é um ato extremamente perigoso que pode causar consequências não intencionais. Tal incidente foi gravado pelos pilotos da aeronave, pouco tempo depois, o MOD japonês solicitou uma resposta do governo coreano, fazendo quatro pronunciamentos públicos, protestando sobre a ativação do radar e solicitando que a Coreia admita os fatos deste incidente, tomando medidas para evitar que aconteça novamente. O ministério japonês também informa em sua nota, que a ROK se recusa admitir os fatos, e que seria improvável que a verdade seja esclarecida mesmo que as reuniões entre eles continuem. O lado coreano exigiu um pedido de desculpas pelo MSDF P-1 por ter conduzido "um voo ameaçadoramente de baixa altitude" durante a conferência de imprensa do Ministério da Defesa Nacional da ROK (MOFA, 2016).

Figura 11



FONTE: THE GENRON NPO (2022)

O laboratório de ideias “The Genron NPO” fundado pelo Yasushi Kudo, que possui vários programas de pesquisa de políticas, incluindo avaliações do desempenho do governo e partidos políticos, fez uma pesquisa sobre qual a impressão que os coreanos/japoneses tem um sobre o outro. Em sua pesquisa mais recente, apresenta como a opinião pública tem melhorado nos últimos anos, mostrando como o número de sul-coreanos descrevendo sua opinião sobre o Japão como "má impressão" caiu 10,4 pontos (52,8%) em 2022, sendo que em 2020, 71,6% dos sul-coreanos possuíam uma má impressão sobre o Japão. E o número de entrevistados japoneses descrevendo sua opinião sobre a Coreia do Sul como "má impressão" caiu 8,5 pontos (40,3%), e que estava em 48,8% em 2021. Esta é a maior melhora nos últimos dez anos desde que a pesquisa foi lançada em 2013. É importante ressaltar essa questão, pois a opinião pública é um dos principais pontos para estabelecer um bom relacionamento bilateral, o laboratório ressalta ainda que, a recente relação entre o Japão e a Coreia do Sul está em seu “ponto mais baixo” desde o fim da Segunda Guerra Mundial. Isso por conta da decisão sul-coreana de ordenar uma compensação aos ex-trabalhadores forçados durante a anexação da Coreia e do incidente em

2018 (*fire-control radar*). O governo sul-coreano também impôs restrições à exportação pelos japoneses, posteriormente levando a uma retaliação econômica. Mesmo em vista de diversos encontros, e supostos esforços intergovernamentais para melhorar a situação, como apresenta o laboratório japonês, as discussões sobre esses assuntos permanecem paralisadas (NPO, 2022).

O governo japonês apresentou em seu livro de defesa (*Defense Whitepaper, 2022*), no trecho “A aceleração no desenvolvimento de armas na Península Coreana”, que no dia 15 de setembro de 2021, a ROK anunciou que havia realizado o primeiro lançamento de teste de Míssil balístico lançado de submarino (SLBM), cujo desenvolvimento e posse não haviam sido revelados, e que também havia sido bem-sucedido no desenvolvimento e teste de vários novos tipos de mísseis. (MOFA, 2022) De acordo com o ex-presidente coreano Moon Jae-in, esses testes foram conduzidos de acordo com o “Plano de Aumento da Capacidade de Mísseis da ROK”, e ele demonstrou sua posição em oposição às provocações da Coreia do Norte, mencionando que o país “construirá continuamente diversas capacidades de mísseis para combater e sobrecarregar as capacidades assimétricas da Coreia do Norte”.

O Livro branco apresenta também que, com o término das chamadas “Diretrizes de Mísseis EUA-ROK” em maio de 2021, isso restringiu o alcance e peso dos mísseis coreanos, então, a ROK pretende diversificar ainda mais suas capacidades de mísseis e aumentar o alcance deles, conforme também estabelecido no “Plano de Defesa de Médio Prazo 2022-2026” lançado em setembro de 2021. Além disso, pretende também adquirir as armas mais recentes, como novos navios Aegis e caças furtivos, juntamente com o aumento constante da capacidade militar, concentrando-se na produção doméstica de muitos tipos de armas, como caças de última geração, submarinos, porta-aviões, mísseis antibalísticos e o coreano *Iron Dome* para interceptar a artilharia norte-coreana de longo alcance (MOFA, 2022).

De acordo com o livro japonês, a administração Yoon Suk-yeol foi inaugurada em maio de 2022 na ROK. Ele declarou seu objetivo de alcançar a paz sustentável na Península Coreana através da desnuclearização completa e verificável da Coreia do Norte, citando sua cooperação com os EUA com base no “Tratado de Defesa Mútua EUA-ROK”. As forças estadunidenses estão estacionadas na ROK desde o cessar-fogo entre as Coreias, e a aliança têm desempenhado um papel importante na garantia da paz e da estabilidade da região, como também desempenhou um papel vital na dissuasão da eclosão de um conflito armado em grande escala na Península Coreana. O governo sul-coreano reforça em seu Livro Branco, que seu principal inimigo é a Coreia do Norte e ressalta: “o regime norte-coreano e seus militares continuarão sendo um inimigo” (MOFA KOREA, 2022).

O Livro Branco japonês apresenta também a capacidade militar da ROK, suas forças terrestres consistem em: 19 divisões do exército com aproximadamente 420.000 pessoas e 2 divisões de fuzileiros navais com aproximadamente 29.000 pessoas; as forças navais são compostas por aproximadamente 220 navios com um deslocamento total de aproximadamente 280.000 toneladas; e as forças aéreas (Força Aérea e Marinha combinadas) consistem em aproximadamente 660 aeronaves de combate. A ROK vem modernizando suas forças militares - não apenas seu Exército, mas também sua Marinha e Força Aérea - a fim de estabelecer uma postura de defesa omnidirecional para lidar com futuras ameaças potenciais, principalmente as ameaças da Coreia do Norte. Cita também os desenvolvimentos bélicos, como mísseis balísticos (Hyunmoo-2 e 4), mísseis de cruzeiro estratégicos (Hyunmoo-3), SLBMs e tem aumentado também seu orçamento de defesa. Conforme a Reforma da Defesa 2.0, a ROK aumentará o orçamento da defesa em 7,5% anualmente.

Mesmo não resolvendo a questão territorial sobre Dokdo/Takeshima, o governo japonês e o sul-coreano, entendem ser necessário estabelecer relações diplomáticas com a ROK, isso tanto pela aliança com os EUA como também para estabelecer um equilíbrio na região, então ressaltam em seus Livro de defesa, quão importante são as relações intercoreanas, relações EUA-ROK-JAPAO, e que seus governos estão acompanhando esses desdobramentos. Entretanto, ambos precisam superar as desavenças do passado para conseguir um consenso de seus líderes, os governos não demonstram em seus *White Papers* intenção de um embate direto referente a questão da soberania territorial, porém seguem com um relacionamento bilateral “instável”, fazendo acordos e também denúncias mutualmente (MOFA, 2022; MOFA ROK, 2021).

Recentemente, durante uma cúpula da OTAN (2022), uma reunião entre os líderes dos EUA, da ROK e do Japão quase foi cancelada no último momento, tal como explica Duncan Bartlett na revista *The Diplomat*. De acordo com o autor, um dia antes do encontro, o governo sul-coreano disse que seria “improvável” que seu presidente, Yoon Suk Yeol, falasse diretamente com o primeiro-ministro Kishida Fumio do Japão durante o evento, em que ambos os países estavam participando como observadores. Por conta dessa tensão, os diplomatas que acompanhavam o presidente americano, Joe Biden, entraram em contato com os países solicitando que mostrassem seu compromisso com a aliança trilateral. Em compensação, o encontro entre os líderes foi considerado “estranho” por alguns observadores, tal como indica o jornal “*The Korea Herald*”. Mas houve progresso nas relações bilaterais, pois nas cúpulas subsequentes, ambos países enfatizaram a necessidade de cooperação na área de segurança entre a Coreia do Sul, os EUA e o Japão, em preparação para uma provocação norte-coreana. O

primeiro-ministro japonês, Fumio Kishida, saudou o consenso sobre o recente alerta sobre mísseis de três nações e o exercício de detecção e rastreamento de mísseis balísticos. Ele apontou: “Mesmo no caso de um teste nuclear (norte-coreano), a Coreia do Sul, os EUA e o Japão trabalharão juntos para lidar com isso por meio de exercícios conjuntos.” (KOREA HERALD, 2019).

3.6.1 - Mulheres de Conforto na Coreia do Sul e suas consequências

Durante o período em que a Coreia ficou sob o domínio japonês, o Império do Japão travou uma guerra total contra a cultura coreana (ERIN BLAKEMORE, 2020). Um artigo publicado por Erin Blakemore em 2020 no canal History, expõe como foi esse processo de incorporação. De acordo com Erin, na Coreia as escolas e universidades foram proibidas de falar coreano e enfatizavam o trabalho manual e a lealdade ao imperador japonês, os locais públicos também adotaram o idioma japonês, e logo se seguiu um decreto para fazer filmes em japonês. Também se tornou um crime ensinar história a partir de textos não aprovados e as autoridades japonesas queimaram mais de 200.000 documentos históricos coreanos, que como diz o autor, “essencialmente eliminando a memória histórica da Coreia”. Durante a ocupação japonesa, quase 100.000 famílias japonesas se estabeleceram na Coreia através de territórios concedidos, também foram derrubadas milhões de árvores e os japoneses introduziram plantas não nativas ao território coreano. Sendo que o governo colonial japonês demoliu mais de um terço dos prédios históricos de um dos símbolos mais poderosos da soberania e independência coreanas, o palácio real Gyeongbokgung, construído em Seoul (1395) pela dinastia Joseon, já as estruturas restantes foram transformadas em atrações turísticas para os visitantes japoneses, fazendo uma mudança da paisagem coreana. (ERIN BLAKEMORE, 2020).

Segundo o artigo de Erin, aproximadamente 725.000 trabalhadores coreanos foram obrigados a trabalhar no Japão e em suas outras colônias, e quando a Segunda Guerra Mundial se aproximava, o Japão forçou centenas de milhares de mulheres coreanas a viverem como “mulheres de conforto” (escravas sexuais que serviam em bordéis militares) entre 1932 a 1945. Esse evento marcou a história e relação dessas nações, tanto por conta da exploração das mulheres, como também da mão de obra coreana. (ERIN BLAKEMORE, 2020).

Como relata Erin Blakemore, o Japão buscava recrutar mulheres para “satisfazer o desejo sexual dos militares japoneses”, esse ato de recrutar, incluiu sequestros ou coação, as mulheres eram cercadas nas ruas dos territórios ocupados e eram convencidas a viajar, pensando

que seriam enviadas a unidades de enfermagem ou empregos ou até para serem compradas como serviçais. Em geral, as mulheres em sua maioria chinesas e coreanas, uma vez nos bordéis, eram forçadas a fazer sexo com seus captores em condições brutais e desumanas. Em seus testemunhos, das poucas mulheres sobreviventes, elas compartilham como eram estupradas repetidamente antes das batalhas, os casos de gravidez, agressões e DSTs (doenças sexualmente transmissíveis). O autor também fala como o fim da Segunda Guerra Mundial não acabou imediatamente com esses bordéis militares (ERIN BLAKEMORE, 2020).

Uma postagem publicada em 2007 no “*The Associated Press*” pelo autor Eric Talmadge, afirma que, ao fim do conflito mundial, as autoridades estadunidenses permitiram o uso dessas “estações de conforto” e dezenas de milhares de mulheres foram forçadas a fazer sexo também com homens americanos, somente anos depois durante ocupação americana foi que Douglas MacArthur deu fim ao sistema (1946). Até então, entre 20.000 a 410.000 mulheres haviam sido escravizadas em pelo menos 125 bordéis. Em 1993, o Tribunal Global da ONU sobre Violações dos Direitos Humanos das Mulheres estimou que, no final da Segunda Guerra Mundial, 90% das “mulheres de conforto” haviam morrido, tanto por conta dos maus tratos nas mãos dos soldados, como por conta das DSTs ou cometeram suicídio.

Porém, como indica esse mesmo artigo, após o conflito mundial os documentos sobre o sistema foram destruídos por oficiais japoneses, então os números de vítimas são baseados em estimativas de historiadores com base em outros documentos existentes. Conforme o Japão se recuperava, essa história dos bordéis foi passando despercebida, cada vez mais minimizada como um “resquício desagradável” de um passado que os japoneses gostariam de esquecer. Conforme o autor, quando as autoridades japonesas eram questionadas, elas insistiam que tal sistema nunca existiu. Somente na década de 1980, quando algumas mulheres começaram a compartilhar suas histórias, a questão das mulheres de conforto passou a ser discutida. Alguns anos depois, em 1987, a República da Coreia do Sul se tornou uma democracia liberal e as mulheres começaram a discutir publicamente suas provações, então, em 1990, a questão explodiu em uma disputa internacional quando a Coreia do Sul criticou a ação das autoridades japonesas sobre o evento (ERIN BLAKEMORE, 2020).

Apenas em 1993 foi que o governo do Japão finalmente reconheceu as atrocidades, desde então a questão sobre esse assunto permaneceu controversa. O governo japonês anunciou que indenizaria as “mulheres de conforto” coreanas sobreviventes durante uma Ocasão de Imprensa Conjunta em 2015, mas a Coreia do Sul entendeu que os pedidos de desculpas não foram suficientes, o que foi criticado pelo governo japonês. Enquanto isso, dezenas de mulheres que sobreviveram demonstraram seu desejo de receber um pedido de desculpas do governo

japonês. Durante essa Ocasão de Imprensa, o MOFA japonês demonstrou seu interesse em solucionar essa questão, tomando responsabilidade pelo ocorrido, incluindo um pedido de desculpas pelo ex-Primeiro Ministro Shinzo Abe, incentivando a criação de uma fundação para apoiar psicologicamente as vítimas e que o Japão iria dar o apoio financeiro necessário. Porém, mesmo com o pronunciamento de Abe, algumas de suas ações durante este período geraram ainda mais tensão com os coreanos.

Tal como indica a revista *The Guardian* (2014), escrito por Justin McCurry, Abe estava tentando reformular de forma mais favorável a conduta japonesa durante a Segunda Guerra, afirmando que algumas dessas mulheres eram prostitutas e não foram forçadas. Abe também visitou o santuário Yasukuni em dezembro de 2013, esse santuário homenageia criminosos de guerra condenados, juntamente com mais de 2,4 milhões de mortos em guerra. Esse movimento aumentou as tensões sobre disputas territoriais com a Coreia do Sul e a China e causaram preocupação nos EUA. A revista ainda informa que o Japão se recusou a compensar diretamente as mulheres, dizendo que todas as reivindicações foram resolvidas por um tratado bilateral em 1965 (Acordo sobre a Resolução de Problemas Relativos à Propriedade e Reivindicações e à Cooperação Econômica entre o Japão e a República da Coreia) que normalizou os laços diplomáticos. Quando em 1995, o Japão criou o fundo privado para mulheres asiáticas, que daria às vítimas um valor de 61 mil reais na época, porém muitas mulheres rejeitavam qualquer reparação a menos que viesse diretamente do estado japonês. Tal fundo foi dissolvido em 2007 após compensar apenas 60 das 207 mulheres identificadas como vítimas.

Em 2015, um Acordo sobre as Mulheres de Conforto foi assinado entre o Japão e a Coreia do Sul, o MOFA japonês entende que essa questão havia sido concluída e através desse acordo estabeleceu indenizações, auxílio psicológico, e que novas negociações sobre tal assunto não seriam restabelecidas. Em 2011, ativistas instalaram uma estátua em homenagem às mulheres em frente à Embaixada do Japão em Seul, provocando furor diplomático (NEW YORK TIMES, 2018), novamente em 2016, uma estátua de uma mulher de conforto foi instalada na calçada em frente ao Consulado-Geral do Japão em Busan por um grupo civil na Coreia do Sul, o que irritou o governo japonês por conta de uma possível semelhança/referência ao ministro Abe. E quando a Coreia do Sul indagou o Japão a revisar o acordo, Abe disse em um pronunciamento a repórteres que: “Não poderiam de forma alguma aceitar o pedido unilateral da Coreia do Sul por medidas adicionais” (NEW YORK TIMES, 2018).

Em uma publicação no jornal *The New York Times*, em 2018 por Makoto Rich, o autor apresenta como Shinzo Abe, antes de se tornar primeiro-ministro pela segunda vez em 2012, questionou publicamente se as forças armadas imperiais do Japão realmente coagiram as

mulheres coreanas à escravidão sexual. Ou seja, os dois países ainda precisam descobrir como deixar a controvérsia para trás para poderem se concentrar na cooperação de segurança e em outras preocupações atuais. Porém, tal como indica a revista *The Diplomat*, em um artigo escrito por Yuji Hosaka (2021), esse acordo desmoronou, seja por conta dos pronunciamentos controversos de Abe, ou pela recusa do governo japonês em revisar tal acordo (entendendo que a questão foi solucionada), então em 2015, as mulheres de conforto sobreviventes fizeram uma ação judicial contra o governo japonês. Os resultados deste processo saíram em janeiro e abril de 2021, inicialmente as vítimas venceram o caso e o governo japonês ignorou a decisão, então a vitória das mulheres de conforto foi confirmada. Porém, em abril, o tribunal concedeu imunidade soberana ao Japão, e a ação foi encerrada. Ainda na atualidade, essa questão das mulheres de conforto gera desconforto entre as duas nações, muitas vítimas se sentem insatisfeitas com a resolução fornecida pelo Japão, e o governo japonês demonstrou não ter interesse em reabrir essa discussão (NEW YORK TIMES, 2018; THE DIPLOMAT 2021).

3.7 - Japão-República Popular Democrática da Coreia

Durante o período em que a Coreia foi anexada ao Japão, o governo japonês trouxe milhares de coreanos para trabalhar (muitos de forma forçada) no Japão, inclusive alterando seus nomes para nomes japoneses por conta das políticas imperiais japonesas contra a cultura coreana. (HISTORY, 2017). Ao fim da Segunda Guerra, dos 2,3 milhões de coreanos (10 por cento da população da Coreia) que viviam no Japão, 600.000 permaneceram enquanto a maioria dos coreanos retornou para sua terra. Entretanto, os efeitos causados por toda exploração e discriminação que aconteceram durante o período dessa ocupação japonesa, fizeram com que ambas Coreias acumulassem um sentimento anti-japonês internamente. Esse sentimento ainda gera discussões na contemporaneidade, tal como apresenta o laboratório japonês, *The Genron NPO*. Aproximadamente 52,8% dos sul-coreanos entrevistados tem uma má impressão sobre os japoneses, já na parte norte-coreana, de acordo com um artigo publicado na *NK News*, pelo autor In-hua Kim (2021), os norte-coreanos são ensinados que o Japão é o inimigo jurado do povo coreano. O artigo ainda ressalta que, “Os norte-coreanos sentem que o Japão roubou seu país deles e que o povo coreano sofreu muito como resultado da ocupação japonesa”, o que pode ser um obstáculo no que concerne ao estabelecimento de relações bilaterais (BLOMQUIST, 2022; CREAMER, 2003; NPO, 2022).

Com a derrota japonesa na Segunda Guerra Mundial (1945), a Península Coreana que estava sob o domínio japonês foi dividida entre os Estados Unidos e a União Soviética com base no chamado “paralelo 38” (uma linha imaginária que está a 38 graus ao norte da Linha do Equador). Três anos depois, em 1948, as Coreias se tornaram independentes, sendo reconhecidas como nações separadas, ao norte liderada por Kim Il-Sung e sob influência dos soviéticos, a República Popular Democrática da Coreia (DPRK), e ao sul sob a influência dos estadunidenses e liderada por Syngman Rhee, a República da Coreia (ROK) (HISTORY, 2017).

Anos depois, o conflito entre as Coreias eclodiu em 25 de junho de 1950, quando o Exército Popular da Coreia do Norte, com apoio da China comunista e dos soviéticos, invadiu o sul. Após três anos de combates acirrados e mais de 2,5 milhões de baixas militares e civis, foi assinado em 1953 um armistício entre as Coreias, estabelecendo uma zona desmilitarizada fortemente vigiada com cerca de 4 quilômetros de largura ao longo do paralelo 38. Porém, um tratado de paz formal entre as Coreias nunca foi formalmente concluído (HISTORY, 2017).

A revista History, escrita por autores diversos, apresenta que esse armistício pode ter sido o primeiro “experimento” estadunidense na Guerra Fria, pois a dissuasão nuclear pode ter auxiliado no consenso sobre o armistício. Quando as negociações diplomáticas que haviam começado em 1951 não estavam progredindo, o recém-eleito presidente estadunidense Dwight D. Eisenhower, apresentou em seu discurso publicamente que os EUA recorreriam a seu arsenal nuclear para romper o impasse militar na Coreia caso necessário, então para evitar maiores baixas, o armistício teria sido assinado (HISTORY, 2017).

Após o armistício, Kim Il-Sung moldou seu país segundo a ideologia nacionalista do “Juche” (autossuficiente, mestre de si mesmo), então o Estado assumiu um controle rígido sobre a economia, coletivizou as terras agrícolas e tomou posse sobre todas as propriedades privadas. O Estado também passou a controlar a mídia e restringir as viagens feitas ao país, isso proporcionou uma cortina de sigilo em torno das operações políticas e econômicas da Coreia do Norte, assim mantendo seu isolamento da maior parte da comunidade internacional (HISTORY, 2017).

Por outro lado, aqueles remanescentes que se identificavam como norte-coreanos ou que simpatizavam com a DPRK, estabeleceram a chamada Chongryon (do japonês *Chosen Soren*), Associação Geral de Residentes Coreanos no Japão, com a assistência da Coreia do Norte em 1955, que atuou como uma embaixada não oficial no Japão. Essa associação auxiliava na repatriação dos residentes coreanos no Japão para a Coreia do Norte, auxiliando na comunicação entre os países, pois aqueles que retornavam do Japão enfrentavam dificuldades

de se comunicar com familiares no país, por conta da rigidez e suspeitas de agências de segurança (BLOMQUIST, 2022).

Antes da normalização com a Coreia do Sul em 1965, o Japão já havia iniciado relações comerciais com a Coreia do Norte em 1961, porém essas relações se davam de maneira limitada, tal como relata David Fouse em sua publicação “*Japan’s Post-Cold War North Korea Policy*”, para o Centro Ásia-Pacífico para Estudos de Segurança (APCSS). O comércio com a DPRK caiu sob uma política conhecida como “*seikei bunri*”, ou separação de questões políticas e econômicas, desenvolvida durante a administração de Hayato Ikeda (DAVID, 2004). Sob essa política, o Japão estava priorizando suas relações com as “nações do mundo livre”, e também se esforçava para ampliar as relações comerciais com os países comunistas. O governo japonês via uma necessidade em promover o crescimento econômico doméstico em alta velocidade, para que a economia japonesa pudesse disparar, o que também impulsionaria o desenvolvimento na península coreana. O estabelecimento de relações comerciais com a DPRK, apresentava traços sobre qual seria a abordagem diplomática japonesa no pós-guerra em relação à península (DAVID, 2004).

Mas devido à relação Japão-EUA, os japoneses hesitaram em se envolver no conflito norte-sul, tentando ao máximo manter uma equidistância entre os dois países. Essa estratégia tornou-se mais difícil de manter à medida que os Estados Unidos tentavam diminuir sua carga militar na Ásia, pressionando cada vez mais o Japão para apoiar a Coreia do Sul. Assim, no comunicado Sato-Nixon de 1969 (em conjunto com os esforços do Japão para obter o retorno de Okinawa), o primeiro-ministro Eisaku Sato fez uma afirmação dizendo que, “a segurança da República da Coreia é essencial para a segurança do próprio Japão”. O que demonstraria uma maior aproximação da Coreia do Sul, por outro lado, os norte-coreanos exigiam do governo japonês que renunciasse ao reconhecimento diplomático da Coreia do Sul, o que fez com que o Japão promovesse laços informais (por meio de membros do Partido Socialista Japonês) com Pyongyang durante a década de 1970. Outro evento que marcou a perspectiva política japonesa em relação à península foi a visita surpresa do presidente Nixon à China em 1971, que segundo o autor, levou rapidamente a reaproximação Sino-Japonesa em 1972. Conhecido como o “choque Nixon”, essas políticas estadunidenses possuíam grande impacto nas decisões japonesas, tanto no curto como no longo prazo, e também geravam diferentes sentimentos dentro do Japão. Então, após reconhecer ambas Coreias tinham relações instáveis com o governo japonês, pois o governo sul-coreano não via com bons olhos a política de duas Coreias do Japão, pois as proximidades dos laços norte-coreanos com o Japão tendiam a coincidir com períodos de deterioração nas relações Japão-Coreia do Sul (DAVID, 2004).

Com o desenrolar da Guerra Fria, durante as décadas 70 e 80, as relações entre o Japão e a Coreia do Norte foram se tornando mais tensas por diversos fatores, primeiro que a DPRK era reabastecida pela URSS e o Japão, por outro lado, era grande aliado dos norte-americanos. Sendo que essas décadas coincidiram com as abduções de civis sul-coreanos e japoneses por parte dos norte-coreanos. Com o colapso da URSS em 1991, os norte-coreanos foram perdendo a assistência econômica, militar e financeira dos soviéticos. A Coreia do Sul também enfrentou na década de 1990 inundações, seca e fome, e também sanções econômicas por parte do Japão e dos EUA, seja por conta da proximidade com os soviéticos e na parte japonesa por conta dos sequestros, do qual os norte-coreanos negaram envolvimento (DAVID, 2004).

Por conta dos problemas enfrentados na época e seguindo a ideologia *juche*, Pyongyang (capital da Coreia do Norte) começou a investir fortemente em armamento nuclear e também em vista da nova ideologia chamada *songun*, que se baseia na força militar como um papel de liderança na luta pela independência contra o imperialismo. Seu primeiro programa militar foi chamado de “DF-61 Program”, um programa feito em conjunto com a China para projetar um míssil com alcance de 600 quilômetros com carga útil de uma tonelada métrica (1.000 quilogramas). Mas foi encerrado por conta dos seus principais apoiadores serem expulsos do governo chinês (DAVID, 2004).

Ao final da década de 70, a DPRK iniciou seu próprio desenvolvimento de mísseis usando de base o *Scub-B* (míssil balístico móvel, de origem soviética com curto alcance) e a plataforma de lançamento do Egito. Em 1984 ela consegue fazer o seu primeiro teste com esse tipo de míssil, quatro anos depois ela já desenvolveu e possuía tanto o míssil balístico *Scub-B* e também *Scub-C* operacionais. Em 1990 ela desenvolveu seu primeiro míssil balístico o *Rodong* (conhecido também como Nodong-1), com um alcance de 1.500km, permitindo que o Exército do Povo Coreano (KPA) tivesse alcance em todo território continental do Japão, incluindo as instalações militares americanas consideradas vitais. Os projetos de mísseis balísticos anteriores da Coreia do Norte, o *Hwasong-5* e o *Hwasong-6*, estavam restritos a curtos alcances, 330 km e 500 km, respectivamente, e foram desenvolvidos para atingir alvos dos EUA e da Coreia do Sul na própria península coreana. Porém, agora com o Rodong 1, míssil de alta precisão, como foi demonstrado em seu teste em 29 de maio de 1993, a DPRK possuía um meio de dissuadir as ameaças americanas em um momento de tensões elevadas após o colapso da União Soviética (DAVID, 2004).

O governo norte-coreano também começou a produzir plutônio visando desenvolvimento de armamento nuclear, a produção desse plutônio e a ameaça de se retirar do Tratado de Não Proliferação Nuclear em 1993 escalaram ainda mais as tensões entre os países

do ocidente. Em 1994, os Estados Unidos e a Coreia do Norte assinam o “*Agreed Framework*”, acordo em que o governo norte-coreano se comprometeu a congelar seu programa ilícito de armas de plutônio e interromper a construção de reatores nucleares. Em troca, os Estados Unidos se comprometem a aliviar as sanções, fornecer ajuda, petróleo e dois reatores de água leve para uso civil. No início do ano, a CIA avaliou que a Coreia do Norte havia produzido uma ou duas armas nucleares (CFR, 2022).

Em agosto de 1998, a Coreia do Norte, sem nenhum aviso, lançou um foguete *Taepodong-1*, que tinha um alcance maior do que o míssil Rodong lançado em 1993. Esse míssil, como apresentado pelo governo norte-coreano, era para o lançamento de um satélite artificial do chamado *Kwangmyongsong-1*, mas como ele sobrevoou o território japonês, as relações bilaterais entre o Japão-DPRK se deterioraram ainda mais. Durante esses testes de lançamento, mais de 1 míssil eram lançados (durante o lançamento do Rodong, cerca de quatro mísseis foram lançados), mas nem sempre os resultados eram apresentados, como se era feito pelos outros países nesse tipo de teste. O estudo “Uma Análise do Míssil Norte-coreano Nodong” produzido por David C. Wright e Timur Kadyshev, detalha o desenvolvimento bélico e como funcionam os testes balísticos. O lançamento desses mísseis geralmente acompanha um envio de telemetria (informações são enviadas a um servidor na central de monitoramento), informando estar lançando um míssil no espaço aéreo e nas rotas marítimas usadas por aviões e navios comerciais, com a finalidade de evitar acidentes. Então, como indicam os autores, esses testes poderiam ser uma demonstração para potenciais compradores (Líbia, Irã, Iraque, entre outros), e não uma avaliação técnica séria. As tecnologias do Rodong foram muito procuradas na década de 1990, pois era o único míssil de médio alcance amplamente disponível para exportação (MILITARY MAGAZINE, 2022).

Com a virada do século, diversos outros lançamentos foram reportados e tem ampliado ainda mais a distância nas relações bilaterais entre o Japão e a Coreia do Norte. Em janeiro de 2002, durante o discurso do presidente George W. Bush sobre o Estado da União (SOTU), o então presidente chamou de “Eixo do Mal” uma coligação composta pela Coreia do Norte, Irã e o Iraque, e declarou que todos eles eram uma ameaça à segurança americana. Então, em 2003 a Coreia do Norte se retira do Tratado de Não Proliferação Nuclear ratificado em 1985, e começou a adquirir plutônio de hastes de combustível nuclear usados. O que chamou a atenção do grupo Six-Party Talks e gerou discussões para resolver as preocupações sobre as atividades dos norte-coreanos e também para desnuclearizar a península coreana (CFR, 2022).

Então, em 2005, o Departamento do Tesouro dos EUA classificou o Banco Delta Asia, com sede em Macau (China), como principal meio de lavagem de dinheiro e congela 25 milhões

de dólares norte-coreanos, como uma forma de retaliar a ação da DPRK. Novamente os membros do Six-Party Talks (China, Japão, DPRK, EUA, Rússia e Coreia do Sul) acordam em desmantelar o programa nuclear norte-coreano, mas no ano seguinte a Coreia do Norte chocou o mundo ao efetuar seu primeiro teste de armamento nuclear (CFR, 2022).

O governo japonês monitora os lançamentos balísticos norte-coreanos, e apesar das repetidas advertências da comunidade internacional, nada parece desacelerar o programa da Coreia do Norte. Em julho de 2006, a DPRK lançou sete mísseis balísticos, efetuando novos lançamentos em abril de 2009, abril de 2012 e dezembro de 2012. Também realizou testes nucleares em outubro de 2006 (o primeiro dos norte-coreanos), em maio de 2009 e fevereiro de 2013. O GoJ apresenta em seu panfleto que a Coreia do Norte lançou um ataque de torpedo a um navio da ROK. Em resposta, o GoJ protestou firmemente, expressando forte condenação a essas ações norte-coreanas, e impôs uma série de medidas contra a Coreia do Norte. Além das medidas de sanção estabelecidas nas resoluções do CSNU, o Japão solicitou a seus próprios cidadãos para não viajar a Coreia do Norte, proibiu a entrada de cidadãos norte-coreanos no Japão, bem como de navios de bandeira norte-coreana e navios que fizeram escalas em portos na Coreia do Norte para os portos japoneses e também proibiu a exportação e importação com a Coreia do Norte (MOFA, 2014).

Mais uma vez, em janeiro de 2016, a Coreia do Norte conduziu outro teste nuclear e efetuou o lançamento de mísseis balísticos em fevereiro, em resposta, o GoJ reforçou suas sanções e implementou restrições inclusive a países de terceiros que parassem em algum porto da Coreia do Norte (incluindo aqueles para fins humanitários). Além disso, o Japão também implementou medidas contra a Coreia do Norte com base na resolução 2270 do Conselho de Segurança da ONU, adotada em março de 2016, incluindo a proibição de entrada em portos japoneses de navios designados como sujeitos a sanções e expandiu a lista de organizações relacionadas e indivíduos sujeitos ao congelamento de bens. Mesmo assim, em setembro de 2016, a Coreia do Norte realizou seu segundo teste nuclear do ano, também lançou mais de 20 mísseis balísticos neste mesmo ano. Em 2017, a Coreia do Norte lançou 17 mísseis balísticos, incluindo três com alcance de mísseis balísticos intercontinentais (ICBM), e em setembro do mesmo ano, a Coreia do Norte realizou seu sexto teste nuclear, cuja escala se estima ser a maior de sua história. O Conselho de Segurança das Nações Unidas (UNSC) tem adotado diversas resoluções condenando as ações norte-coreanas, incluindo as resoluções 2356, 2371, 2375 e 2397, o Japão também tem ampliado suas restrições com base nessas resoluções e também medidas autônomas, pois não havia solucionado também a questão dos sequestros (MOFA, 2014).

A década de 70 também ficou marcada por conta das abduções de civis japoneses pelos norte-coreanos, como apresenta o Governo japonês (GoJ) em seu panfleto “*Abductions of Japanese Citizens by North Korea*” publicado em 2021. O governo identificou diversos casos de abduções a partir da década de 1970 até o século XXI, destes, 17 casos foram confirmados e o GoJ solicitou o imediato retorno das vítimas a sua terra natal, independentemente de sua situação, confirmados vítimas de sequestro ou não pela DPRK. De acordo com o panfleto, o GoJ ainda apresentou 873 casos de pessoas desaparecidas e não descarta a possibilidade de que estes também tenham sido sequestrados pelos norte-coreanos. Desde então, o GoJ tem conduzido atividades de coleta de informações e investigação no Japão e no exterior em busca de solucionar o desaparecimento incomum dessas pessoas e também busca retorná-las às suas famílias no Japão. Chegaram a essa conclusão após uma investigação e também de depoimentos de ex-agentes norte-coreanos, que desertaram e revelaram que havia uma grande possibilidade de que as abduções tenham sido cometidas pela Coreia do Norte (GOJ, 2021).

Portanto, desde 1991, o GoJ traz essa questão a DRPK em todas as oportunidades disponíveis, pois os norte coreanos negaram todas as acusações. Mas durante a primeira reunião de cúpula Japão-DPRK, realizada em setembro de 2002, a Coreia do Norte finalmente admitiu pela primeira vez que havia sequestrado cidadãos japoneses e se retratou, prometendo evitar qualquer novo tipo de abdução. Então, no mês seguinte, cinco dos 17 confirmados retornaram da Coreia do Norte ao Japão após 24 anos. Em 2004, outra cúpula Japão-DPRK aconteceu e um novo compromisso foi acordado, explicitando a necessidade do reconhecimento dessas abduções e seu imediato retorno, isso sem contar o fato de que os japoneses buscavam uma explicação “convincente” para esses sequestros, pois os norte-coreanos forneciam informações limitadas (GOJ, 2021).

Já em relação aos outros casos cujo paradeiro dos abduzidos é atualmente desconhecido, os restantes ainda aguardam seu resgate da Coreia do Norte. Segundo o GoJ, são feitas campanhas ativas para resgatar essas vítimas, incluindo a Associação das Famílias de Vítimas Sequestradas pela Coreia do Norte, formada em 1997 e também por petições, assinadas por mais de 15 milhões de pessoas (até outubro de 2021) ao primeiro-ministro do Japão. Essas abduções se tornaram uma forte política japonesa frente aos norte-coreanos, perdendo apenas para a crise nuclear, os japoneses compreendem que essas questões como críticas em relação à soberania do Japão e à vida e segurança dos cidadãos japoneses. E também apresentou durante suas reuniões, que não estabeleceria uma relação diplomática com a Coreia do Norte até que tais casos sejam solucionados.

Entretanto, as informações fornecidas pelos norte-coreanos não foram as mais precisas, como indica o GoJ. Por exemplo, a Coreia do Norte entregou materiais que alegava ser os restos mortais de Matsuki Kaoru (desaparecido), mas análises forenses mostraram que esses restos eram de outra pessoa. Na 12ª rodada de negociações para normalizar as relações diplomáticas entre o Japão e a Coreia do Norte, realizada de 29 a 30 de outubro de 2002 em Kuala Lumpur, Malásia, o GoJ fez 150 perguntas sobre inconsistências nas informações fornecidas pela Coreia do Norte e solicitou mais informações, mas não recebeu uma resposta adequada da Coreia do Norte. O governo norte-coreano declarou ao Japão que “todos os abduzidos que ainda estão vivos já retornaram ao Japão”, assim apresentando que não tinha mais interesse em conduzir outras investigações, e se recusou a extraditar os responsáveis.

Outros encontros aconteceram entre as nações, durante a primeira reunião do Grupo de Trabalho sobre a Normalização das Relações Japão-Coreia do Norte, estabelecida nos Diálogos a Seis (*Six-party Talks*) em fevereiro de 2007, porém os norte-coreanos entendem que o problema foi resolvido. O GoJ compreende que, para solucionar a questão das abduções, é necessário incitar não só a Coreia do Norte, mas também obter apoio e cooperação de outros países. Então, sempre que há uma oportunidade diplomática, o governo levanta essa questão, o GoJ também apresenta que existem muitos casos de sequestros de pessoas sul-coreanas pelos norte-coreanos. Testemunhos de abduzidos japoneses que retornaram e outros revelaram ainda que há pessoas da Tailândia, Romênia e Líbano que podem ter sido sequestradas pela Coreia do Norte. Também foi dito, conforme o testemunho de abduzidos da ROK que retornaram da Coreia do Norte e de outros, que chineses e outros cidadãos também foram sequestrados. Por conta disso, durante a Cúpula do G7 em junho de 2021, o então primeiro-ministro Suga pediu total compreensão e cooperação dos membros do G7 na questão dos sequestros como uma das principais prioridades de sua administração. O governo japonês deixou claro em seu panfleto e durante seus discursos que “manterá firmemente sua política básica de que a normalização das relações diplomáticas com a Coreia do Norte não ocorrerá até que a questão do sequestro seja resolvida”, e está fazendo todos os esforços para garantir a segurança de sua população e busca trazê-los de volta ao Japão (GOJ, 2021).

O GoJ apresenta em seu Livro Branco de Defesa, como a situação da Coreia do Norte continua a ameaçar a segurança do Japão. Destaca como a DPRK continua a ser uma fonte externa de proliferação de tecnologias, armas convencionas e artigos relacionados com armas de destruição em massa (WMD). O governo citou como exemplo, que o *Transporter-Erector-Launcher (TEL)*, sistema móvel usado para mover e lançar foguetes que comporta dois tipos de mísseis balísticos de curto alcance, foi apresentado pela DPRK em 2019, nas cores areia e

marrom para fins de marketing, e também apontou que a Coreia do Norte coopera com o Irã no desenvolvimento mísseis de longo alcance. Por conta das atividades dos norte-coreanos, diversas sanções foram impostas para dificultar esse tipo de proliferação, porém o governo japonês aponta que a Coreia do Norte esteve tentando escapar das sanções do Conselho de Segurança das Nações Unidas (ONU) através do contrabando, pois a partir de 2018 em diante, os navios da MSDF e aeronaves de patrulha japoneses, observaram 24 casos de encontros marítimos entre petroleiros norte-coreanos e petroleiros de bandeira estrangeira no alto mar do Mar da China Oriental. Nos últimos anos, há uma crescente preocupação internacional com essas atividades marítimas ilícitas, incluindo transferências de navio para navio com navios norte-coreanos (DEFENSE WHITE PAPER, 2022).

Após cinco anos do último lançamento de míssil balístico sobre o território japonês em 2017, em quatro de outubro de 2022, a Coreia do Norte fez um novo lançamento que gerou inclusive um alerta pelo GoJ aos seus civis, afirmando: “A Coreia do Norte parece ter lançado um míssil. Por favor, abriguem-se em edifícios ou subterrâneos.”. Segundo o recém-eleito primeiro-ministro japonês, Fumio Kishida, esse seria um ato “bárbaro” e “escandaloso”, sendo esse o vigésimo terceiro lançamento de mísseis (incluindo cruzeiros, balísticos) em 2022. Espera-se que, com a escalada desses lançamentos e com as informações recolhidas pelos serviços secretos de outros países, que a Coreia do Norte está pretendendo fazer um novo teste nuclear até novembro (DEFENSE WHITE PAPER, 2022).

Um artigo publicado pela autora Sofia Lorena, para a revista PÚBLICO, relata como essa sucessão de acontecimentos se assemelha a 2017, quando o Japão, os Estados Unidos e a Coreia do Sul realizaram exercícios navais conjuntos e uma semana depois, a Coreia do Norte efetuou um teste nuclear. Segundo a autora, o regime norte-coreano está proibido pela ONU de testar armas venenosas ou balísticas. (LORENA, 2017)

Após o lançamento desse novo míssil, Kishida fez uma Reunião de Cúpula por telefone com o presidente norte-americano Joe Biden. Os dois líderes condenaram o lançamento e afirmaram como esses movimentos apresentam uma ameaça séria e iminente à segurança nacional do Japão, e um desafio claro e sério para a comunidade internacional. O primeiro-ministro ressaltou também a questão dos abduzidos, reiterando sua determinação de reforçar fundamentalmente as capacidades defensivas japonesas, e os dois líderes compartilharam a visão de promover esforços relacionados, incluindo o fortalecimento das capacidades de dissuasão e resposta da Aliança Japão-EUA e da cooperação entre o Japão, EUA e ROK (MOFA, 2022).

Há tempos que a ação da Coreia do Norte tem sido criticada pela comunidade internacional, e principalmente pelo Japão e a Coreia do Sul, porém os norte-coreanos seguem desenvolvendo seus projetos balísticos e armas de destruição em massa. Tanto o Japão como a ROK tem buscado solucionar essa questão diplomaticamente, porém sem consenso entre as partes. Ambos demonstram intenção de responder de forma mais dura a esses lançamentos, porém temem o início de um conflito em maior escala, pois Kim Jong-un já declarou estar preparado para mobilizar suas forças nucleares caso seja necessário (DEFENSE WHITE PAPER, 2022).

3.8 - Japão-China

Ao final do Período Jomon (era histórica japonesa datada entre 13.500 a.C. a 300 a.C.), por volta de 400 a.C. aproximadamente, o primeiro contato japonês com o exterior se deu por migrantes que chegavam da Ásia continental e da península coreana. Conforme Mark Cartwright (2017), em sua publicação para o *World History Encyclopedia*, esses migrantes foram provavelmente impulsionados pelas guerras provocadas com a expansão chinesa e os reinos rivais, e trouxeram com eles novas técnicas de cerâmica, bronze, ferro e metalurgia aprimoradas, que auxiliaram na produção de ferramentas agrícolas mais eficientes, melhores armas e armaduras. As primeiras tentativas de estabelecer um contato “político”, foi ao final do Período Yayoi que sucedeu à era Jomon, conforme Cartwright, tributos eram enviados aos comandantes chineses no norte da Coreia pelos Wa, então conhecida como a confederação de pequenos estados no sul e oeste do Japão, sendo a referência textual mais antiga ao Japão. Como é um período muito antigo, não se tem precisamente a data em que esses contatos começaram, mas em 238-48 d.C., um governante japonês enviou embaixadas ao território chinês e a figura mais famosa deste período foi a rainha Himiko do Japão. Durante o Período Kofun (250 dC - 538 dC), emissários continuaram a ser enviados à China: em 425 dC, 478 dC e depois mais onze até 502 dC. O clã Yamato do Japão estava lentamente estabelecendo uma presença diplomática internacional (CARTWRIGHT, 2017).

Pouco anos depois, o clã Yamato enviou sua primeira missão à China no ano 600, e continuou estudando e aprendendo com a China até 838, quando enviou sua última missão diplomática. Essas missões começaram em um momento fortuito, pois ambos líderes, a Imperatriz Suiko (que buscava aprender com a China) e o Imperador chinês Wen Di, estavam interessados em estabelecer relações formais com outros territórios. A influência chinesa

proporcionou ao Japão diversas características, ao aprender os caracteres chineses, o Japão dominou a escrita o que permitiu a comunicação por uma distância geográfica maior, também foi introduzido aos japoneses o Budismo e posteriormente os princípios do Confucionismo. Segundo Erza Vogel, em seu artigo “*China and Japan: Facing History*” publicado para a Universidade de Harvard (2019), os chineses eram receptivos ao ensinar estrangeiros sobre sua civilização, pois tinham plena confiança em sua superioridade, tanto cultural quanto militarmente, e não temiam que grupos étnicos pudessem ultrapassá-los, pelo contrário, ensinar outros grupos étnicos sobre sua civilização era parte da estratégia política da China (VOGEL, 2019).

Durante esse período, os japoneses aprenderam sobre as leis chinesas (códigos de conduta, moral), seus exércitos, como administrar os oficiais, entre outros fatores que auxiliaram o desenvolvimento dos japoneses. O contato entre as diferentes culturas, proporcionaram a música aos japoneses, os princípios do budismo e do confucionismo penetraram na cultura japonesa, e forneceram legitimidade através do ensino de que o governante estava ligado aos céus. O Japão também teve influência por conta da arquitetura chinesa, diferentes tecnologias, entre outros aspectos que moldaram a civilização, seja através do contato direto ou indireto através da Coreia. Aproximadamente em 838, os líderes japoneses conseguiram transformar sua estrutura de governo, que originalmente se baseava nas relações entre os clãs, em um estado administrativo centralizado e tinham absorvido a maioria das coisas que poderiam aprender dos chineses. Então os japoneses deixaram de ver a civilização chinesa como modelo e começaram a seguir seus próprios passos, a relação entre as nações nos próximos anos se baseou basicamente no comércio. Seis séculos depois, de 1403 a 1547, a dinastia Ming (1368-1644) era forte e o xogunato japonês era fraco, então, o Japão concordou em retornar ao ritual de subordinação à China, retomando uma relação de tributo. Após 1547, até 1862, conforme o artigo de Vogel, não houve nenhum contato oficial entre eles. Houveram dois conflitos entre os chineses e japoneses, porém que não resultaram em nenhuma mudança drástica, então, entende-se que durante a história, as relações permaneceram em bom estado (VOGEL, 2019).

Até 1895, os japoneses se interessavam muito mais pelos assuntos chineses do que os chineses pelo Japão (VOGEL, 2019). Os estudiosos japoneses continuaram a ler as obras chinesas, mas poucos na China estavam interessados na cultura japonesa. Em meados do século XIX, quando o Japão começou a olhar para o exterior, os japoneses, e não os chineses, tomaram a iniciativa de renovar os contatos oficiais entre os dois países. Após a derrota chinesa na Primeira Guerra do Ópio (1839-42) para os britânicos e após a abertura do Japão em 1853 pelo

Comodoro Perry, a Ásia não conseguia mais manter uma existência separada do mundo. Conforme Vogel, o Ocidente ameaçava a segurança e os recursos econômicos da China e do Japão, pois os ocidentais estavam prontos para explorar esses recursos. Frente a essas ameaças, ambos países tiveram que encontrar um método para recrutar mais soldados e treiná-los, além de criar uma base industrial, uma rede de comunicações e transporte. Com a influência do Ocidente, eles perceberam a necessidade de um sistema tributário para arrecadar mais fundos, uma burocracia moderna com novas especializações para orientar tais esforços, um sistema educacional expandido para treinar pessoas em novas habilidades e uma estrutura de liderança centralizada mais forte para lidar com os interesses arraigados e coordenar novos desenvolvimentos. Aqueles que prezavam pelos velhos costumes, também enfrentavam mobilizações internas.

Porém, em 1882, a China e o Japão entraram em conflito na Coreia após eclodir uma revolta na península coreana, conhecida como Motim dos soldados de 1882, ou a revolta de Imo. Os chineses venceram o primeiro turno neste confronto, mas alguns anos depois, em 1895, com a primeira Guerra Sino Japonesa, o Japão provou ser mais bem-sucedido em superar a resistência doméstica e implementar um programa abrangente para modernizar o país e seu exército. Após a derrota chinesa, o Exército Imperial Japonês, preocupado com a crescente presença russa no nordeste da Ásia (com a recém-construída Ferrovia Transiberiana), exigiu aos chineses o controle da Península de Liaodong, incluindo Port Arthur e Dalian, o que negaria aos russos um porto nesta região. A Marinha Imperial japonesa queria também o controle de Taiwan e das ilhas Pescadores para fortalecer sua posição no Pacífico Ocidental e os líderes financeiros do Japão buscavam uma grande indenização para financiar os custos da industrialização pesada. Os japoneses estavam confiantes de que poderiam impor todas essas exigências, embora soubessem que as potências ocidentais não aceitariam o controle do Japão sobre grandes extensões de território no continente chinês. Então, em abril de 1895, para dar fim ao conflito, foi assinado o Tratado de Shimonoseki concedendo diversos territórios chineses ao Japão (VOGEL, 2019).

Pouco antes desse tratado ser assinado, Li Hongzhang, estadista chinês que participou das negociações, sofreu uma tentativa de assassinato por um jovem japonês, após esse evento os japoneses se sentiram envergonhados e se preocuparam com a reputação do país. Consequentemente, imperador Meiji emitiu um pedido de desculpas à nação chinesa e se ofereceu para que seu próprio médico tratasse de Li. Li recebeu inúmeras cartas de desculpas do público japonês, e o imperador ofereceu à China um armistício de três semanas. Após esse ocorrido, o Japão reduziu suas demandas para com a China, mas que ainda eram severas, a

população chinesa ficou furiosa com essas demandas, entretanto, devido à presença dos japoneses no território chinês e com a pressão aos quais os líderes foram submetidos, o tratado teve de ser assinado. Ele estabelecia: uma grande indenização, equivalente a três quartos do orçamento anual da China, que seria paga ao Japão em quatro anos e meio; a suserania chinesa sobre a Coreia e o relacionamento tributário da China com a Coreia deveriam ser encerrados; a Coreia deveria ser completamente independente; uma grande parte do território continental que incluía a Península de Liaodong seria entregue ao Japão; o Japão desfrutaria dos mesmos privilégios comerciais na China de que gozavam as potências europeias; os comerciantes japoneses não pagariam mais o *lijin* (imposto de trânsito) sobre as mercadorias que passassem pelos pedágios, quando fossem transportadas dentro da China; as operações militares ofensivas chinesas deveriam terminar; sete cidades chinesas importantes seriam abertas a residentes e empresas japonesas; e mais mercados internos seriam abertos (VOGEL, 2019).

Segundo Vogel, os japoneses se sentiam humilhados pela forma como os chineses os tratavam no passado, como se fossem pupilos diante de seus superiores, por conta dos protocolos elaborados, ou “ritos”, para reuniões. Os chineses estavam no topo e os japoneses eram subordinados. Mesmo em 1895, quando o Japão venceu no campo de batalha, os chineses inicialmente trataram os japoneses como inferiores, e somente quando sua capital Beijing estava em grave perigo é que os chineses cederam. Após essa derrota, a China estava devastada, então, as potências estrangeiras, observando a fraqueza da China, aproveitaram novas oportunidades para invadir o território chinês. Em 1897, a Rússia forçou a China a permitir a construção da Ferrovia Oriental Chinesa, ligando Vladivostok a Manchúria e cortando 350 milhas (563,27 km) da rota da Ferrovia Transiberiana de Moscou a Vladivostok. Em março de 1898, a Rússia recebeu um arrendamento de vinte e cinco anos para o uso de Port Arthur, o porto que o Japão havia negado aos russos, apesar de sua vitória militar. A crescente influência da Rússia na China criou ameaças não apenas para a China, mas também para o Japão, ameaças que mais tarde desencadeariam a Guerra Russo-Japonesa em 1904 (VOGEL, 2019).

Após a vitória japonesa, surpreendidos com a velocidade da vitória, os estadistas japoneses estavam convencidos de que seu país havia se tornado um dos poucos países modernos do mundo. Após o Tratado de Shimonoseki, o Japão havia se tornado uma potência colonial como as nações europeias ao adquirir Taiwan, e estava pronto para mostrar ao mundo que estavam determinados a desempenhar um novo papel, como líder do Leste Asiático, enfrentando os desafios do Ocidente. O Japão, já possuía nesse momento o grupo de ilhas chamadas Senkaku (do chinês Diaoyu). Conforme o panfleto do MOFA japonês, desde 1885, foram conduzidas investigações através das agências da Prefeitura de Okinawa e outros meios.

Através dessas investigações, foi confirmado que as Ilhas Senkaku estavam desabitadas e não apresentavam vestígios de terem estado sob o controle da Dinastia Qing (atual China) ou de qualquer outro estado. Com base nessa confirmação, o Governo do Japão tomou uma decisão de gabinete em 14 de janeiro de 1895 para incorporar formalmente as ilhas ao território japonês. Este foi o meio aceito para adquirir devidamente a soberania territorial conforme o direito internacional (VOGEL, 2019; MOFA, 2014).

Em 1896, um empresário japonês chamado Tatsushiro Koga obteve permissão do governo japonês para desenvolver as ilhas, e muitos japoneses se mudaram para lá. Os colonos administravam negócios na fabricação de bonito seco, coleta de penas, entre outras atividades. As ilhas contavam com mais de 200 habitantes em determinado momento, e o governo aplicou medidas administrativas, como levantamentos de terras e autorização para administrar negócios nas ilhas. Disputa que não entrou nas negociações do Tratado de Shimonoseki (MOFA, 2014).

Após o conflito com a Rússia, os líderes japoneses tinham como objetivo transformar a Manchúria em uma colônia japonesa, que ainda estava sob a soberania política da China. Porém, esses líderes perceberam que os EUA e as potências europeias não permitiriam esse domínio japonês. Gradualmente o Japão foi estendendo sua influência sobre o território, assim, a Manchúria se tornou parte do império japonês “informalmente”. As empresas ocidentais continuaram operando na Manchúria, mas depois de 1905 as empresas japonesas começaram a dominar a economia. Em 1914, cerca de 69% dos investimentos diretos japoneses na China estavam na Manchúria, e a maioria das atividades japonesas na China permaneceram na Manchúria até o início da Segunda Guerra Sino-Japonesa em 1937. Segundo Vogel, após a queda da Dinastia Qing e a morte do Imperador Meiji no Japão (1911-12), entre 1911 até a eclosão da guerra em 1937, os líderes políticos em ambos países enfrentavam dificuldades para manter a ordem doméstica e boas relações com outros países. Ao final deste período, em meio à desordem doméstica no Japão e na China, os militares haviam assumido o controle e a opinião pública, ambos países apoiavam cada vez mais afirmações de patriotismo contra o outro (VOGEL, 2019).

A segunda guerra Sino-Japonesa, eclodiu após a China iniciar uma resistência em grande escala à expansão da influência japonesa em seu território. Iniciada em 1931, a guerra só foi declarada em 9 de dezembro de 1941. Ela pode ser dividida em três fases, um período de rápido avanço japonês no território chinês até o final de 1938, um período de impasse até 1944 e o período final, no qual os Aliados contra-atacam o Eixo, principalmente no Pacífico e nas ilhas do Japão, o que levou a rendição japonesa. Durante esse período de guerra, as atrocidades cometidas pelas tropas japonesas se tornaram conhecidas no mundo somente após o conflito: o

massacre de Nanjing recebeu atenção maior após a década de 1990; a destruição de aldeias chinesas inteiras (suspeitas de abrigar guerrilheiros); experimentos de armas letais biológicas e químicas em prisioneiros coreanos e chineses, realizados pela Unidade 731, foram reconhecidos apenas em 1993; as mulheres de conforto começaram a receber atenção em 1991. Foi um período marcante para ambas nações, o número de mortos passou dos milhões, após a invasão japonesa, o nacionalismo floresceu entre a população chinesa, acabou servindo de oportunidade para os comunistas expandirem suas principais organizações, o exército e o partido, que mais tarde serviriam de base para a unificação de toda a China (VOGEL, 2019; BRITANNICA, 2022).

Com o fim do conflito Sino-Japonês e a Segunda Guerra Mundial, o Japão passava por um período de ocupação estadunidense, enquanto a China se recuperava. Durante a Guerra Fria, entre 1949 e 1972, China e Japão tiveram poucos contatos. No entanto, os comerciantes, líderes chineses e japoneses que representaram seus governos em mudança conseguiram manter os canais abertos entre os dois países, canais que depois de 1972 forneceram um meio para os dois países desenvolverem as relações mais estreitas (VOGEL, 2019).

3.8.1 A disputa territorial, as Ilhas Senkaku/Diaoyu

Após o fim da Segunda Guerra Mundial, com o Tratado de São Francisco, o Japão renunciou diversos territórios obtidos durante sua era Imperial, incluindo Taiwan, a Manchúria, porém, como ele já havia reivindicado as Ilhas Senkaku antes mesmo do primeiro conflito Sino-Japonês, as ilhas não fizeram parte do tratado e não foram renunciadas, ficou estabelecido que elas seriam administradas pelos Estados Unidos como parte das Ilhas Nansei Shoto do Japão. Conforme o panfleto publicado pelo Ministério de Relações Exteriores japonês, mesmo durante o período de ocupação americana, os japoneses continuaram envolvidos com as Ilhas Senkaku em pesquisas acadêmicas, indústria pesqueira e patrulhas de segurança (MOFA, 2014).

Para o governo japonês, as Ilhas Senkaku foram reconhecidas como parte das Ilhas Nansei Shoto, através do documento Disposições do Governo das Ilhas Ryukus de 1952, declarando de forma clara as latitudes e longitudes das ilhas. Além disso, segundo o panfleto, depois que o “Acordo de Reversão Amami” foi assinado, a Proclamação da Administração Civil Número 27 de 25 de dezembro de 1953, novamente identificou oficialmente as Ilhas Senkaku como parte das Ilhas Nansei Shoto. No entanto, não houve nenhum protesto da China para afirmar que as Ilhas Senkaku eram “parte de Taiwan” naquela época (MOFA, 2014).

No verão de 1968, as autoridades das ilhas Ryukyu reprimiram invasões ilegais de taiwaneses nas águas das Ilhas Senkaku, a pedido do governo japonês, os EUA realizaram diligências diplomáticas às autoridades taiwanesas, então, Taiwan declarou que se esforçaria para que isso não acontecesse novamente. Alguns meses depois, especialistas do Japão, Taiwan e da Coreia, conduziram pesquisas no Mar da China Oriental com a cooperação da Comissão Econômica para a Ásia e o Extremo Oriente (ECAFE), essa pesquisa indicou a possibilidade de reservas de petróleo no Mar da China Oriental, trazendo a atenção para as Ilhas Senkaku. Através do relatório do ECAFE em maio de 1969, foi apresentado que a parte mais favorável da região para petróleo e gás é a área ao nordeste de Taiwan, afirmando a possibilidade de que a plataforma continental entre Taiwan e o Japão, seja um dos reservatórios de petróleo mais abundantes do mundo. Após o anúncio dos resultados do estudo, China e Taiwan começaram a reivindicar a soberania sobre as ilhas pela primeira vez. Nenhum dos estados havia reivindicado as Ilhas Senkaku antes disso (MOFA, 2014).

Então, em agosto de 1970, Taiwan começou a expressar seu interesse nas Ilhas Senkaku, que se transformou em reivindicações sobre as ilhas por Taiwan e China. Em dezembro de 1970, a agência de notícias estatal da China, Xinhua News Agency, publicou um artigo descrevendo as reivindicações da China à soberania das Ilhas Senkaku. Em 1972, o Acordo de Reversão de Okinawa foi emitido entre o Japão e os Estados Unidos sobre as Ilhas Ryukyu e as Ilhas Daito. Este acordo incluiu as Ilhas Senkaku nas áreas cujos direitos administrativos foram revertidos para o Japão. Então, desde 1972, com essa reversão da administração das ilhas, o governo japonês conduziu patrulhas de segurança e fiscalização nos mares ao redor das Ilhas Senkaku, cobrou impostos imobiliários das áreas de propriedade privada e administrou áreas estatais próprias de forma adequada (MOFA, 2014).

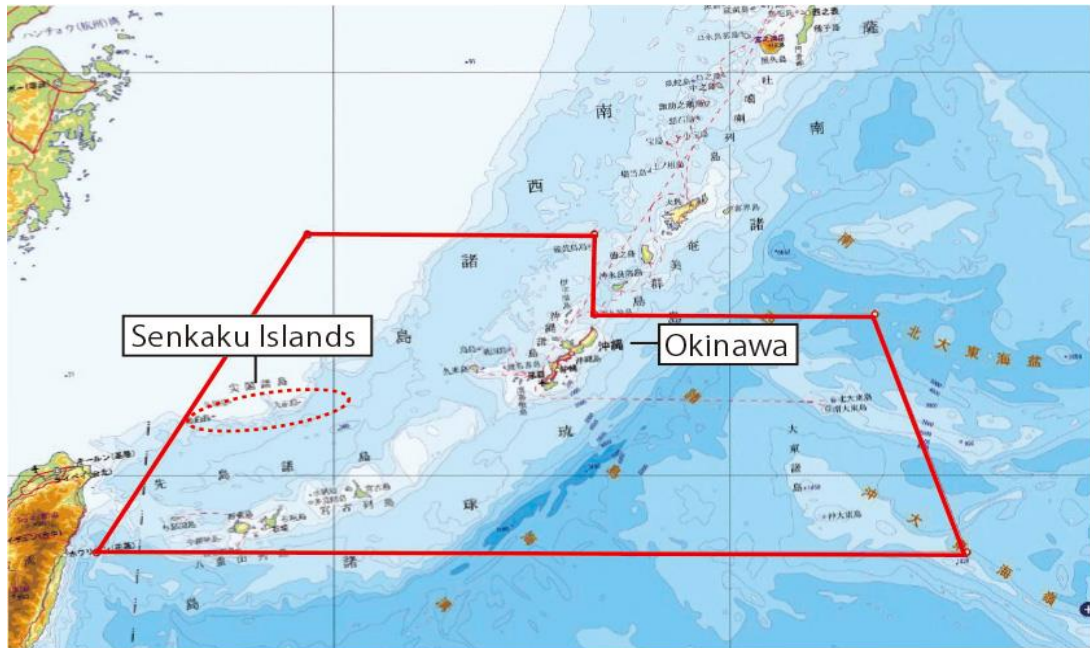
Conforme o governo japonês, após essas reivindicações, China e Taiwan não apenas mudaram suas leis e áreas administrativas, mas também alteraram livros didáticos, mapas e textos geográficos para criar sua própria reivindicação à soberania das Ilhas Senkaku. Entretanto, para os japoneses, não existe nenhuma questão de soberania territorial a ser resolvida a respeito das ilhas, pois em momento nenhum da história a China ou Taiwan haviam reivindicado essa soberania, apenas no início dos anos 1970. Em 1972, durante a cúpula Japão-China, visando a normalização das relações diplomáticas entre ambos países, o primeiro ministro chinês, Zhou Enlai, mencionou as Ilhas Senkaku ao primeiro ministro japonês, Tanaka Kakuei, afirmando que a questão “tornou-se um problema devido ao petróleo lá fora. Se não houvesse petróleo, nem Taiwan, nem os Estados Unidos fariam disso um problema” (MOFA,

2014). Portanto, para o governo japonês, é claro que o argumento da China não se baseou no direito internacional ou na história, mas na potencial existência de reservas de petróleo.

O governo chinês, afirma que as Ilhas Senkaku são territórios chineses desde tempos antigos, os chineses e as autoridades de Taiwan argumentam que a China foi a primeira na história a descobrir essas ilhas. Isso porque há descrições das ilhas em documentos e mapas antigos chineses e também por sua proximidade geográfica, no entanto, não está claro se a China realmente descobriu as ilhas antes de outros países. De qualquer forma, a descoberta de uma ilha ou a proximidade geográfica não constitui base válida para a soberania territorial, conforme o direito internacional, a exibição contínua e pacífica de soberania com uma clara intenção de possuir o território é considerada necessária para obter o título territorial. No entanto, não há evidências da China de que o país já teve um controle tão efetivo sobre as Ilhas Senkaku. Segundo o panfleto japonês, até o início dos da década de 1970, a China reconhecia consistentemente as Ilhas Senkaku como parte da prefeitura de Okinawa, o governo japonês usa de exemplo um ocorrido em 1919. Em 1919, uma carta foi enviada pelo cônsul da República da China em Nagasaki para mostrar gratidão aos cidadãos japoneses que resgataram alguns pescadores chineses da província de Fujian, que estavam à deriva nas ilhas Senkaku, na carta, é descrito o local no qual eles chegaram como “as Ilhas Senkaku, Distrito de Yaeyama, Prefeitura de Okinawa, Império do Japão” (MOFA, 2014).

Outro registro durante uma reunião interna sobre o Tratado de Paz com o Japão, realizada pelo Ministério das Relações Exteriores da China, em 1950, refere-se às Ilhas como “Ilhas Senkaku”. Além disso, a partir da década de 1950, os militares dos EUA usaram parte das Ilhas Senkaku (Ilha Taisho e Ilha Kuba) para campos de tiro/bombardeio enquanto as ilhas estavam sob a administração dos Estados Unidos, mas não há registro de que a China tenha protestado durante esse período. Em 1953, um artigo do Diário do Povo, que é um órgão do Partido Comunista da China, incluiu explicitamente as Ilhas Senkaku entre as Ilhas Ryukyu. Isso demonstra para os japoneses que a China reconheceu as Ilhas Senkaku como território japonês na época (MOFA, 2014).

Figura 12



FONTE: MOFA JAPAN (2014)

Após a reversão do território assinalada em 1972, os direitos administrativos de todas as ilhas nesta área interna às linhas retas no mapa foram devolvidos ao Japão no conjunto das Ilhas Ryukus, segundo o Acordo de Devolução de Okinawa, incluindo as Ilhas Senkaku. As Ilhas Senkaku é o termo coletivo que se refere a um grupo de ilhas que inclui Uotsuri, Kitakojima, Minamikojima, Kuba, Taisho, Okinokitaiwa, Okinominamiwa e Tobise, localizadas no lado oeste das Ilhas Nansei Shoto. Elas fazem parte da cidade de Ishigaki, na província de Okinawa. Com uma área total de 5,53 quilômetros quadrados, o pequeno arquipélago fica localizado no Mar da China Oriental (aproximadamente 170 km ao norte da Ilha de Ishigaki), aproximadamente 170 km de Taiwan e a 330 km da costa chinesa. Após anos sem estabelecer relações diplomáticas com a China, para reatar as relações, o Primeiro Ministro japonês Tanaka Kakuei, se encontrou com o Ministro das Relações Exteriores chinês, Zhou Elai, para negociarem e estabelecer relações formais. Tanaka fez do Ministro de Relações Exteriores japonês, Ohira Masayoshi, o responsável pelos detalhes da negociação, então, ao se encontrar com Zhou, a China solicitou três princípios a serem cumpridos: o Japão deveria reconhecer que existe apenas uma China, encerrando suas relações com Taiwan; reconhecer que a República Popular é o único governo da China; e por fim, que o Japão deveria revogar seu tratado com os Nacionalistas. Os líderes japoneses concordaram com os termos, mas não encerraram suas relações informais com Taiwan, por outro lado, os taiwaneses ficaram enfurecidos com a tentativa japonesa de reatar os laços com a China. Quando os chineses foram

abordados sobre a questão das Senkakus, eles apresentaram que isso não seria um problema para reestabelecer as relações, e que deixasse esse assunto “arquivado”. Então, em um comunicado conjunto divulgado em 29 de setembro de 1972, a fim de amenizar o passado de ambas nações, o Japão concordou em emitir uma declaração sobre os danos que havia causado, reiterando: “O lado japonês está profundamente consciente da responsabilidade pelos sérios danos que o Japão causou no passado ao povo chinês através da guerra e se recrimina profundamente” (MOFA, 2014).

Os chineses inicialmente exigiram que o Japão reconhecesse que Taiwan fazia parte da China, mas no final os dois lados aceitaram uma fórmula pela qual o Japão entendia o ponto de vista da China, mas não chegou a dizer que o aceitava. De 1972, quando as relações foram normalizadas, até 1978, quando o Tratado de Paz e Amizade foi assinado, o número de visitantes japoneses na China e o número de encontros entre Zhou Enlai, Deng Xiaoping e visitantes japoneses aumentaram rapidamente, mas as relações comerciais entre China e Japão desenvolveram-se lentamente. Desde então, a questão sobre as Ilhas Senkaku permanece sem resolução, o lado japonês entende não haver nada a ser discutido, porém, os chineses ainda apresentam interesse nas ilhas (MOFA, 2014).

Conforme o panfleto japonês que declara informações sobre as Ilhas Senkaku, nos últimos anos, a China vem intensificando suas atividades marítimas nos oceanos próximos à China, impulsionados por seu crescimento econômico e expansão da força militar. No Mar da China Meridional, a China assumiu o controle das Ilhas Paracel como resultado direto do conflito militar com o Vietnã do Sul em 1974. Então, em 1988, a China ocupou Johnson South Reef nas Ilhas Spratly, que estavam sob o controle do Vietnã. Em 1995, a China ocupou Mischief Reef nas Ilhas Spratly, controlada na época pelas Filipinas. Além disso, em 2009, a China revelou oficialmente a chamada “linha de nove traços” para suas reivindicações de parte do Mar da China Meridional em uma ampla área, pela primeira vez sem qualquer fundamento legal. Desde então, a China continuou suas tentativas de mudar unilateralmente o status quo no Mar da China Meridional pela força ou coerção. Essas tentativas, contínuas e mais fortes em 2020, os japoneses entendem que esses movimentos vão contra o estado de direito (MOFA, 2014).

A China anunciou o estabelecimento de distritos administrativos chamados Distrito de Nansha e Distrito de Xisha, e reforçou sua presença militar nas áreas recuperadas. A China também vem aumentando as tensões na região por meio de ações, como repetidos exercícios militares e lançamentos de mísseis. O Japão e a comunidade internacional expressaram sérias preocupações contra tentativas unilaterais de mudar o status quo e tornar o fato consumado, a

situação em torno das Ilhas Senkaku no Mar da China Oriental, podem ser vistas como exemplos da intensificação das atividades marítimas da China na região da Ásia-Pacífico (MOFA, 2014).

Em 1992, conforme o panfleto japonês, a China promulgou a “Lei do Mar Territorial e da Zona Contígua”, decretando pela primeira vez por lei que, além das Ilhas Paracel e das Ilhas Spratly no Mar da China Meridional, as Ilhas Senkaku também faziam parte do território da China. De fato, sua “Declaração sobre o Mar Territorial da China” de 1958 não fazia referência às Ilhas Senkaku, então, houve uma mudança na posição da China. Mais de uma década depois, em dezembro de 2008, houve um incidente no qual dois navios pertencentes à Administração Oceânica Estatal da China invadiram repentinamente as águas territoriais do Japão ao redor das Ilhas Senkaku. O governo japonês usou barcos-patrolha da Guarda Costeira do Japão, solicitando aos navios chineses que deixassem as águas territoriais e protestou por vias diplomáticas. Para o governo japonês, o incidente não foi apenas um ato de violação da lei, mas também uma indicação de que a China começou a desafiar o status quo usando força e coerção. Dois anos depois, em setembro de 2010, um navio de pesca chinês que passava pelas águas japonesas próximo das Ilhas Senkaku, colidiu deliberadamente com navios de patrulha da Guarda Costeira japonesa (MOFA, 2014).

Em agosto de 2012, um desembarque ilegal nas ilhas Senkaku foi feito por ativistas civis de Hong Kong. Em setembro de 2012, o Japão transferiu a propriedade de três das Ilhas Senkaku (Uotsuri, Kitakojima, Ilhas Minamikojima) de cidadãos privados, para o governo consoante ao Código Civil doméstico japonês. Desde então, a China tem usado isso como razão para enviar a Guarda Costeira e os navios de outras agências, para a zona contígua do Japão, praticamente diariamente, exceto em dias de tempestade, e invade as águas territoriais japonesas várias vezes por mês. Alguns meses depois, começaram a ocorrer invasões aéreas da China, uma aeronave do governo chinês invadiu o espaço aéreo territorial do Japão sobre as Ilhas Senkaku pela primeira vez no mês de dezembro. Em novembro de 2013, a China designou o espaço aéreo acima das Ilhas Senkaku como a “Zona de Identificação de Defesa Aérea do Mar da China Oriental”, sugerindo que esta área era território da China. O Governo chinês afirma que, qualquer aeronave que viaje por esta zona deve cumprir as regras definidas pelo Ministério da Defesa Nacional da China, obrigando as aeronaves que voem no espaço aéreo internacional a cumprirem os seus procedimentos domésticos, e refere o recurso a “medidas defensivas de emergência” por parte das Forças Armadas Chinesas, caso tal aeronave não siga os procedimentos instruídos. Conforme o panfleto japonês, isso viola a liberdade de voo no espaço aéreo internacional, sendo o princípio geral do direito internacional. Como muitas rotas de voo

de aviões civis atravessam o espaço aéreo acima do Mar da China Oriental, o governo japonês está profundamente preocupado com tais medidas do ponto de vista de seu impacto na ordem e segurança da aviação civil. Muitas outras nações e regiões, incluindo Estados Unidos, Austrália, República da Coreia e a União Europeia, expressaram as mesmas preocupações (MOFA, 2014).

Além disso, em junho de 2016, os navios de guerra da Marinha chinesa entraram pela primeira vez na zona contígua do Japão ao redor das Ilhas Senkaku. Em agosto daquele ano, aproximadamente 200 a 300 navios de pesca chineses foram vistos nas águas perto das Ilhas Senkaku. Alguns deles entraram em águas territoriais japonesas, seguidos pelos navios da Guarda Costeira da China e de outras agências. Durante o período de quatro dias, de 5 a 9 de agosto, um total de 28 embarcações pertencentes à Guarda Costeira da China e outras agências invadiram as águas territoriais do Japão e, em 8 de agosto, um recorde de 15 embarcações foram avistadas navegando dentro da zona contígua simultaneamente (DEFENSE WHITE PAPER, 2022).

Em janeiro de 2021, a China estabeleceu a Lei da Guarda Costeira, estipulando as autoridades e poderes da Guarda Costeira da China. Para o governo japonês, esta lei contém disposições problemáticas em termos de consistência com o direito internacional, como uma área marítima aplicável ambígua e autorização para o uso de armas, e requer um exame minucioso para evitar a perda de interesses legítimos de todos os países envolvidos, incluindo o Japão. Simultaneamente, qualquer tentativa da China de executar direitos jurisdicionais com base em suas leis domésticas nas águas territoriais do Japão, seja a Lei da Guarda Costeira ou qualquer outra lei, é uma violação da soberania do Japão (DEFENSE WHITE PAPER, 2022).

O governo japonês declara em seu panfleto, sua preocupação com a China, pois os navios da Guarda Costeira da China persistem em suas tentativas unilaterais de mudar o status quo pela força ou coerção nas águas ao redor das Ilhas Senkaku. Isso inclui a aproximação de navios de pesca japoneses dentro das águas territoriais japonesas e invasões de navios armados com artilharia. Os EUA expressaram seu compromisso de defender o Japão e que o Artigo 5 do Tratado de Segurança Japão-EUA cobre as Ilhas Senkaku. Também declarou explicitamente sua oposição a qualquer ação unilateral que vise minar a administração japonesa dessas ilhas. O Japão reforçou que agirá com firmeza e calma para lidar com os desafios da China em relação às Ilhas Senkaku, trabalhando em colaboração com os EUA e outros países envolvidos, em termos de manutenção da ordem internacional baseada no estado de direito, conforme previsto pelo direito internacional, incluindo o Tratado de Paz de São Francisco (1951-52) (MOFA, 2014).

No livro branco de defesa (2022) japonês, o governo japonês declara sua preocupação com as abordagens chinesas na atualidade, ressaltando como o orgulho da China em ter moldado uma civilização e cultura distintas, está impulsionando seu desejo de uma nação forte e alimentando seu nacionalismo. Conforme o governo japonês, o ritmo de seu crescimento econômico tem reduzido e prevê-se também, que o país enfrente problemas associados ao rápido envelhecimento de sua população, incluindo problemas relacionados a pensões e outros aspectos do sistema de segurança social. Ao que concerne a segurança japonesa, em seu livro branco, ressalta que por mais de 30 anos, a China sustentou um crescimento de alto nível de seu orçamento de defesa sem transparência, envolvendo-se em uma ampla e rápida melhoria de seu poderio militar, tanto em termos qualitativos como quantitativos, com o foco nas forças nucleares, de mísseis, navais e aérea. Ela tem atribuído grande importância ao fortalecimento de suas capacidades operacionais para adquirir de forma constante a superioridade da informação, como um meio de aprimorar seus desenvolvimentos em todo o exército chinês e obter capacidades assimétricas, para impedir efetivamente que inimigos com superioridade militar geral consigam exercer sua força (DEFENSE WHITE PAPER, 2022).

Conforme o Livro de Defesa, a China tem colocado como prioridade, esforços para alcançar liderança nos novos domínios. Ela tem expandido suas capacidades no domínio cibernético, permitindo-lhe interromper as redes de comunicação inimigas, no campo do espectro eletromagnético, tem o potencial de tornar o radar inimigo e outros equipamentos ineficazes, assim reduzindo a capacidade inimiga de exercer seu poderio militar. Além disso, o livro também informa que a China continua a aumentar seu domínio aéreo, com a chamada estratégia A2/D2 (Anti-Acesso/Negação de Área), conceito concebido pelos EUA, essa estratégia refere-se a recursos de longo e curto alcance para impedir que os adversários entrem em certas zonas operacionais. A China também está priorizando esforços para aumentar as capacidades operacionais conjuntas práticas por meio da modernização militar, incluindo reformas. Além disso, a China tem buscado implementar uma estratégia de desenvolvimento de fusão transversal, com o objetivo civil-militar de promover vínculos bidirecionais entre recursos militares e civis no desenvolvimento de tecnologia e em vários outros campos, a China está se esforçando para desenvolver e adquirir tecnologias de ponta que possam ser usadas para fins militares e essas tecnologias, conforme o livro branco japonês, são revolucionárias e mudam drasticamente o aspecto da guerra futura. Ela tem ampliado a sua atividade militar nos domínios marítimo e aéreo, nomeadamente no Mar da China Oriental (DEFENSE WHITE PAPER, 2022).

Essa fusão civil-militar é uma iniciativa promovida pela China como uma estratégia nacional, ela é destinada a promover o uso militar de recursos civis e o uso civil de tecnologias militares em tempos de paz e emergência, além do desenvolvimento tradicional de arranjos de mobilização de defesa para emergências. Especificamente, as iniciativas nos mares, espaço sideral, ciberespaço, IAs, são áreas chamadas pelo governo chinês de “áreas emergentes”, vistas como prioritárias para a fusão civil-militar. A China também apresentou que deseja criar um exército de classe mundial. Embora a China não tenha definido o que significam essas “forças de classe mundial”, o governo japonês apontou que a China pode buscar desenvolver um exército que seja igual – ou em alguns casos superior – a força militar estadunidense. Além disso, o documento também ressalta que a China pretende construir “forças de classe mundial” capazes de “guerra inteligente”, adquirindo tecnologia de ponta e tornando-se uma “superpotência de inovação”. Conforme o livro de defesa japonês, o governo japonês supõe que a China terá como objetivo construir um exército que “possa lutar e vencer uma guerra” contra os militares dos EUA na “guerra inteligente” no futuro (DEFENSE WHITE PAPER, 2022).

O Japão entende que a China não estabeleceu uma transparência suficiente sobre seu fortalecimento militar e nem sobre seu processo de tomada de decisão em relação a assuntos militares e de segurança. A China lançou um Livro Branco de Defesa a cada dois anos desde 1998, recentemente ela lançou novamente um Livro de Defesa em 2019, o primeiro dentro de 4 anos, intitulado de “Defesa Nacional da China na Nova Era”. Porém, não divulgou totalmente informações como armas específicas em posse, metas e resultados de aquisição, organização e localização das principais unidades, registros das principais operações e exercícios militares, nem uma análise detalhada de seu orçamento de defesa nacional. Consoante ao Livro japonês, há incidentes nos quais as autoridades chinesas fornecem explicações imprecisas ou se recusam a admitir sobre suas atividades militares chinesas. O governo japonês usa de exemplo, o trânsito de um submarino da Marinha chinesa pela zona contígua do Japão ao redor das Ilhas Senkaku em janeiro de 2018, e também próximos à Ilha Amami Oshima, em junho de 2020 e em setembro de 2021, ambos não reconhecidos pelo governo chinês (DEFENSE WHITE PAPER, 2022).

Durante uma coletiva de imprensa após a reunião de cúpula EUA-China em setembro de 2015, o presidente Xi Jinping afirmou que “a China não tem nenhuma intenção de buscar a militarização” no Mar da China Meridional, mas em fevereiro de 2016, o ministro das Relações Exteriores Wang Yi, descreveu as instalações no Mar da China Meridional como “instalações necessárias de autodefesa” conforme o direito internacional. A influência da China na

comunidade internacional aumentou politicamente, economicamente e militarmente (DEFENSE WHITE PAPER, 2022).

Frente a disputa territorial, o Livro Branco japonês descreve, que a liderança militar chinesa exibiu uma “luta” contra as Ilhas Senkaku, o estabelecimento da “Zona de Identificação de Defesa Aérea do Mar da China Oriental (ADIZ)”, suas patrulhas regulares da Marinha e da Força Aérea e outras realizações de atividades das forças militares, tem enfatizado o interesse chinês em intensificar os movimentos próximos às áreas ao redor do Japão. O governo japonês afirma que, essas tendências militares, combinadas com a transparência insuficiente sobre a política de defesa e os assuntos militares da China, tornaram-se uma questão de grave preocupação de segurança para a região, incluindo o Japão e a comunidade internacional, e essas tendências se intensificaram ainda mais nos últimos anos, dada a modernização e diversificação das forças nucleares e de mísseis da China. O “inteligenciamento” das forças militares por meio da aquisição de tecnologias de ponta e a expansão e intensificação de suas atividades em torno do Japão e outras áreas devem ser monitoradas de perto (DEFENSE WHITE PAPER, 2022).

Conforme o livro japonês, a Marinha e a Força Aérea da China intensificaram suas atividades ao redor das ilhas Senkaku, com base em sua reivindicação sobre as ilhas e tem criado uma situação de “grande preocupação” para o Japão. As ASDFs continuam a fazer interceptações frequentes contra aeronaves chinesas, indicado pelo recorde de 851 embaralhamentos (*scrambles*) no ano fiscal de 2016. A China também continuou a passagem de navios de guerra por águas próximas ao Japão, bem como atividades vistas como treinamento de forças marítimas e aéreas, fazendo incursões no Pacífico e no Mar do Japão. Em outubro de 2021, a China e a Rússia realizaram exercícios conjuntos no Mar do Japão, com a participação de embarcações navais, incluindo o “contratorpedeiro” da classe Renhai, o maior contratorpedeiro da marinha chinesa. Nesse mesmo exercício conjunto, um total de 10 embarcações de ambos os países realizaram exercícios militares enquanto navegavam pelo Japão (Mar do Japão - Estreito de Tsugaru - leste de Inubosaki - Ilhas Izu - Estreito de Osumi - sul das Ilhas Danjo), e o Japão alega que isso foi planejado como uma demonstração de força contra o Japão (DEFENSE WHITE PAPER, 2022).

Em junho de 2016, uma fragata da classe *Jiangkai I* se tornou a primeira embarcação de combate da Marinha chinesa a entrar na zona contígua do Japão ao redor das Ilhas Senkaku. Os navios da Guarda Costeira da China foram vistos quase diariamente na zona contígua das Ilhas Senkaku, como afirma o governo japonês em seu livro de defesa. O Japão tem protestado fortemente contra essas atividades e pediu que eles se retirassem, entretanto, apesar dos fortes

protestos do Japão, os navios da Guarda Costeira chinesa continuaram a invadir, em quase todos os meses, as águas territoriais do Japão no ano fiscal de 2021. Os navios da Guarda Costeira da China entraram nas águas territoriais do Japão ao redor das Ilhas Senkaku e permaneceram lá por mais de 57 horas, o período mais longo de todos os tempos, em outubro de 2020. Casos que indicam a melhoria das capacidades operacionais dos navios da Guarda Costeira da China também foram confirmados. Em 2021, os navios da Guarda Costeira da China foram vistos na zona contígua das Ilhas Senkaku em um recorde de 332 dias, sendo 157 consecutivos. O número total de navios da Guarda Costeira da China, vistos nesta zona foi de 1.222. Ambos os números foram os maiores desde 2020 (DEFENSE WHITE PAPER, 2022).

As forças aéreas da China também estão realizando atividades rotineiras no Mar da China Oriental, o governo japonês acredita que essas atividades incluem alerta e vigilância, patrulhas aéreas de combate (CAPs) e treinamento. Em abril de 2018, um suposto veículo de reconhecimento não tripulado BZK-005 foi identificado sobrevoando o Mar da China Oriental. Em agosto de 2021, um suposto veículo de reconhecimento/ataque não tripulado TB-001 e um veículo de reconhecimento não tripulado BZK-005, juntamente com uma aeronave de coleta de inteligência Y-9 e uma aeronave de patrulha Y-9, foram confirmados voando do Mar da China Oriental para o Oceano Pacífico via as águas entre a ilha principal de Okinawa e a ilha de Miyakojima em dias consecutivos. Além disso, aeronaves militares chinesas foram confirmadas como operando no espaço aéreo próximo às Ilhas Senkaku nos últimos anos. Conforme o documento japonês, a China está desenvolvendo rapidamente uma variedade de veículos aéreos não tripulados (VANTs) domésticos, incluindo VANTs de alta altitude e longa duração (HALE) para reconhecimento e outros propósitos, bem como aqueles capazes de transportar armas e mísseis. Os japoneses temem que a Força Aérea Chinesa, tenha criado uma unidade de VANTs para missões de ataque. No desfile militar para comemorar o 70º aniversário da fundação da China em outubro de 2019, o GJ-11 conhecido como VANT de ataque furtivo, e o WZ-8 (VANT de reconhecimento de alta altitude e velocidade) foram exibidos pela primeira vez. Durante uma exibição no *International Aviation & Aerospace Exhibition* em 2021, foi confirmado a aparição do WZ-8 em um teste conjunto com várias aeronaves não tripuladas. Observou-se que a China está melhorando sua tecnologia de “Swarm” (enxame) para operar um grande número de pequenos VANTs de baixo custo. Dada a modernização das forças aéreas, os japoneses acreditam que a China esteja melhorando não apenas suas capacidades de defesa para seu espaço aéreo nacional, mas também capacidades para conduzir operações de combate e apoiar forças terrestres e marítimas em áreas mais distantes (DEFENSE WHITE PAPER, 2022).

Em dezembro de 2012, uma aeronave de asa fixa da State Oceanic Administration foi identificada como a primeira aeronave chinesa a invadir o espaço aéreo do Japão ao redor das Ilhas Senkaku. Até março de 2014, aeronaves da Administração Oceânica do Estado foram frequentemente confirmadas como se aproximando do espaço aéreo japonês. Em maio de 2017, foi confirmado pelo governo japonês, que um objeto semelhante a um pequeno drone estava voando acima de um navio da Guarda Costeira da China, entrando nas águas territoriais do Japão ao redor das Ilhas Senkaku. O governo japonês declarou em seu livro que este voo também constitui uma invasão do espaço aéreo territorial do Japão (DEFENSE WHITE PAPER, 2022).

Fora a quantidade de mísseis balísticos e armamentos nucleares que a China possui, há novos desenvolvimentos tecnológicos em diferentes áreas, o governo japonês aponta também como a China está desenvolvendo e já implantou veículos de superfície não tripulados (VSNTs), as chamadas “embarcações autônomas” e veículos subaquáticos não tripulados (do inglês, UUVs) que estão disponíveis para fins militares. Esses equipamentos, embora sejam relativamente baratos, são vistos como representando uma força assimétrica para impedir efetivamente que os adversários ganhem a supremacia marítima, particularmente a supremacia subaquática (DEFENSE WHITE PAPER, 2022).

No *white paper* chinês intitulado “Atividades Espaciais da China” e lançado em janeiro de 2022, a China não descarta também o uso do espaço sideral para fins militares. Por exemplo, o sistema de posicionamento global por satélite “BeiDou”, chamado de GPS versão chinesa, é apontado como disponível para mísseis balísticos e outros sistemas de armas guiadas. Teve o início seu serviço de operação global no final de 2018, e considera-se que o lançamento de todos os satélites que constituem o sistema BeiDou foi concluído em junho de 2020. Além disso, os japoneses acreditam que a China esteja desenvolvendo armas anti-satélite, usando mísseis e equipamentos a laser, bem como satélites assassinos, a fim de restringir e interferir no uso do espaço baseados em recursos por adversários em tempo de guerra. Quanto ao domínio cibernético, a China vê a segurança cibernética como uma séria ameaça à segurança nacional que enfrenta e promete que as forças armadas chinesas desenvolverão capacidades de defesa cibernética, reforçarão a defesa nacional das fronteiras cibernéticas, identificarão e bloquearão imediatamente os hackers, protegerão a segurança da rede de informações e protegerão inabalavelmente a soberania cibernética, a segurança da informação e a estabilidade social. O governo japonês apontou que os principais exercícios militares atuais sempre contêm operações cibernéticas que abrangem tanto os ataques quanto a defesa dos sistemas de comando (DEFENSE WHITE PAPER, 2022).

A “guerra inteligente” defendida pela China é descrita como guerra integrada travada nos domínios terrestre, marítimo, aéreo, espacial, eletromagnético, cibernético e cognitivo, usando armamento e equipamentos inteligentes e seus métodos operacionais associados, são sustentados pelo sistema de informação IoT (Internet of Things), incluem também tecnologias de ponta como a criptografia quântica e o 5g para fins militares. O Relatório de Defesa Nacional de Taiwan 2021, divulgado em novembro de 2021, também expressa preocupação com a “guerra cognitiva”, que tenta criar desordem social manipulando e interrompendo a mentalidade do público por meio da implantação de “Três Guerras” (guerra psicológica, guerra de opinião pública e guerra legal), isso ao lado da disseminação de desinformação através da mídia social e outros meios. Além disso, como aspecto da “guerra inteligente”, o Departamento de Defesa dos EUA, citando as opiniões de estrategistas militares chineses, apontou que novas tecnologias aumentarão a velocidade e o ritmo da guerra futura e que a operacionalização da IA será necessária para melhorar a velocidade e qualidade do processamento de informações, reduzindo a incerteza do campo de batalha e proporcionando vantagem na tomada de decisões sobre adversários em potencial (DEFENSE WHITE PAPER, 2022).

O governo japonês teme que as atividades conduzidas pela China, com base em suas próprias afirmações, possam gerar algum conflito indesejado por consequência de seus atos, uma vez que a China tem feito movimentos que vão contra as leis e ordens marítimas existentes, em uma possível tentativa de alterar o seu status quo, não está claro qual será o objetivo chinês após alcançar o domínio de todas essas áreas. O Japão também afirma, que está profundamente preocupado com essas atividades, e que essa preocupação é compartilhada pela comunidade internacional, incluindo seu aliado, o Estados Unidos, e outros Estados-membros do G7. Por exemplo, em julho de 2020, os Estados Unidos emitiram uma declaração do Secretário de Estado dos EUA dizendo que as reivindicações marítimas da China no Mar da China Meridional eram ilegais. Em janeiro de 2022, o Departamento de Estado emitiu um relatório afirmando que as reivindicações territoriais e jurisdicionais ilegais da China minaram gravemente o estado de direito nos oceanos (DEFENSE WHITE PAPER, 2022).

Para o governo japonês, o desenvolvimento e as atividades das forças navais e aéreas chineses, a descrição em seus livros brancos de defesa, as condições geográficas da China, a economia globalizada, entre outros fatores, são indicações de que as recentes atividades aquáticas e aeroespaciais tem o seguinte objetivo: (1) interceptar operações de adversários em águas e no espaço aéreo o mais longe possível do território chinês, na defesa de seu território físico, marítimo e o espaço aéreo, aumentando eficácia dos ataques de longo alcance através de seus desenvolvimentos tecnológicos; (2) desenvolver capacidades para impedir a

independência de Taiwan, reforçando que os chineses não permitirão nenhuma intervenção estrangeira na solução dessa questão; (3) enfraquecer o controle de outros países nas ilhas sujeitas às reivindicações territoriais da China, através de suas atividades de vigilância e uso da força nas águas e no espaço aéreo ao redor dessas ilhas; (4) adquirir, manter e proteger seus direitos e interesses marítimos, a China está envolvida na perfuração de petróleo e gás, bem como na construção de instalações e levantamentos nos mares do leste e sul da China, e tem avançado para outras regiões, usando de tecnologias como um radar anti-superfície, câmeras de vigilância, etc.; (5) defender suas vias marítimas de comunicação, pois é através delas que a China tem obtido seu petróleo do Oriente Médio, vias que são essenciais para a economia chinesa. Logo, o Japão afirmou continuar monitorando a ação chinesa, pois as medidas que a China tem aplicado afetam não só a zona de influência japonesa, mas outras regiões na Ásia e de certa forma, o mundo todo (DEFENSE WHITE PAPER, 2022).

A China tem se esforçando não só para construir um exército de classe-mundial, mas já possui força suficiente para conseguir a maioria de seus objetivos, para definir em números, começando pelo seu orçamento de defesa, em 2021 o orçamento chinês chegou aos 207 bilhões de dólares, isso a torna responsável por 43% do total de gastos na região asiática, conforme indica o relatório “*The Military Balance 2022*”, que faz uma avaliação anual das capacidades militares e economia de defesa. Esse relatório reforça que, os movimentos chineses dominam as tendências regionais e também influencia o mercado geral, o orçamento de defesa da China para 2021 é mais que o dobro do orçamento de 2011 em termos nominais. A China possui o terceiro maior exército do mundo, com cerca de 2 milhões de militares na ativa, sendo que possui cerca de 754 milhões de homens disponíveis em uma população de 1,39 bilhões, o número de homens disponíveis é quase 6 vezes a população total japonesa (125 milhões). Tem 500 mil homens na reserva, sem contar os milhares de aviões, mísseis balísticos, navios de guerra, etc. Conforme o relatório militar, o impulso contínuo da China para melhorar suas capacidades, combinado com a política externa assertiva de Pequim, forneceu motivos para o estabelecimento de defesas de outros governos asiáticos manterem ou intensificarem seus esforços para melhorar suas capacidades militares. Taiwan emergiu mais fortemente do que nunca como um potencial ponto de conflito. Em março de 2022, o comandante do Comando Indo-Pacífico dos Estados Unidos, almirante Philip S. Davidson, disse ao Comitê de Serviços Armados do Senado dos EUA que a China pode tentar assumir o controle de Taiwan "nos próximos seis anos" usando a força. Caso um conflito aconteça na região asiática, seja por conta da questão territorial das ilhas Senkaku, ou em um embate China-Taiwan, o Japão terá um desafio para lidar com a força chinesa, os japoneses, que contam com o auxílio estadunidense,

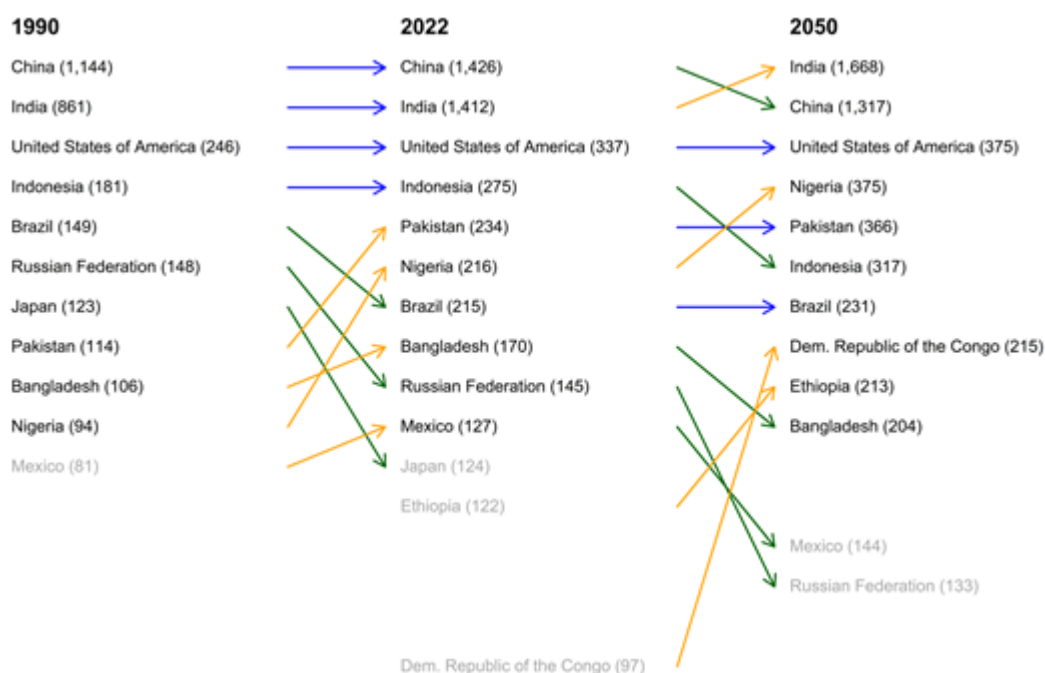
precisam se desenvolver para lidar com a questão numérica e os problemas que o envelhecimento vão trazer a sua nação (THE MILITARY BALANCE, 2022).

O CASO JAPONÊS

4.1 - A transição demográfica e prospecção futura japonesa

As mudanças no tamanho da população na história, são uma consequência direta de um processo conhecido como transição demográfica, no qual os níveis de mortalidade e fertilidade gradualmente decrescentes, fazem com que as pessoas tenham uma vida mais longa e a uma média menor de nascimentos por mulher (UN, 2022). Geralmente essa transição se dá através de uma série de estágios, durante os quais o crescimento populacional é acelerado e depois de alguns anos desacelera. Os efeitos dessa transição são mudanças na distribuição da população por idade, com um aumento gradual da parcela da população mais velha, então, é de se esperar que os países mais desenvolvidos, que gozam de uma melhor condição de vida, possuam populações mais envelhecidas e conseqüentemente uma redução populacional. Diversos países estão enfrentando uma redução na taxa de fertilidade e também o envelhecimento, tal como a China, que possui 1.426 bilhões de habitantes em 2022, e perderá seu título como o país mais populoso em 2023 para a Índia, as Nações Unidas preveem que a China deve alcançar em 2100, cerca de 800 milhões de habitantes (UN, 2022).

Figura 13



FONTE: UNITED NATIONS PROSPECTS (2022)

Os países que estão enfrentando essa transição demográfica compreendem a necessidade de implementar políticas para lidar com essa questão, pois a redução populacional e o envelhecimento geram impactos diretos na economia e em alguns outros setores nacionais, tal como a defesa e a segurança de uma nação. Isso porque com o envelhecimento da população, uma parcela maior do PIB é direcionada ao seguro social, previdência e serviços de auxílio a essas pessoas, pois se tem mais pessoas aposentadas e que, de certa forma, estão impossibilitadas de exercer funções que demandam força física e apresentam uma dificuldade em lidar com tecnologias de ponta. Além do fato de que, com o envelhecimento, surgem as doenças crônicas, acompanhado de um enfraquecimento das capacidades físicas e psicológicas. O setor militar japonês já não consegue recompor o número de militares necessários para compor sua quota anual, a condição física dos adultos acima dos 40 anos não é suficiente para lidar com conflitos físicos de longa duração, e os japoneses também não possuem mais um espírito imperativo para concluir seus interesses nacionais. O Japão acompanha o envelhecimento de sua população a décadas e tem apresentado anualmente um relatório (*Fiscal Year*) que detalha a situação e quais medidas estão sendo implementadas para lidar com essa questão. A Itália, China, República da Coreia, Alemanha, Cingapura, entre outros, também tem apresentado diferentes formas para lidar com o envelhecimento (UN PROSPECTS, 2022).

A diferença do caso japonês, em relação a esses países que enfrentam também o declínio populacional, é que o Japão já possui uma sociedade descrita com hiper envelhecida, e tem enfrentado tensões em relação aos seus vizinhos, com os quais possui uma história mal resolvida, sendo esses a China, Rússia, República da Coreia e a República Democrática da Coreia. Alguns desses vizinhos do Japão possuem uma vantagem na guerra, sendo a grande parcela de território disponível para fazer seus exercícios militares, além dos recursos como a população. Por outro lado, o Japão é composto por um conjunto de ilhas, dispostas em uma localização de fácil acesso pelo oceano e sem refúgio, e dentre os recursos que possui, seu maior trunfo seria sua população, porém que enfrenta um declínio e um constante envelhecimento. Outro problema é que os japoneses incorporaram a si um espírito pacifista, assim concentrando apenas em sua autodefesa, dependendo excepcionalmente da proteção dos Estados Unidos para garantir a soberania do Estado japonês.

O Japão apresenta em seu livro de defesa, tal como a China, os Estados Unidos e outros analistas, que o mundo enfrenta um período de maior desafio a comunidade internacional desde o fim da Guerra Fria. Conforme o “*The Global Risks Report 2022*” publicado pelo Fórum Econômico Mundial, 84% dos especialistas estão aflitos ou preocupados com o mundo, sendo que apenas 16% possuem uma visão mais positiva, dentre suas preocupações estão: o

aquecimento global (condições climáticas extremas); perda da biodiversidade; doenças infecciosas; crises econômicas; erosão da coesão social (gerando crises civis); crises de recursos naturais; o confronto geoeconômico/geopolítico; entre outros. Essas tensões dificultam o consenso entre a comunidade internacional, e apresentam obstáculos na solução dessas questões (THE GLOBAL RISK, 2022).

No século XXI, com os mais recentes desenvolvimentos no setor militar, tem ficado cada vez mais difícil separar atos de guerra em tempos de paz, se tornou comum invasões de território (marítimo, aéreo ou físico), ataques cibernéticos, ataques por VANTs (como drones), fake news, entre outras ações que ferem a soberania e a segurança dos países. A comunidade internacional demonstrou de forma explícita, com suas sanções a Rússia, seu descontentamento com o conflito Russo-Ucraniano, porém que não deram fim a invasão russa. A competição entre os Estados Unidos e a China está aumentando, e esse relatório também reforçou como a crescente proeza militar da China está mudando o equilíbrio de poder no Pacífico Ocidental. Em resposta a isso, os EUA estão fortalecendo alianças focadas no Pacífico, seja com o Japão, ou na cooperação com a Austrália. Outros Estados, como a Rússia e a Turquia, e a República Democrática da Coreia, também demonstraram maior capacidade e disposição para projetar seu poder no exterior.

Enquanto isso, as principais potências globais e regionais estão testando os limites do direito internacional e da cooperação, conduzindo exercícios militares em áreas tensas, como na fronteira Rússia-Ucrânia e no Estreito de Taiwan. A competição está se intensificando em novas dimensões e geografias, por conta da militarização e do armamento do espaço e nos desenvolvimentos no ciberespaço. Os países em desenvolvimento estão recorrendo cada vez mais à China em busca de apoio financeiro, tecnológico e científico para prosperar na economia pós-pandêmica. As tensões geopolíticas estão se espalhando para a esfera econômica, como, por exemplo, a Índia e o Japão, que adotaram políticas protecionistas durante a pandemia. A China também tem demonstrado interesse em obter novos territórios (as ilhas reivindicadas) e já apresentou não reconhecer a independência de Taiwan. Então, o governo japonês precisa implementar políticas que sejam consoantes com sua constituição e também com o interesse e a sobrevivência de sua nação (GLOBAL RISK, 2022).

Com base nas informações apresentadas, após uma análise de todos os dados, deduz-se algumas das situações das quais a nação japonesa terá de enfrentar, ou seja, faz-se uma sondagem de possibilidades ao futuro do Japão. Para entender o caso japonês e qual o possível impacto desse declínio na política de defesa do Japão, abordam-se três possibilidades.

Figura 14



FONTE: REUTERS (2020)

Primeira possibilidade: A China, que tem aumentado a tensão no Estreito de Taiwan (*Taiwan Strait*), demonstrou intenções de resgatar o território, pois entende esta ilha como sua propriedade, com base na premissa de que Taiwan foi uma província chinesa durante a dinastia Qing no século XVII (BBC, 2022). Prevê-se que ela deve invadir Taiwan dentro dos próximos 60 anos, sendo que esta invasão pode acontecer bem antes disso, pois depende apenas da conclusão chinesa de suas reformas no setor militar, tal como a “Fusão Civil-Militar (MCF)”. Essa estratégia nacional do Partido Comunista Chinês (PCC), considerada agressiva pelo departamento estadunidense, visa permitir que a China desenvolva as forças armadas mais tecnologicamente avançadas do mundo, eliminando a barreira entre a pesquisa civil, os setores comerciais, os setores industriais, militares e de defesa. Em particular, essa fusão compreende iniciativas nos mares, espaço sideral, ciberespaço, inteligência artificial (IA), chamadas de “áreas emergentes” para a China. Xi Jinping, está buscando alcançar um exército de classe mundial até 2035, que possa lutar e vencer guerras, consequentemente superando as forças estadunidenses. (DESK, 2022)

Após a China ter concluído seus objetivos militares, seu próximo movimento geopolítico será tomar Taiwan, utilizando de todo seu arsenal, deve enviar seus bombardeiros, VANTs e aparatos da Guerra Híbrida, para causar caos na ilha, enquanto envia sua marinha e seus submarinos para cercar o território. Porém, Taiwan não pretende ceder a pressão chinesa

e faz o possível para desacelerar o invasor, até que seu parceiro, os Estados Unidos, envie suas tropas através do Pacífico.

Figura 15



FONTE: KYODO NEWS (2022)

Como a distância entre a América do Norte e a ilha de Taiwan é muito grande (cerca de 12,2 mil quilômetros), os estadunidenses devem primeiro enviar suas tropas estacionadas em Okinawa e usar o Japão como escala para suas tropas se abastecerem, ou até solicitar aos japoneses que enviem o suporte. Isso vai arrastar o governo japonês ao conflito, não só por pressão dos estadunidenses, mas também para frear o avanço chinês. Consequentemente, enquanto o conflito estiver acontecendo entre China e Taiwan, com a entrada dos Estados Unidos e do Japão, o embate atingirá uma maior escala, trazendo os russos, e possivelmente incluirá os norte-coreanos, aliados da China. Assim, a China deve começar a enviar sua marinha para dominar o Mar da China e do Japão, garantindo uma maior vantagem geográfica. No momento em que os chineses perceberem que o Japão entrou no conflito, a China toma as ilhas Senkaku, pois sua localização é perfeita para estacionar navios de guerra, já que está próxima do Japão e também de Taiwan.

Após tomar as ilhas, e dominar grande parte da região marítima, os chineses estarão em uma posição mais favorável, caso os russos façam parte do conflito, como eles possuem as ilhas Curilas ao norte do Japão, os japoneses estarão cercados por dois lados e precisarão também do

apoio das forças estadunidenses, que estão disputando em Taiwan. Em um cenário catastrófico de uma Terceira Guerra Mundial, o Japão pode ser novamente bombardeado, e se for do interesse chinês, russo, ou norte-coreano, eles podem dominar o Japão. A República Democrática da Coreia pode ver essa oportunidade para atacar os japoneses, e tentar dominar a península coreana, arrastando a República da Coreia e piorando ainda mais a situação do Japão. Isso porque a constituição japonesa impede o país de atacar, garantindo somente a autodefesa, então, em um ataque unilateral de grande escala, os japoneses não apresentarão grande resistência.

Caso os japoneses demonstrem desejo de participar do conflito ativamente e mudem a sua constituição, eles não conseguirão enviar tropas para o exterior por conta da sua vulnerabilidade populacional, pois poucos habitantes japoneses estarão em condições físicas por conta do envelhecimento e também com o declínio populacional. O Japão deve então ceder seus territórios reivindicados, e também deve manter seu exército em casa para evitar uma destruição ainda maior e uma possível invasão. Os Estados Unidos devem começar a mobilizar o mundo para auxiliar no conflito (confiando que os japoneses conseguiriam segurar os chineses), os EUA, então, devem focar suas tropas em Taiwan e também para frear a Rússia e a República Democrática da Coreia.

Ao decorrer do conflito, para evitar maiores efeitos a comunidade internacional, os países devem acordar em um armistício, por meio de tratados e concessões. Possivelmente a China deve anexar Taiwan e as ilhas Senkaku (entre outros territórios) ao domínio chinês, a Rússia deve estabelecer o domínio absoluto das ilhas Curilas e o Japão estará destruído. Por conta da capacidade de poder norte-coreana, pode ser que eles dominem a República da Coreia, assim controlando a península coreana. Desta forma, a China se eleva como a maior potência militar mundial, e também a mais avançada tecnologicamente, sendo não só a maior fornecedora de tecnologia de ponta e commodities, como também de recursos não-renováveis, após possuir Taiwan e as Senkaku com seu reservatório de petróleo. Os japoneses, que não conseguiram lidar muito bem com a questão populacional, vão precisar de apoio financeiro para regularizar as contas do país, assim passando por um grande período de recessão e perdendo sua influência no sudeste asiático, passando a depender também da boa vontade dos chineses e norte-coreanos. Os Estados Unidos, para evitar tensões, revisa seu Tratado de Segurança com o Japão, assim retirando suas tropas de Okinawa (pois os russos dominam o norte japonês e os chineses grande parte do sudeste asiático) e baseando sua relação em acordos comerciais e na reestruturação japonesa.

Segunda possibilidade: nesta análise presume-se que o Japão, conseguindo lidar com a questão do envelhecimento, alcança uma curva demográfica em equilíbrio até 2050, a fim de amenizar os impactos socioeconômicos. Não só isso, mas o governo japonês, que se sente ameaçado por conta dos vizinhos que seguem em sua modernização militar, desenvolve então, novas tecnologias para lidar com os meios em que se conduz a Guerra. Assim, fazendo revisões em seu artigo nono para conseguir legitimidade às suas Forças de Auto Defesa. A China, que ainda tem interesse em Taiwan, faz seus movimentos para invadir a ilha taiwanesa, mas desta vez, o Japão, os EUA e a República da Coreia estão preparados, já que conseguem monitorar melhor o ambiente marítimo e aéreo por conta de suas tecnologias de ponta.

Então, a China, após concluir suas reformas militares, se prepara para invadir Taiwan. Primeiro enviando seus VANTs cotidianamente para monitorar a população taiwanesa, aumentando a tensão também com os EUA (aliado taiwanês). A China, que já proclamou reservar o uso da força como ultimo recurso para reunificar seu território (anexando Taiwan), tem efetuado exercícios militares no Estreito de Taiwan, após declarar o domínio desta região, começa a pressionar os taiwaneses a cederem sua soberania (AL JAZEERA, 2022). Porém, como os taiwaneses se recusam a unificar, os chineses se preparam para uma invasão em maior escala, ativando todos seus recursos para dificultar a comunicação de Taiwan, por ataques cibernéticos, deepfakes (espalhando fakenews), e também usando seus bombardeiros e drones para atacar pontos estratégicos em Taiwan, assim abrindo espaço para o envio de sua marinha através do Estreito de Taiwan.

Assim que Taiwan começa a ser invadido, os estadunidenses se preparam para enviar o apoio militar imediato, pois sabem que os chineses têm grande interesse na região e uma vez tomada será ainda mais difícil de se recuperar. Os estadunidenses prezam muito por seu comércio com Taiwan, pois a “*Taiwan Semiconductor Manufacturing Company*”, é a maior fabricante mundial de chips de computador avançados, e esses chips são cruciais para o desenvolvimento de tecnologias de ponta. Logo, os EUA solicitam aos japoneses que enviem suas tropas e/ou VANTs no apoio de Taiwan, como agora os japoneses possuem a legitimidade do uso da força, eles preparam para o envio em grande escala destes veículos. Os japoneses sabem que precisam manter grande parte de sua força dentro da ilha japonesa, pois caso o conflito escale, não há contingente militar suficiente para lidar com o número massivo de militares chineses.

Junto a Taiwan, por ordem dos estadunidenses, os sul-coreanos enviam sua marinha também para dissuadir os chineses de continuar a invasão. O conflito, que em sua maioria é feito através de veículos não tripulados, vai cada vez mais gerando destruição na ilha taiwanesa,

porém, com as forças militares dos outros países apoiando, o movimento chinês fica estagnado. O PCC, que previam o domínio unilateral da ilha, começam a enfrentar dificuldades externas e internas (por conta de seu próprio envelhecimento/declínio populacional), enfrentando também revoltas por conta da tentativa de tomar Taiwan. Gradualmente, com a chegada dos estadunidenses, os chineses solicitam auxílio russo e norte-coreano, mas não consegue a ajuda de seus aliados, pois no Mar da China estão posicionados diversos militares estrangeiros e os aliados chineses temem uma Terceira Guerra Mundial. Os japoneses com suas MSDFs estacionadas nas Ilhas Senkaku, junto aos sul-coreanos e estadunidenses estacionados em Taiwan e Okinawa, começam a pressionar o governo chinês a desistir da unificação. Os chineses sabem que se utilizarem todo seu arsenal, podem de fato tomar a ilha, porém o custo dessa unificação será muito alto e após gastar todos esses recursos, como enfrenta também um declínio populacional, desiste então de tomar a ilha.

Como os outros países dependem muito do comércio chinês, não impõem sanções semelhantes às utilizadas para frear a Rússia no conflito com a Ucrânia, a fim de evitar que a China se feche ao mundo. Então, para solucionar a questão entre a China e Taiwan, os países acordam em manter as relações com base em um Tratado, estabelecendo que no governo taiwanês possua um conselheiro chinês, que vai servir de ponte para firmar relações diplomáticas. Os japoneses, orgulhosos de auxiliarem na conclusão do conflito, começam a pressionar os russos para reaver seus Territórios Do Norte (Ilhas Curilas), a Rússia enfraquecida por anos em conflito com os ucranianos, cede parte destas ilhas momentaneamente, assim garantindo um pouco mais de recursos para a população japonesa.

Não se sabe ao certo o futuro desta relação China-Taiwan, porém como os países agora precisam lidar com outros problemas que afetam a comunidade internacional, como o aquecimento global, escassez dos recursos não renováveis, com o declínio populacional e o envelhecimento de diversas nações, a questão geopolítica perde força e os países concordam em solucionar seus conflitos sem o uso de força militar. Com a cooperação chinesa, a relação no sudeste asiático fica sob influência japonesa e chinesa, talvez construam melhores relações comerciais, porém, vai depender muito de quem estará no poder do governo chinês. Os norte-coreanos podem demonstrar interesse em participar do conflito, ou até tentar dominar a península coreana, mas devido à proximidade da República da Coreia, eles sabem que qualquer movimento será observado e também incluirá os Estados Unidos. Desta forma, como seus aliados (China e Rússia) estão “enfraquecidos”, os norte-coreanos adiam sua ambição de tomar a península.

Terceira possibilidade: Com o passar dos anos, a China, que tem buscado concluir suas reformas militares para adquirir seu exército de classe mundial, acaba por atrasar seu projeto (planejado para ser finalizado até 2035), desta forma, retardando também o seu movimento contra Taiwan. Conforme o Japão, Taiwan, os EUA e os sul-coreanos, vão desenvolvendo mais tecnologias militares, os chineses percebem que, se tentar exercer algum tipo de invasão, podem sofrer uma retaliação quase que imediata, então eles decidem continuar desenvolvendo os projetos militares. O governo chinês não desiste de unificar seu território proclamado, entretanto, eles começam a enfrentar mais fortemente os impactos do envelhecimento de sua população, no ano de 2040, previsto de alcançar 28% de sua população total, cerca de 402 milhões de chineses (UN,2022). A China também deve enfrentar um declínio populacional considerável, perdendo seu título de país mais populoso para os indianos. Por conta dessas peculiaridades, entre outros problemas internos, a China então decide esperar mais alguns anos para concluir seu projeto de unificação de Taiwan, para focar nos problemas domésticos e continuar se estabelecendo como uma das economias mais influentes no globo.

O Japão, percebendo essa oportunidade, começa a desenvolver melhor suas políticas nacionais, para conseguir lidar com seu envelhecimento e também alcançar um equilíbrio econômico-social frente ao seu declínio populacional. Isso vai incluir uma série de medidas populacionais, com políticas que abordem melhor a inclusão social dos estrangeiros em território japonês, novas políticas para trazerem mão de obra estrangeira para lidar com as pessoas mais necessitadas, entre outras funções da sociedade que demandam pessoas físicas. Taiwan, com o apoio estadunidense, consegue se desenvolver militarmente para frear (momentaneamente) qualquer tipo de avanço chinês, a Rússia que não conseguiu tomar a Ucrânia, continua seu reforço militar e com planejamentos para concluir esse objetivo, porém enfrentando os efeitos econômicos gerados por conta das sanções impostas durante o período do conflito.

Porém, a República Democrática da Coreia continua sendo uma ameaça aos japoneses e sul-coreanos, que continuam seu reforço militar/nuclear e no constante desenvolvimento de tecnologias de ponta. Em dado momento, ela pode causar um embate na península coreana visando tomar a República da Coreia. Conforme ela começa a enviar suas tropas e também seus mísseis contra os sul-coreanos, surge então a Segunda Guerra da Coreia. Os chineses deverão manter uma posição “neutra” (não apoiando diretamente os norte-coreanos), semelhante a sua atuação durante a guerra entre a Rússia e a Ucrânia, a fim de evitar que a guerra na península se torne algo ainda maior. Assim que o conflito eclode, os estadunidenses solicitam aos japoneses que auxiliem na batalha por conta de sua proximidade geográfica, como agora o Japão

já está mais desenvolvido tecnologicamente e possui mais influência no sudeste asiático e no Mar do Japão, após passar por diversas revisões em sua constituição, o governo japonês envia suas Forças de Autodefesa para auxiliar na resistência sul-coreana. Contudo, por conta dos laços históricos com os coreanos, os japoneses hesitam em enviar militares, que poderiam sofrer retaliação, então utilizam seus veículos não tripulados para monitorar as ações e fornecer abastecimento aos sul-coreanos.

Após meses de combate e com milhares de mortes de coreanos, com a entrada dos estadunidenses no conflito, os norte-coreanos são impedidos de continuar com a invasão. Desta vez, para evitar que a ambição norte-coreana continue, os Estados Unidos se preparam com uma ameaça nuclear, ou através da estratégia de decapitação, enviando VANTs, agora como armas letais e executam o líder norte-coreano. A demanda estadunidense é que os norte-coreanos abandonem seu projeto nuclear, assim, com muito custo, concluindo um novo acordo de Não Proliferação Nuclear. Após todos esses desdobramentos, os países envolvidos acordam em evitar conflitos por motivos geoeconômicos/geopolíticos, e devem se concentrar em solucionar outros problemas que afetam a comunidade internacional, como, por exemplo, a escassez de recursos não renováveis, o plano agora é encontrar uma alternativa energética para suprir a demanda das novas tecnologias, reestabelecer o comércio mais amistoso na região asiática e restabelecer relações diplomáticas entre a China-Taiwan, e com os norte-coreanos.

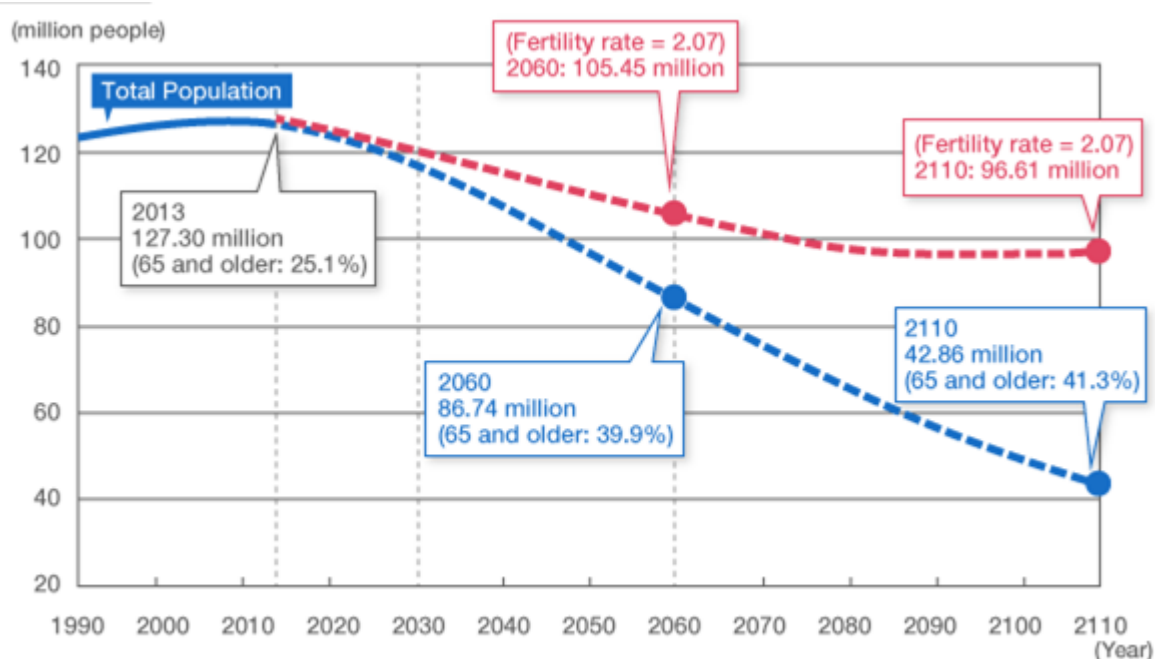
O Japão deve se reerguer como uma potência militar e econômica no sudeste asiático, liderando projetos de desenvolvimento e pesquisa na ASEAN (Associação de Nações do Sudeste Asiático), internamente, após ter uma redução populacional de cerca de 30 milhões de habitantes (2060), estará concluindo seus projetos para automatizar os serviços básicos e também meios para lidar com o “repovoamento” de regiões rurais e comunidades inteiras que foram extintas após o envelhecimento. Frente aos territórios disputados, o Japão deve permanecer com o controle das Senkaku, pois agora ele consegue projetar sua força no território marítimo, com veículos que não precisam ser tripulados, mantendo constante vigilância na região. Já em relação às Ilhas Curilas, pouco será concluído, talvez apenas um acordo que estabeleça melhor as relações entre os russos que as habitam e os japoneses, acordos comerciais mais bem elaborados, entretanto, isso depende de quem estará na liderança da Federação Russa. As ilhas Takeshima devem se manter sob o domínio sul-coreano, porém como os japoneses auxiliaram na resolução desta Segunda Guerra das Coreias, assume-se que eles vão estabelecer melhores relações.

CONCLUSÃO

Independente do cenário que o Japão deve enfrentar, lidar com o declínio populacional e o envelhecimento deve ser a sua prioridade, pois o impacto ao final do século XXI, impacta toda a nação japonesa, isso sem considerar um conflito de escala mundial. Dado que, qualquer bombardeio em território japonês, principalmente nos centros urbanos (onde se concentram a maioria dos japoneses), será desastroso, já que podem atingir milhares de pessoas, reduzindo ainda mais a população e deixando mais pessoas dependentes de cuidados.

Até 2050, o Japão deve perder cerca de 20 milhões de habitantes, alcançando a marca de 106 milhões, e prevê-se que deve perder mais cerca de 30 milhões até 2100, alcançando uma população de aproximadamente 73,4 milhões de habitantes (125 milhões, 2022), resultando em um decréscimo populacional em aproximadamente 40% de sua população (UN, 2022). Um estudo do Parlamento Europeu prevê que o Japão deve alcançar 88 milhões de habitantes em 2065, e que 1 a cada 3 japoneses vai possuir mais de 65 anos. Outros estudos, como na revista *NIPPON*, preveem que a população total do Japão, podem atingir a marca de 42,86 milhões de habitantes em 2110, com cerca de 41,3% de japoneses acima dos 65 anos, caso os japoneses não consigam equilibrar sua taxa de fertilidade (alcançando acima de 2,0 filhos por mulher).

Figura 16



FONTE: NIPPON (2014)

Logo, o Japão deve enfrentar, pelas próximas décadas, uma transição demográfica que gera impactos diretos nos setores socioeconômicos e de defesa, trazendo uma grande parcela de seu PIB para lidar com as pessoas em necessidade, isso fora o fato de ter que implementar novas políticas que fomentem a reprodução de sua população para lidar com a baixa taxa de fertilidade. A prospecção populacional apontada pelo relatório das Nações Unidas (2022), mostra que em 2100, dos 73,4 milhões de habitantes japoneses, 35,9 milhões serão homens e 37,7 serão mulheres, destes, aproximadamente 20 milhões possuem acima de 50 anos.

A questão populacional já está gerando escassez de mão-de-obra japonesa para lidar com a demanda de serviços, conforme a *Kyodo News (2022)*, agência de notícias japonesa. Mais de metade das empresas no Japão já sofrem com essa preocupação, um total de 30,4% dessas empresas relata a falta de mão de obra de trabalhadores não regulares, restaurantes e setores de saúde (no qual se concentram esses tipos de trabalhadores), foram particularmente atingidos em 77,3% e 62,3%, respectivamente. Já em relação aos funcionários em tempo integral, a crise é sentida principalmente pelo setor de serviços de informação (71,3%), seguido pelo recrutamento (65%) e na manutenção e indústrias de segurança (64,6%). A questão populacional é preocupante ao governo japonês, principalmente por conta do desafio enfrentado pela comunidade internacional frente aos conflitos geoeconômicos e geopolíticos. O governo japonês já relatou em seu livro de defesa, como os países vizinhos (Rússia, China, Coreia do Norte) continuam a fazer lançamentos de mísseis, exercícios militares e movimentos que afetam o equilíbrio internacional, como diz o governo japonês, na busca unilateral de obter seus interesses. E usa de exemplo: a constante tentativa chinesa de obter domínio no Mar da China; sua demonstração de que pode usar a força para lidar com Taiwan; o conflito Rússia-Ucrânia que tem aumentado cada vez mais a distância entre o Ocidente e o Oriente, especificamente a relação entre a China, Rússia e a Coreia do Norte para com os Estados Unidos, Japão, Taiwan e a República da Coreia; fora os mísseis balísticos lançados rotineiramente pelos norte-coreanos sobre o território japonês.

Se um conflito eclodir nesta região, os japoneses precisam estar preparados para exercer sua soberania e também de forma legítima, já que sua constituição ainda limita a atuação das JSDF, ainda mais fora do território japonês, isso porque desde 1945, gerações de líderes japoneses rejeitaram a ideia de que o Estado pode e deve usar a força para resolver suas disputas internacionais. Uma vez que isso aconteça, os japoneses que possuem uma sociedade altamente envelhecida, não possuirão condições de enviar essas pessoas mais velhas para o combate, com a idade, os ossos tendem a encolher em tamanho e densidade, enfraquecendo-os e tornando-os mais suscetíveis a fraturas, os músculos geralmente perdem força, resistência e flexibilidade,

fatores que afetam a coordenação, estabilidade e o equilíbrio. O Japão já está buscando automatizar seus serviços através da iniciativa *Society 5.0*, mas deve também reforçar suas políticas de defesa, para lidar com a escassez de militares e com o envelhecimento daqueles homens hábeis de serem recrutados.

As Forças de Autodefesa do Japão têm participado de diversas atividades militares, sejam internas como externas, auxiliando em PKOs, socorrendo pessoas após desastres naturais, operações antipirataria, em coalizões militares, entre outros. Conforme a analista Sheila Smith, após décadas de pacifismo na população japonesa, os militares do Japão são agora um parceiro muito mais apreciado pelos líderes civis que precisam de sua ajuda para administrar as crises do país. Os líderes japoneses hoje valorizam suas forças armadas como um instrumento de política nacional e estão muito mais dispostos a usar esse instrumento como meio de contribuição do Japão para os desafios de segurança global (SMITH, 2019). O estado japonês também se preparou para o possível uso da força dentro e ao redor de seu território. As crescentes capacidades militares de seus vizinhos aumentaram a sensação de ameaça em Tóquio, levando a investimentos significativos em novas armas defensivas e em aprimoramentos para a coordenação de defesa entre os Estados Unidos e o Japão e também com outros países, como a Austrália e no desenvolvimento de caças, com o Reino Unido e a Itália (CAVOK, 2022). Os sistemas de alerta civil, há muito usados apenas para desastres naturais, agora são usados para alertar a população japonesa dos testes de mísseis norte-coreanos sobre a região. Preparar tanto o exército japonês quanto o povo japonês, agora é parte integrante do planejamento de defesa japonês.

O rearmamento japonês já é uma realidade, o Primeiro Ministro japonês, Fumio Kishida, apresentou no dia 16 de dezembro de 2022, um amplo plano de cinco anos para aumentar o orçamento de defesa japonês. Este plano, antes impensável no Japão pacifista, tornará o país o terceiro maior gastador militar do mundo, depois dos Estados Unidos e da China, com base nos orçamentos atuais. O plano envolve um gasto de 320 bilhões de dólares, que comprará mísseis capazes de atingir a China e preparar os japoneses para um conflito prolongado à medida que as tensões regionais e a invasão da Rússia na Ucrânia aumentam a perspectiva de guerra (REUTERS, 2022). Kishida, que descreveu o Japão e seu povo como estando em um "ponto de virada na história", disse que o aumento foi "resposta aos vários desafios de segurança que enfrentamos". O governo japonês teme que o movimento russo encoraje a China a atacar Taiwan, ameaçando também as ilhas japonesas próximas, interrompendo o fornecimento de semicondutores avançados e colocando um potencial estrangulamento nas rotas marítimas que fornecem petróleo ao Oriente Médio. E caso os

chineses engajem em um conflito, isso deve encorajar também os norte-coreanos a invadir a República da Coreia. O governo disse que também vai estocar peças sobressalentes e outras munições, e deve expandir a capacidade de transporte e desenvolver capacidades de guerra cibernética.

Incluído no plano de Kishida, está a iniciativa de dobrar os gastos com defesa, alcançando cerca de 2% do produto interno bruto em cinco anos, ultrapassando o limite de gastos autoimposto de 1%, que está em vigor desde 1976. Outros itens na lista de compras militares do Japão, nos próximos cinco anos, incluem mísseis interceptadores para defesa contra mísseis balísticos, drones de ataque e reconhecimento, equipamentos de comunicação por satélite, caças furtivos Lockheed Martin F-35, helicópteros, submarinos, navios de guerra e jatos de transporte de cargas pesadas (REUTERS, 2022). Não se espera que o Japão vá invadir outros territórios, ou que retorne sua ambição imperial do início do século XX, mas a defesa das ilhas japonesas, no entanto, é também uma prioridade. Nenhuma das mudanças legais feitas recentemente alteraram fundamentalmente o desejo do Japão de limitar o uso da força militar a tarefas que melhorem sua própria segurança, porém foram feitas melhorias na preparação de defesa do Japão, e ao longo do tempo, se tornou indispensável discutir sobre como melhorar e apoiar as JSDF enquanto se preparam para enfrentar os militares norte-coreanos e chineses (SMITH, 2019).

Dentro das alternativas japonesas para lidar com essas questões, o governo japonês precisa também implementar políticas populacionais eficientes e que abordem todos aqueles incluídos na sociedade japonesa, especificamente em relação aos imigrantes. Segundo o Centro Japonês de Intercâmbio Internacional, embora a imigração seja uma solução possível, ela tem sido tradicionalmente vista como um assunto tabu e não foi analisada lógica ou objetivamente no Japão (JCIE, 2022). Para entrar no Japão, são necessários diversos requerimentos, primeiro ao solicitar o visto de residência (dos mais de 20 disponíveis) específico para a função do migrante, como visto de turismo, escolar, etc. Os imigrantes que desejam trabalhar no Japão, precisam de um diploma universitário ou experiência profissional considerável no campo aplicável sendo necessário para se qualificar para a maioria dos tipos de visto de trabalho. Muitos desses vistos não permitem atividades remuneradas, então muitos trabalhadores não são regulares, aqueles que possuem o visto e trazem seus cônjuges e filhos ao Japão (como dependentes) acabam enfrentando outra dificuldade, pois os dependentes não podem se envolver em nenhuma atividade remunerada, a menos que obtenham permissão do escritório de imigração, mas mesmo assim, eles podem trabalhar apenas um número máximo de horas por semana (JCIE, 2022).

Segundo a Agência de Serviços de Imigração do Japão, o número de residentes estrangeiros no final de junho de 2022 era de 2.961.969, um aumento de 201.334 (7,3%) em relação ao final de 2021. Sendo esses em sua maioria chineses (744 mil), seguido de vietnamitas (476 mil), coreanos (412 mil), filipinos (291 mil) e brasileiros (207 mil), entre outros. Destes, apenas 845.693 pessoas são residentes permanentes (ISA, 2022). Entretanto, o governo japonês reluta em abrir o país à imigração em larga escala, especialmente para aqueles que se dedicam à mão de obra não qualificada.

Esses imigrantes residentes no Japão, após passar por todas as burocracias necessárias, ainda sofrem com uma discriminação por parte dos civis japoneses, assim não se sentindo como parte da sociedade mesmo após anos no Japão. Os japoneses declaram em pesquisas que se sentem a favor dos imigrantes, porém segundo Nagayoshi (2017) em sua pesquisa para a Universidade de Tokyo sobre imigrantes, mais de 60% dos 3.880 entrevistados disseram que um aumento no número de imigrantes “levaria a um aumento nas taxas de criminalidade” e “colocaria em risco a segurança e a ordem” no Japão. Isso inclui pessoas que buscam asilo, em 2017, cerca de 19.000 pessoas solicitaram asilo no Japão, fugindo de perseguições, conflitos e fome em lugares como Myanmar, Síria e Sri Lanka. No entanto, Tóquio concedeu o status de refugiado a apenas 20 candidatos (ISA, 2022).

Para lidar com a relação dos japoneses com estrangeiros, inúmeras iniciativas têm buscado concluir esse objetivo, como mesas redondas, programas de inclusão social, a Ajuda Humanitária para Imigrantes Marginalizados (HAMIS), Sistemas de Ajuda Sustentáveis para Residentes Estrangeiros no Japão, dentro dessas iniciativas, inclui a chamada “Conferência sobre a Promoção do Uso do Japonês Fácil de Falar”, que busca facilitar a comunicação. No início de dezembro de 2018, a Dieta japonesa aprovou revisões na lei de imigração que permitirão que estrangeiros sejam qualificados para um novo status de visto de “Habilidades específicas”, com o propósito expresso de trabalhar em setores designados (incluindo agricultura, cuidados de enfermagem, construção, indústrias transformadoras específicas e serviços alimentares e hoteleiros) por um período máximo de cinco anos, o que ainda é algo a ser implementado. Porém, mesmo que esses processos facilitem a entrada de estrangeiros, o governo japonês e sua população precisam efetivar esses planos e fazer com que os japoneses aceitem estrangeiros como parte da nação. Uma medida que pode melhorar essa questão, seria uma revisão do direito de nacionalidade japonês (*jus sanguinis*), conforme o Ministério de Justiça japonês, para que se torne um cidadão japonês, a criança deve possuir algum de seus pais de nacionalidade (e sangue) japonês no momento de seu nascimento, salvo em casos que ambos os pais são desconhecidos ou não têm nacionalidade no caso da criança nascer no Japão. Sendo

que, aqueles que não são naturalizados japoneses, são descritos pelo Ministério como “*aliens*” (MINISTRY OF JUSTICE, 2008).

Então, para lidar com essa questão populacional e o envelhecimento, o Japão deve não só implementar novas tecnologias que possam repor a mão-de-obra nos serviços que atendem a população em necessidade, como também desenvolver tecnologias que não precisem de pessoas na sua manutenção, tal como veículos não tripulados e armamentos que possam garantir a segurança da nação japonesa frente aos possíveis conflitos. O governo japonês, lida com essa questão populacional com um foco econômico, presenteando um “bônus” à família que concede um bebê. Segundo Julian Ryall, em sua publicação para a revista DW (2022), atualmente, no nascimento de um bebê, os pais japoneses recebem do governo 420 mil ienes (cerca de R\$ 16,2 mil), o Ministério da Saúde, Trabalho e Bem-Estar do Japão propôs aumentar esse valor para 500 mil ienes (cerca de 19.858,97 reais), a partir de abril de 2023. No entanto, essa estratégia de bonificar as famílias tem sido aplicada desde o século passado, sem muito progresso (DW, 2022). O problema é que o custo de vida no Japão tem aumentado com o passar do tempo, os custos dos cuidados infantis são muito altos e esses bônus não tem sido o suficiente para cobrir todas as despesas. Incluído nas iniciativas japonesas, estão incentivos como ofertas de carros, moradia em regiões populacionais, mas todas relacionadas a benefícios em dinheiro. O governo japonês precisa implementar medidas que fujam do aspecto econômico.

Uma medida que pode solucionar esse problema é o aumento da idade de procriação, pois é mais fácil ajudar casais que já são casados e desejam ter dois ou mais filhos a atingir seus objetivos de fertilidade, do que encontrar solteiros ou persuadir casais que não querem mais filhos a mudar de ideia (IMF, 2020). Desenvolver meios de aumentar a fertilidade naquelas mulheres acima dos 30 anos, como, por exemplo, a fertilização in vitro (IVF), uma técnica de reprodução assistida que consiste na união de um óvulo com um espermatozoide, seria uma alternativa para aqueles casais que possuem dificuldades para engravidar. Deve também criar ambientes familiares mais amistosos, reduzindo os divórcios, criando ambientes menos competitivos para as crianças e adolescentes. O machismo na sociedade japonesa dificulta também a relação das mulheres no mercado, então o Japão precisa lidar com sua desigualdade de gênero, fomentando as mulheres e mães, uma oportunidade de voltar a trabalhar em boas condições e não em trabalhos não regulares. O governo japonês também terá de implementar políticas que ampliem a migração, tanto interna como externa, com a promoção estratégica de pontos fortes regionais, como na agricultura e turismo, criando centros locais de emprego. Com o êxodo contínuo de populações rurais para Tóquio, é importante que se expandam as

corporações altamente competitivas e que estabeleçam bases de operação em cidades regionais estratégicas, a fim de recompor as comunidades rurais.

Em relação ao envelhecimento, deve-se criar atividades remuneradas para os mais velhos, e também que os incentive a participar mais ativamente do mercado nacional e favoreçam um ambiente sem discriminação. Com o envelhecimento, vem também uma redução nos desenvolvimentos cognitivos, logo, medidas como a aplicada pelo governo da Cingapura, no qual suas universidades apoiam seus graduados na aprendizagem ao longo de suas vidas, podem incentivar os mais velhos a voltar a estudar, aprimorando suas habilidades específicas. Os ex-alunos da *National University of Singapore* podem fazer cursos selecionados por até 20 anos a partir do momento da matrícula, a Universidade de Ciências Sociais de Cingapura também oferece créditos a ex-alunos para compensar taxas em cursos relacionados a habilidades emergentes. Ao que concerne esse envelhecimento, o governo japonês possui, desde 2000, um abrangente Seguro de Cuidados de Longo Prazo, conhecido como um dos seguros de saúde mais generosos e abrangentes do mundo (WEFORUM, 2020). O seguro paga por planos de cuidados projetados profissionalmente e aprovados pelo governo, que oferecem aos idosos uma escolha de diferentes modelos de cuidados, como morar em instalações de assistência assistida, atendimento domiciliar e assistência nas compras de supermercado. Uma solução possível para essa questão, é a introdução de trabalhadores robóticos para desempenhar funções básicas de prestação de cuidados a pacientes geriátricos. Mas, embora os estudos relatem que os robôs, como o “PARO” robô doméstico de terapia, aliviam um pouco a solidão em adultos mais velhos, mas eles não foram projetados para substituir os cuidadores humanos, capazes de realizar uma série de tarefas importantes de cuidado além do entretenimento básico (THE DIPLOMAT, 2022).

Não se sabe ao certo o futuro da população japonesa e como esse declínio vai impactar no setor socioeconômico e também na defesa do Japão, porém o governo japonês precisa abordar suas dificuldades internas de uma forma que não seja apenas econômica, trazendo não só diversas inovações tecnológicas (militares e civis), mas também apresentando políticas que abram a nação para os estrangeiros, e que estes possam fazer parte da sociedade. Por conta do declínio populacional, uma estratégia para lidar com sua escassez de pessoal militar, seria incluir esses estrangeiros ao seu exército.

No Japão, dificilmente se imagina um chinês, ou coreano (ou qualquer outro), como um militar que defenderá a nação japonesa, entretanto, o governo japonês não pode abdicar de alternativas que incluam essas pessoas. O único trunfo japonês para lidar com as dificuldades que a comunidade internacional enfrenta, é sua população, visto que o território japonês

(378.000 km²) é pequeno em comparação aos seus vizinhos, como a China (9.597.000 km²), e a Rússia (17.100.000 km²). A população japonesa depende da importação da maioria dos outros recursos, como matérias-primas e recursos não-renováveis, e submete a segurança de seu país a força estadunidense. Então, frente a um futuro incerto, caso o governo japonês não reforce e aplique políticas que abordem a questão demográfica à sua defesa, suas perdas populacionais resultarão em um futuro catastrófico aos japoneses, seja devido a crises econômicas, ou crises militares. Não se sabe ao certo, em qual momento pode uma guerra eclodir, portanto, conforme o Japão lida com suas dificuldades internas, o governo japonês deve manter a segurança de sua população e estar cada vez mais preparado para enfrentar àqueles que perturbam o equilíbrio da comunidade internacional.

REFERÊNCIAS

AL JAZEERA. **Fate of Japanese hostages uncertain.** Disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2004/4/13/fate-of-japanese-hostages-uncertain>. Acesso em: 22 jul. 2022.

AL JAZEERA. **China says it reserves right to use force over Taiwan.** Disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2022/10/15/china-says-it-reserves-right-to-use-force-over>. Acesso em: 16 dez. 2022.

BANGKOK POST. **China sends record wave of bombers into Taiwan defence zone.** Disponível em: <https://www.bangkokpost.com/world/2459417/china-sends-record-wave-of-bombers-into-taiwan-defence-zone>. Acesso em: 13 dez. 2022.

BARTLETT, Duncan. Japan-South Korea Tensions on Display at NATO Summit: A meeting between the leaders of Japan and South Korea has shown the issues that divide them, including North Korea. **The Diplomat**. Web, jul./2022. Disponível em: <https://thediplomat.com/2022/07/japan-south-korea-tensions-on-display-at-nato-summit/>. Acesso em: 15 out. 2022.

BBC. **Boat collisions spark Japan-China diplomatic row.** Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-asia-pacific-11225522>. Acesso em: 10 jun. 2021.

BELL, Markus. Japan's Self-Destructive Immigration Policy: Criminalizing asylum seekers and stigmatizing immigration is only worsening Japan's demographic crisis. **The Diplomat**. Tokyo, dez./2022. Disponível em: <https://thediplomat.com/2022/01/japans-self-destructive-immigration-policy/>. Acesso em: 20 dez. 2022.

BERMÚDEZ, Ángel. Por que Japão quer acabar com pacifismo militar adotado após derrota na Segunda Guerra. **British Broadcasting Corporation**. Brasil, jul./2022. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-62197763>. Acesso em: 20 jul. 2022

BILAL, Arsalan. Hybrid Warfare: New Threats, Complexity, and 'Trust' as the Antidote. **Nato Review**. Norway, nov./2021. Disponível em: <https://www.nato.int/docu/review/articles/2021/11/30/hybrid-warfare-new-threats-complexity-and-trust-as-the-antidote/index.html>. Acesso em: 15 nov. 2022.

BLAKEMORE, Erin. How Japan Took Control of Korea: Between 1910 and 1945, Japan worked to wipe out Korean culture, language and history. **History**. Web, fev./2018. Disponível em: <https://www.history.com/news/japan-colonization-korea#:~:text=In%201910%2C%20Korea%20was%20annexed,out%20war%20on%20Korean%20culture>. Acesso em: 8 out. 2022.

BLOMQUIST, Rachel; WERTZ, Daniel; AOKI, Naoko. An overview of North Korea-Japan relations. **The National Committee on North Korea**, out./2022. Disponível em:

https://www.ncnk.org/resources/briefing-papers/all-briefing-papers/overview-north-korea-japan-relations#footnote10_38rhcwu. Acesso em: 21 out. 2022.

BOUCHER, Lauren. What are the different types of population pyramids? **Population Education**, Washington, mar./2016. Disponível em: <https://populationeducation.org/what-are-different-types-population-pyramids/#:~:text=average%20life%20expectancies,-,Constrictive,tapering%20in%20at%20the%20bottom>. Acesso em: 23 mai. 2022.

BRACKEN, G. (2019). Treaty Ports in China: Their Genesis, Development, and Influence. **Journal of Urban History**, 45(1), 168–176. <https://doi.org/10.1177/0096144218816548>

BRITISH BROADCASTING CORPORATION. **North Korea: What missiles does it have?**. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-asia-41174689>. Acesso em: 26 out. 2022.

BRITISH BROADCASTING CORPORATION. **Profile: Dokdo/Takeshima islands**. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-asia-19207086>. Acesso em: 4 out. 2022.

BRITISH BROADCASTING CORPORATION. **North Korea fires missiles hours after Biden leaves Asia**. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-asia-61560786>. Acesso em: 29 mai. 2022.

BRITANNICA. **Imperial Japan**. Disponível em: <https://www.britannica.com/place/Empire-of-Japan/The-Manchurian-Incident>. Acesso em: 23 jun. 2022.

BRITANNICA. **Meiji Restoration**. Disponível em: <https://www.britannica.com/event/Meiji-Restoration/Accomplishments-of-the-Meiji-Restoration>. Acesso em: 22 jun. 2022.

BRITANNICA. **The rise of the militarists**. Disponível em: <https://www.britannica.com/place/Japan/The-rise-of-the-militarists>. Acesso em: 25 jun. 2022.

BRITANNICA. **Population projections**. Disponível em: <https://www.britannica.com/science/population-biology-and-anthropology/Population-projections#/media/1/470303/173436>. Acesso em: 21 jan. 2023.

BRITANNICA. **World War II and defeat**. Disponível em: <https://www.britannica.com/place/Japan/World-War-II-and-defeat>. Acesso em: 21 jun. 2022.

BRITANNICA, The Editors of Encyclopaedia. "Kuril Islands". **Encyclopedia Britannica**, 29 Jan. 2020, <https://www.britannica.com/place/Kuril-Islands>. Acesso em: 5 jan. 2023.

BRITANNICA, The Editors of Encyclopaedia. "Second Sino-Japanese War". **Encyclopedia Britannica**, 29 Aug. 2022. Disponível em: <https://www.britannica.com/event/Second-Sino-Japanese-War>. Acesso em: 1 nov 2022.

BRIMELOW, B. China's military is turning its aggressive South China Sea tactics on Japan. **INSIDER**, New York, jan./2018. Disponível em: <https://www.businessinsider.com/russia-china-backing-japan-in-a-corner-2018-1>. Acesso em: 30 abr. 2021.

BROWN, David. China and Taiwan: A really simple guide. **British Broadcasting Corporation**, London, ago./2022. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-asia-china-59900139>. Acesso em: 13 dez. 2022.

CABINET OFFICE OF JAPAN. **Gender Equality Bureau 2006**. Disponível em: <https://www.gender.go.jp>. Acesso em: 29 maio 2022.

CABINET OFFICE OF JAPAN. **Healthcare Policy 2017**. Disponível em: <https://www.kantei.go.jp/>. Acesso em: 30 maio. 2022.

CABINET OFFICE OF JAPAN. **Annual Report on the Ageing Society**. Disponível em: <https://www8.cao.go.jp/kourei/english/annualreport/index-wh.html>. Acesso em: 29 abr. 2021.

CABINET OFFICE OF JAPAN. **Annual Report on the Declining Birthrate**. Disponível em: <https://www.cao.go.jp/en/whitepaper.html>. Acesso em: 29 abr. 2021.

CABLE (S), Ambassador Armacost to Department of State, **Subject: The Gulf War: Impact on Japan and U.S.-Japan Relations**, March 14, 1991. Disponível em: <https://nsarchive.gwu.edu/document/19424-national-security-archive-doc-10-document-13>. Acesso em: 20 jul. 2022

CARTWRIGHT, Mark. "Ancient Korean & Japanese Relations.". **World History Encyclopaedia**, 25 Nov 2016. Web. Disponível em: <https://www.worldhistory.org/article/982/ancient-korean--japanese-relations>. Acesso em: 10 set 2022.

CARTWRIGHT, Mark. "Ancient Japanese & Chinese Relations.". **World History Encyclopedia**, 27 Jun 2017. Web. Disponível em: <https://www.worldhistory.org/article/1085/ancient-japanese--chinese-relations/>. Acesso em: 26 Out 2022.

CIA WORLD FACT BOOK. **Japan**. Disponível em: <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/ja.html>. Acesso em: 27 out. 2019.

CHAN, C. et al. The aging of Asia: policy lessons, challenges. **Global Asia**, 2(2), 80-90. (2007).

CHAN, M. China issues strong warning to Japan over 'negative moves' in East China Sea dispute. **Yahoo News**, China, mar./2021. Disponível em: <https://sg.news.yahoo.com/china-issues-strong-warning-japan-101036385.html>. Acesso em: 29 abr. 2021.

CHEN, C. Peter. Soviet-Japanese Neutrality Pact. **World War II Database**. USA, may./2007. Disponível em: https://ww2db.com/battle_spec.php?battle_id=199. Acesso em: 24 set. 2022.

CLAUSEWITZ, Carl von. **Da Guerra**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

CLARK, Don; BROWNING, Kellen. In Phoenix, a taiwanese chip giant builds a hedge against China. **New York Times**. San Francisco & Phoenix, dez./2022. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2022/12/06/technology/tsmc-chips-factory-phoenix.html?searchResultPosition=1>. Acesso em: 13 dez. 2022.

COBB, Ellie. Ainu, o povo indígena do Japão que vivia com ursos. **British Broadcasting Corporation**. London, dez./2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/vert-tra-54991240>. Acesso em: 23 set. 2022.

COMMONS WIKIMEDIA. **Historical expanse of the Ainu people**. Disponível em: https://commons.wikimedia.org/w/index.php?curid=13262173#/media/File:Historical_expanse_of_the_Ainu.svg. Acesso em: 23 set. 2022.

COMMONS WIKIMEDIA. **Kuril-Islands-Japanese-Map**. Disponível em: <https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Kuril-Islands-Japanese-Map>. Acesso em: 24 set. 2022.

COULMAS, Florian. **Population Decline and Ageing in Japan: The Social Consequences**. London: Routledge, 2007. p. 1-38.

COUNCIL ON FOREIGN RELATIONS. **North Korean Nuclear Negotiations**. Disponível em: <https://www.cfr.org/timeline/north-korean-nuclear-negotiations>. Acesso em: 24 out. 2022.

COUNCIL ON FOREIGN RELATIONS. **About the expert: Sheila A. Smith**. Disponível em: <https://www.cfr.org/expert/sheila-smith>. Acesso em: 12 jun. 2021.

CREAMER, Dewayne J. The rise and fall of Chosen Soren: its effect on Japan's relations on the Korean Peninsula. **Naval Postgraduate School**, California, v. 1, n. 1, p. 1-87, dez./2003. Disponível em: <https://calhoun.nps.edu/handle/10945/6216>. Acesso em: 20 out. 2022.

DEFENSE OF JAPAN (ANNUAL WHITE PAPER). **Defense Of Japan 2020**. Disponível em: https://www.mod.go.jp/en/publ/w_paper/wp2020/pdf/index.html. Acesso em: 10 Jun. 2021.

DESK, Eurasian Times. Xi Jinping Vows To Have World-Class Military By 2027 As Chinese President Looks For An Unprecedented Third Term: China will continue its military reform so that by 2027, which will mark the centennial of the founding of the People's Liberation Army (PLA), Beijing will achieve its intended goal of having a world-class armed force,

Chinese President Xi Jinping said. **The Eurasian Times**, Web, out./2022. Disponível em: <https://eurasianimes.com/china-vows-to-have-world-class-military-by-2027-as-chinese/>. Acesso em: 16 nov. 2022.

DEUTSCHE WELLE. **Korean memorial 'resembling' Japan's PM prompts Tokyo rebuke**. Disponível em: <https://www.dw.com/en/japan-fumes-over-comfort-women-statue-in-south-korea-said-to-resemble-abe/a-54357341>. Acesso em: 15 out. 2022.

DOKDO-TAKESHIMA. **Dokdo Island The Historical Dispute Between Japan and Korea**. Disponível em: <https://www.dokdo-takeshima.com/japanese-historical-maps-excluded-dokdo-ii.html>. Acesso em: 7 out. 2022.

DW MADE FOR MINDS. **Japan's Cabinet approves record defense budget**. Disponível em: <https://www.dw.com/en/japans-cabinet-approves-record-defense-budget/a-56005507>. Acesso em: 7 mai. 2021.

HISTORY. Russo-Japanese War. **History**. USA, ago./2018. Disponível em: <https://www.history.com/topics/japan/russo-japanese-war>. Acesso em: 16 set. 2022.

ELSTER, James M. "The United States—Japan Alliance." **Naval War College Review**, vol. 22, no. 5, 1970, pp. 19–39. *JSTOR*. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/44640077>. Acesso: 6 Ago. 2022.

EMBAIXADA DO JAPÃO NO BRASIL. **Territórios do Norte do Japão Por um Relacionamento de Confiança Genuína**. Disponível em: https://www.br.emb-japan.go.jp/politica_externa/territorios_norte.html. Acesso em: 26 set. 2022.

EMMERS, Ralf. Japan-Korea Relations and the Tokdo/Takeshima Dispute: The Interplay of Nationalism and Natural Resources. **S. Rajaratnam School of International Studies**. Singapore, v. 1, p. 1-43, nov./2020. Disponível em: <https://www.rsis.edu.sg/rsis-publication/idss/212-wp212-japan-korea-relations/#.Y7gRh3bMLIU>. Acesso em: 8 out. 2022.

EUROPEAN PARLIAMENT. **Japan's ageing society**. Disponível em: <https://www.europarl.europa.eu/portal/en>. Acesso em: 27 abr. 2022.

EUROPEAN PARLIAMENT THINK THANK. **Japan's ageing society**. Disponível em: [https://www.europarl.europa.eu/thinktank/en/document.html?reference=EPRS_BRI\(2020\)659419](https://www.europarl.europa.eu/thinktank/en/document.html?reference=EPRS_BRI(2020)659419). Acesso em: 14 jun. 2021.

FACTS AND DETAILS. **Japanese colonialism and events before World War II**. Disponível em:

[https://factsanddetails.com/asian/ca67/sub426/item2538.html#:~:text=The%20Japanese%20colonized%20Korea%2C%20Taiwan,\(present%2Dday%20Taiwan\)](https://factsanddetails.com/asian/ca67/sub426/item2538.html#:~:text=The%20Japanese%20colonized%20Korea%2C%20Taiwan,(present%2Dday%20Taiwan)). Acesso em: 21 jun. 2022.

FORCE INDEX. **Rodong-1: How North Korea's First Strategic Missile Program Came to Involve Pakistan, Iran and Egypt.** Disponível em:

<https://militarywatchmagazine.com/article/rodong-1-the-evolution-of-north-korea-s-first-indigenous-missile-design-and-how-it-came-to-involve-pakistan-iran-and-egypt>. Acesso em: 22 out. 2022.

FRANK, Richard B. There Are No Civilians in Japan: Allied military planners faced a bitter truth as they planned for a possible invasion of Japan: there were no distinctions between soldiers and civilians. **The National WWII Museum**, USA, ago./2020. Disponível em:

<https://www.nationalww2museum.org/war/articles/there-are-no-civilians-japan>. Acesso em: 30 jul. 2022.

FUJITA, Junko; CUSHING, Christopher. Majority of Japanese oppose raising taxes to fund military expansion: Kyodo reports. **Reuters**, Tokyo, dez./2022. Disponível em:

<https://www.reuters.com/world/asia-pacific/majority-japanese-oppose-raising-taxes-fund-military-expansion-kyodo-2022-12-18/>. Acesso em: 18 dez. 2022.

FUNABASHI, Yoichi. Why Japan's Elderly Are Endangering Its Military: Dramatic demographic shifts are challenging Abe's plans to expand the ambit of Japan's defense force. **The National Interest**, Asia, dez./2015. Disponível em:

<https://nationalinterest.org/feature/why-japans-elderly-are-endangering-its-military-14632>. Acesso em: 18 jun. 2022.

GIELOW, Igor. China exhibe aos EUA míssil hipersônico 'matador de porta-aviões': Mostra ocorre antes de encontro Xi-Biden no G20 e durante exercícios militares de aliados no Japão. **FOLHA DE SÃO PAULO**, São Paulo, nov./2022. Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2022/11/china-exibe-aos-eua-missil-hipersonico-matador-de-porta-avioes.shtml>. Acesso em: 10 nov. 2022.

GLOBAL FIRE POWER. **2022 Countries Military Strength.** Disponível em:

<https://www.globalfirepower.com/countries-comparison-detail.php?country1=north-korea&country2=japan>. Acesso em: 18 nov. 2022.

GLOBAL FIRE POWER. **Comparison of China and Japan Military Strengths (2022).**

Disponível em: <https://www.globalfirepower.com/countries-comparison-detail.php?country1=china&country2=japan>. Acesso em: 16 nov. 2022.

GOVERNMENT OF THE NETHERLANDS. **Causes and effects of population decline.**

Disponível em: <https://www.government.nl/topics/population-decline/causes-and-effects-of-population-decline>. Acesso em: 10 mai. 2022.

HOSAKA, Yuji. Why Did the 2015 Japan-Korea 'Comfort Women' Agreement Fall Apart?: The agreement was flawed from the beginning, and continued denialism from the Japanese government undermined its spirit.. **The Diplomat**, Web, nov./2021. Disponível em:

<https://thediplomat.com/2021/11/why-did-the-2015-japan-korea-comfort-women-agreement-fall-apart/>. Acesso em: 13 out. 2022.

IBGE. **Japão**. Disponível em: <https://paises.ibge.gov.br/#/dados/japao>. Acesso em: 29 mai. 2022.

IISS, T. I. I. F. S. S. **The Military Balance 2022: The International Institute for Strategic Studies**. 1. ed. Web. Routledge, 2022. p. 1-504.

INTERNATIONAL MARITIME ORGANIZATION. **United Nations Convention on the Law of the Sea**. Disponível em: <https://www.imo.org/en/OurWork/Legal/Pages/UnitedNationsConventionOnTheLawOfTheSea.aspx#:~:text=The%20United%20Nations%20Convention%20on,the%20oceans%20and%20their%20resources>. Acesso em: 9 out. 2022.

IMMIGRATION SERVICES AGENCY OF JAPAN. **Regarding the number of foreign residents as of the end of June 2022**. Disponível em: https://www.moj.go.jp/isa/publications/press/13_00028.html. Acesso em: 20 dez. 2022.

IRISH TIMES. Japan suffers biggest ever population decline as birthrate falls: Japanese prime minister Shinzo Abe describes demographics as a national crisis. **The Irish Times**, Dublin, p. 1-2, dez./2018. Disponível em: <<https://www.irishtimes.com/news/world/asia-pacific/japan-suffers-biggest-ever-population-decline-as-birthrate-falls-1.3742164>>. Acesso em: 28 out. 2019.

JAPAN CENTER FOR INTERNATIONAL EXCHANGE. **Population Decline & Immigration in Japan**. Disponível em: <https://www.jcie.org/programs/population-decline-immigration/>. Acesso em: 22 dez. 2022.

JAPAN-GUIDE.COM. **Post War History (since 1945)**. Disponível em: <https://www.japan-guide.com/e/e2124.html>. Acesso em: 21 jun. 2022.

JAPAN-GUIDE.COM. **Entering Japan**. Disponível em: <https://www.japan-guide.com/e/e2221.html>. Acesso em: 20 dez. 2022.

JAPAN KANTEI. **Prime Minister Attends the Funeral of the Officials of the Ministry of Foreign Affairs of Japan who Died in Iraq**. Disponível em: https://japan.kantei.go.jp/koizumiphoto/2003/12/06sougi_e.html. Acesso em: 21 jul. 2022.

JAPAN KANTEI. **Prime Minister Attends the Funeral of the Officials of the Ministry of Foreign Affairs of Japan who Died in Iraq**. Disponível em: https://japan.kantei.go.jp/koizumiphoto/2003/12/06sougi_e.html. Acesso em: 12 set. 2022.

JAPAN MINISTRY OF DEFENSE. **Regarding the incident of an ROK naval vessel directing its fire-control radar at an MSDF patrol aircraft.** Disponível em: https://www.mod.go.jp/en/d_act/radar/index.html. Acesso em: 11 out. 2022.

JAPAN MINISTRY OF DEFENSE. **Regarding the incident of an ROK naval vessel directing its fire-control radar at an MSDF patrol aircraft.** Disponível em: https://www.mod.go.jp/en/d_act/radar/index.html. Acesso em: 6 out. 2022.

JAPAN TROOPS BEGIN IRAQ MISSION: Tokyo, Japan (CNN). Japanese troops have arrived in southern Iraq to begin Japan's most controversial and riskiest military venture since World War II. **Cable News Network (CNN)**. USA, jan./2004. Disponível em: <http://edition.cnn.com/2004/WORLD/meast/01/19/sprj.nitop.japan.troops/>. Acesso em: 30 jul. 2022.

JAPAN. **The Constitution of Japan (1946)**. Prime Minister of Japan and His Cabinet. Disponível em: https://japan.kantei.go.jp/constitution_and_government_of_japan/constitution_e.html. Acesso em: 20 jul. 2022

JASH, Amrita. XI Jinping's World-Class Military: Not Only Fights, But also Wins Wars. **Indian Defense Review**. Web, v. 34, abr./2019. Disponível em: <http://www.indiandefencereview.com/spotlights/xi-jinpings-world-class-military-not-only-fights-but-also-wins-wars/>. Acesso em: 15 nov. 2022.

JJI. Japan to lose Sakhalin-2 rights if Kishida supports oil price cap, Medvedev warns. **The Japan Times**. Japan, jul./2022. Disponível em: <https://www.japantimes.co.jp/news/2022/07/06/business/medvedev-sakhalin-oil-gas-price-cap-russia-kishida/>. Acesso em: 26 set. 2022.

KEIRO NO HI. **Celebrating and Recognizing Our Elders**. Disponível em: <https://www.keiro.org/features/keiro-no-hi-holiday>. Acesso em: 2 jun. 2022.

KELLY, Tim; KUBO, Nobuhiro. Gulf war trauma began Japan's retreat from pacifism. **Reuters**, Beijing, dez./2015. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/us-japan-military-history-insight-idUSKBN0U300D20151220>. Acesso em: 13 jul. 2022.

KELLY, Tim; MURAKAMI, Sakura. Pacifist Japan unveils biggest military build-up since World War Two. **Reuters**, Tokyo, dez./2022. Disponível em: <https://www.reuters.com/world/asia-pacific/pacifist-japan-unveils-unprecedented-320-bln-military-build-up-2022-12-16/>. Acesso em: 18 dez. 2022.

KENNEDY, Pam. How Japan's Aging Population Impacts National Defense: With fewer and fewer young people to recruit, Japan's military will face staffing shortfalls. **The Diplomat**,

Web, jun./2017. Disponível em: <https://thediplomat.com/2017/06/how-japans-aging-population-impacts-national-defense/>. Acesso em: 29 mai. 2022.

KIM, In-hua. Ask a North Korean: Do average North Koreans hate Japanese people?: North Koreans are taught that Japan is the sworn enemy of the Korean people. **NKNews**. Web, jun./2021. Disponível em: <https://www.nknews.org/2021/06/ask-a-north-korean-do-average-north-koreans-hate-japanese-people/>. Acesso em: 16 out. 2022.

KIM, Sam. A Timeline of North Korea's Missile Launches and Nuclear Detonations. **Internet Archive Wayback Machine**. Web, abr./2017. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20170521135034/https://www.bloomberg.com/politics/articles/2017-04-16/north-korea-missile-launches-nuclear-detonations-timeline>. Acesso em: 23 out. 2022.

KOBARA, Junnosuke. Japan's latest security threat: its declining birthrate: As Self-Defense Forces miss recruitment targets, they warm to female applicants. **Nikkei Asia**. Asia, nov./2020. Disponível em: <https://asia.nikkei.com/Politics/Japan-s-latest-security-threat-its-declining-birthrate>. Acesso em: 2 jun. 2022.

KONDÔ, Shôichi. Defending Japan's Peace Constitution: Regional security and peace in East Asia. **Progressive Alliance**. Japan, mai./2022. Disponível em: <https://progressive-alliance.info/2022/05/04/defending-japans-peace-constitution-regional-security-and-peace-in-east-asia-by-shoichi-kondo/>. Acesso em: 6 set. 2022.

KRUGMAN, P. Aprendendo a viver com a baixa fecundidade nacional: Uma economia com a população estabilizada precisa de políticas públicas diferentes daquelas da geração baby-boom. **FOLHA DE SÃO PAULO**, São Paulo p. 1, mai./2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/paulkrugman/2021/05/aprendendo-a-viver-com-a-baixa-fertilidade-nacional.shtml?origin=folha>. Acesso em: 2 jun. 2021.

LIFE EXPECTANCY AT BIRTH, TOTAL (YEARS) - JAPAN. **The World Bank Data**. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator/SP.DYN.LE00.IN?locations=JP>. Acesso em: 24 out. 2019.

KYODO NEWS. **Japan eyes building shelter on Okinawa island amid Taiwan tensions**. Disponível em: <https://english.kyodonews.net/news/2022/09/a2fb7c5db711-japan-eyes-building-shelter-on-okinawa-island-amid-taiwan-tensions.html>. Acesso em: 17 dez. 2022.

KYODO NEWS. **Over half of Japan companies suffering from labor shortage: survey**. Disponível em: <https://english.kyodonews.net/news/2022/11/fbc691d031c4-over-half-of-japan-companies-suffering-from-labor-shortage-survey.html>. Acesso em: 16 dez. 2022.

LABORATORY, Hitachi-utokyo. **Society 5.0: A People-centric Super-smart Society (English Edition)**. 1. ed. Tokyo: Springer, 2020. p. 1-177.

LEUSSINK, D. *et al.* Japan protests Russian halt to World War Two peace treaty talks. **Reuters**, Tokyo, mar./2022. Disponível em: <https://www.reuters.com/world/russia-halts-japan-peace-treaty-talks-over-sanctions-2022-03-21/>. Acesso em: 3 out. 2022.

LORENA, Sofia. Já à espera de um teste nuclear, Tóquio, Seul e Washington discutem resposta ao disparo norte-coreano sobre o Japão. **Público**. Web, out./2022. Disponível em: <https://www.publico.pt/2022/10/04/mundo/noticia/ja-espera-teste-nuclear-toquio-seul-washington-discutem-resposta-disparo-nortecoreano-japao-2022791>. Acesso em: 26 out. 2022.

MAIZLAND, Lindsay; CHENG, Nathanael; XU, Beina. The U.S.-Japan Security Alliance: The alliance with Japan has been the cornerstone of U.S. security policy in East Asia for decades. Now, Japan's role in global security is growing as challenges from China and North Korea mount. **Council on Foreign Relations**. United States, nov./2021.

MATSUKURA, N. O. A. R. Aging in Japan: The Health and wealth of older persons. **United Nations**. Japan, p. 199-221, jan./2007. Disponível em: <https://www.un.org/en/development/desa/population/events/pdf/expert/9/ogawa.pdf>. Acesso em: 24 mai. 2022.

MCCURRY, Justin. Wartime sex slaves urge Japan's PM to drop plans to re-examine 1993 apology: Outrage at Shinzo Abe's review of statement recognising country's role in ordeal of 'comfort women'. **The Guardian**. Tokyo, mar./2014. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2014/mar/05/japan-comfort-women-abe-apology>. Acesso em: 17 out. 2022.

MCCURRY, Justin; KAIMAN, Jonathan. Papers prove Japan forced women into second world war brothels, says China: Some historians believe as many as 200,000 women were sent to frontline to be sexually abused between 1932 and 1945. **The Guardian**. Tokyo, abr./2014. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2014/apr/28/japan-second-world-war-brothels-papers-china>. Acesso em: 17 out. 2022.

MEARSHEIMER, J. **The Tragedy of Great Power Politics**. New York: Norton. 2001.

MIKOVIC, N. **Why Russia will not return the Kuril Islands to Japan: More than 60 years of stubborn diplomatic stalemate stemming from the Second World War doesn't appear likely to end**. The Interpreter, Japan-Russia, v. 1, n. 1, p. 1, nov./2020. Disponível em: <https://www.lowyinstitute.org/the-interpreter/why-russia-will-not-return-kuril-islands-japan>. Acesso em: 26 mai. 2021.

MILESTONES IN THE HISTORY OF U.S. FOREIGN RELATIONS. **Occupation and Reconstruction of Japan, 1945–52**. Disponível em: <https://history.state.gov/milestones/1945-1952/japan-reconstruction#:~:text=After%20the%20defeat%20of%20Japan,%2C%20economic%2C%20and%20social%20reforms>. Acesso em: 21 jun. 2022.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, REPÚBLICA DA COREIA. **Posição básica do governo coreano sobre Dokdo**. Disponível em: https://dokdo.mofa.go.kr/pt/dokdo/government_position.jsp. Acesso em: 10 out. 2022.

MINISTRY OF DEFENSE JAPAN. **Japan Defense White Paper (2021)**. Disponível em: https://www.mod.go.jp/en/publ/w_paper/wp2020/pdf/index.html. Acesso em: 14 jun. 2022.

MINISTRY OF DEFENSE JAPAN. **Japan Defense White Paper (2022)**. Disponível em: https://www.mod.go.jp/en/publ/w_paper/wp2020/pdf/index.html. Acesso em: 22 nov. 2022.

MINISTRY OF DEFENSE JAPAN. **Defense Budget 2020**. Disponível em: https://www.mod.go.jp/en/d_act/d_budget/index.html. Acesso em: 10 mai. 2021.

MINISTRY OF DEFENSE JAPAN. **National Defense Program Guidelines and the Mid-Term Defense Program**. Disponível em: https://www.mod.go.jp/en/d_act/d_policy/national.html. Acesso em: 10 mai. 2021.

MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS OF JAPAN. **G8 Foreign Ministers' Meeting statement on Afghanistan**. Disponível em: <https://www.mofa.go.jp/policy/economy/summit/2005/g8state-2.html>. Acesso em: 21 jul. 2022.

MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS OF JAPAN. **Glossary and Links**. Disponível em: https://www.mod.go.jp/en/d_act/kokusai_heimwa/yougo.html#:~:text=The%20Law%20Concerning%20Special%20Measures,%2C%20expired%20in%20July%2C%202009. Acesso em: 21 jul. 2022.

MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS OF JAPAN. **Japan's Contribution to UN Peacekeeping Operations (PKO) Outline of Japan's International Peace Cooperation**. Disponível em: https://www.mofa.go.jp/fp/ipc/page22e_000683.html. Acesso em: 12 jul. 2022.

MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS OF JAPAN. **Japan's Official Development Assistance White Paper 2006**. Disponível em: <https://www.mofa.go.jp/policy/oda/white/2006/ODA2006/html/honpen/hp202020401.htm>. Acesso em: 22 jul. 2022.

MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS OF JAPAN. **Japan-U.S. Security Treaty**. Disponível em: <https://www.mofa.go.jp/region/n-america/us/q&a/ref/1.html>. Acesso em: 13 jul. 2022.

MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS OF JAPAN. **Speech by Minister for Foreign Affairs of Japan Mr. Masahiko Koumura Japan: A Builder of Peace**. Disponível em: <https://www.mofa.go.jp/policy/un/pko/speech0801.html>. Acesso em: 12 jul. 2022.

MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS OF JAPAN. **Joint Compendium of Documents on the History of Territorial Issue between Japan and Russia.** Disponível em: <https://www.mofa.go.jp/region/europe/russia/territory/edition92/period5.html>. Acesso em: 27 set. 2022.

MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS OF JAPAN. **Revision of the Implementation Plan for the International Peace Cooperation Assignments in Sinai Peninsula.** Disponível em: https://www.mofa.go.jp/fp/ipc/page25e_000364.html. Acesso em: 2 ago. 2022.

MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS OF JAPAN. **Japan's Contribution to UN Peacekeeping Operations (PKO).** Disponível em: https://www.mofa.go.jp/policy/un/pko/pamph96/02_2.html. Acesso em: 30 jul. 2022.

MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS OF JAPAN. **Japan's Official Development Assistance White Paper 2006.** Disponível em: <https://www.mofa.go.jp/policy/oda/white/2006/ODA2006/html/honpen/hp202020401.htm>. Acesso em: 12 set. 2022.

MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS OF JAPAN. **Japan-Russia Action Plan.** Disponível em: <https://www.mofa.go.jp/region/europe/russia/pmv0301/plan.html>. Acesso em: 26 set. 2022.

MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS OF JAPAN. **Japanese Participation in UN Peacekeeping MOZAMBIQUE.** Disponível em: https://www.mofa.go.jp/policy/un/pko/pamph96/02_3.html. Acesso em: 31 jul. 2022.

MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS OF JAPAN. **Japanese Territory Northern Territories.** Disponível em: <https://www.mofa.go.jp/region/europe/russia/territory/index.html>. Acesso em: 25 set. 2022.

MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS OF JAPAN. **Joint Statement by Prime Minister of Japan Junichiro Koizumi and President of the Russian Federation Vladimir Putin Concerning the Adoption of a Japan-Russia Action Plan.** Disponível em: <https://www.mofa.go.jp/region/europe/russia/pmv0301/joint.html>. Acesso em: 1 out. 2022.

MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS OF JAPAN. **Northern Territories.** Disponível em: <https://www.mofa.go.jp/region/europe/russia/territory/index.html>. Acesso em: 20 set. 2022.

MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS OF JAPAN. **Revision of the Implementation Plan for the International Peace Cooperation Assignments in South Sudan.** Disponível em: https://www.mofa.go.jp/press/release/press22e_000059.html. Acesso em: 1 ago. 2022.

MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS OF JAPAN. **Revision of the Implementation Plan for the International Peace Cooperation Assignments in South Sudan.** Disponível em: https://www.mofa.go.jp/press/release/press4e_002818.html. Acesso em: 1 ago. 2022.

MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS OF JAPAN. **Tokyo Declaration on Japan-Russia Relations.** Disponível em: <https://www.mofa.go.jp/region/n-america/us/q&a/declaration.html>. Acesso em: 26 set. 2022.

MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS OF JAPAN. **Announcement by Foreign Ministers of Japan and the Republic of Korea at the Joint Press Occasion.** Disponível em: https://www.mofa.go.jp/a_o/na/kr/page4e_000364.html. Acesso em: 9 out. 2022.

MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS OF JAPAN. **Establishment of “Syngman Rhee Line” and Illegal Occupation of Takeshima by the Republic of Korea.** Disponível em: https://www.mofa.go.jp/a_o/na/takeshima/page1we_000064.html. Acesso em: 10 out. 2022.

MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS OF JAPAN. **Japan-North Korea Relations—Abductions of Japanese Citizens by North Korea.** Disponível em: https://www.mofa.go.jp/region/asia-paci/n_korea/abduction/index.html. Acesso em: 23 out. 2022.

MINISTRY OF NATIONAL DEFENSE OF KOREA. **Defense White Paper (2018).** Disponível em: https://www.mnd.go.kr/cop/pblicitn/selectPublicationUser.do?siteId=mndEN&componentId=51&categoryId=0&publicationSeq=846&pageIndex=1&id=mndEN_031300000000. Acesso em: 30 out. 2022.

MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS OF JAPAN. **Japanese Territory - Senkaku Islands.** Disponível em: https://www.mofa.go.jp/a_o/c_m1/senkaku/page1we_000009.html. Acesso em: 1 nov. 2022.

MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS OF JAPAN. **Japanese Territory Takeshima.** Disponível em: <https://www.mofa.go.jp/region/asia-paci/takeshima/index.html>. Acesso em: 6 out. 2022.

MITCHELL, Jon. NCIS case files reveal undisclosed u.s. military sex crimes in Okinawa: The naval agency investigated at least eight sexual offenses between 2017 and 2019. None of them were reported to Congress or the public. **The Intercept.** Web, out./2021. Disponível em: <https://theintercept.com/2021/10/03/okinawa-sexual-crimes-us-military/>. Acesso em: 19 jul. 2022.

MIYAZAKI, L. S. A. Aging Japan: Military recruiters struggle as applicant pool dries up. **Reuters.** Tokyo, set./2018. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/us-japan-ageing-military-recruits-idUSKCN1LZ14S>. Acesso em: 29 mai. 2022.

MORGENTHAU, H. **A política entre as nações: a luta pelo poder e pela paz.** Tradução de Oswaldo Biato - Brasília: Editora Universidade de Brasília: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, 2003. 1152p. (Clássicos IPRI)

NAGAYOSHI, Kikuko. Prejudice against immigrants explained in numbers: UTokyo researcher studies Japanese people's attitudes toward non-Japanese residents. **The University of Tokyo**, Tokyo, jun./2021.

NIPPON.COM. **Fighting Population Decline, Japan Aims to Stay at 100 Million.**

Disponível em:

<https://www.nippon.com/en/features/h00057/#:~:text=Depopulation%20continues%20to%20be%20a,part%20of%20broader%20economic%20policies>. Acesso em: 13 dez. 2022.

NATIONAL GEOGRAPHIC. **Population Pyramid.** Disponível em:

<https://education.nationalgeographic.org/resource/population-pyramid>. Acesso em: 25 mai. 2022.

NATO. **Nato Review.** Disponível em: <https://www.nato.int/docu/review/index.html>. Acesso em: 19 nov. 2022.

NORTHERN TERRITORIES ISSUE ASSOCIATION. **History of the Irredentist**

Movement. Disponível em: <https://www.hoppou.go.jp/en/problem-info/know/reclaim.html>. Acesso em: 4 out. 2022.

OFFICE OF THE HISTORIAN, FOREIGN SERVICE INSTITUTE UNITED STATES DEPARTMENT OF STATE. **The United States and the Opening to Japan, 1853.**

Disponível em: <https://history.state.gov/milestones/1830-1860/opening-to-japan>. Acesso em: 11 jul. 2022.

OFFICE OF THE HISTORIAN, FOREIGN SERVICE INSTITUTE UNITED STATES DEPARTMENT OF STATE. **The Yalta Conference, 1945.** Disponível em:

<https://history.state.gov/milestones/1937-1945/yalta-conf>. Acesso em: 25 set. 2022.

PARO ROBOTS. **PARO Therapeutic Robot.** Disponível em: <http://www.parorobots.com>. Acesso em: 21 dez. 2022.

PASHAKHANLOU, Arash Heydarian. Comparing and Contrasting Classical Realism and Neorealism: Students. **E-International Relations**, United Kingdom, v. 1, p. 1-7, jul./2009.

Disponível em: <https://www.e-ir.info/2009/07/23/comparing-and-contrasting-classical-realism-and-neo-realism/>. Acesso em: 20 nov. 2022.

PRESIDENTIAL LIBRARY BORIS YELTSIN. **The first diplomatic and trade treaty**

between Japan and Russia signed. Disponível em: <https://www.prlib.ru/en/history/619012>. Acesso em: 25 set. 2022.

PRESIDENTIAL LIBRARY BORIS YELTSIN. **Treaty of 1875 between Russia and Japan on territories exchange**. Disponível em: <https://www.prlib.ru/en/history/619225>. Acesso em: 24 set. 2022.

PRIME MINISTER'S OFFICE OF JAPAN. **Japan-U.S. Summit Telephone Meeting**. Disponível em: https://japan.kantei.go.jp/101_kishida/diplomatic/202210/_00001.html. Acesso em: 26 out. 2022.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo (SP): Ática, 1993

RAMZY, Austin. South Korea Says It Won't Scrap Sex Slaves Accord With Japan. **The New York Times**, Hong Kong, jan./2018. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2018/01/09/world/asia/south-korea-japan-sex-slaves.html>. Acesso em: 20 out. 2022.

RATZEL, F. **Ratzel - Coleção Grandes Cientistas Sociais: Geografia**. 1. ed. São Paulo: Ática, 1980. p. 1-199.

RICH, Motoko. Japan Balks at Calls for New Apology to South Korea Over 'Comfort Women'. **The New York Times**, Tokyo, jan./2018. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2018/01/12/world/asia/japan-south-korea-comfort-women.html>. Acesso em: 20 out. 2022.

RYALL, Julian. Why has Japan slashed its overseas defense forces?: Thousands of Japanese armed forces personal previously traveled around the world to help the UN out in some of the most tense hotspots. But priorities at home have shifted. **Deutsche Welle**, Tokyo, mai./2022.

RYALL, Julian. Por que bônus não ajudará o Japão a aumentar a natalidade: Governo japonês planeja apresentar país que tiverem bebês com R\$ 3,1 mil. Especialistas criticam que abordagem visando frear declínio populacional não é suficiente diante do alta do custo de vida. **Deutsche Welle**, Japão, dez./2022. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/por-que-b%C3%B4nus-em-dinheiro-n%C3%A3o-ajudar%C3%A1-o-jap%C3%A3o-a-aumentar-a-natalidade/a-64110224>. Acesso em: 18 dez. 2022.

SATO, Y. Can the Japan Self-Defense Force Age Gracefully?: How the JSDF should adapt to a shrinking population and an aging society in Japan. **The Diplomat**, Tokyo, set./2019. Disponível em: <https://thediplomat.com/2019/09/can-the-japan-self-defense-force-age-gracefully/>. Acesso em: 10 mai. 2021.

SECRETARIAT, United Nations. **The coming of a hyper-aged and depopulating society and population policies: The case of Japan**. Expert group meeting on policy responses to population ageing and population decline, New York, out./2000. Disponível em: <https://www.un.org/en/>. Acesso em: 29 mai. 2022.

SELDEN, Mark. Small Islets, Enduring Conflict: Dokdo, Korea-Japan Colonial Legacy and the United States. **The Asia-Pacific Journal**, New York, v. 9, n. 17, p. 1-10, abr./2011. Disponível em: <https://apjpf.org/2011/9/17/Mark-Selden/3520/article.html>. Acesso em: 9 out. 2022.

SELF-DEFENSE FLEET. **Self-Defense Fleet History**. Disponível em: <https://www.mod.go.jp/msdf/sf/english/about/history/index.html>. Acesso em: 11 jul. 2022.

SIEG, L. Japan to raise maximum age for new recruits to boost dwindling military ranks. **Reuters**, Japan, set./2018. Disponível em: <<https://www.reuters.com/article/us-japan-military-recruits/japan-to-raise-maximum-age-for-new-recruits-to-boost-dwindling-military-ranks-idUSKBN1KU0CK>>. Acesso em: 26 out. 2019.

SILVER, Laura; HUANG, Christine. Key facts about China's declining population. **Pew Research Center**, Washington D.C, dez./2022. Disponível em: <https://www.pewresearch.org/fact-tank/2022/12/05/key-facts-about-chinas-declining-population/#:~:text=The%20UN%20forecasts%20that%20China%27s,of%2Dthe%2Droad%20projection>. Acesso em: 13 dez. 2022.

SMITH, S.A. **Intimate Rivals: Japanese Domestic Politics and a Rising China**. 1. ed. Estados Unidos: Columbia University Press, 2015. p. 1-361.

SMITH, S.A. **Japan Rearmed: The Politics of Military Power**. 1. ed. Cambridge: Harvard University Press, 2019. p. 1-280.

SNYDER, Scott A. North Korea Has Escalated Its Military Provocations: Here's Why. **Council on Foreign Relations**, Web, nov./2022. Disponível em: <https://www.cfr.org/in-brief/north-korea-has-escalated-its-military-provocations-heres-why>. Acesso em: 13 jan. 2023.

SOUZA, M. D. et al. **Asian Territorial and Maritime Disputes: A Critical Introduction**. 1. ed. Bristol, England: E-International Relations, 2022. p. 1-195

STAFF, Reuters. Most Japanese want to end Iraq war support-poll. **Reuters**, Tokyo, mar./2007. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/idUST92167>. Acesso em: 19 set. 2022.

STÄHLER, M. S. E. N. When old meets young?: Germany's population ageing and the current account. **ScienceDirect**, Frankfurt, v. 89, n. 1, p. 315-336, nov./2019. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0264999319308466>. Acesso em: 7 jun. 2021.

STATISTA. **Forecast of the total population in Japan from 2021 to 2115, by age group.** Disponível em: <https://www.statista.com/statistics/607936/japan-forecast-population-age-group/>. Acesso em: 29 mai. 2022.

STATISTICS BUREAU OF JAPAN. **Statistical Handbook Of Japan.** Disponível em: <https://www.stat.go.jp/english/index.html>. Acesso em: 4 jun. 2022.

STATISTICS BUREAU OF JAPAN. **Statistical Handbook 2021.** Disponível em: <https://www.stat.go.jp/english/>. Acesso em: 18 jun. 2022.

STATISTA. **Forecast of the total population in Japan from 2021 to 2115, by age group.** Disponível em: <https://www.statista.com/statistics/607936/japan-forecast-population-age-group/>. Acesso em: 29 mai. 2022.

STATISTICS BUREAU OF JAPAN. **Statistical Handbook Of Japan.** Disponível em: <https://www.stat.go.jp/english/index.html>. Acesso em: 4 jun. 2022.

STATISTICS BUREAU OF JAPAN. **Statistical Handbook 2021.** Disponível em: <https://www.stat.go.jp/english/>. Acesso em: 18 jun. 2022.

STEINHOFF, Patricia G. Japan in the 1960s: Student Protest in the 1960s. **Social Science Japan**, Tokyo, v. 1, n. 1, p. 3-6, mar./1999. Disponível em: <https://newslet.iss.u-tokyo.ac.jp/ssj15/index.html>. Acesso em: 5 ago. 2022.

SZE-YUNN, Pang; ARIVALAGAN, Yvonne. These countries are most ready to deal with ageing populations. **World Economic Forum**. Singapore, fev./2020. Disponível em: <https://www.weforum.org/agenda/2020/02/what-are-japan-and-singapore-doing-about-ageing-population/>. Acesso em: 14 dez. 2022.

TALMADGE, Eric. GIs Frequented Japan's 'Comfort Women'. **Washington Post**. Tokyo, abr./2007. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/wp-dyn/content/article/2007/04/25/AR2007042501801.html>. Acesso em: 16 out. 2022.

TAN, Poh Lin. REVERSING DEMOGRAPHIC DECLINE: Singapore's experience in trying to raise its fertility rate offers lessons for other countries. **International Monetary Fund**, Singapore, mar./2020. Disponível em: <https://www.imf.org/en/Publications/fandd/issues/2020/03/lessons-from-singapore-on-raising-fertility-rates-tan>. Acesso em: 20 dez. 2022.

TASS RUSSIAN NEWS AGENCY. **How the Kuril Islands dispute arose, and the story behind Russian-Japanese peace efforts.** Disponível em: <https://tass.com/world/1041010>. Acesso em: 25 set. 2022.

THE ASAHI SHIMBUN. **Ageing and empty:** Suga's hometown highlights challenges ahead. Disponível em: <https://www.asahi.com/ajw/articles/13725579>. Acesso em: 30 mai. 2022.

THE ASAHI SHIMBUN. **Japan's population drops by largest figure since 1950.** Disponível em: <https://www.asahi.com/ajw/articles/14600062>. Acesso em: 30 mai. 2022.

THE ASAHI SHIMBUN | ASIA & JAPAN WATCH. **Editorial: Scrutiny needed of SDF role in U.S. wars in Iraq, Afghanistan.** Disponível em: <https://www.asahi.com/ajw/articles/14437502>. Acesso em: 23 jul. 2022.

THE FOUNDATION FOR AINU CULTURE. **The era leading up to the Ainu culture.** Disponível em: <https://www.ff-ainu.or.jp/web/english/details/post-5.html>. Acesso em: 16 set. 2022.

THE GENRON NPO. **Our Leadership.** Disponível em: <https://www.genron-npo.net/en/aboutus/organization.html>. Acesso em: 12 out. 2022.

THE GENRON NPO. **Will improved public sentiment in Japan and South Korea lead to better relations between the two countries?.** Disponível em: https://www.genron-npo.net/en/opinion_polls/archives/5605.html. Acesso em: 12 out. 2022.

THE JAPAN TIMES. **Japan's older population hits record high.** Disponível em: <https://www.japantimes.co.jp/news/2021/09/20/national/japans-older-population-hits-record-high/>. Acesso em: 25 mai. 2022.

THE MINISTRY OF JUSTICE. **The Nationality Law.** Disponível em: <https://www.moj.go.jp/ENGLISH/information/tnl-01.html>. Acesso em: 20 dez. 2022.

THE MOSCOW TIMES. **Kuril Population Overwhelmingly Opposes Transfer of Islands to Japan.** Disponível em: <https://www.themoscowtimes.com/2019/02/19/russia-plans-send-space-tourists-gagarin-route-a64549>. Acesso em: 2 out. 2022.

THE OFFICE OF THE HIGH COMMISSIONER FOR HUMAN RIGHTS UNITED NATIONS. **Report on violence against indigenous Ryukyu/Okinawa women and girls.** Disponível em: <https://www.ohchr.org> . Acesso em: 3 ago. 2022.

THE WORLD DATA BANK. **Armed forces personnel, total - Russian Federation.** Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator/MS.MIL.TOTL.P1?locations=RU>. Acesso em: 3 out. 2022.

THE WORLD POPULATION REVIEW. **Japan Population 2022.** Disponível em: <https://worldpopulationreview.com/countries/japan-population>. Acesso em: 29 mai. 2022.

TSUKASA, Hadano. China eyes 'armed unification' with Taiwan by 2027: key academic. **NIKKEI ASIA**, Web, jan./2022. Disponível em: <https://asia.nikkei.com/Politics/International-relations/China-eyes-armed-unification-with-Taiwan-by-2027-key-academic>. Acesso em: 13 jan. 2023.

UNITED NATIONS DIGITAL LIBRARY. **Resolution 1483 (2003) 22 May 2003**. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/495555>. Acesso em: 10 set. 2022.

UNITED NATIONS, Department of Economic and Social Affairs, **Population Division (2022)**. World Population Prospects 2022, Online Edition. Disponível em: <https://population.un.org/wpp/Download/Standard/Population/> Acesso em: 13 dez. 2022.

UNITED NATIONS. **Government response to low fertility in Japan**. Disponível em: https://www.un.org/en/development/desa/population/events/pdf/expert/24/Policy_Briefs/PB_Japan.pdf. Acesso em: 28 out. 2019.

UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL. **S/RES/2356 (2017)**. Disponível em: <https://www.un.org/securitycouncil/s/res/2356-%282017%29>. Acesso em: 23 out. 2022.

US DEPARTMENT OF STATE. **The Chinese Communist Party's Military-Civil Fusion Policy**. Disponível em: <https://2017-2021.state.gov/military-civil-fusion/index.html>. Acesso em: 1 dez. 2022.

VALDUGA, Fernando. Japão fecha acordo para desenvolver caça de última geração com Reino Unido e Itália: Colaboração histórica vê Tóquio olhando além dos EUA para necessidades de defesa. **Cavok**. Brasil, nov./2022. Disponível em: <https://www.cavok.com.br/japao-fecha-acordo-para-desenvolver-caca-de-ultima-geracao-com-reino-unido-e-italia>. Acesso em: 20 dez. 2022.

VOA NEWS. **US Warships Sail Taiwan Strait for Second Time This Month**. Disponível em: https://www.voanews.com/a/east-asia-pacific_us-warships-sail-taiwan-strait-second-time-month/6200163.html. Acesso em: 17 dez. 2022.

VOGEL, Erza F. **China and Japan: Facing History**. 1. ed. USA, Belknap Press, 2021. p. 1-536.

WALTZ, K. (1979) **Theory of International Politics**. United States: McGraw-Hill.

WINGFIELD-HAYES, Rupert. Shinzo Abe: por que assassinato do ex-premiê pode mudar Japão para sempre. **British Broadcasting Corporation**. Nara, jul./2022. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-62101010>. Acesso em: 19 jul. 2022.

WORLD ECONOMIC FORUM. **Global Risks Report 2022**. Disponível em: https://www.weforum.org/reports/global-risks-report-2022?DAG=3&gclid=CjwKCAiAh9qdBhAOEiwAvxIok1G_yOc93NQekntu8Vm14EeHc50UMcqkER-N4Ch7rInUz-cEWv-HUhoCX1EQAvD_BwE. Acesso em: 14 dez. 2022.

WORLDOMETERS. **Asia Population**. Disponível em: <https://www.worldometers.info/world-population/asia-population/>. Acesso em: 28 out. 2019

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **GHE**: Life expectancy and healthy life expectancy. Disponível em: <https://www.who.int/data/gho/data/themes/mortality-and-global-health-estimates/gh-e-life-expectancy-and-healthy-life-expectancy#:~:text=Globally%2C%20life%20expectancy%20has%20increased,reduced%20years%20lived%20with%20disability>. Acesso em: 18 jun. 2022.

WORLD POPULATION REVIEW. **Japan Population 2022**. Disponível em: <https://worldpopulationreview.com/countries/japan-population>. Acesso em: 13 jul. 2022.

WRIGHT, David C, KADYSHEV, Timur: “An analysis of the North Korean Nodong Missile,” **Science & Global Security**, 4, no. 2, (1994): 129-160. Disponível em: https://scienceandglobalsecurity.org/archive/1994/02/an_analysis_of_the_north_korea.html. Acesso em: 20 out 2022.

YONHAP. S. Korea denounces Japan for Dokdo claim in textbooks. **The Korea Herald**, Web, mar./2019. Disponível em: <https://www.koreaherald.com/view.php?ud=20190326000660>. Acesso em: 9 out. 2022